



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**A (RE)PECUARIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO:
RECONVERSÕES PRODUTIVAS ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES DO PAJEÚ (PE)**

ALDO MANOEL BRANQUINHO NUNES

Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE (PB)
2011

ALDO MANOEL BRANQUINHO NUNES

A (RE)PECUARIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO:
RECONVERSÕES PRODUTIVAS ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES DO PAJEÚ (PE)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE (PB)
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DA UFCG
CAMPUS DE POMBAL**

N972r
2011

Nunes, Aldo Manoel Branquinho.

A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE) / Aldo Manoel Branquinho Nunes – Campina Grande-PB: UFCG, 2011.

202f.: il

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.
Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha

1. Re(pecuarização). 2. Mudança Social. 3. Agricultura Familiar. I.
Título

CDU – 338.43(813.3)(043)

ALDO MANOEL BRANQUINHO NUNES

A (RE)PECUARIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO:
RECONVERSÕES PRODUTIVAS ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES DO PAJEÚ (PE)

Dissertação aprovada em 29/09/2011

Professor Doutor Luis Henrique Hermínio Cunha
(Orientador)

Professora Doutora Delma Pessanha Neves
(Examinadora externa)

Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes
(Examinadora interna)

CAMPINA GRANDE (PB)
2011

A todos os agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais, habitantes do “Sertão Profundo” (como fala Elomar Figueira Mello) que, com destreza poética e habilidades incríveis, fazem da sobrevivência uma arte, pois “tiram de onde não tem e botam onde não cabe”, como dizia Pinto de Monteiro.

A todos que fazem da cantiga de um grilo e do bodejado de um pai de chiqueiro melodia para seus ouvidos e que aprendem com a filosofia (aparentemente sem sentido) de doidos, bêbados, idosos caducos e crianças inocentes.

Ao amigo José Rodrigues de Sousa, Dezinho (*in memoriam*), que pegou o risco antes de ver meu trabalho concluído.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, a Dé, a minha madrinha, avó, tios, tias e primos,

À minha companheira Mônica,

Ao professor e amigo Luis Henrique Cunha, por ter me orientado e me aconselhado em toda minha trajetória acadêmica,

Ao corpo docente do PPGCS, especialmente Ramonildes, Marilda, Ghi e Mércia por terem aceitado avaliar meu trabalho em momentos diversos,

À professora Delma, por aceitar participar da banca e, mesmo à distância, ter contribuído com o trabalho

À Flávia, Alexandre e Tatiana pela acolhida no Rio de Janeiro,

Aos colegas da turma de mestrado 2009,

Aos colegas de LASAP,

À CAPES e ao CNPQ pela ajuda financeira,

À professora Beatriz Heredia pelos ensinamentos durante minha estadia no Rio de Janeiro,

Ao Projeto Casadinho, na figura da professora Marilda Menezes, e ao PROCAD, na figura do professor Roberto Véras,

À Associação do Sítio Santo Izidro e a todas as famílias moradoras dessa comunidade, especialmente a Elzilene, Raimundo, Tadeu, Petrônio e Dorgival,

À Associação Rural do Sítio Cacimbinha e todas as famílias assentadas na Barriguda, especialmente a Panta, Naldinho, Novinho, Sr. Ilídio e Chico,

A Antônio José de Lima e Dôra do SEBRAE

Ao STR de São José do Egito, especialmente Bernardo Sena e Elzilene,

A Adelmo e ao Projeto Dom Helder Câmara,

À Cláudia Rejane e ao Fórum do Território da Cidadania do Pajeú,

A Edivaldo e ao PRORURAL,

A Deva e ao IPA,

À Adriana e José Carlos da FETAPE,

A Juvenal da Serrinha e Thiago do BNB

À Cida de Riacho do Meio (PE)

Aos meus amigos sinceros e todos os companheiros de boemia.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as dinâmicas de mudança social vivenciadas pela agricultura familiar do semiárido nordestino engendradas pelo processo de (re)pecuarização, que se estabeleceu na passagem da década de 1970 para a década de 1980, com a crise dos ciclos do algodão e do sisal. A pesquisa enfocou principalmente os processos sociais, políticos e econômicos que vem consolidando o avanço do criatório de animais em detrimento da agricultura, em especial das lavouras temporárias e de auto-consumo na microrregião do Pajeú, no estado de Pernambuco. Apoiada no pressuposto de que a mudança social relaciona-se diretamente com alterações nas posições (que implica em mudanças de status) de alguns grupos sociais em relação à outros e amparada numa ferramenta teórico-metodológica que articula as noções de reconversão produtiva (Bourdieu), de mudança figuracional (Elias) e de processos de territorialização, esta pesquisa empenhou-se, especificamente, em analisar essas transformações engendradas por famílias de agricultores na área do Sítio Santo Izidro, no município de São José do Egito (PE) e no Assentamento da Barriguda, no município de Tuparetama, que em certo momento, incentivadas por políticas de modernização institucional e por processos de racionalização produtiva, abandonaram o projeto territorial que se apoiava na combinação cotonicultura/sisalicultura/culturas alimentares/pecuária para se dedicarem quase que exclusivamente à pecuária e, enfim, instituir uma nova dinâmica de territorialização.

Palavras-chave: (Re)pecuarização; Mudança Social; Agricultura Familiar

ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics of social change experienced by the semi-arid family farmers of Brazilian northeast engendered by the process of “(re)cattlelization” in the transition of the 70s to the 80s, in the context of the cotton and sisal economic cycles crisis. This study focused on social, political and economic processes that have been consolidating the livestock expansion at the expense of agriculture, particularly temporary and self-consumption crops, in the Pajeú region in the state of Pernambuco. Based on the assumption that social change is directly related to changes in the positions (which involves changes in status) of some social groups in relation to others, and supported by the theoretical and methodological tool which articulates the notions of productive reconversion (Bourdieu), figurational change (Elias) and territorialization process, this study undertook, specifically, to examine these transformations in family farmers life in Santo Izidro community area, in São José do Egito (PE) and in Barriguda agrarian reform settlement, in Tuparetama (PE), that abandoned the territorial project based on the combination of cotton, sisal and food crops with livestock to devote themselves almost exclusively to cattle breeding and, finally, to establish a new territorial dynamics encouraged by institutional modernization policies and rationalization of the productive processes.

Keywords: (Re)cattlelization; Social Change; Family Farming

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Microrregião do Pajeú e seus municípios	103
FIGURA 2 - Mapa do Território da Cidadania Sertão do Pajeú	104
FIGURA 3 – Cartaz de divulgação da Missa com vaqueiros e pega de boi no mato no distrito de Bonfim, São José do Egito (PE)	149
FIGURA 4 – Vaqueiros retornando do mato na pega de bois no distrito de Bonfim – detalhe para o rosto ferido, 18/12/2010	152
FIGURA 5 – Celebração da Missa com vaqueiros no distrito de Bonfim, São José do Egito (PE), 18/12/2011.....	154
FIGURA 6 – Cartaz de divulgação de vaquejada realizada em São José do Egito (PE)	158
FIGURA 7 – Cartaz de divulgação de bolão de vaquejada realizado na Fazenda São João, Santa Rita, Tuparetama (PE)	158
FIGURA 8 – Fotografia de troféu de premiação em bolão de vaquejada realizado no Sítio Santo Izidro, Bonfim, São José do Egito (PE)	158
FIGURA 9 – Cartaz de divulgação da 5ª Cavalgada da Integração, Monteiro (PB), São José do Egito (PE)	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Brasil e Nordeste - Pesquisa Pecuária Municipal (1975 - 2008).....	76
GRÁFICO 2 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Estados do Nordeste - Pesquisa Pecuária Municipal (1975 - 2008).....	76
GRÁFICO 3 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Brasil e Nordeste - Censo Agropecuário (1975 - 2006)	77
GRÁFICO 4 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Estados do Nordeste - Censo Agropecuário (1975 - 2006)	78
GRÁFICO 5 – Quantidade proporcional de ruminantes nas mesorregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006	80
GRÁFICO 6 – Quantidade proporcional de ruminantes nas microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006	81
GRÁFICO 7 – Efetivos de Ruminantes – Brasil e Nordeste – Censo Agropecuário - Variação 1995/2006	82
GRÁFICO 8 – Efetivo dos bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste.....	82
GRÁFICO 9 – Efetivo dos ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste.....	83
GRÁFICO 10 – Efetivo dos caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste.....	83
GRÁFICO 11 – Efetivo dos bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco	84
GRÁFICO 12 – Efetivo dos ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco	84
GRÁFICO 13 – Efetivo dos caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco	84
GRÁFICO 14 – Efetivo de bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco	85
GRÁFICO 15 – Efetivo de ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco	85
GRÁFICO 16 – Efetivo de caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco	85
GRÁFICO 17 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste e estados - Censo Agropecuário 2006	86
GRÁFICO 18 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste, Pernambuco e mesorregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006.....	87
GRÁFICO 19 – Densidade populacional de ruminantes - microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006	88
GRÁFICO 20 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste, Pernambuco e microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006.....	89

GRÁFICO 21 – Densidade dos rebanhos (cabeça/Km ²) – Brasil, Nordeste, Pernambuco, Sertão Pernambucano, Pajeú e municípios do Pajeú.....	116
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Destinação dos recursos do PAA no Território Sertão do Pajeú – 2009 -2010	126
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução dos rebanhos (caprino + ovino + bovino) – Brasil, Nordeste, Pernambuco e mesorregiões de Pernambuco – Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2008)	78
TABELA 2 – Evolução no efetivo dos rebanhos (bovinos + caprinos + ovinos) – Brasil, Nordeste, estados, mesorregiões e microrregiões de Pernambuco – Censo Agropecuário (1995-2006)	79
TABELA 3 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos, número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar e área ocupada pela agricultura familiar – Microrregiões de cerrado (clima tropical subúmido), da mata atlântica (clima tropical úmido) e da caatinga (clima tropical semiárido) – Censo Agropecuário 2006.....	91
TABELA 4 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos, número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar e área ocupada pela agricultura familiar – Brasil, Nordeste, estados, meso e microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006	92
TABELA 5 – Efetivos de rebanhos em porcentagem por grupos de área das unidades produtivas – Brasil, Nordeste, Pernambuco, Sertão Pernambucano, Agreste, Mata Pernambucana e Pajeú - Censo Agropecuário 1995 e 2006.....	95
TABELA 6 – Utilização das terras em hectares – Censo Agropecuário (1995 – 2006)	97
TABELA 7 – Utilização das terras em hectares (mesorregiões e microrregiões de Pernambuco) – Censo Agropecuário (1995-2006)	98
TABELA 8 – Síntese do processo de (re)pecuarização – Área ocupada pela agricultura familiar, variação dos rebanhos, das áreas de lavouras temporárias, das pastagens naturais e das pastagens plantadas	117
TABELA 9 – Distribuição dos recursos destinados à agricultura familiar, nos municípios do Pajeú pela agência do BNB de Sertânia até outubro de 2010 por atividade	125
TABELA 10 – Destinação de recursos do PAA por produto – São José do Egito (PE) - Maio a Setembro de 2010	127
TABELA 11 – Produtos a serem adquiridos pelo PNAE – Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú (2011)	127
TABELA 12 – Investimentos aplicados pelo FISP nas comunidades do Pajeú entre 2003 e 2010	129
TABELA 13 - Produtos exigidos na chamada pública do PNAE de São José do Egito.....	136

LISTA DE SIGLAS

AAPAI – Associação dos Apicultores de Afogados da Ingazeira
ACCALPA – Associação dos Criadores de Caprinos Leiteiros do Pajeú
ACCOI – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Iguaracy
ACCOSE – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Sertânia
ACCOTAMA – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Tuparetama
ADAGRO – Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Pernambuco
ADESSU – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde
ADRS – Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável
ANA – Agência Nacional das Águas
APECO – Associação Pernambucana dos Criadores de Caprinos e Ovinos
APOCCAPE – Associação de Caprinovinocultores
APOMEL – Associação dos Apicultores e Melipolinocultores Orgânicos do Alto do *Pajeú*
ARSC – Associação Rural do Sítio Cacimbinha
ASA – Articulação do Semiárido
ASP – Agreste Setentrional Pernambucano
BB – Banco do Brasil
BMF/BOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuro / Bolsa de Valores de São Paulo
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CA – Censo Agropecuário
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
CCAAFAIL – Cooperativa de Comercialização Agropecuária de Afogados da Ingazeira LTDA
CD – *Compact disk*
CEASA – Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco
CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural
CEDOCA – Centro de Excelência em Derivados de Caprinos e Ovinos
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMNE – Casa da Mulher do Nordeste
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CODJA – Cooperativa de Ovinocaprinocultores do Distrito de Jabitacá
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRUST – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Tuparetama

CONTAG – Confederação do Trabalhadores na Agricultura
COOPAGEL – Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais
COOPTECARA - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Assentamentos de Reforma Agrária
CPR – Combate à Pobreza Rural
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECOSOL PAJEÚ - Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAEPE – Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIDA – Fundo de Desenvolvimento da Agricultura
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FISP – Fundo de Investimento Sócio-Produtivo
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUNTEPE – Fundo de Terras do Estado de Pernambuco
GERE – Gerência Regional de Educação
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Nordeste
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG's – Organizações Não-Governamentais
ONU – União das Nações Unidas
OSCIP's – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PDAN – Programa de Agroindústria
PDHC – Projeto Dom Helder Câmara
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Iniciação Científica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCf – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
RECAPE – Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco
SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil
SARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SAT – Subprojeto de Aquisição da Terra
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAR – Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa
SIC – Subprojeto de Investimento Comunitário
SICOOB/CREDIPAJEU - Cooperativa de Crédito Rural do Alto Pajeú
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINTRAF's – Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar
STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UTR – Unidade Técnica Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I	
EXPANSÃO DA PECUÁRIA, DISCURSOS DE MODERNIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	32
1.1 A história da pecuária no Nordeste, os discursos de desenvolvimento e as políticas públicas de modernização.....	35
1.1.1 O discurso de combate à seca.....	39
1.1.2 O paradigma da convivência com o semiárido	42
1.2 Estudos sobre o avanço da pecuária no Nordeste	46
1.3 Outras perspectivas sobre o avanço da pecuária em áreas de campesinato e de pequena produção.....	51
1.4 Campesinato, agricultura familiar e mudança social	55
1.4.1 Mudança figuracional, reconversões produtivas e processos de territorialização ..	611
1.5 Estratégia de pesquisa no Pajeú	64
1.5.1 Entrevistas, biografia e história oral: projetos territoriais e as mudanças sociais ...	66
1.5.2 A observação participante e exercícios etnográficos no mapeamento dos discursos em torno da pecuária	68
CAPÍTULO II	
A PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO É UMA ATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR?	71
2.1 Avanço do criatório de ruminantes	73
2.2 Densidade da população de ruminantes	86
2.3 Presença da pecuária na agricultura familiar e na agricultura não familiar	90
2.4 Presença da pecuária em propriedades de diferentes tamanhos.....	94
2.5 A desagriculturização e o avanço das pastagens	95
2.6 Perfil da pecuária no Pajeú	98
CAPÍTULO III	
O PAJEÚ DAS FLORES: TERRITÓRIO DE GADO.....	101
3.1 Caracterização territorial e as articulações político-administrativas e institucionais no Pajeú.....	102
3.2 A inserção da pecuária no Pajeú: aspectos históricos e econômicos	108
3.3 O processo de (re)pecuarização nos municípios do Pajeú e a agricultura familiar: o que os números revelam?	113

3.3.1 Crescimento e densidade dos rebanhos	113
3.3.2 Desagriculturização e aumento das áreas de pastagem	118
CAPÍTULO IV	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO DO PAJEÚ: A OPÇÃO PREFERENCIAL PELA PECUÁRIA	121
4.1 Pecuária: a opção das políticas públicas no Pajeú	124
4.2 Conflitos e contradições discursivas: como a bovinocultura se sobressai	131
CAPÍTULO V	
“O GADO É BONITO, CHEIROSO E ABENÇOADO”: A VIVÊNCIA DA (RE)PECUARIZAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO PAJEÚ	142
5.1 Bonfim e Santa Rita: lugares de pecuária	144
5.1.1 Articulações econômicas da pecuária: a criação de gado como estratégia produtiva	144
5.1.2 Reabilitação dos símbolos da pecuária.....	148
5.1.2.1 A missa com vaqueiros e a pega de boi: a pecuária como símbolo do rural ...	148
5.1.2.2 Vaquejadas, bolões e cavalgadas: esporte e entretenimento na legitimação da pecuária.....	156
5.2 Sítio Santo Izidro e as reconversões produtivas: do tempo do algodão ao tempo da pecuária.....	159
5.2.1 As dinâmicas da pecuária e a diferenciação social no Sítio Santo Izidro	162
5.3 O assentamento da Barriguda e as reconversões produtivas: do tempo do agave ao tempo da pecuária	168
5.3.1 Pecuária e mudança social na Barriguda.....	171
5.4 Santo Izidro e Barriguda: duas faces da (re)pecuarização	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
ANEXOS	192

INTRODUÇÃO

Gosto de correr no campo
Montado em um cavalo pampo
Fazer cerca, pregar grampo
Tirar leite e cortar palma
Onde eu tenho sossego e calma
O meu rojão é seguro
Sou um nordestino puro
Trabalho pra o meu futuro
Sou feliz até a alma
(Excerto de “Eu gosto da minha terra”, de Nem Walter, no CD “A volta dos mensageiros” – Nem Walter e Nena de Alagoas)

Prefiro ver o cercado
com estacas de madeira
E um curral todo forrado
Pra não levantar poeira
E um mourão firme no meio
E muita ração na cocheira

Prefiro a vaca leiteira
Sadia gorda e zelada
Os peito com o leite solto
Dez litros cada tirada
Que a gente desleita ela
E não fica de mão cansada
(Excertos de “Preferencial de vaqueiro”, de Zé de Almeida e Vavá Machado, no CD “A volta dos mensageiros” – Nem Walter e Nena de Alagoas)

As estrofes acima são fragmentos de poemas gravados por uma dupla de poetas aboiadores do interior de Pernambuco, muito populares a partir das décadas de 1990 e 2000 através da gravação de CD's de toadas de vaquejada, dentre eles “Os mensageiros do gado” e “A volta dos mensageiros”. As três estrofes começam com verbos que indicam o sentimento da personagem em relação às práticas cotidianas de indivíduos envolvidos com a pecuária. O verbo gostar (na primeira estrofe) faz referência às ações do processo produtivo da pecuária, mas, ao final, ele atribui esse gostar ao sossego e à perspectiva de futuro que essas práticas proporcionam. Nas outras duas estrofes, o verbo preferir (de dupla transitividade) faz referência apenas ao objeto direto, representado, mais uma vez, pelas ações em torno da pecuária, o lado positivo de sua preferência. Não somos informados sobre o que é preterido nessa preferência. Mas, ao longo das duas estrofes, a personagem dá pistas de que o que ela

gostaria de evitar eram atividades (em contraponto a uma pecuária relativamente especializada, nas figuras da estrutura do curral e da vaca boa de leite, com muita raça) que a colocasse em situações de “penosidade” nas figuras da poeira e do cansaço. Arriscamos interpretar que o que o sujeito está evitando são as práticas ditas “atrasadas” da pecuária e da agricultura, mais penosas e incertas¹.

Certamente que a personagem não é um grande latifundiário. Seu perfil se aproxima mais do que é comumente chamado hoje de agricultor familiar. Chama atenção, porém, que a visão da relação entre a atividade pecuária e as condições de vida de camponeses/agricultores do semiárido nordestino, que emerge destas estrofes, é muito diferente daquela que encontramos na literatura acadêmica sobre o tema. Nesta última, é mais fácil encontrar visões que informam que o avanço da pecuária (particularmente no semiárido), por ser resultado da expansão do capitalismo no campo, ameaçaria a existência de camponeses, agricultores familiares e pequenos produtores, além de ser responsável por problemas sociais tais como: a) expulsão de moradores das propriedades; b) êxodo rural; c) inchaço das periferias das cidades; d) diminuição nos níveis de emprego e renda; e) desabastecimento de produtos alimentares; f) proletarianização dos camponeses e pequenos proprietários; e g) intensificação das migrações sazonais.

Por outro lado, quando se estudou o meio rural brasileiro, atribuiu-se aos câmbios que ocorreram no seu interior, fatores mais amplos e externos a ele. Inúmeros foram os trabalhos em que se recorreu à industrialização ou à urbanização, muitos outros a processos migratórios, à modernização ou à expansão do capitalismo para compreender as mudanças nas relações sociais no ambiente rural. No entanto, essas análises, geralmente, não contemplavam o caminho inverso, as mudanças que podiam, também, ocorrer sob influência de fatores internos às comunidades e aos indivíduos. Nosso trabalho, portanto, se propôs a estudar o meio rural sob uma perspectiva que preza por elucidar tanto os processos que decorrem da esfera da estrutura – entendidos como mecanismos históricos, macroeconômicos e políticos em operação, de forma relativamente autônoma e conformativa, que partem da sociedade envolvente em direção aos campos do indivíduo e da comunidade, de maneira a tencionar a mudança destes –, quanto os que decorrem da esfera da ação individual – entendidos como um conjunto de disposições formuladas a partir dos anseios, dos sentimentos e dos interesses dos atores sociais que, apesar de serem também produto da macroestrutura da sociedade

¹ Sob a ótica de um certo marxismo, esses trechos poderiam ser interpretados como a mais perfeita articulação entre a infraestrutura e a superestrutura, em que a arte popular cumpre a função de conformar (no sentido de apaziguar) o sujeito face à sua situação de trabalhador ou dominado (entendido como força produtiva) em determinado modo de produção, fazendo com que ele se sinta feliz nessa condição.

envolvente, têm a capacidade de imprimir transformações significativas nesta). Esse trabalho, portanto, está pautado pelo ponto de vista que não admite a separação, a não ser de forma estritamente analítica, das esferas da estrutura e da ação. Consideramos, dessa maneira, que a realidade social é fruto justamente da complexa articulação de aspectos advindos tanto da “sociedade” quanto do “indivíduo”, de maneira que a profunda imbricação desses fatores no mundo social não permite a visualização deles separadamente, a não ser no campo das ideias.

Dessa maneira, estamos investindo justamente nesta tensão. Em contraponto a visões que dificilmente consideram o papel ativo dos atores individuais na dinâmica social, essa pesquisa de mestrado teve o objetivo de analisar as transformações sociais – em especial para a agricultura familiar, categoria que tem sido, crescentemente, através de políticas públicas e dinâmicas econômicas, incluída em contextos produtivos mais amplos – engendradas pelo processo que estamos chamando de (re)pecuarização², em curso no semiárido nordestino e tomou como referência empírica, as dinâmicas sociais vivenciadas no Sertão do Pajeú, no Estado de Pernambuco. Temos como pressupostos a ressignificação³ da atividade da pecuária e a ocorrência de dinâmicas de reconversão produtiva, num contexto de modernização levada a cabo pela difusão de discursos de desenvolvimento e de políticas públicas implementadas a partir do último quartel do século XX. Para tanto, tentamos articular perspectivas teórico-metodológicas que condensassem, além das estruturas de determinação histórica, política e econômica, o leque de intencionalidades e os esforços de legitimação simbólica dos atores envolvidos com esse processo.

No Pajeú, este processo é visualizado pelo aumento do efetivo de ruminantes, economicamente relevantes (bovinos, ovinos e caprinos), e demandantes de quantidades significativas de espaço com pastagens. De 1975 a 2008, na microrregião, que acompanha uma lógica regional, os rebanhos tiveram um acréscimo de 183%, conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Essa expansão no efetivo de ruminantes está relacionada com a diminuição (na ordem de 27%, de

² (Re)pecuarização é a reabilitação da pecuária, não só porque é a retomada da prática de uma forma diferente da que foi introduzida no semiárido, mas é uma forma de recolocar – de recuperar (no sentido de regenerar, de absolver) a estima pública – o sentido discursivo sem, necessariamente, levantar as afrontas da valoração negativa, trazida pelos estudos de pecuarização comuns na década de 1980. Utilizamos também o prefixo (re) para fazer referência a um novo processo de modernização, para além do sentido puramente de avanço tecnológico, ou só comprometido com o desenvolvimento econômico, mas no sentido weberiano de racionalização das condutas individuais.

³ Assumimos que esse referido processo de ressignificação da pecuária, no campo da prática e do discurso, tem engendrado transformações que perpassam/repercutem num leque bastante amplo das esferas da vida social do espaço rural e mesmo do espaço urbano de grande parte dos municípios do semiárido nordestino – em especial nas relações de trabalho, nas estratégias de reprodução social de grupos de agricultores familiares, na ocupação do solo e no uso de recursos naturais.

1995 a 2006, segundo números do Censo Agropecuário) das áreas destinadas a lavouras temporárias (ou destinadas à agricultura de sequeiro que são, para a agricultura familiar do semiárido, uma importante fonte de subsistência) e o aumento das áreas destinadas a pastagens plantadas (na ordem de 33%, entre 1995 e 2006). Chama ainda mais atenção, o fato de o Pajeú – que é, através da feira de gado de Tabira, o segundo maior polo de comercialização de animais do Estado de Pernambuco – ser uma área de predomínio, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, da agricultura familiar que ocupa 61% da área agrícola e detém 76% do rebanho de bovinos.

Além disso, nos últimos anos, na microrregião, existe um claro direcionamento das políticas públicas federais, estaduais e municipais destinadas ao incentivo da agricultura familiar em favor da pecuária, como, por exemplo, o PRONAF, que até 2010 destinou 97,8% dos recursos liberados para o investimento nas atividades do criatório, o PNAE e o PAA que tiveram, respectivamente, 97% e 46% dos recursos destinados à compra de produtos de origem animal. Associados a esses aspectos, destacamos a emergência de toda uma arena discursiva – em que estão presentes as mais diversas instituições públicas e privadas (bancos, instituições de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, cooperativas, associações) e o ressurgimento de eventos artístico-culturais, religiosos e esportivos (vaquejadas, cavalgadas, missas de vaqueiros, pegas de bois e exposições de animais) – que, ao mesmo tempo, legitima o projeto da pecuária e reabilita os símbolos históricos dessa atividade.

Especificamente, além da análise das dinâmicas que ocorrem em nível regional, apresentamos os casos do Sítio Santo Izidro e do Assentamento da Barriguda, localizados, respectivamente, nos municípios de São José do Egito (PE) e Tuparetama (PE), exemplos de espaços em que os processos de reconversão produtiva estiveram relacionados com dinâmicas de diferenciação social e de mudança no posicionamento de grupos sociais na ‘estrutura de classes’, engendradas por mudanças figuracionais, no semiárido, que associam alterações nas relações de poder, transformações na estrutura agrária, após a crise do sistema pecuária/algodão/sisal/culturas alimentares/moradia/latifúndio, mudança nas relações de trabalho, avanço da pecuária em relação a lavouras temporárias e atualização de discursos em favor do criatório de animais.

Assumimos, portanto, que esse referido processo de ressignificação da pecuária, no campo da prática e do discurso, tem engendrado transformações que perpassam/repercutem num leque bastante amplo das esferas da vida social do espaço rural e mesmo do espaço urbano de grande parte dos municípios do semiárido nordestino – em especial nas relações de

trabalho, nas estratégias de reprodução social de grupos de agricultores familiares, na ocupação do solo e no uso de recursos naturais.

É certo que a atividade produtiva da pecuária está intimamente relacionada com o semiárido desde o período colonial. No presente, apresenta-se ora como permanência (ou herança) em relação ao passado, ora como renovação. Se, por um lado, não se pode dizer que, em algum momento histórico, a pecuária deixou de ser acessada enquanto estratégia produtiva, vindo a ressurgir em outro período como atividade dominante; por outro, deve-se reconhecer o processo de ressignificação (engendrado pelos mais diversos atores) que a criação de animais vem sofrendo, especialmente nas últimas três décadas. Em determinados momentos e em determinados espaços, no campo dos discursos, é tida como ‘vilã’, como atividade maléfica ao semiárido que deve ser evitada; em outros, como última alternativa (ou a menos custosa) do sertanejo, diante das incertezas da prática agrícola; há momentos, ainda, em que é tida como atividade extremamente lucrativa. Neste trabalho, relacionamos os esforços discursivos de reabilitação da pecuária (processo de ressignificação) com mudanças figuracionais, processos de reconversão produtiva inseridos no contexto de modernização produtiva e institucional, relacionado com políticas públicas de crédito, financiamento, incentivos fiscais e difusão de tecnologias que se pretendiam mais “avançadas” e mais “produtivistas”, a partir da crise do sistema algodoeiro/sisaleiro e do insucesso das políticas de combate à seca.

Antes de iniciar propriamente a discussão, devo fazer alguns esclarecimentos sobre minha proximidade não só com objeto de pesquisa, mas também com a área geográfica estudada. Sou filho, neto, sobrinho, primo e amigo de agricultores familiares do Sertão do Pajeú. Apesar de não ter nascido, nem morado a maior parte da minha vida no que se costuma chamar (sem muito critério) de zona rural, entrei em contato, desde os primeiros dias de vida, não só com as pessoas, sujeitos ocupantes desse ambiente, mas também compartilhei efetivamente – nas minhas incursões ao ‘sítio’, nos fins de semana, férias e feriados⁴ – do cotidiano e das atividades produtivas por eles praticadas. Vivo num eterno dilema, em cima de um muro (que não tem a capacidade de separar) entre o mundo rural e o mundo urbano, numa fronteira que não consigo nem materialmente, nem teoricamente enxergá-la. Quando estou no sítio me sinto um peixe (ou melhor, um anfíbio) que não se sente fora d’água, mas em uma, apenas em uma, água, dentre várias águas que o mundo pode oferecer. Quando estou

⁴ Costumo dizer que “nasci numa cidade de mais de 300.000 habitantes, um agricultor de fins de semana”.

na cidade, aí sim, me sinto um peixe fora d'água, mas que reconhece que é fora d'água que poderá sobreviver.

Faço esse esclarecimento porque, depois de muito relutar, terminei por reconhecer – ao passo que comecei a frequentar, durante a realização do trabalho de campo, os mesmos ambientes que sempre frequentei, mas com uma lente diferente da que sempre usei, a de cientista – a dificuldade em se estudar uma realidade próxima, sem o devido distanciamento do objeto. Essa dificuldade não só se evidenciou na interpretação dos dados, mas, também, na fase de levantamento desses dados, na própria relação com os sujeitos estudados. Consideramos que a alteridade (como costuma falar a professora Beatriz Heredia), quando utilizada (e acredito que sempre deve ser) pelo cientista social, não significa a ação de respeitar o outro por ser diferente, mas sim, a de reconhecer e se portar numa posição de ser diferente do outro para poder compreendê-lo.

Para a realização desse trabalho, portanto, assumi o duro compromisso de me colocar numa postura de vigilância em relação à minha própria vida, aos meus sonhos, aos meus projetos e às minhas visões de mundo. Assim, para não ser taxado de pseudocientista, ou de ideólogo da própria causa, procurei, diuturnamente, me colocar numa posição (que é sempre relativa) de isenção em relação aos meus conhecimentos prévios sobre a realidade estudada (considerados aqui como pré-noções ou senso comum) e em relação às pré-noções do campo intelectual (aqui considerados tanto as visões políticas que se revestem de ciência, quanto as descobertas que são pressupostos das pesquisas, ao invés das pesquisas serem pressupostos das descobertas, em que os textos finais, nesse contexto, são mera reprodução dos discursos dominantes).

Devo também esclarecer como esses acontecimentos de minha vivência pessoal, combinados com outros fatores, foram condicionantes de minha escolha científica. Para fins de síntese, farei uma separação entre as experiências de dentro e as de fora do mundo acadêmico, embora, na realidade, não seja possível essa divisão, pois, apesar de não terem origem num mesmo momento, são, atualmente, coexistentes, e têm a capacidade de se auto referenciar e se auto alimentarem.

Desde a infância, como já mencionei, entrei em contato e participei efetivamente do dia a dia de vaqueiros, agricultores, trabalhadores rurais com terra e sem terra, marchantes, criadores, proprietários rurais, veterinários, agrônomos, todos a reclamar por serem vítimas, em maior ou menor grau, do fenômeno da seca⁵ e a falar com certo saudosismo de um tempo

⁵ Lembro, com grande nitidez, o desespero vivido por todos nós no sítio de minha família, para salvar a metade do rebanho que tinha sobrevivido no ano de 1993, após toda lavoura, pasto, reserva de capim e palma forrageira

pretérito em que havia fartura de chuvas, alimentos, algodão e de gado gordo. Isso tudo me causava inquietações que emergiram, principalmente, durante a adolescência. O que mudou, de fato? Como aquelas pessoas viviam naquela situação? Como viviam sem a certeza de colher seu alimento para todo ano? Como e porque criavam gado (bovino em essência), se todo ano esgotavam suas energias para mantê-lo vivo?

Àquela altura, o discurso da convivência com o semiárido ‘caía-me como uma luva’. Já no ensino médio, fiz-me (para não falar, fizeram-me) crer que os problemas com a seca poderiam ser superados através da utilização de tecnologias alternativas, da difusão de culturas (raças ou espécies) resistentes, da incorporação de conhecimentos locais e do aproveitamento dos ‘potenciais’ econômicos e ecológicos que o próprio semiárido oferecia. Fiquei especialmente tocado pelo discurso de negação da bovinocultura em favor da ovinocaprinocultura, como uma saída produtiva mais sustentável e racional para a agricultura familiar.

Num segundo momento, já dentro da universidade, em nível de graduação, se, por um lado, acessei o discurso agroecológico da convivência com o semiárido e da sustentabilidade (que na verdade são dois, mas que, em certo momento, se fundem), sob um formato bem mais acurado e persuasivo; por outro, consegui ver que existia uma disparidade entre a pujança do discurso e das propostas e a sua real concretização na prática. O que víamos na nossa vivência na zona rural, era que as comunidades geralmente aderiam ao discurso e tornavam “possível” sua sustentabilidade ecológica e econômica só enquanto se encontravam assistidas pelo poder público e conduzidas por uma política pública ou pela ação de interlocutores externos.

Mais precisamente, no âmbito da academia, grande parte das pesquisas realizadas que apresentavam, como objeto, comunidades detentoras de experiências agroecológicas, tinha vícios em seus pressupostos (ou melhor, seus pressupostos políticos viciavam a pesquisa como um todo). Na verdade, essas pesquisas falhavam porque seus resultados eram concebidos já de início, antes da apreensão e da análise dos dados. Começamos a perceber que elas não passavam de defesas acadêmicas daquela proposta política.

Essa reflexão é importante, não apenas para justificar a escolha do objeto, mas, principalmente, para expor a relação que certos discursos que se tornaram dominantes em determinadas épocas têm com a pecuária em suas variadas formas. Nessa visão, é fundamental identificar que a leitura, de grande parte da academia, feita hoje em dia, da

terem sido esgotados. Em meados de novembro estávamos a fornecer ao gado (geralmente vacas esqueléticas que acabávamos de levantar) mandacaru assado e “batatas de agave”, que eram colhidos após longas caminhadas nas margens das estradas e nas ‘mangas’ de algum proprietário que já não tinha gado para salvar.

pecuária⁶, é tributária de perspectivas dualistas que opõe capital e trabalho, o arcaico e o moderno, o latifúndio e o minifúndio, a pecuária e a agricultura, a fazenda e o sítio, divulgadas a partir, principalmente, da década de 1970, momento em que se multiplicam análises políticas e acadêmicas, umas mais, outras menos críticas ao modelo de modernização (identificado como “o pacote tecnológico da revolução verde”), interpretado em alguns trabalhos como conservador (Nazaré Wanderley, Regina Bruno), em outros como doloroso (Graziano da Silva), mas que provavelmente têm origem, por um lado, nos trabalhos de antropólogos (Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Emílio Willems), que identificaram na industrialização um aspecto de forte pressão (no sentido de forçar a mudança social) sobre comunidades rurais brasileiras, por outro, nos trabalhos de intelectuais vinculados ao desenvolvimentismo cepalino (Celso Furtado) ou ao Partido Comunista Brasileiro (Alberto Passos de Guimarães e Caio Prado Junior), que atribuíam ao latifúndio (como resquício feudal) a responsabilidade do atraso econômico e um empecilho para a revolução brasileira. Essas visões, especialmente as de linhagens marxistas e desenvolvimentistas, possibilitaram a interpretação da atividade da pecuária sob uma ótica negativa, de modo a atribuir à criação (em destaque para a bovinocultura) a corresponsabilidade pela concentração fundiária, exploração da massa trabalhadora, pobreza e desigualdades sociais, reestruturação de forças políticas conservadoras e devastação ambiental do semiárido. Na crítica à Revolução Verde, as duas visões anteriores se fundiram e, a partir da interpretação negativa dos processos de desagregação/desintegração do modo de vida camponês (detectados não necessariamente de forma negativa pelos estudos de comunidades – pelos antropólogos), se posicionaram no ataque ao avanço do capitalismo no campo, no reconhecimento da necessidade de reforma agrária, na defesa dos direitos trabalhistas para o assalariado rural, na defesa do modo de ser de ‘comunidades camponesas tradicionais’, etc.

Mais recentemente, o discurso acadêmico filiado à proposta de convivência com o semiárido mantém a crítica à pecuária bovina, sob os argumentos de que ela não é sustentável (por falta de rusticidade e resistência à seca da espécie ao ambiente de semiaridez), desemprega, desmata a caatinga, compacta o solo e expõe o camponês às incertezas do clima e do mercado, comprometendo sua segurança alimentar. No entanto, esse discurso vem fundamentando a defesa política sistemática da pecuária ovina e caprina como alternativa produtiva para pequenos produtores (é interessante notar que as propriedades de rusticidade, adaptabilidade e rentabilidade dessas espécies têm sido divulgadas de tal modo que tem

⁶ Em que se destaca o discurso da agroecologia.

seduzido, crescentemente, médios e grandes proprietários, de maneira que, nos últimos tempos, a atividade, para alguns analistas, tem assumido o caráter de agronegócio em detrimento do costumeiro caráter que lhe é dado de produção de subsistência de agricultores familiares e pequenos produtores (POMPONET, 2009)⁷.

Numa outra esteira, a partir de pesquisas realizadas em nível de iniciação científica, no âmbito dos projetos “Manejo e conservação de recursos comuns, desempenho institucional e implementação dos planos de desenvolvimento em assentamentos do semiárido nordestino” e “Estratégias produtivas de agricultores familiares e mudança ambiental em assentamentos de reforma agrária do sertão paraibano: um estudo em ecologia política” (PIBIC/CNPQ/UFCG), percebemos empiricamente – apesar de a (re)pecuarização não ter sido o foco de análise central nessas pesquisas – que a pecuária tem sido acessada como uma das principais estratégias produtivas de trabalhadores rurais sem-terra, convertidos em agricultores familiares em duas áreas de assentamento de reforma agrária no semiárido da Paraíba e que os recursos acessados por esses sujeitos (crédito fomento e PRONAF) têm sido utilizados, de forma generalizada, para a preparação do lote produtivo, com infraestrutura destinada à criação de animais (com destaque para a pecuária bovina). Esse dado não é uma questão menor, como aparenta ser, pois esses atores estão profundamente confrontados (e aparentemente sensibilizados) com o discurso agroecológico militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e, portanto, deveriam, ao contrário do que ocorria na prática, dar maior atenção às práticas agrícolas em negação à pecuária.

O interesse em se estudar o processo de (re)pecuarização no semiárido faz parte de uma escolha propositadamente polêmica, tanto em termos científicos, quanto políticos. Queremos superar as visões políticas que entram na academia e se revestem de cientificidade, que enxergam o campesinato como fantoche de um ente supremo (na figura de uma comunidade hostil à mudança, à inovação e à integração com as outras esferas do mundo social, em que o mercado é apenas uma delas) ou de um modo de vida (que é mais um modelo externo e artificial que não se coaduna com sua realidade concreta), em que os indivíduos não participam das decisões políticas e econômicas, que repercutem no seu modo de ser, dessas comunidades. Essas visões (que são várias e diversas, mas que no momento não as diferenciaremos) tendem a atribuir à prática agrícola de culturas alimentares o símbolo *par*

⁷ Essa divulgação das propriedades da caprinovinocultura e a respectiva adoção dessa estratégia produtiva por diferentes atores sociais, em contraponto à bovinocultura, compõe parte do processo que estamos chamando (re)pecuarização, dado a superação de boa parte das análises que se preocuparam em estudar os processos de pecuarização em curso a partir da década de 1980 (que serão abordados mais à frente), que priorizaram claramente a expansão da bovinocultura no meio rural nordestino.

excellence de estratégia produtiva que vai assegurar a reprodução social do grupo familiar. Nesse sentido, as atividades ‘extra-roçado’ são encaradas, portanto, sempre como secundárias, como meras complementares de renda, como poupança – ver Cohen (1997).

Nessa perspectiva, a pecuária tem sido vista, majoritariamente, ora como mero coadjuvante na produção de pequenos agricultores, ora como atividade destinada ao grande proprietário, causadora de miséria, de exploração e muito agressiva aos recursos naturais. Sem desconhecer que qualquer atividade produtiva conduzida pelo grande capital gera impactos sociais, ambientais e econômicos consideráveis, sustentamos que o criatório de animais sempre foi acessado enquanto estratégia produtiva nas áreas do semiárido brasileiro, e não só teve importância fundamental na colonização dessa vasta área, como fez parte da conformação histórica do campesinato sertanejo (ou do que podemos chamar de agricultores familiares), além de ser de extrema importância para a reprodução social do atual campesinato. É difícil imaginar (e até mesmo encontrar), no semiárido, agricultores estabelecidos (entendendo esses como os que têm acesso à – ou disponibilidade de – terra, por pequena que seja) que não possuam rebanhos (seja bovino, ovino, ou caprino) e que os encaram como fundamentais para sua sobrevivência.

Apesar de a pecuária ser vista, por grande parte da academia, por movimentos sociais e por organizações não governamentais, como ameaça à reprodução de famílias de agricultores – seja a grande pecuária (interpretada como monocultura ou ‘agronegócio do boi’), que na fala desses atores concentra renda, desemprega ou subemprega, devasta a natureza, e renova o latifúndio; seja a criação de ruminantes por pequenos agricultores que, supostamente, poderá comprometer o ‘equilíbrio’ ecológico e econômico do sítio e incapacitar a família de se reproduzir, se for utilizada como atividade principal, impedindo a afamada estratégia de diversificação produtiva demonstrada por Cohen (1997) –, entendemos a pecuária sob uma perspectiva oposta (e sem assumir postura apologética, mas tentando superar as visões dualistas), que reconhece a importância que lhe é dada pelos atores que a escolhem como atividade produtiva.

Em especial, estudar dinâmicas sociais no semiárido nordestino é extremamente relevante por se tratar de uma área que é tida por boa parte dos agentes políticos, econômicos e da academia como umas das mais inóspitas e hostis regiões do Brasil à sobrevivência humana; por ser tida como uma área em que as condições ambientais e econômicas favoreceram a formação de bolsões de miséria e o aparecimento de ondas migratórias em direção às regiões mais desenvolvidas economicamente, o que ocasionaria um inchaço populacional dos centros urbano-industriais (leia-se do Sudeste) e a correspondente

reprodução dos problemas sociais típicos de metrópoles subdesenvolvidas, como violência, desemprego e inoperância/insuficiência dos bens e serviços públicos.

Assim, pesquisar sobre os processos de mudança social, encampados por grupos de agricultores familiares, responde de forma enérgica, embora que parcial, a uma demanda da teoria social em compreender como ocorre a articulação entre esses câmbios e as transformações que acontecem na sociedade envolvente (ampla, ou global). Entender como famílias de agricultores mudam seu tratamento/procedimento com relação às estratégias produtivas, e por consequência, à forma de se reproduzir enquanto atores sociais (ao mesmo tempo em que mudam de posição social), considerando não só os constrangimentos impostos por condicionantes externos (históricos, econômicos, ambientais, culturais e políticos, etc.), mas, principalmente, as dinâmicas internas aos grupos familiares e aos próprios indivíduos (na forma de escolhas, sonhos, desejos, sentimentos e simbologias), serviu-nos para refletir sobre a relação (clássica nas ciências sociais) entre indivíduo e sociedade, ajudou-nos a entender como o indivíduo se comporta em diversos contextos e como ele engendra mudanças nesse quadro posto, além de contribuir efetivamente com a problematização de temas centrais às discussões no âmbito da Sociologia Rural, Antropologia Rural, Sociologia da Agricultura e outras áreas do conhecimento que estudam relações sociais no campo.

A escolha pelo Sertão do Pajeú responde a propósitos pessoais, mas também de ordem teórico-metodológicos. É uma área intermediária em termos de desenvolvimento econômico, com o maior PIB per capita da mesorregião do Sertão Pernambucano, que fica em torno de R\$ 4.211,80 (2008), porém abaixo das duas microrregiões do São Francisco Pernambucano, com receitas predominantemente advindas das atividades agropecuárias (51,6%). Tem índices sociais medianos, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-PNUD) que atinge o valor de 0,630 (2000), porém abaixo da média estadual que tem IDH correspondente a 0,705 e PIB per capita em torno de R\$ 7.337. Em oposição ao que se habituou fazer nas ciências sociais (estudar casos extremos), resolvemos nos dedicar em compreender esse caso intermediário, que está na fronteira entre as áreas de “pleno desenvolvimento socioeconômico” e áreas “mais atrasadas” desatendidas pelos governos, desfavorecidas pela distância dos grandes centros e solapadas pela miséria. O Pajeú está, pois, nessa situação. Como o restante do semiárido, padece dos problemas mais gerais decorrentes de suas limitações econômicas e ecológicas, mas, em comparação com as áreas mais afastadas, ainda, no interior nordestino, tem despontado por ter desfrutado, nas últimas três décadas, de processos de alinhamento econômico com a economia nacional e regional e vivencia franca dinâmica de modernização.

É uma situação em transição, em que poderemos encontrar de forma mais evidente o processo de transformação e mudança social.

O entendimento do processo de (re)pecuarização no Sertão do Pajeú representa, portanto, um excelente caso para se compreender como ocorrem transformações no interior do modo de vida de agricultores familiares inseridos em contextos de modernização. A problematização de como se processa a mudança nas estratégias produtivas de famílias de agricultores, com a priorização do criatório de ruminantes, em detrimento da agricultura, ajudou a responder como ocorrem as transformações nas estratégias de reprodução social e nos posicionamentos sociais desse estrato populacional, face às mudanças mais gerais na realidade sócio-econômico-cultural, e possibilitou entender como esta se realiza, como produto também dos câmbios nos interesses, nos anseios e nas escolhas dos indivíduos.

Portanto, compreendemos o processo de (re)pecuarização a partir das noções de reconversões produtivas, mudanças figuracionais e reelaborações discursivas no processo de territorialização e de modernização institucional, que operam, por conseguinte a mudança social. Para fins analíticos, e somente para esses fins, essas formas de percepção empírica e teórica foram destrinchadas em três caminhos de interpretação. Dessa maneira, empreendemos pesquisa com vistas à apreensão dos dados respectivos às seguintes chaves de leitura: a) um novo projeto de modernização engendrado por diversos atores num contexto de lutas simbólicas; b) mudança qualitativa na dinâmica produtiva em que se destaca um crescente processo de racionalização com fins, por exemplo, ao incremento da produção e à conquista de novos mercados; e c) novas dinâmicas de ocupação do solo em que áreas de pecuária passam a ocupar áreas de lavoura⁸.

A atenção nesse trabalho recaiu, especialmente, sobre as transformações sociais sofridas/produzidas por grupos que representam a categoria analítica ‘agricultores familiares’⁹. Foi dada ênfase ao leque de mudanças estruturais no processo de reprodução social desses grupos, levando em consideração que, devido à mobilização, por eles, de

⁸ Em que os atores priorizam a pecuária em relação à agricultura, ou mesmo em que predomina a atividade na ocupação do espaço e/ou na constituição da renda familiar numa unidade produtiva.

⁹ Apesar de reconhecermos que as categorias camponês e agricultura familiar têm origens e usos próprios e variados, tanto na esfera política, quanto no âmbito acadêmico (NEVES, 2007), nesse trabalho estaremos utilizando os dois termos de forma a assemelhá-los. Entendemos que a agricultura familiar do semiárido compõe um tipo particular de camponês, por vezes “tutelado”, por vezes “dirigido” – para usar a terminologia de Neves (2009) –, constituído à margem e em apoio a processos de avanço do capitalismo, desde a sua forma mercantilista. Esse uso é também uma tentativa de aproximar a noção teórica de camponês à categoria legal/institucional, como prevê a Lei 11.326/2006, apesar de considerarmos que a categoria teórica abrange, inclusive, atores que são classificados como agricultura não familiar ou patronal. Quando nos referirmos aos produtores rurais, ao invés de pecuarista, utilizaremos o termo agricultor (a), pois essa é a categoria êmica utilizada na região, para se referir a pequenos produtores, independentemente da atividade priorizada, mas, geralmente, em oposição à categoria fazendeiro.

projetos territoriais e programas de modernização específicos no semiárido, a atividade da pecuária vem ocupando espaços anteriormente destinados à agricultura. Assim, concebe-se uma realidade particular em que o espaço rural do semiárido, cada dia mais, deixa de ser agrícola, no sentido de não produzir bens advindos diretamente da agricultura (no caso, considerada de subsistência).

Para tanto, o trabalho estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos a ferramenta teórico-metodológica desenvolvida para compreender o processo de (re)pecuarização no Pajeú, e, conseqüentemente, os processos de mudança social, a partir do levantamento crítico da bibliografia nacional que trata da expansão da pecuária, especialmente no Nordeste; da reflexão histórica sobre a introdução da pecuária no semiárido e sobre a constituição e crise do sistema pecuária/algodão/culturas alimentares/latifúndio/moradia; e da análise do processo de emergência de diferentes discursos de desenvolvimento e modernização do meio rural no semiárido.

No segundo capítulo, nosso empenho se deu no sentido de demonstrar, do ponto de vista de dados oficiais, especificamente do IBGE, o perfil do processo de (re)pecuarização, enfocando a relação entre o criatório de animais e agricultura familiar, especialmente na microrregião do Pajeú. Esse capítulo serviu, particularmente, para relativizar alguns “mitos” em relação à pecuária no semiárido, frente aos padrões conformadores desta atividade produtiva no país, inclusive em outras áreas da região Nordeste.

No terceiro capítulo, a partir da caracterização da microrregião do Pajeú, dos pontos de vista político, ambiental, histórico e econômico, tomando como referência as dinâmicas em torno da pecuária e da reflexão sobre a emergência de um quadro político-institucional que inclui agricultores familiares e entidades que os representam nos processos de elaboração e execução de políticas públicas destinadas ao meio rural, nos esforçamos em caracterizar o processo de (re)pecuarização, na microrregião, levando em consideração as particularidades municipais.

No quarto capítulo, nos dedicamos à análise das políticas públicas e medidas de governo direcionadas ao incentivo da agricultura familiar, tentando compreender como o conjunto de políticas e articulações sociais e institucionais constrange os indivíduos a investirem na pecuária e como esse contexto que se desenha é fruto de articulações, conflitos discursivos e lutas simbólicas entre as instituições e organizações que representam a agricultura familiar e entre os próprios agricultores familiares.

Por fim, no quinto capítulo, nos ocupamos em analisar alguns aspectos do processo de mudança social engendrados pela expansão da pecuária no Sítio Santo Izidro e no

Assentamento da Barriguda, atentando para as mudanças nos posicionamentos sociais e tentando compreender como esses grupos deixaram de ser cultivadores para serem basicamente pecuaristas e quais as principais implicações dessas mudanças na esfera da economia familiar e na esfera das relações intergrupais. Além disso, nesse capítulo, foram ressaltados os aspectos relativos à dimensão prática, que se expressa no dia a dia dos agricultores familiares envolvidos com o criatório dos animais; e tentamos compreender como se constituíram as relações sociais responsáveis pela escolha dos indivíduos, em favor da pecuária como fruto, também, da articulação entre as dinâmicas desenvolvidas em nível regional e das desenvolvidas nas comunidades do entorno desses locais de pesquisa (especialmente nos arredores dos distritos de Bonfim e Santa Rita), em que se destacam uma série de atividades de cunho econômico, social, cultural, religioso e esportivo, que incentivam o criatório, legitimam o projeto da pecuária e reabilitam os símbolos históricos dessa atividade.

CAPÍTULO I

EXPANSÃO DA PECUÁRIA, DISCURSOS DE MODERNIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Em boa parte dos estudos que tratavam da pecuarização nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no semiárido, considerava-se que trabalhadores rurais e agricultores familiares (ora interpretados como camponeses, ora como pequenos produtores) eram vítimas, atores passivos e negativamente atingidos pelo processo de avanço da criação de animais, conduzido pela expansão do capitalismo. Pouco se fazia em referência a esse tipo de processo como sendo conduzido também pela pequena propriedade e por agricultores familiares. De um modo quase geral, esses estudos estavam mais interessados em abordar os aspectos relativos à reprodução de grupos de camponeses, moradores, meeiros, com atenção especial, em especular sobre a desagregação e desintegração dessas formas sociais, a partir da pecuarização. Para além das previsões de precarização das vidas dos moradores e dos trabalhadores das grandes propriedades, não conseguiram prever as mudanças sociais – engendradas por alterações figuracionais, que não implicavam necessariamente o desaparecimento desses atores, mas estavam muito mais relacionadas com ascensão social e mudanças nas posições sociais – que grupos de agricultores familiares têm vivenciado nos últimos anos a partir da expansão da pecuária e do direcionamento predominante de suas atividades produtivas para o criatório.

Por outro lado, a atenção demasiada em macroprocessos econômicos dos estudos que tratavam da pecuarização no Nordeste, na década de 1980, tendia a obscurecer as relações sociais responsáveis pela escolha dos indivíduos em favor da pecuária e dos aspectos relativos à dimensão prática, que se expressava no dia a dia de trabalhadores rurais, camponeses, moradores e meeiros envolvidos com o criatório dos animais. Ficava relegada, nesses estudos, portanto, a questão da escolha individual em direção à pecuária e seu papel na atualização de simbologias capazes de legitimar os projetos territoriais e os discursos de desenvolvimento e modernização em favor da pecuária.

Se parte da literatura que trata da pecuária no Nordeste, principalmente a de filiação mais próxima à história econômica, associa a expansão do criatório para o interior da região a um caráter subsidiário e de dependência em relação às economias canavieira e mineradora de meados do século XVIII (PRADO JUNIOR, 1981) e que se apoiava em relações sociais

semifeudais (GUIMARÃES, 1977), o fato é que, em certo momento, essa atividade ganhou autonomia e importância econômica para a colônia, ao ponto de ser, até meados do século XIX, a principal atividade produtiva nordestina – e inspirar a alcunha dada por Capistrano de Abreu (1982) às populações dos sertões, como a “Civilização do Couro” – até o *boom* da economia do algodão na segunda metade do século XIX, o que, em certo sentido, coloca a pecuária em articulação (agora dividindo a importância econômica) com a cotonicultura que, até meados da década de 1970, ocupa posição de destaque no que se refere à organização produtiva. Já no último quartel do século XX, a crise definitiva do setor do algodão recoloca a pecuária como atividade produtiva que tende a ser dominante, na área, em detrimento da agricultura.

O certo é que as transformações que emergem no semiárido, com a crise do ciclo do algodão (e também do sisal, no Pajeú), entre as décadas de 1970 e 1980, e de todo o sistema social e produtivo que o acompanha (moradia, consórcio de culturas alimentares com a pecuária e a cotonicultura sob o comando político e ideológico das elites latifundiárias), estão relacionadas com o redirecionamento produtivo dessa área em favor do criatório de animais, embora que de forma relativamente ambígua¹⁰. Esse novo contexto, em que o projeto produtivo da pecuária se torna dominante no semiárido – legitimado tanto por discursos de desenvolvimento que fundamentam diversas ações de governos, quanto pela escolha preferencial de produtores pela criação –, consolida-se, portanto, a partir de processos sociais contraditórios que operam através do reposicionamento de diferentes grupos – ora em favor de grandes proprietários, ora de agricultores familiares – em momentos diferentes.

O surgimento desses processos sociais contraditórios reflete, inclusive, a emergência sucessiva de vários e conflituosos discursos – como, por exemplo, a polaridade que existe entre o discurso de combate à seca, predominante até década de 1980, e o da convivência com o semiárido, popularizado a partir da década de 1990 – para o desenvolvimento econômico do meio rural no semiárido, mas que, de um modo ou de outro, terminaram por incentivar a pecuária e tê-la, embora que de forma contraditória (ora enfocando na bovinocultura, ora na caprinovinocultura), como a melhor alternativa para a geração de renda no meio rural do semiárido – principalmente depois de comprovados os insucessos ou impactos muito limitados dos grandes projetos de irrigação implementados pelo DNOCS.

¹⁰ Ambiguidade que é refletida na composição de figurações sociais em que em momentos diferentes da atividade da pecuária entra como fator fundamental na conformação da arena social, onde, ora uns, ora outros grupos (por ela e para ela) se firmam em detrimento de outros agrupamentos. É o caso, como veremos, da pecuária praticada sob a lógica do latifúndio, que opunha o morador ao proprietário latifundiário (e a seu gado), e da pecuária praticada nos dias atuais que é capaz de dar, através das políticas de reforma agrária, ao assentado, ex-morador, autonomia profissional e econômica em relação ao latifúndio que entra em crise.

É nesse sentido que – a partir da reflexão histórica sobre a introdução da pecuária no Nordeste e sobre a constituição e crise do sistema pecuária/algodão/culturas alimentares/latifúndio/moradia, da análise do processo de emergência de diferentes discursos de desenvolvimento e modernização do meio rural no semiárido e do levantamento crítico da bibliografia nacional que trata da expansão da pecuária especialmente no Nordeste, propomos interpretar o processo de (re)pecuarização que vem ocorrendo no Sertão do Pajeú, numa chave teórico-analítica que dê conta de entender a atual atividade pecuária para além das determinações históricas (ou herança) de um passado conectado com a atividade que compreende mais de três séculos, que relativize a explicação simplista de que a pecuária atual no sertão é fruto unicamente da expansão do capitalismo e/ou modernização conservadora do regime militar e que enfoque as mudanças vivenciadas pela agricultura familiar. Às dimensões da escolha individual (ou da opção pela pecuária) e do contexto histórico, econômico e político que devem ser confrontadas, será acrescida uma perspectiva processual de mudança social capaz de detectar também os câmbios na (e não somente da, e aqui nos referimos à superação de perspectivas que enxergam a mudança social somente sob o ponto de vista da aculturação – interpretada muitas vezes como contaminação – possibilitada pelo contato com outras formações sociais e econômicas) agricultura familiar que relaciona, ao mesmo tempo, as mudanças figuracionais, as reconversões produtivas, os processos de territorialização e de legitimação de projetos territoriais (bem como dos discursos que os fundamentam) e as dinâmicas de modernização institucional em torno da pecuária. Depois, destrincharemos os passos da estratégia de pesquisa ressaltando as diferentes técnicas de produção de dados e os métodos utilizados no levantamento empírico da pesquisa de campo.

Desde já, assumimos o pressuposto de que, com o processo de (re)pecuarização, o criatório se apoia em moldes diferentes dos praticados no passado. Ao invés de se constituir como resquício feudal e antimoderno, a pecuária, hoje em dia, se ampara em relações com crescente grau de racionalidade. Apesar da existência de um forte discurso com intuito modernizador (que enfoca a agroecologia), que tenta apresentar as fragilidades (ou irracionalidades) da pecuária (em especial da bovina), ela se mantém fortemente estabelecida e legitimada por outros discursos. Esse quadro sugere que a opção pela pecuária, além de responder satisfatoriamente aos anseios produtivos dos atores, constitui-se como sendo uma estratégia modernizante, parte de um programa de modernidade que engendra projetos territoriais, que pode conviver (seja de forma ‘pacífica’ ou ‘conflituosa’) com uma multiplicidade de outros programas (EISENSTADT, 2001; COELHO e CUNHA, 2007).

1.1 A HISTÓRIA DA PECUÁRIA NO NORDESTE, OS DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO

É comum, na historiografia que trata da colonização do interior do Nordeste, a referência a três aspectos indissociáveis: a) distribuição de terras pela concessão de sesmarias; b) domesticação (catequização ou extermínio) dos indígenas nativos; e c) ocupação do solo pela prática da pecuária, com a disseminação crescente de currais e fazendas de gado após a proibição do criatório na zona canavieira (através da Carta Régia de 1701), primeiro ao longo do Rio São Francisco, depois ao longo dos vales férteis dos rios temporários (muitos deles afluentes do São Francisco), onde se produzia gado que servia, tanto como fonte proteica, quanto como força motriz, em subsídio à economia da cana e à economia mineradora no contexto do mercantilismo (GUIMARÃES, 1977; ANDRADE, 1998). Na estrutura social desse sistema encontravam-se: a) o donatário, ou o sesmeiro, aquele que figurava formalmente nos contratos e nos acordos de concessão, junto aos governadores-gerais e à coroa portuguesa que, geralmente, não explorava diretamente as terras a ele concedidas e residiam ou na metrópole, ou nas sedes das capitanias; b) os prepostos (ou fazendeiros) que de fato exploravam e administravam a área das sesmarias através de posses (compradas ou conseguidas através do poder de barganha – em que pesava a confiança – com os sesmeiros), estes estavam incumbidos de administrar a fazenda e pacificar (utilizando a religião ou a guerra) as áreas ocupadas; c) os vaqueiros e agregados (ou moradores), originários da mestiçagem entre os sujeitos de origem lusitana e indígena – força de trabalho efetiva nesse sistema produtivo para o trato com o gado (CAPISTRANO DE ABREU, 1982).

A remuneração a partir da quarteação (um quarto dos bezerros, cabritos e borregos nascidos durante um ano) não só possibilitou um controle efetivo e à distância dos sesmeiros e dos prepostos sobre a produção e os detentores da força produtiva, mas também certa ascensão social do vaqueiro à situação de fazendeiro, e de preposto à de sesmeiro, pelo menos até meados do século XIX, época em que ainda existiam áreas desabitadas e/ou devolutas a serem dadas em sesmaria, até 1822, ou em forma de ocupação, concessão ou alienação de posses, até 1850. Depois de 1850, com a lei de terras, reconheceu-se a propriedade das áreas já ocupadas e instituiu-se a obrigatoriedade da alienação exclusivamente através da compra e venda. É essa, em síntese, a origem do processo de concentração fundiária das áreas de semiárido nas mãos de poucas famílias e a partir da pecuária (GUIMARÃES, 1977).

O criatório de animais, especialmente de bovinos¹¹, exigia esforços de seminomadismo e de transumância de rebanhos conforme a época do ano. Os vaqueiros das fazendas eram responsáveis por levar, a partir dos meses de maio e junho, os rebanhos das fazendas – localizadas nas margens dos rios temporários, como o Pajeú, Moxotó, Piancó, Piranhas, Espinharas, Seridó, Brígida, Taperoá, Curimataú e partes altas do Paraíba, Capibaribe e Ipojuca – até áreas de refrigério, regiões serranas – Serra do Teixeira, Serra das Varas, Serra da Baixa Verde, Serra do Jacaré e Chapada do Araripe –, em que se formavam brejos de altitude e onde as pastagens se conservavam em boas condições até meados de outubro, época em que o gado era trazido novamente às fazendas para ser arraçoado com os restos de cultura e com o capim que nascia nas margens dos rios (quando estes secavam) até o início do período chuvoso (que vai de dezembro a maio). Assim, nas fazendas propriamente ditas (isso até início do século XX), o gado só ficava nesse intervalo chuvoso, que era chamado de *invernada*¹² (ANDRADE, 1998).

Nas franjas desse sistema, formou-se um tipo particular de campesinato que, num primeiro momento, era composto pelos vaqueiros e os integrantes de suas famílias que, em combinação com as atividades do criatório, praticavam uma agricultura de subsistência (sendo o milho, o feijão e a cana-de-açúcar os principais produtos). Num segundo momento, a partir da segunda metade do século XIX, com a disseminação do cultivo do algodão, essa formação social, agora sob a égide do sistema de moradia (em que a *meação* é a principal forma de remuneração), passa a ser predominante sem comprometer a existência do vaqueiro, que, tendo origem nas famílias de moradores, continua a exercer seu trabalho. Sob a vigência do sistema de moradia, o trabalhador dispunha de sua mão de obra para o cultivo dos produtos de subsistência até o limite do pagamento da *meia*¹³ ao proprietário, que podia variar desde a metade da produção específica de algodão, até a metade de todos os itens produzidos pela família, inclusive os de subsistência (ANDRADE, 1998; PALACIOS, 2004).

O sistema pecuária/algodão/policultura (mais comum nas áreas mais úmidas dos agrestes) pôde, pois, se difundir nas áreas de semiárido através da existência de relativo equilíbrio das receitas e segurança alimentar¹⁴, possibilitados por essa combinação, que

¹¹ A criação de caprinos e ovinos (também chamada de “*miunça*”) era uma ação mais doméstica, mais dependente dos filhos e da mãe da família. Os animais eram soltos (ou pastoreados) durante o dia e à noite eram recolhidos no chiqueiro, localizado geralmente nos fundos da casa.

¹² Era a época em que a maior parte dos bezerros nascia e precisavam de cuidados especiais por parte dos vaqueiros, até terem condições de se alimentar sozinhos.

¹³ A depender da época e da região, o acordo que instituí a *meia* a ser paga ao proprietário poderia corresponder a frações de 1/3, 1/2, 1/4, 3/4, 5/8 e etc.

¹⁴ Essa relativa segurança alimentar era possibilitada pelo equilíbrio nas receitas que o sistema proporcionava. Nos anos em que a subsistência não era assegurada pelos alimentos produzidos no âmbito da propriedade, devido

operava por meio do uso das áreas de pastagens abertas pela lavoura – que também possibilitava a utilização dos restos de cultura na alimentação dos animais – e no aproveitamento das áreas destinadas ao plantio de algodão que serviam para o plantio consorciado de culturas alimentares¹⁵. Essa utilização combinada possibilitava um trato cultural ao algodão que o livrava de ervas daninhas e uma natural adubação dessa área (com esterco bovino), que era utilizada como pastagem nas entressafras do algodão; ao mesmo tempo utilizava-se o caroço do algodão (resto do processamento da pluma) para a engorda de animais, mas, principalmente, para complementar a alimentação nos períodos secos (SILVA e LIMA, 1982).

Num primeiro momento, no auge da produção/comercialização do algodão, o sistema pecuária-algodão possibilitou a acumulação de capital por parte dos trabalhadores/meeiros/camponeses, de maneira que muitas das famílias moradoras das fazendas de gado puderam também se tornar proprietárias, o que permitiu a formação de manchas compostas por pequenas propriedades (sítios entre as grandes propriedades) no mapa fundiário do semiárido. Esse processo inicial foi também responsável por ondas migratórias em direção ao Sertão de levadas populacionais advindas dos Agrestes, expulsas por processos de minifundização (fator relacionado com a colonização precoce e correspondente crescimento populacional) e atraídas pelas possibilidades de acumulação de capital através da cotonicultura (ANDRADE, 1998).

Diante dos primeiros sinais de crise do ciclo algodoeiro¹⁶, ocorridas a partir da segunda metade do século XX, esse quadro começou a mudar. As propriedades não conseguiram mais produzir a pluma a preços viáveis no mercado mundial. À concorrência internacional acrescenta-se a concorrência nacional do produto cultivado por agricultores do Centro-Sul, que, devido à viabilidade da mecanização, conseguiram reduzir os custos de produção do algodão herbáceo – muito mais produtivo que o arbóreo, porém com maiores exigências de pluviosidade. Nesse contexto, a praga do bicudo (que também sempre existiu) foi apenas um pretexto (ou algo como o ‘estopim da bomba’) para justificar a crise do

às intempéries climáticas (secas ou enchentes), a renda advinda do algodão cumpria esse papel de alimentar a família através da compra (ou troca) de produtos alimentícios adquiridos nos agrestes ou comercializados pelos ‘tropeiros’.

¹⁵ Existia também a consorciação de palma-forrageira (destinada à alimentação de urgência, nos períodos de estiagem) com o algodão. Enquanto a palma ficava pronta para ser utilizada (após quatro anos do plantio), já se tinha aproveitado pelo menos três safras do algodão.

¹⁶ Crises intermitentes no setor algodoeiro, assim como em outros setores baseados em produtos dependentes do sistema agroexportador internacional, sempre existiram no período pré e pós revolução industrial. Aqui, estamos tratando particularmente da última e definitiva crise, ocorrida após a segunda metade do século XX, que impossibilitou decisivamente a produção da pluma no semiárido.

algodão, relacionada principalmente com a incapacidade de concorrer a nível regional e mundial. Sob forte pressão dos proprietários (que entram em crise econômica), em que os moradores forçados a produzir mais e pagar maiores quotas na meação para compensar as perdas decorrentes da baixa nos preços, intensificaram-se as migrações inter-regionais em procura de melhores condições de vida no Sudeste. Entrou em crise (também decorrente da pressão pela formalização das relações de trabalho) o sistema de moradia baseado no sobrevalor pretérito do algodão que, por ter o preço reduzido no mercado mundial e os custos de produção elevados no mercado interno, a partir da década de 1950, e para continuar existindo, passou a exigir uma mais-valia insuportável para os trabalhadores/moradores (OLIVEIRA, 1977).

A intensificação das migrações, iniciada com a crise do algodão, não só comprometeu a oferta de mão de obra para a grande propriedade, dependente do braço do morador¹⁷, mas também para a pequena propriedade, que se viu numa situação de precarização da vida e correspondente fuga dos membros da família em busca de melhores oportunidades de vida (fenômeno sintetizado na categoria do retirante) no Sudeste, região atrativa, devido ao intenso processo de industrialização após a década de 1950 (OLIVEIRA, 1977).

Nesse complexo contexto de crise do sistema pecuária-algodão-latifúndio, estão postos diversos fatores que ora entram em contradição, ora se complementam. À crise do algodão, que comprometeu o sistema de moradia, alia-se o reconhecimento legal dos direitos trabalhistas do trabalhador rural (ETR) – que independentemente do efetivo, ou não, respeito e cumprimento – expulsava ainda mais o morador das propriedades (grandes e pequenas), numa situação em que o proprietário, temendo a obrigatoriedade legal de recompensar seus moradores, não renovava os acordos de moradia. Relacionado com esse aspecto, está o aparecimento das relações de assalariamento da mão de obra e uma correspondente precarização dos vínculos empregatícios pela constituição da remuneração em diária (que geralmente está relativamente abaixo do valor do salário mínimo). Esse fator também impactou a pequena propriedade que, tendo sua força de trabalho reduzida pela migração de seus membros, obrigou-se a utilizar mão de obra externa para os tratos culturais. O assalariamento comprometeu também a existência de um fator responsável pela reprodução

¹⁷ A moradia não era um fenômeno restrito à grande propriedade. Ela podia existir na medida em que uma família proprietária não conseguia, com os braços disponíveis, cultivar a terra em sua totalidade. Era comum, quando havia disponibilidade de terras nas pequenas e médias propriedades e quando havia demanda na região de trabalhadores despossuídos, instituir-se um acordo de moradia.

social daquela forma de campesinato, o mutirão¹⁸, que foi substituído pelo adjutório de trabalhadores remunerados monetariamente (ANDRADE, 1998).

O cercamento das grandes propriedades, que se iniciou ainda no auge do ciclo do algodão, comprometeu a existência do vaqueiro, que antes tinha responsabilidade de cuidar dos animais num sistema pastoril seminômade, em que o gado transpassava os limites das propriedades e se misturava com o gado de outras fazendas, o que implicava a necessidade das “festas de apartação” para a separação e marcação do gado de diversas fazendas. A cerca possibilitou a inutilização social do vaqueiro, que, sendo remunerado, não mais pela quarteação, mas sim pelo salário, transformou-se no mero tratador do gado, impossibilitado de ascender à posição de fazendeiro (ANDRADE, 1998).

1.1.1 O discurso de combate à seca

A visão de que os problemas causados pelos recorrentes períodos de estiagem no interior nordestino poderiam ser solucionados por um conjunto de medidas de ordem técnica, de maneira que preparassem o semiárido com um aparato de infraestrutura, necessário ao enfrentamento dos efeitos das secas, não é recente. Remete ao século XIX. As primeiras obras de impacto (leia-se construção de açudes) no semiárido foram iniciadas sob o reinado de D. Pedro II. Esse conjunto de medidas, baseadas na infraestrutura de açudagem, foi denominado por alguns pensadores sociais, ocupados com pesquisas nas áreas sob influência da seca, de “solução hidráulica” (SILVA, 2007).

No início do século XX, esse paradigma, de caráter eminentemente moderno, consolida-se com a criação, em 1909, da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), transformado, em 1945, no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)¹⁹, num contexto em que os primeiros sinais de decadência do “ciclo algodoeiro”, começam a aparecer associados a um processo de intensificação dos efeitos da seca sobre as populações habitantes da faixa semiárida do Nordeste.

A solução hidráulica implementada pelo DNOCS baseava-se na construção de estradas, açudagem combinada com a irrigação e cultura agrícola científica do solo. O problema é que 71% da área irrigada pelo departamento, no século XX, ficou sob tutela de

¹⁸ Forma de troca de serviços regida pelas noções de reciprocidade, vizinhança e interconhecimento.

¹⁹ O discurso de que esse órgão salvaria a região-problema, através da construção de uma infraestrutura de combate à seca, torna-se dominante até a década de 1980, quando se notou que os grandes projetos de irrigação, além de terem causado grandes impactos ambientais, não prosperaram, não conseguiram alcançar a sustentabilidade, seja por desmandes dos administradores responsáveis, seja por incapacidade de sobrevivência após o encerramento da tutela estatal (FURTADO, 1964; OLIVEIRA, 1977; BURSZTYN, 2003).

grandes proprietários, enquanto que só 29% ficou sob domínio público, sendo explorada por beneficiários de programas de colonização (SILVA, 2007).

Em paralelo à atuação do departamento, a região Nordeste, a partir da década de 1960, passa a ser palco, através da ação de órgãos de planejamento e financiamento (como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), de um esforço modernizador²⁰ que ocorre em duas vias. Por um lado, na agricultura, com a introdução (diga-se incompleta e tardia) de parte do pacote tecnológico da Revolução Verde, as culturas de consumo direto (milho, feijão e arroz) são incentivadas em substituição à monocultura do algodão já em decadência (OLIVEIRA, 1977). Por outro, na pecuária, ocorreu o apoio à difusão de espécies forrageiras – capim búffel (*Cenchrus ciliaris*), capim elefante (*Pennisetum purpureum*), palma-forrageira²¹ (*Opuntia sp.*), algaroba (*Prosopis juliflora*) – adaptáveis às condições de seca; incentivo para o cercamento e compartimentalização das propriedades com o intuito de melhor aproveitamento das pastagens disponíveis, pelos animais; e a introdução de raças exóticas e ‘mais produtivas’: para produção de carne, o gado zebuino, maior e com melhor rendimento de carcaça e no setor leiteiro, o gado europeu, com excelente conversão de ração em leite (raças como a Holandesa, Jersey e Pardo-suíça)²² (SABOURIN e CARON, 2003; CARVALHO, 1988; MENEZES, 1985).

Na verdade, para Silva (2007), a política de criação de perímetros irrigados ficou restrita a áreas específicas (ilhas de desenvolvimento com emergente dinamismo econômico) enquanto que a maior parte dos esforços modernizadores, destinados à produção agrícola, restringiu-se a um público específico (a grande propriedade). O que de concreto ocorreu, segundo Silva (2007), no semiárido, relativamente de forma generalizada, mas também em benefício quase exclusivo à grande propriedade, foi a disseminação de um modelo produtivo, baseado na modernização da pecuária regional, o que levou Francisco de Oliveira (1977) a dizer que os investimentos estatais expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do ‘fundo de acumulação’ próprio dessa estrutura,

²⁰ Esse esforço modernizador ocorreu através de políticas públicas como: o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Programa de Aquisição de Alimentos do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o Sistema Nacional de Crédito Rural, o fomento ao cooperativismo, dentre outros (BURSZTYN, 2003).

²¹ No início da década de 2000, um fator que se demonstrou limitante à criação de ruminantes na região sertaneja dos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará foi a proliferação da praga da Cochonilha de Carmim (*Dactylopius coccus*), que, apesar de ter devastado os palmais nessas áreas, não se percebe um abandono da atividade, como parte dos atores previam e temiam no início da década.

²² Os esforços de modernização desenvolvidos pela SUDENE tinham o objetivo inicial de atender a região de forma integrada, no entanto, a realidade que se consolidou durante o período autoritário, só assegurou a implementação das políticas modernizadoras aos grandes proprietários.

representado pelas culturas de subsistência dos moradores meeiros e parceiros e pequenos sítiantes.

O paradigma hidráulico começou a ser criticado ainda no início da década de 1960, quando da formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) – o que viria a tornar-se a SUDENE – que criticava o caráter fragmentado, emergencial e descontínuos dos programas desenvolvidos, incapazes de resolver os reais problemas advindos da seca e que, efetivamente, reforçava as desigualdades sociais e mantinha um quadro de dominação paternalista e clientelista das elites proprietárias sobre os trabalhadores e pequenos produtores. No entanto, essa crítica inicial não surtiu efeito (pelo menos até a redemocratização) durante o período autoritário, que debelou os principais idealizadores do GTDN e realinhou o DNOCS e a SUDENE no sentido de manter esse quadro de desigualdades e a base axiológica que lhe dava sustentação (SILVA, 2007).

Sob o paradigma do combate à seca, inúmeros foram os programas governamentais implementados no nível regional por órgãos públicos como a SUDENE, DNOCS e Banco do Nordeste. Estes programas, por um lado, representaram uma aparente potencialização das ações públicas em relação aos problemas das secas; no entanto, como seus objetivos efetivamente não foram concretizados, demonstraram as fragilidades da estratégia hidráulica em mitigar os efeitos socioeconômicos danosos das estiagens. Por outro lado, através da instalação de infraestrutura moderna e da difusão de técnicas produtivas orientadas para redução de custos e maximização dos lucros, possibilitaram influenciar, decisivamente, pelo menos para a pecuária, o seu reordenamento produtivo a nível regional. Nesse contexto, os projetos implementados foram: POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Programas de Irrigação e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), além das políticas de financiamento/planejamento localizados e incentivos fiscais destinados diretamente ao grande produtor via Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, no âmbito de programas como o Programa de Agroindústria - PDAN (SILVA, 2007).

Assim, não só o discurso, mas também as políticas de combate à seca possibilitaram o direcionamento produtivo da área semiárida do Nordeste para a atividade produtiva da pecuária²³, apoiado num paradoxo intrínseco a esse paradigma. Por um lado, segundo Silva

²³ Para os pequenos e médios proprietários, o Projeto Sertanejo, por exemplo, foi um dos maiores vetores de difusão da pecuária no semiárido, dentro do contexto de substituição de lavouras por pastagens, apesar do pouco tempo que funcionou. Nos sete anos de funcionamento, a área atendida com pastagens correspondeu a 153.862 hectares, enquanto a área com lavouras ficou em torno de 69.609 hectares. À época, essa tendência já era

(2007), inseriu, em parte e de certa maneira, a grande propriedade no modelo de *agribusines*²⁴ da bovinocultura, através dos incentivos financeiros, à modernização e em substituição à cotonicultura, via FINOR e PDAN. Por outro, ao articular a ativação dos perímetros irrigados (Programas de Irrigação) e fomentar a produção de pequenos e médios produtores (com terra e sem terra – via POLONORDESTE, Projeto Sertanejo e PAPP), sobre uma base agrária concentrada, possibilitou a transferência de mão de obra para esses perímetros, deixando algumas áreas não irrigadas com carência de força de trabalho, ao mesmo tempo em que, sobre um contexto em que predominava o sistema de moradia, qualquer incentivo à produção dos não-proprietários implicava um pagamento do uso da terra, ao proprietário, em forma de pastagem. De toda maneira, sob influência do discurso de combate à seca, os incentivos aos pequenos e médios proprietários funcionavam no sentido de fomentar empreendimentos em que a pecuária ocupasse o papel central.

1.1.2 O paradigma da convivência com o semiárido

Sob os primeiros sinais de insucesso do modelo de combate à seca surge, ainda na década de 1980, mas só se afirma, na década de 1990, através de políticas públicas e de ações de entidades da sociedade civil organizada, o discurso da “convivência com o semiárido”. O argumento central dessa perspectiva era o de que as políticas de modernização agrícola, dentro do contexto da ‘solução hídrica’, que acenavam para projetos de irrigação e para o melhoramento da infraestrutura para a pecuária bovina, atrelados à manutenção das relações de poder patriarcais e clientelistas, foram os grandes responsáveis pela destruição da caatinga enquanto bioma, pela desertificação e pelas desigualdades na distribuição da terra, da água e da renda na região “sertaneja”.

Como já mencionado anteriormente, as primeiras críticas ao modelo de combate à seca remetem às discussões iniciais do GTDN, esforços que foram ofuscados pelo regime ditatorial, que fez uma clara opção por não alterar, profundamente, os *status quo* de precariedade frente à seca, em benefício das elites agrárias nordestinas. Só na década de 1980, sob os auspícios de uma relativa abertura política, é que as críticas a esse modelo de desenvolvimentos vão novamente se reabilitar. Alguns intelectuais (a exemplo de Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Manuel Correia de Andrade, José Guimarães Duque, Otomar

avaliada criticamente por membros que compunham o programa, como um processo de predominância da exploração extensiva, o que de fato o projeto inicial se propunha a substituir (BRASIL, 1985).

²⁴ O que não significou, necessariamente, a sustentabilidade econômica desses empreendimentos ao longo do tempo, até os dias atuais.

de Carvalho), advindos em sua maioria dos próprios órgãos responsáveis pela consolidação da “solução hidráulica” (SUDENE, DNOCS, BNB), passaram a vislumbrar uma mudança de concepção e de orientação das políticas de combate à seca, deixando de lado os intentos de modificar o ambiente para que o homem viva nele melhor, para uma posição de preparar a população para viver com a semiaridez, tirando dela as vantagens (SILVA, 2007).

As críticas ao modelo de combate à seca ganharam um tom qualitativo quando absorveram o teor de cunho ambiental através do aumento considerável (na década de 1980) da divulgação das propostas políticas e das análises científicas em torno do modelo de desenvolvimento sustentável. O principal marco desse processo de transição paradigmática na década de 1980 foi a publicação pela EMBRAPA de um documento intitulado “Convivência do homem com a seca”, texto que incorpora a preocupação no desenvolvimento de tecnologias baratas e eficientes a fim de reduzir os efeitos da seca, especialmente na captação e armazenamento de água de chuva por pequenos agricultores. Já na década de 1990, dois acontecimentos foram fundamentais para a consolidação do paradigma da “convivência com o semiárido”: a) a manifestação ocorrida em 1993 com a ocupação do prédio da SUDENE, por milhares de agricultores, trabalhadores rurais e representantes de entidades sindicais e paraestatais, em protesto à situação de calamidade devido à seca ocorrida naquele mesmo ano, em que se exigia comprometimento daquela instituição com a mudança de enfoque no tratamento das questões relacionadas com a seca, o que resultou na criação do projeto interministerial denominado “Projeto Áridas”, que, a partir da publicação de vários documentos oficiais, já em 1994, representou a avocação oficial dos princípios norteadores do novo paradigma para a formulação de políticas públicas para os agricultores do semiárido; e b) a criação da Articulação do Semiárido (ASA), em 1999: que reuniu, além de sindicatos e associação de agricultores, sessenta e uma organizações não governamentais (que já existiam, mas que faziam trabalhos isolados e não integrados) para discutir sobre a problemática e a elaboração do documento oficial intitulado “Declaração do Semiárido”, no qual se afirma que a convivência do homem com as condições do semiárido é possível²⁵ (SILVA, 2007).

A proposta de convivência com o semiárido absorve o discurso de que a sustentabilidade econômica só será alcançada se houver uma diversificação produtiva com a introdução de novas estratégias de geração de renda (para o pequeno, médio e grande

²⁵ A ASA tornou-se o paladino do paradigma de convivência com o semiárido, sendo não só representante das demandas de grupos organizados de agricultores familiares das áreas sertanejas frente aos governos, mas também indutor de iniciativas técnicas e produtivas, alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, que posteriormente viriam a se tornar políticas públicas, como, por exemplo, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

produtores) de maneira que fosse aproveitado o potencial ecológico/econômico da região semiárida. São exemplos desse processo, a articulação da agricultura de sequeiro e da pecuária de pequenos ruminantes²⁶ com a apicultura, a melipolinocultura, a pequena piscicultura, a criação de frango caipira precoce, o turismo rural, etc..

Em relação às políticas públicas, efetivamente implementadas para a agricultura familiar, sob a égide da “convivência com o semiárido”, podemos citar, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o lançamento do “Programa Sertão Cidadão: convívio com o Semiárido e inclusão social”, que articulava medidas imediatas de atendimento à população sertaneja nos meses de estiagem com ações de monitoramento espacial e temporal de sistemas ecológicos e socioeconômicos, além de incentivar a difusão de tecnologias apropriadas para o semiárido. Dessa maneira, esse programa representou mais o empenho na racionalização dos custos através da integração de programas governamentais que propriamente a implementação de ações inovadoras (SILVA, 2007).

A partir de 2003, as políticas de convivência com o Semiárido passam a ser implementadas de duas maneiras, de forma concentrada e integrada (para áreas prioritárias) e de forma difusa (para todos os municípios do semiárido). Nesse contexto foi lançado o “Programa Conviver: Desenvolvimento Sustentável do Semiárido²⁷”, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, mas que congrega ações de vários ministérios, como o Programa Água Doce, Luz para Todos, Reforma Agrária, Bolsa Família e Bolsa Alimentação, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Seguro Safra (hoje Garantia Safra), PRONAF e crédito para pequenos produtores e microempresas (via BNB), com vistas a direcionar as estratégias produtivas nos municípios atendidos para a piscicultura, apicultura, programa do biodiesel, criação de animais, ecoturismo, artesanato, microagroindústria, agricultura irrigada e ao mesmo tempo promover a segurança hídrica (construção de cisternas e instalação de dessalinizadores) e alimentar e a constituição de uma renda mínima para a agricultura familiar (programas de transferências de renda e Garantia Safra).

Fora da área de abrangência do Programa Conviver, estas ações, de uma forma geral, estão sendo articuladas e implementadas no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento

²⁶ A substituição da grande pecuária pela criação de pequenos ruminantes (no caso caprinos e ovinos), mais adaptados às condições climáticas e menos degradantes do meio-ambiente, já que esses animais aproveitariam melhor o potencial forrageiro da caatinga nativa sem a necessidade do desmatamento, constituiu-se como sendo uma das principais soluções apontadas pelo discurso de convivência com o semiárido.

²⁷ Programa com atuação prioritária nos seguintes espaços do Semiárido: São Raimundo Nonato (PI), Médio Jaguaribe (CE), Baixo Jaguaribe (CE), Vale do Açu (RN), Sousa (PB), Piancó (PB), Sertão do Moxotó (PE), Santana do Ipanema (AL), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Brumado (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Guanambi (BA) e Serra Geral (MG).

Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através das câmaras dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais.

Outra iniciativa importante, que representou essa mudança paradigmática, foi a criação do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que desenvolve ações referenciais para o desenvolvimento sustentável do semiárido com fins do empoderamento dos agricultores familiares na idealização, implementação e controle de políticas públicas, através da inserção competitiva e não subordinada no ambiente produtivo e de comercialização. As medidas centrais do PDHC²⁸ são segurança hídrica, segurança alimentar, gestão social, assistência técnica, acesso a crédito e mediação da produção e da comercialização.

Apesar de esse conjunto de medidas terem tido o mérito de inserir progressivamente os habitantes do semiárido num contexto de relativa segurança alimentar (através das políticas de transferência de renda, de prestação continuada e de renda mínima – Bolsa família, aposentadorias, Seguro Safra) e de segurança hídrica (através da construção de cisternas e instalação de dessalinizadores – via Programa Água Doce e a institucionalização do P1MC e P1+2), não foram capazes de desestimular o processo de pecuarização posto em curso no semiárido, sob a égide do discurso de combate à seca e que era criticado por parte dos discursos de convivência com o semiárido (na verdade, como demonstraremos adiante, em alguns casos, serviram de incentivo para a prática do criatório).

Contraditoriamente aos princípios de diversificação produtiva do discurso de convivência com o semiárido, que, em alguns casos, fazia uma severa crítica da pecuária bovina, percebe-se, em algumas áreas, um efetivo aquecimento da bovinocultura²⁹ para pequenos produtores por meio da facilitação do crédito através do PRONAF, combinado com a garantia de compra através do PAA. Enquanto que, por outro lado, os arranjos produtivos³⁰, desenvolvidos pela difusão das “vantagens da caprinovinocultura”, têm seduzido, crescentemente, grandes proprietários dispostos a investir, especialmente, no criatório de elite (melhoramento genético e produção de matrizes e reprodutores).

²⁸ O PDHC atua em municípios das microrregiões de São Raimundo Nonato (PI), Sertão de Quixeramobim (CE), Chapada do Apodi (RN), Curimataú Ocidental (PB), Cariri (PB), Pajeú (PE), Moxotó (PE) e Sergipana do Sertão do São Francisco (SE).

²⁹ Aparentemente a bovinocultura é uma atividade menos custosa para os pequenos e médios produtores, tanto em termos de infraestrutura, que é mais barata, quanto em demanda por mão de obra, além de ser de fácil escoamento da produção.

³⁰ Destacamos, nesse contexto, a articulação do discurso de convivência com o semiárido em torno da cadeia da produtiva da caprinovinocultura incentivada por um leque amplo de instituições da iniciativa pública e privada (SEBRAE, governos estaduais e municipais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/CNA, ONG's, etc). Um exemplo dessa articulação foi a criação do Pacto Novo Cariri, na Paraíba, que tem o incentivo à caprinovinocultura como um carro-chefe em termos de propostas de desenvolvimento socioeconômico para aquela subárea do semiárido.

Atualmente, essa proposta de convivência com o semiárido, em algumas áreas, resiste a duros golpes num contexto de reaquecimento da bovinocultura, levada a cabo principalmente pelos pequenos e médios produtores, limitados, em termos de recursos, de acesso a crédito e de mão de obra, a investir na caprinovinocultura, em diversificar a produção e em procurar alternativas de mercado, etc. Foi o que constatamos em pesquisa numa área de assentamento no Médio Sertão da Paraíba em que, do total de 38 famílias que acessaram o PRONAF, 34 investiram na bovinocultura, 3 na caprinocultura e apenas uma na avicultura (NUNES e CUNHA, 2008).

Porém, de outra maneira, o investimento na caprinovinocultura, via PRONAF, em algumas áreas do semiárido (principalmente onde se desenvolveu a cadeia produtiva do leite de cabra), é bem maior que o investimento na bovinocultura. No Cariri Ocidental Paraibano, do total investido nas operações do PRONAF, realizadas de 2000 a 2009, 47,94% foi destinado à caprinocultura, 5,25% à ovinocultura e 27,61% à bovinocultura, enquanto que, para a agricultura, foram destinados apenas 3,88% dos recursos. Esse é um exemplo de como o processo de (re)pecuarização no Cariri tende a se desenvolver mais em direção à caprinovinocultura, e em perceptível detrimento da agricultura. Até mesmo com os investimentos feitos pelo Projeto Dom Helder Câmara (que tem como princípios o desenvolvimento sustentável e a diversificação produtiva), no Cariri, a pecuária obteve 51,5% do total, o que corresponde a 4,5 vezes o que foi investido na agricultura (CUNHA e MARQUES, 2010).

1.2 ESTUDOS SOBRE O AVANÇO DA PECUÁRIA NO NORDESTE

O trabalho de Gitana Lira (1983), que apresenta uma análise detalhada do processo de pecuarização no Sertão e no Agreste da Paraíba no início da década de 1980, já tinha percebido os impactos sociais e econômicos do crescimento da bovinocultura no contexto de crise do sistema pecuária-algodão, principalmente sobre os pequenos produtores. As conclusões a que chegaram Rocha (1988) e Menezes (1985), como veremos mais na frente, no que se refere à proletarização (dos moradores, rendeiros e pequenos proprietários), ao êxodo rural, à diminuição da renda e da produção agrícola familiar e à intensificação das migrações sazonais e concentração fundiária, já tinham sido descritas de forma semelhante pela autora.

Apesar de a autora ter priorizado o estudo sobre grandes e médias propriedades, terminou por reconhecer uma tendência de avanço da pecuária na pequena propriedade

(representada pela figura do “boi criado na corda”). Uma interessante verificação paradoxal feita pela autora é que o avanço da pecuária pela grande propriedade pressiona a pequena propriedade e compromete sua existência, enquanto o crescimento do criatório no interior da pequena propriedade, não necessariamente impede a prática da agricultura, sendo muitas vezes a ela complementar³¹, apesar de impor uma maior intensificação do uso da terra. Dessa maneira, a autora entendeu que, apesar da notável oposição entre pequena e grande propriedade, no processo de avanço da pecuária, elas agiam de maneira a se complementar, na medida em que a primeira continuava a fornecer força de trabalho e produtos de subsistência para o mercado (LIRA, 1983).

Além de ter enxergado a possibilidade de participação ativa do pequeno proprietário no processo de pecuarização, o trabalho de Lira (1983) tem o mérito de ter apontado uma série de fatores que explicam a escolha em favor da pecuária pelos grandes proprietários, e que podem ajudar também a compreender as escolhas realizadas pelos pequenos proprietários. De forma sintética, seriam eles: a) contínua elasticidade do mercado; b) custos reduzidos para manutenção do estoque em caso de não solubilidade do produto em determinadas épocas; c) flexibilidade na alimentação, de modo que o animal pode se alimentar tanto de pastagem seca, quanto de subprodutos agrícolas, o que dá certa autonomia às variações meteorológicas; d) possibilidade de beneficiar desde o ator com perfil empresário, quanto o produtor não-empresário; e) menos custos transacionais para o ordenamento produtivo, em comparação com a agricultura, porém com um giro mais lento; f) possibilidade de possuir a propriedade como reserva de valor; g) possibilidade de unir lucratividade e lazer sem grandes inversões de trabalho e de investimento; h) fácil conversibilidade, tanto dos animais, quanto das terras em dinheiro; i) fácil reordenamento para áreas improdutivas; j) possibilidade tanto de fugir ao capitalismo, através da manutenção de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, quanto de fácil assalariamento; l) facilidade de crédito para áreas mais áridas, considerando os riscos da atividade agrícola; m) fácil tecnificação; n) fácil possibilidade de acumulação de capital.

Marilda Menezes (1985), ao realizar estudo sobre migração, no Sertão da Paraíba, refletiu profundamente sobre o processo de pecuarização daquela área, entendendo-o como capitalização da pecuária em detrimento das lavouras comerciais (no caso, algodão) e alimentares. A substituição da prática da agricultura, em especial da cultura do algodão, pela

³¹ Com os estudos sobre (re)pecuarização, estamos tentando avançar nesse aspecto. Para tanto, tentamos demonstrar a passagem de uma situação em que, de certa forma, generalizada, a pecuária deixa de ser uma atividade complementar da agricultura, para ser por ela complementada.

criação de animais ocasionaria para os pequenos produtores, moradores e rendeiros mudanças negativas nas condições de reprodução desses grupos, representada pela diminuição da renda, precarização das condições de subsistência e proletarização das relações de trabalho, o que acabaria resultando na migração desses sujeitos para outras regiões do Brasil.

Assumindo que a cultura do algodão era, à época, a principal fonte de renda do pequeno produtor – diferentemente, o grande proprietário tinha como renda principal, a pecuária, e o algodão como cultura secundária – e que a crise na cotonicultura já se avizinhava, a autora concluiu que as condições de sobrevivência desse agrupamento social tornavam-se cada vez mais difíceis só com a renda proporcionada pela terra, obrigando-o a vender sua força de trabalho para a grande propriedade. Em situação semelhante, porém bem mais precária, estavam os moradores e os rendeiros, que perdiam espaço dentro da grande propriedade (pelo avanço das pastagens plantadas) que era destinado ao cultivo da pluma (que já não era tão vantajoso em termos de preço) e de culturas alimentares.

Concordamos que a leitura que Menezes (1985) fez, em relação aos processos de pauperização, proletarização e expulsão impostos ao morador e ao rendeiro, engendrados pelo avanço da pecuária é bastante razoável. Entendemos que esse trabalho teve o mérito de ter tratado também do pequeno proprietário, ao detectar que ele não foi capaz de se tornar pecuarista, por não possuir capital para investir na criação. No entanto, a realidade mais recente, a ser apresentada no capítulo seguinte, informa que, tanto agricultores familiares (pequenos proprietários), quanto produtores não proprietários (o caso dos arrendatários), têm investido no criatório de animais em detrimento da agricultura.

Nesse contexto, para a autora, a pecuária, diferentemente da migração, não figurava no leque de estratégias válidas para a reprodução social dos pequenos produtores. O avanço da criação era visto como um fator de desagregação da pequena produção, que, por ter o espaço necessário à produção de sua subsistência cada vez mais invadido pela formação de pastagens, se via obrigado a expulsar, através da migração, parte dos membros que a compunham. Por outro lado, a migração servia como um mecanismo que dava aos moradores, rendeiros e pequenos proprietários (após o retorno para os locais de origem) a possibilidade de se reproduzirem através de um reinvestimento, ou na agricultura, ou no comércio. Depreende-se de Menezes (1985) que o investimento na pecuária, por parte desses atores, não fazia parte do contexto, nem pré-migração, nem pós-migração.

Maria de Fátima Rocha (1988) fez um estudo detalhado do processo de pecuarização e a correlata produção do espaço no Agreste Setentrional Pernambucano (ASP), em curso desde o fim da década de 1960. A autora levantou a hipótese de que o processo de avanço da

pecuária nessa área é fruto, em parte, de um complexo quadro causal, em que atuam fatores de ordem histórica, natural, demográfica e econômica (em que se destacam os mecanismos de mercado e instrumentos de governo). Esse processo foi visto pela autora como um avanço da criação mercantil³² sobre uma área historicamente equilibrada pela policultura alimentar (em que a cultura do algodão também exerceu um papel fundamental na constituição da renda) e pela pecuária, em que esta última consolidou-se como principal atividade das áreas menos úmidas, tendendo a ocupar, também, as áreas mais úmidas.

Ao perceber que a conquista do espaço econômico e territorial pela pecuária estava relacionada com a consolidação do processo de integração da economia nacional e ao avanço do modo de produção capitalista sobre o campo (entendido pela autora como modernização rural), em que se substituiu a cultura de produtos da cesta básica (com produção dificultada pela competitividade imposta por outras áreas mais dinâmicas do país) pela criação de animais (que permite maiores ganhos econômicos com menores investimentos e menores riscos), Rocha (1988) expõe um paradoxo a ser considerado. Apesar de essa tendência ter sido levada a cabo pela “modernização rural”, a pecuária no ASP continuava a ser desenvolvida sobre a mesma base técnica, de cunho não empresarial, existente desde a colonização.

Apoiada nesse paradoxo, a autora expõe uma série de problemas sociais e econômicos que o processo de pecuarização causaria também por seu caráter “enclausurador³³”: a) expulsão de moradores das propriedades; b) êxodo rural; c) inchaço das periferias das cidades; d) diminuição nos níveis de emprego e renda; e) desabastecimento de produtos alimentares; f) proletarização; g) intensificação das migrações sazonais.

O principal problema dessa análise – mas que se explica facilmente pelos pressupostos assumidos pela autora, de inspiração marxista – foi ter incorporado um *a priori* depreciativo em relação ao fenômeno da pecuarização, interpretado, exclusivamente, como produto da expansão capitalista no campo. Essa posição levou a autora, por um lado, a avaliar o processo sob a perspectiva de que a criação de gado é uma atividade exclusiva da grande propriedade, não reconhecendo o papel cumprido, também, pela pequena propriedade, na expansão da pecuária; e, por outro, a não dar visibilidade às influências (em que estão inseridas as

³² Rocha (1988) notou também um efetivo aumento na produção de culturas comerciais (a saber, cana-de-açúcar, banana, abacaxi e tomate irrigado), mas que pouco representavam frente à expansão do criatório

³³ A pecuária é vista por Rocha (1988) como enclausuradora pelos seguintes fatos: a) não ter ligações estreitas e regulares com os demais setores produtivos da região, nem conseguir disseminar seus produtos na própria região; b) não induzir uma integração vertical (entre vários setores econômicos), nem horizontal (entre as sub-regiões circunvizinhas). A autora, porém, não explica uma contradição que emerge da própria articulação das ideias que ela mesma expõe: o avanço da pecuária no ASP está relacionado com o processo de integração com a economia nacional, mas, contraditoriamente e inexplicavelmente, não consegue articular o processo produtivo da criação de forma intrarregional.

escolhas, os anseios, os sonhos dos indivíduos) que emergiam da esfera interna das unidades produtivas (leia-se da família) e que possivelmente condicionou positivamente na constituição do processo de pecuarização.

Na mesma linha teórico-metodológica do trabalho de Rocha (1988), Aldemir Dantas Barbosa (1998) se utilizou das ferramentas da geografia econômica marxista para pesquisar sobre o processo de pecuarização em curso no Agreste da Paraíba, desde a década de 1960. Para detectar o avanço da pecuária, o autor utilizou dados oficiais que demonstram o aumento das áreas destinadas a pastagens (com acréscimo significativo para as pastagens plantadas, o que significa um maior grau de especialização) relacionado com a diminuição das áreas destinadas a lavouras.

Barbosa (1998) explica esse processo, ainda, tendendo a priorizar os condicionantes econômicos, expondo os seguintes fatores: a) valorização do preço do gado e o respectivo aumento da lucratividade com o negócio do gado; b) incentivos fiscais e creditícios através de órgãos oficiais como SUDENE, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e bancos estaduais; c) Expansão do capital urbano no campo³⁴, em que profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes passam a investir no criatório; d) baixos níveis de investimento e risco, combinada com a baixa necessidade de mão de obra e liquidez do produto advindos do gado, bem como da terra; e) perda de competitividade das lavouras tradicionais, frente aos produtos oriundos de regiões de agricultura moderna; e f) disponibilidade de áreas resultantes do decréscimo de lavouras comerciais tradicionais como o algodão e o sisal. Em relação às consequências sociais e econômicas do processo de pecuarização, o autor fez uma leitura semelhante à de Rocha (1988), de maneira a expor os problemas que já tinham sido elencados pela autora, mas sem considerar, também, o papel cumprido pela pequena propriedade nesse processo, nem refletindo sobre as possibilidades de mudança nas estratégias de reprodução social do campesinato, ou da agricultura familiar proprietária, em que a pecuária pode perfeitamente entrar, em alguns casos, como alternativa de geração de renda e, em outros, como fator de desagregação de grupos familiares. Portanto, faltou nesse trabalho, também, uma análise tanto da esfera micro em que figura o grupo familiar ou de vizinhança como articulador dessas mudanças mais gerais, quanto da esfera do indivíduo como indutor das escolhas (no caso, a escolha prioritária em se criar gado) que dão sustentação ao processo.

Por outro lado, o autor corretamente atentou para o fato de que, apesar de o processo ter um caráter generalizante e com capacidade de repercutir, de maneira profunda, intra e

³⁴ O que hoje pode ser lido sob a perspectiva da pluriatividade.

extra regionalmente, a expansão da pecuária não ocorre de forma similar, nem na mesma velocidade, em todos os municípios de uma mesma sub-região homogênea. Pode ocorrer, simultaneamente, a pecuarização de um município e a lavourização de um município vizinho, ou redução tanto da lavoura, quanto das pastagens em municípios de uma sub-região caracterizada pela pecuarização. Esse dado importa porque, a partir dele, podemos perceber que, apesar de existir uma tendência regional no sentido da expansão da pecuária, pode ocorrer, no interior de uma mesma sub-região, nichos em que os processos de modernização agrícola conduziram a processos de lavourização – o que também foi visto por Rocha (1988), em relação às lavouras comerciais e explicado, parcialmente, como formas diferenciadas de aproveitar os diferenciados potenciais produtivos que podem existir numa mesma área que, se observada superficialmente, poderá indicar uma falsa homogeneidade.

De um modo geral, esses estudos associaram o avanço da pecuária à ameaça de reprodução social da agricultura familiar, do campesinato e do pequeno produtor. Esses estudos, por se apoiarem num *a priori* depreciativo em relação ao fenômeno da pecuarização, interpretavam-no, exclusivamente, como produto da expansão capitalista no campo, conduzida, predominantemente (e com raras exceções), pela grande propriedade em detrimento dos trabalhadores rurais, pequenos proprietários, moradores meeiros e que ocasionaria uma série de problemas sociais, como já vimos, para esses estratos sociais.

Achamos também precipitado, nos estudos sobre pecuarização, considerar que esse processo foi conduzido somente pela bovinocultura, apesar de ter sentido para algumas regiões do Brasil (à exceção do semiárido nordestino) e para algumas áreas úmidas do Nordeste, em que a caprinovinocultura não conseguiu se desenvolver na mesma intensidade que a bovinocultura, considerando a real diferença no que se refere ao suporte das pastagens por cabeça entre as espécies bovina, de um lado, e caprina e ovina do outro. Para o semiárido, então, é importante que consideremos o avanço da pecuária também através da expansão da caprinovinocultura.

1.3 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE O AVANÇO DA PECUÁRIA EM ÁREAS DE CAMPESINATO E DE PEQUENA PRODUÇÃO

De outro ponto de vista, destacam-se os estudos que não fazem necessariamente essa relação de negatividade e exclusão entre a existência de camponeses, pequenos produtores e/ou agricultores familiares e o avanço do criatório, o que pode ocorrer, sem necessariamente

comprometer a qualidade de vida desses atores, ou a existências das lavouras alimentares, podendo inclusive funcionar como estratégia racional de capitalização desses grupos.

Apesar de esses estudos relacionarem o processo de urbanização, industrialização e a expansão dos mercados metropolitanos com fatores de pressão sobre o campesinato, não atrelavam automaticamente uma carga valorativa dessas mudanças sobre o mesmo, não faziam uma defesa explícita da tradição em detrimento da ‘modernidade’; portanto, para alguns deles, desagregação (que também estava relacionada com a pecuarização) não significava, necessariamente, nem o desaparecimento do modo de vida camponês, nem a precarização da vida de camponeses, mas sim a mudança de uma forma de vida em direção à outra.

Nesse contexto, Emílio Willems (1961), ao estudar o caso do campesinato na região de Cunha, Vale do Paraíba, relacionou o avanço da pecuária, naquela área, a fatores como a expansão dos mercados metropolitanos e o êxodo rural (que é, para o autor, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de desenvolvimento do criatório). Este último fator teria sido intensificado, inicialmente, pela articulação da monetarização das relações sociais e de produção, que, se por um lado, em épocas boas, incentivava o aumento da produção, por outro, em períodos de queda de preços, expunha o camponês aos riscos da não subsistência. Nessa situação de exacerbação da dependência em relação aos mercados e com a queda no valor pago ao trabalho braçal da lavoura³⁵, o meio rural não atraía mais o campônio à fixação. Para assegurar sua sobrevivência, restava-lhe migrar para as cidades que passavam por surtos de industrialização.

Segundo o autor alemão, o êxodo rural provocou, ao mesmo tempo, no Vale do Paraíba, a substituição da produção agrícola pela pecuária introduzida por mineiros especializados na criação de gado, que acharam boas condições de investimento, devido ao barateamento das terras, ocasionado pela contínua saída de produtores em direção à cidade. Essa difusão técnica terminou por influenciar os fazendeiros da região a também investir no criatório, por não ter mais um bom excedente de mão de obra a ser utilizado na lavoura (Willems, 1961).

Esse avanço da pecuária não significou, porém, para o autor, nem a diminuição direta na qualidade de vida dos camponeses que não migraram (o autor, inclusive, interpreta que houve um acréscimo da renda desses atores), nem a substituição completa das áreas de lavoura pela criação. O que ocorreu, de fato, foi a articulação da criação com a agricultura,

³⁵ O camponês, nessa região, em sua maioria não-proprietário, precisava, eventualmente, se assalariar, pois não conseguia se sustentar e sustentar sua família apenas com o que lhe dava a meação ou o arrendamento.

intensificou-se a utilização de áreas impróprias para o cultivo através da formação de pastagens, ao mesmo tempo em que se aproveitava, para alimentação animal, os restos culturais de plantações nas áreas de altitude elevada em que o pasto não se desenvolvia devido às geadas. Nesse contexto, a pecuária não conseguiu suplantar a prática agrícola totalmente, inclusive o cultivo de certos produtos que se valorizaram no mercado aumentou significativamente.

De todo modo, essa leitura de Emilio Willems sobre o meio rural de Cunha privilegiou o conflito como muito mais constituinte de realidades sociais, do que como destruturante. A mudança do padrão tradicional das relações sociais e de produção está relacionada com a interação entre fatores de estabilidade e instabilidade sociais. O processo de expansão da pecuária está, pois, relacionada com os fatores de instabilidade, o que não necessariamente comprometeu a existência dos grupos familiares de camponeses, pelo contrário, em alguns casos até contribuiu para a consolidação desses grupos enquanto tais.

De maneira semelhante, para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), o avanço da pecuária nos bairros rurais paulistas está relacionado com a vinda de criadores especializados de Minas Gerais, atraídos pelas terras tornadas baratas, no interior de São Paulo, em decorrência do declínio do sistema produtivo baseado no cultivo de culturas alimentares. A difusão das práticas do criatório impôs, portanto, duas opções aos camponeses, ou vender suas terras e tentar a subsistência nas áreas urbanas, ou abandonar a roça e adotar a pecuária, atividade mais rentável que a plantação naquela situação. Essa mudança no âmbito da economia, que não sofreu obstáculos, permitiu o reerguimento da vida nos bairros; o camponês tradicional passou a ser pecuarista sem abalo na sua maneira de ser.

A autora, inspirada em Manuel Correa de Andrade, ao comparar a pecuária com o cultivo de algodão no agreste de Pernambuco, atribuiu, ao criatório, o caráter de atividade democrática, pois permitia, indistintamente, a pobres e a ricos, um emprego de capital mínimo para se tornar atividade principal. À falta de produtos centrais, com razoável valor no mercado, a única alternativa ao camponês seria persistir na agricultura de subsistência, cujo rendimento satisfatório, só em certas circunstâncias, seria alcançado a depender de práticas sociais como o mutirão e ajuda mútua, e da existência de um excedente de terras virgens ou descansadas. Dessa forma, a pecuária, na região estudada, permitiu a passagem tranquila de uma economia de subsistência tradicional, para uma economia comercial. Queiroz (1973), no entanto, reconheceu que as melhorias nas condições de vida não ocorriam de forma estável e estavam limitadas pelas condições materiais de vida e por fatores que independiam da ação do produtor (leia-se flutuações de mercado e tamanho da propriedade).

A crítica que fazemos à análise da autora paulista é que ela atribui essas mudanças que ocorreram no campesinato paulista às transformações exclusivamente internas a esses grupos sociais. Ora, se o camponês foi capaz de escolher racionalmente uma estratégia produtiva em detrimento de outras, o fez em condições que estavam postas independentemente dele. Se a pecuária foi adotada por conta de sua maior rentabilidade, essa escolha deveu-se, como a própria autora descreveu, a uma mudança engendrada por atores externos, qual seja, a introdução do criatório pelos mineiros, que já estavam condicionados por fatores favoráveis de mercado. De fato, não foi preciso haver uma mudança na estrutura externa aos bairros paulistas para que se passasse a criar gado naqueles ambientes, mas foi devido a fatos também externos que os indivíduos fizeram suas escolhas.

Um sentido semelhante ao acesso ativo da pecuária, como estratégia produtiva por pequenos produtores, foi dado por Delma Pessanha Neves (1981). Para a autora, no estado do Rio de Janeiro, a escolha pela pecuária era feita por pequenos produtores inseridos num contexto de dominação do capital – conduzido pela cultura da cana – que de forma paradoxal, utilizavam a criação de gado (dentre outras atividades, como horticultura, fruticultura, criação de aves e suínos, cultura de “lavoura branca” e trocas vicinais) como mecanismo (subsidiário ao cultivo da cana-de-açúcar) de reprodução da situação de subordinação, ao mesmo tempo em que permitiam a minimização da dominação do capital industrial e financeiro.

Dessa maneira, a pecuária era vista pela autora como uma estratégia racionalmente acessível, como forma de capitalização através do aproveitamento de áreas imprestáveis para o cultivo da cana, pois as duas atividades seriam complementares. A cana era mais lucrativa, mas estava mais sujeita às variações de clima e de mercado e não ocupava áreas mais baixas, alagadiças, nem as beiradas das estradas. Para o caso estudado por Neves (1981), os lugares ocupados pela pecuária não eram os mesmos que os ocupados com as lavouras alimentares, portanto, não disputavam espaço. Para nosso estudo, importa reter que a escolha pela pecuária não resultou, necessariamente, na diminuição da renda ou da precarização da qualidade da vida, nem comprometeu as práticas agrícolas de subsistência. Ao contrário, possibilitou aos lavradores certa liberação das imposições do processo econômico dominante, além de mitigar os efeitos da dominação do capital num contexto de subordinação.

Mais recentemente, Toni (et al, 2007) percebeu que, a despeito da preocupação por os problemas ambientais e o desenvolvimento sustentável estarem penetrando cada vez mais nas agendas dos governos e dos movimentos sociais na região da Transamazônica, a articulação entre grupos locais e políticas públicas, no município de Uruará (PA), se deram de maneira a sustentar o avanço da pecuária no âmbito da agricultura familiar, pelo fato de se demonstrar

aos produtores como uma estratégia que propicia benefícios certos, ainda que pequenos, assegurados pela demanda segura e preços estáveis, se comparada com as atividades agrícolas, que, apesar de gerar rendas mais elevadas por hectare, apresentam muito mais riscos representados pela ausência de mercados seguros, flutuação nos preços internacionais e recorrência de problemas fitossanitários. Esse trabalho, apesar de reconhecer a importância da pecuária na reprodução dos grupos de agricultores familiares, tende a avaliar a escolha pela criação de forma um pouco negativa, ao concluir (de maneira um pouco indevida para o campo das ciências sociais) que a pecuária, sozinha, não é compatível com a sustentabilidade das unidades familiares de produção³⁶.

1.4 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E MUDANÇA SOCIAL

De toda essa exposição, extraímos as assertivas de que os estudos atuais que se ocupam em analisar o avanço da pecuária não devem priorizar a presença desse processo somente nas grandes propriedades, nem assumir pressupostos que inviabilizam a percepção de casos em que o criatório assume papel de destaque (com tendência a ser dominante) no leque de estratégias produtivas e sem grandes impactos negativos na formação da renda familiar e na qualidade de vida dos atores, especialmente de agricultores familiares. Além disso, uma atenção demasiada nos aspectos de reprodução social dos grupos (associado a uma perspectiva apocalíptica que prevê o fim do campesinato, ou da pequena produção através da pecuarização), como é o caso de alguns estudos anteriormente analisados, pode proporcionar certo obscurecimento de aspectos de mudança social (como, por exemplo, ascensão ou mudança de posicionamento social) de grupos de agricultores familiares que, vivenciando experiências engendradas pelo avanço do criatório nas últimas duas décadas, ao invés de desaparecerem, aproveitaram as oportunidades oferecidas por esse contexto emergente, fruto de mudanças figuracionais para não só dar continuidade a projetos reprodutivos, mas também para ocupar espaços anteriormente negados.

De um modo geral, entende-se por mudança social: mudança estrutural nos relacionamentos, na organização e nos laços entre os componentes da sociedade (sendo estes últimos realizados na figura de padrões de pensamento e comportamento; relações entre indivíduos, grupos, organizações, instituições e cultura; e modos de organizar o mundo e a sociedade) que ocorrem, necessariamente, em referência ao tempo. Havemos de atentar para a

³⁶ Não que acreditar na tese da diversificação produtiva seja palpável, essa é de fato, para nós, uma proposta tentadora, no entanto não podemos avaliar a qualidade de vida de sujeitos e a sustentabilidade socioambiental de determinada atividade, sem dados consistentes e sem dar voz aos agricultores.

diferença que há entre mudanças que atingem os fundamentos da estrutura social, que são interpretadas como mudanças da sociedade, mais bem entendidas como transformações sociais (modificações simultaneamente quantitativas e qualitativas, também entendidas como processos de morfogênese) e as alterações que ocorrem no interior de estruturas sociais, mas que não têm a capacidade de mudá-las por completo, são as mudanças na sociedade, que podem ser do tipo reprodução simples (quando ocorre simples redesenho ou reformas de situações sociais existentes) ou reprodução ampliada (e/ou retraída) – que são modificações meramente quantitativas³⁷. De maneira geral, sob uma perspectiva sistêmica em que vigora a dicotomia entre estática e dinâmica social, tanto uma, quanto a outra podem ocorrer nos níveis *macro*, *meso* e *micro* da sociedade, importando ao cientista social entender quais são os macroefeitos dos microeventos e quais os microefeitos dos macroeventos (SZTOMPKA, 2005).

Partilhamos da tese de que mudanças simples raramente ocorrem isoladas umas das outras, por isso a necessidade de entender as mudanças sob o signo que denota mais complexidade, que é a noção de processo. Porém, inspirado em Sztompka (2005), para superar as noções de processo que ora vinculam a mudança à noção de desenvolvimento social (que tem como fundamentos a inevitabilidade, necessidade e irreversibilidade), ora a de ciclo social (com fundamento na repetição histórica do estado do sistema), dedicamos nossa maior atenção a um modelo alternativo sobre a mudança, que enxerga o social sob uma perspectiva processual, como “campo dinâmico” e flexível de relações, ao invés de um sistema fechado reificado em que existe uma sucessão contínua de momentos de mudança (dinâmica social) e momentos de estabilidade (estática social). Essa perspectiva entende que existem relações interindividuais em constante movimento, em que a objetivação de determinados relacionamentos e o respectivo esforço de enquadramento em categorias gerais estáveis não passa de ilusão teórica. O que existe no social são processos contínuos de agrupamento e reagrupamento e não organizações estáveis; existem processos de ‘estruturação’ e não estruturas, formações sociais e não formas, configurações flutuantes e não modelos rígidos (SZTOMPKA, 2005, p. 36).

³⁷ Além das tipologias já abordadas, Sztompka (2005) apresenta outras que, em estudos mais aprofundados, podem ser úteis - a) em relação à forma: direcionais [que podem ser irreversíveis, cumulativos, graduais, incrementais, progressivo, regressivo, lineares, não-lineares, teleológicos] e não-direcionais ou fluidos [aleatórios ou oscilatórios]; b) em relação ao reconhecimento do processo pelos atores: reconhecidos ou manifestos [previstos e pretendidos], não-reconhecidos ou latentes (não-previstos e não-pretendidos) e bumerangue [quando se previa algo diferente do resultado ocorrido]; c) em relação à causa do processo: endógenos e exógenos, espontâneos e planejados; d) em relação ao tempo: transitórios ou momentâneos e os de longa duração.

Por outro lado, Bourdieu (1979) ressalta, ao tratar da mudança cultural, que a tradição antropológica dedicou pouco espaço às transformações econômicas e às influências que essas mudanças exerciam sobre o sistema de relações sociais e das disposições em suas análises. Como resultado, a atenção demasiada desse campo do conhecimento nas situações de contato entre diferentes sociedades e nos processos de aculturação proporcionou certa omissão dos estudos no que se refere à diferenciação progressiva da sociedade e às reações diferenciais das diversas classes sociais, entendidas por ele, como grupos que partilham de uma mesma posição social que se associa a um *habitus*, o que o afasta da definição marxiana que simplifica a diferenciação social em torno da posse ou não posse dos meios de produção.

De uma forma mais enfática, o autor critica as análises que atribuem puramente, à livre escolha (dos atores), a adoção de estilos de vida diferenciados (leia-se modernos). Questiona, pois, as perspectivas que dissociam as diferenças de atitudes dos indivíduos (relativas ao modernismo ou à modernização), das condições econômicas e sociais de sua constituição e de sua expressão.

A partir dessa análise, podemos inferir que boa parte da produção científica mundial que trata do campesinato e da agricultura familiar se, em alguns casos, se preocupou muito com os processos de contato e aculturação, em outros deu atenção demasiada aos processos de escolha individual. Enquanto uma perspectiva obscurece o tratamento das mudanças sociais internas aos grupos (no sentido de mudança de posicionamentos sociais) que as transformações econômicas proporcionavam, a outra, responsabiliza totalmente o indivíduo por seu destino.

São exemplos do primeiro caso (pois tratavam de processos de contato ou de aculturação) os estudos de cunho estrutural-funcionalista, conhecidos como ‘estudos de comunidade’ ou estudos de ‘sociedades camponesas’. Estas eram caracterizadas como sendo relativamente afastadas, ou parcialmente isoladas, ou parcialmente incluídas na sociedade global, que, independente do lugar que ocupava no mundo, partilhavam de características gerais e invariantes, segundo Abramovay (2007), como: a) formas de ocupação autônoma do solo pela família de forma relativamente autárquica, mas com relações com a economia envolvente; b) planejamento da produção baseada em regras do subconsumo e autoexploração (diferentes de uma empresa capitalista); c) partilha de laços comunitários de interconhecimento e de um conjunto de regras coletivas relacionadas com uma forma de organização política, baseadas na intermediação, no apadrinhamento, segmentação vertical e em eventuais ações de resistência em relação às ingerências de mercado, ou de outras culturas; d) autonomia relativa da comunidade em relação à sociedade envolvente. Para esses

estudos, que se baseavam fortemente no pressuposto da ordem e do equilíbrio, a mudança só ocorria basicamente quando havia o contato (ou melhor, colonização) de sua cultura com outras culturas, com novos mercados, ou com outros modos de vida ou de produção da vida. Figuram nesse polo teórico, também, estudiosos vinculados à tradição da antropologia econômica substantivista³⁸, que tem como expoente mais recente os estudos sobre a economia moral, na figura, principalmente, de James Scott (1976).

Compõem o grupo dos estudos que priorizam o contato no que se refere à mudança, também, as teses marxistas que, como demonstrou Abramovay (2007), enxergavam o desaparecimento do campesinato com a expansão do capitalismo no campo e com a industrialização da agricultura. Embora Lênin tenha tratado, nos seus estudos, do processo de diferenciação, ele o fez apoiado na tese de que o campesinato seria dissolvido entre a burguesia rural e o proletariado rural.

Em relação ao segundo caso (mudanças conduzidas pela escolha individual), destacam-se as análises influenciadas pela escola neomarginalista da teoria econômica que enxergam cada comunidade camponesa como dotada de características próprias (não generalizáveis e que só são apreendidas através de pesquisas específicas e individualizadas), em que camponês é visto como um ator racional, capaz de calcular custos e benefícios e assim programar seu futuro, ações e escolhas, baseadas em critérios puramente racionais, buscando sempre a maximização de seus benefícios individuais, seja visando maior lucratividade ou evitar o risco e/ou a penosidade (ABRAMOVAY, 2007). Integram esse campo de pesquisa, estudiosos como Theodore Schultz, Michael Lipton, Merllor, Sen, Nakagima, Samuel Popkin e outros antropólogos ligados à tradição da antropologia econômica formalista. Para esse campo, a mudança social está subordinada predominantemente às escolhas dos indivíduos.

Dessa maneira, sem querermos negar, nem aderir totalmente a nenhuma das duas posições, e, de acordo com nossa escolha de entender a mudança social como algo dinâmico, em que não há momentos individualizáveis ou separáveis de estática social sucedidos por momentos de dinâmica social (conduzidos em algumas análises só por processos de contatos ou aculturação), nem momentos em que ora a estrutura social, ora a ação individual prevalecem, resolvemos trabalhar com uma perspectiva processual do mundo social que vê processos de estabilização e de mudança ocorrendo simultânea e inseparavelmente, num

³⁸ A partir da leitura de Bourdieu (1979) no “O desencantamento do mundo” e de acordo com sua trajetória de crítica aos determinismos econômicos, percebemos que o autor adota uma postura mais próxima à antropologia substantivista, na medida em que afirma que só se conhece efetivamente as dinâmicas econômicas de determinado grupo a partir da análise das suas práticas, e que as categorias das teorias econômicas (principalmente da economia liberal) não passam de cristalizações de um certo modo de vida e de enxergar o mundo que pretende ser mundialmente generalizado.

processo contínuo de conformação, configuração e mediação entre estrutura e ação. Assim, partilhamos das ideias de Bourdieu (1979), quando este defende que:

(...) a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores não é resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico. (BOURDIEU, 1979, p.11)

Transformação que necessariamente é informada pelas mudanças econômicas e pelas práticas dos agentes, fruto da relação que eles “mantêm objetivamente pela mediação do *habitus*, que é por sua vez produto de um tipo determinado de condição econômica, com o futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classe” (BOURDIEU, 1979, p.13). Situação de classe, interpretada por nós como posição de determinado grupo no espaço social.

Ao mesmo tempo, o *habitus* sofre alterações sistemáticas com as transformações mais amplas na esfera econômica, como, por exemplo, o desarraigamento da ordem tradicional e a entrada no mundo da economia moderna. Essa perspectiva sobre o *habitus* inviabiliza interpretações que o subordinam puramente à dimensão psicológica, e coloca a mudança cultural (como, por exemplo, a modernização) num patamar, também, de dependência tanto de condições econômicas e sociais particulares, quanto das “disposições adquiridas ou dos sistemas culturais em vista” (BOURDIEU, 1979, p.53).

A partir dessa leitura, resolvemos compartilhar de uma perspectiva sobre campesinato, e mais propriamente sobre a agricultura familiar, que identifica a mudança social como processo contínuo e dinâmico para além dos modelos orgânico-sistêmicos, que prezam pela dicotomia entre estática e dinâmica social, em que momentos de instabilidade são sucedidos por momentos de estabilidade, que, por sua vez, são sucedidos novamente por momentos de instabilidade, constituindo um processo cíclico de mudança. Acreditamos que a dinâmica e a estática social (mais precisamente as tendências de mudança e manutenção das realidades sociais) são indissociáveis, inseparáveis até mesmo analiticamente, por isso a concepção de que a mudança é um processo contínuo, em que toda nova formação social terá, necessariamente, diferenças qualitativas da anterior (SZTOMPKA, 2005).

Entendemos que é muito mais viável compreender o camponês contemporâneo, incluído em complexos processos de mudança, sob uma perspectiva nem tanto coletivista, nem tanto individualista, em que ele nem é mero reproduzidor, muitas vezes inconsciente de regras e padrões de comportamento pré-estabelecidos por um ente coletivo (em que a mudança depende basicamente de acontecimentos externos), nem é dono de seu destino e

condutor exclusivo de mudanças. Na verdade, para além de uma simples síntese entre estrutura e ação, achamos que é possível uma articulação entre a perspectiva de Bourdieu (1979) sobre mudanças e transformações sociais³⁹ e uma abordagem sobre campesinato da Ecologia Política⁴⁰ (ou *The Peasant Political Ecology*) – que, a partir do pressuposto de que não existe um padrão universal de camponês, abrange, na teoria e na prática, as dimensões do indivíduo (ou *self*), da comunidade, das instituições comunitárias, do meio ambiente natural e da nação, entendendo-os numa chave de interdependência – que considera que, em comunidades camponesas, operam simultaneamente (ou podem operar com mais ou menos ênfase a uns ou a outros) os seguintes aspectos: a) racionalidade individual; b) normas comunitárias que podem implicar em interdependência, reciprocidade e igualitarismo; c) pressões do meio ambiente, e; d) relacionamentos com a sociedade nacional (ou envolvente) que podem instar a comunidade a processos de mudança e de adaptação (ANDERSON, 1994). Dessa maneira, só com o exercício de pesquisa, o cientista poderá apreender a realidade de comunidades camponesas ou de agricultores familiares mais ou menos flexíveis em que seus membros ora podem agir de forma utilitarista, ora visando os anseios da coletividade, cuja comunidade pode ser mais aberta ou mais fechada em relação às inovações tecnológicas, práticas econômicas externas, e a processos políticos desenvolvidos na sociedade nacional ou envolvente, e, por fim, mais ou menos resistentes ou adaptáveis a processos de mudança ambiental.

Seguindo essa linha de interpretação sobre o campesinato e tentando acrescentar reflexões aos estudos clássicos sobre pecuarização, decidimos adotar o ponto de vista que preza por analisar os processos de mudança internos à agricultura familiar, dando atenção especial aos processos de mudança de posição social (atrelados a dinâmicas de reconversão produtiva) de determinados grupos levados a cabo pelo processo de (re)pecuarização, que não só é fruto de ingerência de processos macroeconômicos e macropolíticos, nem tão somente da escolha de indivíduos, mas também de um complexo processo de mudança figuracional, relacionado a processos de legitimação e institucionalização de projetos territoriais e dinâmica de modernização institucional.

³⁹ Transformações essas, subordinadas à articulação entre as práticas sociais e econômicas que cada agente tem, mediadas pelo *habitus* (conjunto de disposições impostas pela condição econômica) e o futuro objetivo que define sua situação de classe.

⁴⁰ Mais precisamente a de Leslie Anderson (1994)

1.4.1 Mudança figuracional, reconversões produtivas e processos de territorialização

A articulação entre a perspectiva figuracional, de Norbert Elias, com a análise bourdieusiana que dá fundamento à noção de reconversões produtivas, responde ao esforço de superar esse falso dilema entre os condicionamentos estruturais e as escolhas individuais, ao mesmo tempo em que possibilita o entendimento de como ocorrem mudanças na estrutura social que não são necessariamente decorrentes de processos macrosociais ou macroeconômicos, mas, principalmente, da capacidade de atores individuais ou coletivos de mobilizarem capitais (em seus mais diversos tipos) no sentido do acúmulo e/ou da conversão.

Temos como referência a noção de processos sociais de Norbert Elias (2006), que entende o processo como algo que engendra transformações amplas contínuas e de longa duração, que se apoiam em pares conceituais opostos (integração e desintegração, por exemplo) em que se sai de um polo em direção ao outro, mas com a possibilidade de avanços e recuos em relação à direção tendente.

Em síntese, a perspectiva figuracional, como diz Elias (1970) serve para “afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes”. Serve para compreender como indivíduos ou grupos sociais diferentes e com interesses também diferentes estabelecem relações sociais que se constituem num contexto de disputa pelo poder, que engendram realidades relativamente estáveis, devido a uma aparência de equilíbrio (mais precisamente equilíbrio flutuante e elástico) entre as forças que se mantêm em relação constante, devido a uma característica basilar da vida social, a interdependência. Nesse trabalho, a noção de figurações sociais serviu para mapear, descrever e compreender o quadro institucional, organizacional e as relações de poder que se constituíram em torno da agricultura familiar do Pajeú.

A relação entre os temas da interdependência, equilíbrio entre grupos e da mudança não é recente, já foi muito estudada principalmente por antropólogos. Max Gluckman (1987), já a tinha abordado. O autor considerava que a mudança sociocultural ocorria principalmente quando grupos diferenciados – geralmente postos em contato, que conseguiam manter equilíbrio em momentos de estabilidade por conta das relações de interdependência – alteravam o padrão de equilíbrio intergrupal, devido à eclosão de conflitos incontornáveis e não transigíveis. Essa abordagem teve o mérito de ter enxergado, assim como na análise de Elias (1970), que a realidade social, bem como os processos de mudança, estabelecem-se a partir da forma como diferentes grupos se relacionam e mantêm seus vínculos.

Entendemos que é preciso recusar interpretações que enxergam as reconversões produtivas como simples mudanças nas ‘vocações econômicas de determinada região’. O essencial dessa perspectiva sobre reconversões produtivas, combinando Bourdieu e Elias, é que as mudanças no quadro figuracional poderão estar relacionadas com mudanças de posições estruturais de determinados grupos nas relações de classe. O câmbio nas posições, por sua vez, está relacionado com a capacidade dos grupos, através das estratégias de aumentar ou diminuir a composição e a estrutura dos capitais a serem reproduzidos, bem como das condições (estabelecidas pela relação de força entre as classes, que podem ser institucionalizadas ou não) do sistema e dos instrumentos de reprodução dos capitais e da correspondente transmissibilidade do patrimônio (econômico, cultural, social e simbólico) dos grupos.

As reconversões, que são responsáveis pelos deslocamentos e pelos reposicionamentos sociais, ocorrem no sentido de alterar a quantidade de determinado capital ou alterar a própria ‘natureza’ do capital, transformando-o em outro. Dessa maneira, os processos de reconversões podem gerar dois tipos de deslocamentos sociais: a) os verticais, que ocorrem dentro de um mesmo campo; b) e os transversais, quando ocorre a passagem de um campo a outro (BOURDIEU, 2007 [a]). Essa classificação foi especialmente utilizada para compreender como os agricultores familiares puderam se diferenciar em vários tipos e como outros atores (comerciantes, sem terras, moradores, trabalhadores assalariados, agentes públicos) puderam ser convertidos em agricultores familiares e/ou vice-versa.

Se, por um lado, entendemos as reconversões produtivas⁴¹ como deslocamentos de posições em espaços sociais, por outro, entendemos como processos em que novos usos são dados aos mesmos espaços e aos mesmos objetos e, por isso, geram mudanças nos sistemas e nas estratégias de reprodução social, ao mesmo tempo em que são causa e efeito de transformações simbólicas, que engendram novas formas com que os sujeitos passam a enxergar o mundo.

Nesse sentido, a ideia de reconversão se relaciona com a de reelaboração discursiva⁴², que pode ser entendida como a recriação e reinterpretação de discursos a serem diretamente utilizados na arena política, em defesa de ideias e de práticas a serem incutidas nas mentes dos indivíduos por projetos territoriais, assumindo, assim, um caráter estruturante.

⁴¹ Que são produtivas não só porque estão relacionados com processos produtivos econômicos, mas também porque são dotadas de capacidade criadora, conformadora de processos sociais.

⁴² Por reelaborações discursivas entendemos também os processos dialéticos entre os discursos autorizados, a mobilização ideológica e os discursos de legitimação que operam através da divulgação de discursos autorizados por parte da tecnocracia e da mobilização ideológica de discursos contrários ou a favor dessas práticas autorizadas que tentam se legitimar.

Nesse contexto, interessa saber que, numa situação de câmbio figuracional e de reconversões produtivas, os grupos em mudança de posição na estrutura social, poderão engendrar projetos territoriais diferentes dos que até então incorporavam e dos que são engendrados pelos grupos sociais em oposição. Essa mobilização de vários projetos e de seus correspondentes discursos, por vários grupos, é o que constitui determinada dinâmica territorial dentro de um processo histórico mais amplo, denominado processo de territorialização.

Portanto, entendemos o território como o lugar que é, ao mesmo tempo, espaço de poder e espaço de projeto, é tanto o lugar em que grupos (que vivenciam determinados mundos sociais) disputam o controle pelo espaço (fisicamente entendido), quanto o ambiente em que estes mesmos grupos impõem, propõem, compõem e/ou sobrepõem propostas relativamente planejadas e intencionais de como o organizar, ocupar e utilizar os recursos nele dispostos para a produção de suas vidas – como, por exemplo, ocupar, produtivamente falando, o solo e explorar os recursos naturais. Nessa perspectiva, num mesmo ambiente (em que se desenvolve uma dinâmica territorial), poderemos ter vários grupos sociais que divulgam e incorporam diferentes projetos territoriais de interferência sobre o espaço. Esses projetos poderão ser articulados em torno de interesses comuns, ou poderão entrar em contradição, o que aumentará a possibilidade de haver conflito, seja entre os distintos grupos, seja entre atores pertencentes a um mesmo grupo relativamente ‘homogêneo’, quando atores que estão numa mesma situação social encarnam projetos divergentes (CUNHA, SILVA e NUNES, 2009).

Essa articulação de perspectivas nos permitiu compreender como mudanças figuracionais em curso no Nordeste e, especificamente, no semiárido, relacionados a processos de reconversões produtivas e mudanças no posicionamento social de determinados grupos, no século XX, mais precisamente a partir da década de 1980, possibilitou a ascensão de uns discursos e crise de outros que engendraram determinados projetos territoriais, o que permitiu a ressignificação de algumas atividades econômicas no novo quadro socioproductivo. Esse foi o caso da pecuária no semiárido, que, a partir da articulação de aspectos sociais, históricos e econômicos particulares, passou a ser encarada de diferentes formas por diferentes atores sociais, ocupados, cada um, em legitimar projetos territoriais referenciados pelas práticas e mediados pelo *habitus*.

Dessa maneira, para além das determinações histórica, política e econômica, é importante compreender, também, o leque de constrangimentos que determinadas figurações

sociais (ELIAS, 2006; HEINICH, 1997) impõem aos indivíduos, bem como o conjunto de suas intencionalidades e simbologias.

Determinados programas de modernização e projetos de territorialização (EISENSTADT, 2001; COELHO e CUNHA, 2007) podem conviver em um mesmo espaço, cada um fundamentado por um discurso que impõe determinados papéis sociais e determinadas relações sociais destinadas a constituir figurações sociais (ELIAS, 2006) específicas e alterar um quadro estrutural preexistente. Dependendo da forma com que esses programas se apresentam para determinados agrupamentos sociais (num determinado campo), são ou não, ou são parcialmente, aceitos e implementados pelos atores. O campo mantém, necessariamente, dados sobre as estruturas de determinação nas esferas políticas, econômicas e históricas que irão informar a ação individual e a constituição do *habitus* num movimento de vai e volta (BOURDIEU, 2007 [b]). Os indivíduos percebem racionalmente quando determinadas relações, sob influência de determinados programas/projetos, numa determinada figuração, não lhes são favoráveis. Essa contradição é refletida nas ações que constantemente moldam o *habitus*. Quando este e o campo não são mais compatíveis, inaugura-se a deslegitimação das relações de dominação, inscritas na figuração, e a conseqüente mudança social em relação ao programa, como também, instala-se a mudança do próprio programa em relação ao sujeitos. Estes deixam de ser simples atores e passam a ser autores, pois são responsáveis pelas reconv(er)(en)sões das estruturas produtoras e simbólicas da vida. É essa a dinâmica do processo. É esse o enfoque teórico que norteou a análise da (re)pecuarização do Sertão do Pajeú a partir da ressignificação da pecuária, num quadro de reconversões produtivas em face do processo de modernização (por diferentes projetos de modernização e modernidade).

1.5 ESTRATÉGIA DE PESQUISA NO PAJEÚ

Compreendemos o processo de (re)pecuarização enquanto processo de mudança social e figuracional, dinâmicas territoriais e de reconversões produtivas, bem como enquanto: a) um novo projeto de modernização engendrado por diversos atores num contexto de lutas simbólicas; b) mudança qualitativa na dinâmica produtiva em que se destaca um crescente processo de racionalização com fins, por exemplo, ao incremento da produção e à conquista de novos mercados; e c) novas dinâmicas de ocupação do solo em que áreas de pecuária passam a ocupar áreas de lavoura. A pesquisa foi pensada para dar conta de cada um destes sentidos do termo (re)pecuarização.

Para termos noção de como opera esse processo, não bastava apreender as estruturas de determinação histórica e econômica (herança histórica da ocupação do território, mecanismos de incentivo via mercado ou políticas públicas, etc). Foi necessário também perceber o leque de possibilidades concebido pela esfera ativa e volitiva do indivíduo inserido nesse contexto (intencionalidades, simbologias, significações, discursos, interpretações, sonhos, medos, metas, etc). Com essa finalidade, foi de fundamental importância a elaboração de um instrumental metodológico que ajudasse a compreender como a vontade/escolha dos indivíduos atua na consolidação do processo de (re)pecuarização do Pajeú. A pura apreensão dos dados estruturais não explica por que ocorre uma crescente primazia da pecuária (em relação à agricultura). Não permitia apreender essas conexões de ‘natureza’ relacional, sem perder de vista que elas estão conectadas e operam numa sistemática de condicionar e serem condicionadas pelas estruturas econômicas e históricas. Portanto, fez-se necessário a construção de uma ferramenta de caráter qualitativo capaz de detectar todo esse leque de simbologias e intencionalidades inapreensíveis por meios puramente quantitativos (como questionários fechados e estruturados e pesquisa em banco de dados censitários oficiais).

Em conexão com o referencial teórico adotado, importou detectar como diversos programas (programas ou projetos) de modernização⁴³ e processos de territorialização puderam repercutir e serem repercutidos pelas relações intersubjetivas dos produtores, e, desses, com interlocutores estatais e de mercado interessados na consolidação de um novo quadro produtivo para a região, a partir da crise da cotonicultura e da sisalicultura. Interessou, também, saber como operam, qual a capacidade de influência e a respectiva absorção, por parte dos produtores, dos diversos discursos – da sustentabilidade, do desenvolvimentismo, da agroecologia, da convivência com o semiárido e do combate à seca – que entraram na arena discursiva a partir da década de 1970. Importou entender como esses discursos entraram em debate, como conseguiram se articular e como os atores selecionam, reformulam, compõem, confrontam um ao outro no sentido de escolher um deles como guia de suas atividades produtivas.

Enfatizamos que nosso interesse na pesquisa foi dar visibilidade ao processo de (re)pecuarização. Interessou-nos, também, compreender qual o sentido do câmbio nas relações sociais no meio rural nordestino e quais as implicações desse processo para a agricultura familiar e como essas, as mudanças, estão relacionadas com a (re)pecuarização.

⁴³ Entendendo a modernização também como o processo de racionalização das condutas individuais referenciadas à consecução de determinados fins, mas desde já assumindo o pressuposto de que toda ação engendrada pelo camponês do semiárido sempre foi racional, importou compreender a direção desses processos modernização/racionalização.

Portanto, importa-nos elucidar a ferramenta metodológica qualitativa proposta, construída a partir de três estratégias básicas de apreensão de dados: observação participante, entrevistas e história oral, que foram complementadas com exercícios etnográficos. Só para fins analíticos/didáticos estaremos separando-as, pois, na prática, essas estratégias se articularam, umas servindo de ponto de partida para outras, umas refinando e testando as outras. De toda maneira, tentamos nos aproximar o máximo possível e necessário dos atores pesquisados⁴⁴.

1.5.1 Entrevistas, biografia e história oral: projetos territoriais e as mudanças sociais

Após a análise de dados secundários, censitários, demográficos e historiográficos, realizamos um mapeamento da região do Pajeú dirigido à identificação das redes sociotécnicas e de comercialização, no esforço de formulação de um perfil regional. Para tanto, procuramos, já em 2009, manter contato com representantes dos mais diversos setores envolvidos com o processo de (re)pecuarização para a realização de entrevistas: a) famílias produtoras (tanto advindas do Sítio Santo Izidro e do Assentamento da Barriguda, quanto de comunidades vizinhas e de outros municípios); b) representantes do poder público, das agências de fomento e de assistência técnica; c) comerciantes, atravessadores e consumidores, etc.

As entrevistas realizadas prezaram também por recortes biográficos dos entrevistados baseados na metodologia da história oral (LEVI, 2000). Tentamos conduzi-las de maneira livre e informal, apesar de termos utilizado, especificamente com cinco famílias do sítio e cinco do assentamento, um roteiro básico (nos moldes de um questionário com questões abertas e fechadas). Durante as entrevistas, perseguimos uma proposta de não romper com o fluxo ‘natural’ da conversa, para não quebrar o raciocínio do informante. Na verdade, a condução da entrevista serviu, basicamente, para pontuar os temas a serem glosados pelos sujeitos, tentamos deixá-los livres para falarem o que queriam, quando queriam e até para não falar, quando não queriam (THOMPSON, 1992).

Com as famílias do sítio e do assentamento (entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011), especificamente, a utilização da entrevista foi destinada à apreensão de informações referentes à trajetória de vida de cada indivíduo, às estratégias e sistemas produtivos utilizadas

⁴⁴ Quando falamos em atores pesquisados, estamos nos referindo a todos os sujeitos envolvidos com esse processo de (re)pecuarização, não estamos considerando apenas os produtores rurais e agricultores familiares (os pecuaristas, os criadores), nessa categoria incluímos também os agentes do poder público, das organizações não governamentais, das instituições financeiras e de fomento, das estruturas de assistência técnica e extensão rural, os atores responsáveis pela comercialização dos produtos advindos⁴⁴ da pecuária e os próprios consumidores desses produtos.

nas propriedades, no presente e no passado, o que permitiu a elucidação de fatos históricos do passado e o ‘resgate reminiscente’ da paisagem da região, além de ter possibilitado o mapeamento (descrição) do processo de ocupação do solo e das transformações do ambiente, bem como dos fatos relacionados com acúmulo e/ou conversão de capitais (em seus mais variados tipos), o que resultou na compreensão dos processos de ascensão e crise de grupos sociais e as mudanças nas posições sociais desses grupos. Foi possível para nós, também, fazer um levantamento de quais políticas públicas, programas de governo e linhas de financiamento as famílias, consideradas em particular, acessaram, ou não. Esse arrolamento foi feito com intuito de compreender se essa adesão, ou não, a programas governamentais e linhas de crédito contribui, ou não, para a consolidação do processo de (re)pecuarização e, conseqüentemente, dos processos de mudança social e das influências desses processos no avanço e na ressignificação da pecuária. Esse exercício nos interessou porque permitiu o entendimento de como vem repercutindo, no plano individual e familiar, as mudanças promovidas pelo processo em curso. Permitiu também apreender os sentimentos, os anseios e os projetos dos indivíduos para o futuro e compreender até que ponto esses aspectos são/foram contribuintes para a (re)pecuarização.

Com outros entrevistados, especificamente os interventores⁴⁵ (para não chamar de mediadores), as entrevistas serviram para fazer, por um lado, um levantamento das políticas públicas (linhas de financiamento, incentivos fiscais, capacitação) implementadas na região a partir da década de 1980, que tinham como finalidade a modernização do produtor e, como foco prioritário, proprietários com potencial para pecuária de grandes e pequenos animais – como nosso interesse eram os dados qualitativos, buscamos apreender, do ponto de vista desses atores, as expectativas geradas por esses programas no imaginário deles e dos produtores –; por outro lado, procuramos detectar quais os projetos territoriais e de modernização (agora com a presença não só do setor estatal) postos em prática na atualidade. Priorizamos a elucidação das possíveis rupturas e continuidades entre os projetos do passado e os do presente.

As entrevistas com os comerciantes e atravessadores serviram para refinar os dados secundários quantitativos, utilizados na construção do perfil regional. Mapeamos, através de informações atualizadas, as cadeias produtivas de juntas de bois, vacas leiteiras, leite, carne, ração, etc.

⁴⁵ Estamos chamando interventores, os agentes do poder público (os representantes de instituições financeiras, das agências de fomento, de assistência técnica e extensão rural) e os agentes do setor privado ou do terceiro setor (ONGS, associações, cooperativas, sindicatos e federações de produtores, SEBRAE, SENAR, etc).

1.5.2 A observação participante e exercícios etnográficos no mapeamento dos discursos em torno da pecuária

Como dito anteriormente, foi impossível dividir, na prática, as diversas ferramentas metodológicas. O exercício de pesquisa teve um caráter cumulativo, o empenho no cumprimento de uma etapa serviu como ponto de partida para outras fases. O esforço em realizar as entrevistas nos forçou a interagir com os atores no ambiente próprio deles. Ao fazer as entrevistas, ‘as portas se abriam’ para a observação participante e vice-versa. Esta última, enquanto postura por nós assumida, foi utilizada, sempre no sentido/intuito de refinar/testar os dados colhidos nas entrevistas, para, principalmente, mapearmos os discursos postos na arena social, em torno da reabilitação da pecuária. Na medida do possível, também, tentamos realizar exercícios etnográficos.

Dessa maneira, realizamos exercícios etnográficos de dois modos diferentes. Por um lado, o exercício etnográfico, em sua forma clássica⁴⁶, contribuiu para o estudo das duas comunidades escolhidas, com o objetivo de criar um modelo analítico, que, partindo de uma perspectiva micro, serviu para compreender como opera, localmente, as mudanças engendradas pelo processo mais geral, além de ter sido útil, também, para identificar como ocorre o intercâmbio, na forma *input* e *output*, dessas tendências de mudança entre a comunidade estudada e a ‘realidade’ mais regional em que ela está inserida; por outro, o uso de formas alternativas de etnografia foi realizado em eventos sociais específicos, como vaquejadas, “pegas de bois”, missas de vaqueiros, feiras e exposições de animais, com o intuito de apreender a dimensão simbólica, que dá sustentação às escolhas individuais em relação à pecuária, e o complexo imaginário difundido por esses eventos que dão legitimidade ao processo de (re)pecuarização. Priorizamos a etnografia interpretativa ou hermenêutica, que tem como principal expoente Clifford Geertz (com sua ferramenta de descrição densa), que entendia a realidade sociocultural como um conjunto de textos frouxos e, por vezes, contraditoriamente unidos, ponto fundamental para a compreensão de uma lógica processual em situações de multiplicidade de discursos muitas vezes conflituosos (CLIFFORD, 1998).

⁴⁶ A etnografia, se utilizada em sua forma clássica, é bastante útil, facilita a leitura da realidade social, pois ilustra/retrata, em forma de um texto, todos os aspectos considerados importantes para o ‘entendimento’ da lógica social. É um texto muito didático que ressalta dados importantes para contextualização da comunidade estudada, como por exemplo, “território, economia, organização social e parentesco, religião, mitologia, cultura e personalidade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Entretanto, essa prática de pesquisa antropológica pode ser prejudicial à boa elucidação científica (aqui referimo-nos à objetividade e à imparcialidade) dos fatos, pois parte de um pressuposto muito questionável, de que toda realidade social é ordenada, bastando ao cientista o treinamento adequado para perceber o ordenamento desses fatos e, através de um padrão de ação metodológica, colher os devidos dados que representam aquela realidade, que posteriormente será reduzida a um texto, que também segue um padrão textual/linguístico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995).

Nosso principal interesse com a observação participante e com os exercícios etnográficos foi mapear todos os discursos postos na arena (e aqui incluímos tanto os a favor, como os contra a pecuária) que vem proporcionando a retomada, ou a ressignificação da atividade pecuária no Sertão do Pajeú. Importaram os discursos de diferentes tipos, seja o institucional (governamental, técnico, ou de ONGs), como também os oriundos de grandes, médios, pequenos proprietários, não-proprietários, trabalhadores assalariados, moradores, enfim, de todas as categorias de atores que, habitando numa mesma região (no sentido de área) reproduzem os mais variados discursos (contra ou favor) em relação à criação de animais. Entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, visitas a reuniões de instâncias decisórias como do Territórios da Cidadania do Pajeú (Afogados da Ingazeira), de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (São José do Egito), do Projeto Dom Helder Câmara (Afogados da Ingazeira), do PRORURAL (Arcoverde), do Polo Sindical do Pajeú (Solidão), além das visitas a três exposições de animais (São José do Egito, Tuparetama e Jabitacá/Iguaracy, a três missas de vaqueiros (São José do Egito), a dois treinos de vaquejadas (Serrinha/São José do Egito), a uma “pega de boi” (Bonfim/São José do Egito), a três feiras semanais de animais (Tabira, São José do Egito e Tuparetama), também subsidiaram o mapeamento dos discursos em torno da pecuária (em suas várias formas) e dos projetos territoriais engendrados pelos diversos grupos em jogo.

Assim, pudemos observamos os discursos postos em prática, pois não queríamos simples relatos do que as pessoas pensavam, queríamos vê-las articulando ideias no seu cotidiano. Nossa postura era muito mais de observar do que induzir situações. Para isso, procuramos a participação efetiva no dia a dia dos agricultores familiares, sem que ficassem muito explícitas nossas diferenças de posição em relação a esses atores⁴⁷.

Através dessas ferramentas, pudemos identificar as relações de força e de poder que permeiam o processo de (re)pecuarização e, a partir de então, mapeamos os projetos de territorialização postos e entendemos os meandros das novas formas de ocupar, usar e transformar o solo que esse processo implica. Pudemos compreender quais os programas de modernização em curso (ver qual é o hegemônico, por exemplo); o leque de intencionalidades e racionalidades praticadas pelos sujeitos; como atuam as estruturas simbólicas na reprodução

⁴⁷ De fato, essa tarefa não foi fácil, pois tivemos que agir com muita flexibilidade. Em alguns momentos, agíamos como as pessoas pesquisadas agem, ocupamos o mesmo ambiente e realizamos as mesmas tarefas, enquanto em outros, agíamos com formalidades, delimitando nosso papel de cientista. Pelo fato de nossa grande proximidade com o objeto, precisamos nos vigiar muito durante a pesquisa para não incorrerem nem no objetivismo, nem no subjetivismo exacerbados.

desse processo, bem como processos de mudança de posicionamentos dos atores a partir destes.

CAPÍTULO II

A PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO É UMA ATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR?

A década de 1970 pode ser considerada, com acerto, um ponto de inflexão importante no que se refere às estruturas sociais e econômicas do semiárido nordestino, consolidando o processo de desorganização do sistema latifúndio-algodão-pecuária, base da dominação política regional. O processo de crise desse sistema está claramente relacionado com uma série de aspectos socioeconômicos e políticos que, não necessariamente de forma ordenada, se articularam em torno da constituição de processos reconfiguradores das relações sociais, políticas e econômicas que tiveram como pilares centrais dinâmicas de modernização tecnológica e institucional no semiárido nordestino. Nesse contexto, no âmbito da produção, o desenvolvimento da pecuária – entendido aqui como pecuarização, ou mais precisamente (re)pecuarização – assume um papel central na reconfiguração dessas estruturas de relações ao ocupar um vácuo socioprodutivo, deixado após a crise da cotonicultura.

O entendimento do processo que estamos chamando de (re)pecuarização é fundamental para compreendermos um leque amplo de mudanças sociais em curso nas áreas rurais do semiárido nordestino, especialmente para segmentos sociais como pequenos produtores e agricultores familiares que têm sido, crescentemente, através de políticas públicas e dinâmicas econômicas, incluídos em contextos produtivos mais amplos.

Dessa maneira, a análise dos dados oficiais disponibilizados pelo IBGE, especialmente os do Censo Agropecuário 2006, são pontos de partida fundamentais para a compreensão do que temos chamado de processo de (re)pecuarização do semiárido nordestino. A análise destes dados permite desconstruir alguns “mitos” em relação à atividade pecuária da região e, ao mesmo tempo, demarcar as especificidades da pecuária praticada no semiárido em relação aos padrões caracterizadores desta atividade econômica no país, inclusive em outras áreas da região Nordeste. Neste capítulo, os dados do Censo Agropecuário 2006, complementados com dados de outros Censos Agropecuários e da Pesquisa Pecuária Municipal, são mobilizados para analisar, principalmente, as relações entre a pecuária e a agricultura familiar no semiárido nordestino, priorizando as dinâmicas sociais vivenciadas a partir de 1975.

Assim, serão problematizadas questões como: Está ocorrendo, de fato, um processo de (re)pecuarização no semiárido? Em que se baseia o processo de (re)pecuarização? O

semiárido é mesmo um lugar de pecuária? A pecuária do semiárido se desenvolveu de uma mesma forma em todos os lugares? A pecuária no semiárido obedece às mesmas lógicas que no Cerrado e na Zona da Mata? Quais os lugares da bovinocultura e da caprinovinocultura na pecuária do semiárido? No semiárido, a pecuária está mais concentrada na agricultura familiar ou na agricultura não familiar? A caprinovinocultura é mesmo uma atividade do pequeno produtor ou da agricultura familiar? O processo de (re)pecuarização ocorre relacionado com a desagregação? Em que se baseia essa desagregação? A expansão da bovinocultura ocorre no sentido de beneficiar unicamente o grande proprietário? E a expansão da caprinovinocultura ocorre no sentido de beneficiar unicamente os pequenos proprietários? A caprinovinocultura, sendo “coisa do pequeno”, ocupou lugar de destaque no leque de estratégias produtivas de pequenos proprietários em substituição à bovinocultura? A escolha pela pecuária por parte de pequenos produtores, ou agricultores familiares, compromete sua subsistência, possibilitando a desagregação (no sentido de desaparecimento) do modo de vida camponês? Qual o impacto das políticas públicas das décadas de 1970 e 1980 no processo de pecuarização do semiárido e qual o papel das políticas públicas das décadas de 1990 e 2000 no processo de (re)pecuarização?

Ao fim dessa seção, apresentaremos, do ponto de vista dos números oficiais, nosso entendimento sobre o processo, que, em síntese, seria uma reabilitação (que significa mais do que expansão) da criação de animais (leia-se de ruminantes) em detrimento do encolhimento (de maneira relativamente geral) das práticas agrícolas de subsistência (representadas pelo cultivo de lavouras temporárias de sequeiro). Essa tendência que ora se ensaia está relacionada com a substituição de determinadas práticas econômicas e sociais que antes figuravam como dominantes por outras que passam a disputar esse posto de dominância em determinada área. Essa nova dinâmica está longe de ser uma lógica homogênea, de maneira que não ocorre da mesma forma, na mesma velocidade, no mesmo sentido, nem na mesma intensidade em todas as áreas sob influência de clima semiárido. Assim, a (re)pecuarização pode atuar de maneira a ser conduzida ora pela bovinocultura, ora pela caprinocultura, ou ovinocultura; pode ocorrer com maior ou menor diminuição das áreas destinadas às lavouras temporárias (em alguns casos até mesmo sem essa diminuição); pode estar relacionada ora com maior, ora com menor aumento das áreas destinadas às pastagens plantadas e ora com menor, ora com maior diminuição das áreas de pastagem natural.

Para a apreensão desse processo, direcionaremos atenção especial a cinco variáveis: a) efetivo dos rebanhos; b) densidade populacional dos rebanhos em diferentes níveis territoriais; c) forma de utilização das terras (lavouras temporárias, pastagens plantadas e pastagens

naturais); d) presença proporcional de bovinos em estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não-familiar, conforme categorização operada no Censo Agropecuário 2006; e presença proporcional de animais (bovinos, caprinos e ovinos) em diferentes categorias de unidades produtivas (de zero a menos de dez hectares, de dez a menos de cem hectares, mais de cem hectares e produtores sem área).

2.1 AVANÇO DO CRIATÓRIO DE RUMINANTES

Apesar de Alberto Passos de Guimarães (1977) ter identificado no Brasil, entre a década de 1940 e 1960, a substituição da agricultura pela pecuária relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo, interpretou esses dados numa chave de leitura que inviabilizava a observação de uma tendência que só mais recentemente vislumbrou-se como inequívoca e de grande importância, propriamente para o interior do Nordeste, o avanço da pecuária conduzida pelo pequeno produtor.

Nesse estudo, o autor tomou como unidade de referência o latifúndio (grande propriedade com características feudais ou pré-capitalistas), e, ao analisar dados censitários, constatou que, relacionado ao aumento do número de latifúndios, está o aumento de áreas destinadas à pecuária, inversamente proporcional à área destinada à lavoura. Ao comparar o processo de pecuarização em curso no Brasil com o de outros países como os da Europa, em que a substituição da agricultura pela pecuária remonta à primeira revolução industrial – resultando num desenvolvimento sobre bases intensivas da criação, seguida da repartição da grande propriedade em parcelas arrendadas a capitalistas – o autor conclui que, no Brasil, a expansão da pecuária representa, de um modo geral, uma solução para o latifúndio escapar ao capitalismo, para manter as práticas pré-capitalistas como modalidade menos exigentes de aplicação de capital sobre uma base de exploração ultraextensiva. Uma constatação final feita pelo autor é que a expansão da pecuária – que não conseguia sequer suprir a demanda por carne, no mercado local e global – sobre essas bases só servia para revitalizar o decadente sistema latifundiário⁴⁸.

Os principais problemas dessa apreciação, e que nessa sessão pretendemos evitar, foram: a) tomar como unidade de análise somente a grande propriedade, interpretada, na maior parte dos casos, negativamente, como latifúndio, como se o processo de abandono das

⁴⁸ O autor, apoiado na tese de que as forças produtivas do campo brasileiro deveriam se desenvolver em direção, primeiro, ao capitalismo para superar as estruturas feudais, para só em seguida contribuírem com a revolução socialista, enxerga a base contraditória que o avanço capitalista, sobre países pós-coloniais, causou ao manter a estrutura latifundiária sobre a qual se consolidou a exploração mercantil das colônias agroexportadoras.

lavouras fosse restrito à grande propriedade; b) reconhecer que a pecuária é uma atividade eminentemente capitalista (enxergando o camponês como vítima desse processo), desconhecendo que ela pode estar relacionada com as estratégias de reprodução camponesa, não necessariamente conectadas de forma estreita/direta com o capitalismo mundial; c) não reconhecer a tendência, já na década de 1960, de uma especialização/intensificação produtiva de médias e grandes propriedades pecuaristas, como resultado de um alinhamento ao mercado mundial, de maneira que a capacidade produtiva do país não só se tornou capaz de suprir o mercado nacional, como possibilitou ao Brasil ocupar o posto de um dos principais fornecedores de carne para o mundo.

Assim, no Brasil – assim como em outros países do mundo, a exemplo do México, Argentina, Austrália – visualizou-se um aumento espetacular na produção de ruminantes destinados ao mercado interno e externo na segunda metade do século XX. Diferentemente do que ocorreu no mercado da pecuária leiteira (em que o Brasil só conseguiu produzir excedente na segunda metade da década de 1990), a pecuária de corte levou não só o Brasil a ser autossuficiente na produção de carne (já no início da segunda metade do século XX), mas a tornar-se um dos maiores produtores mundiais e o principal exportador de carne para o mundo (BRASIL, 2007; WILKINSON, 2007). O aumento da demanda por carne, forçado pelo crescimento da população mundial, a abertura de novos mercados como China e Rússia e a criação da União Europeia, impulsionaram a produção de gêneros derivados da pecuária no Brasil que, como analisou Rocha (1988), a partir da década de 1960, entrara num ciclo de modernização agropecuária, levada a cabo pela política econômica do regime autoritário, baseado no estímulo de setores de maior e mais rápida capacidade de resposta aos investimentos feitos, via mecanismos creditícios, administrativos e incentivos fiscais.

Nesse contexto, os rebanhos brasileiros (em especial o bovino, já que os rebanhos caprino e ovino estão localizados, majoritariamente, no Nordeste), a partir da década de 1980, aumentaram consideravelmente na região central do país, a partir do oeste da Bahia, até o oeste do Paraná, alcançando as regiões de Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e do Alto Araguaia, passando por Tocantins até o sudeste do Pará e oeste do Maranhão (ROCHA, 1988). A existência de uma fronteira agrícola favorável no Brasil, no Centro-Norte, devido a ser pouco povoada, possibilitou a expansão da pecuária a partir de grandes propriedades, que baseavam sua produção na exploração extensiva, através da derrubada de mata e formação de pastagens, o que permitiu a expansão dos rebanhos de ruminantes⁴⁹ (bovinos, caprinos e

⁴⁹ Quando falarmos de ruminantes sempre estaremos nos referindo ao conjunto de animais compostos pelos rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos. A atenção nessas categorias de animais corresponde a uma escolha que

ovinos) brasileiros de 1975 a 2008 (ver GRÁFICO 1), em números absolutos, em quase 80% (enquanto o incremento no número de bovinos aproxima-se de 100%, com 97,3 %), sobre uma base técnica diferenciada (criação de ruminantes a pasto), que possibilitou a produção de animais a custos bem mais reduzidos que na maior parte dos países de clima temperado (que baseiam sua produção de carne em sistemas intensivos de confinamento).

Essa tendência de crescimento não se restringiu às áreas com fronteira agrícola favorável, mas repercutiu, também, em áreas pecuaristas tradicionais e densamente povoadas como o Norte Paranaense, Triângulo Mineiro e o Nordeste (ROCHA, 1988). Tomando por base o banco de dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM-IBGE), percebemos que nessa última região, o rebanho teve um acréscimo de 54% entre 1975 e 2008 (GRÁFICO 1), dado importante se levarmos em consideração que, conforme Cepal (1986), comparado ao Brasil, o Nordeste tinha nesse período uma fronteira agrícola mínima, restrita ao oeste da Bahia, sul do Piauí e sul e oeste do Maranhão. Comparando o ano de 2008 com o de 1990 (ver TABELA 1), temos um acréscimo em torno de 5% nos rebanhos. Mas confrontando os anos de 1995 e 2008, obtemos um valor de 16% de acréscimo no efetivo dos rebanhos de ruminantes na região Nordeste⁵⁰.

Quando passamos para a escala estadual, em Pernambuco - que já não tinha fronteira agrícola desde a década de 1950, conforme Dias, Vieira e Amaral (2001) - entre 1975 e 2008 (GRÁFICO 2), o rebanho dos principais ruminantes aumentou em 73% (entre 1995 e 2008 - ver tabela do ANEXO 1 - a taxa de crescimento é de 69%), valores que dão a Pernambuco o segundo lugar entre os estados nordestinos, no que se refere à taxa de crescimento entre 1975 e 2008, só perdendo para o Maranhão, e o primeiro lugar no que se refere à taxa de crescimento entre 1995 e 2008, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (tabela do

se justifica pela compreensão de que são essas as espécies que têm efetiva e generalizada relevância econômica para atores sociais do semiárido, dada a abrangência das cadeias produtivas, às quais se integram, como por exemplo, o mercado do leite e de derivados do leite e o mercado da carne. Além disso, são as únicas espécies que de fato necessitam de amplo espaço para serem criadas, dada a necessidade de pastagens, portanto as únicas que poderão ocupar ou disputar espaço com áreas de lavoura. A avicultura e a suinocultura, além de não se apresentarem de forma generalizada, na região nordestina, são atividades eminentemente intensivas, que necessitam de pouco espaço, de modo que não disputam com as áreas de lavoura. Em relação aos equinos, asininos e muares, apesar de também demandarem, como os ruminantes, áreas de pastagem, não possuem uma grande expressividade em termos de efetivo, além de não estarem abertos ao grande leque de oportunidades de mercado. Comparativamente, falando segundo a Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE/2008, na região Nordeste, os rebanhos de equinos, asininos e muares, que somados chegam a 3.123.024 de cabeças, não equivalem a 7% do efetivo de bovinos, caprinos e ovinos somados, que chega ao patamar de 46.745.173 de cabeças. Já o efetivo de bubalinos, que também é um ruminante com potencial comercial, não atinge 0,3 % do total de ruminantes no Nordeste.

⁵⁰ A aparente disparidade entre os dados de 1990 e 1995 foi produzida pela seca que ocorreu entre os anos de 1993 e 1994 que afetou negativamente o efetivo dos rebanhos, no entanto, esses mesmos dados demonstram uma decisão de recomposição posterior dos rebanhos. A referência de longo prazo (tomando o exemplo do ano de 1975) demonstra uma tendência de crescimento nessas últimas três décadas.

ANEXO 1). Esse dado é importante porque demonstra como um estado que não possuía novas áreas para expandir o criatório foi capaz de ocupar a segunda colocação em termos de taxa de crescimento, superando outros estados como Bahia e Piauí, que, mesmo possuindo uma fronteira agrícola favorável, não tiveram crescimento de rebanhos superior a 34%, nesse período de 33 anos.

GRÁFICO 1 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Brasil e Nordeste - Pesquisa Pecuária Municipal (1975 - 2008)

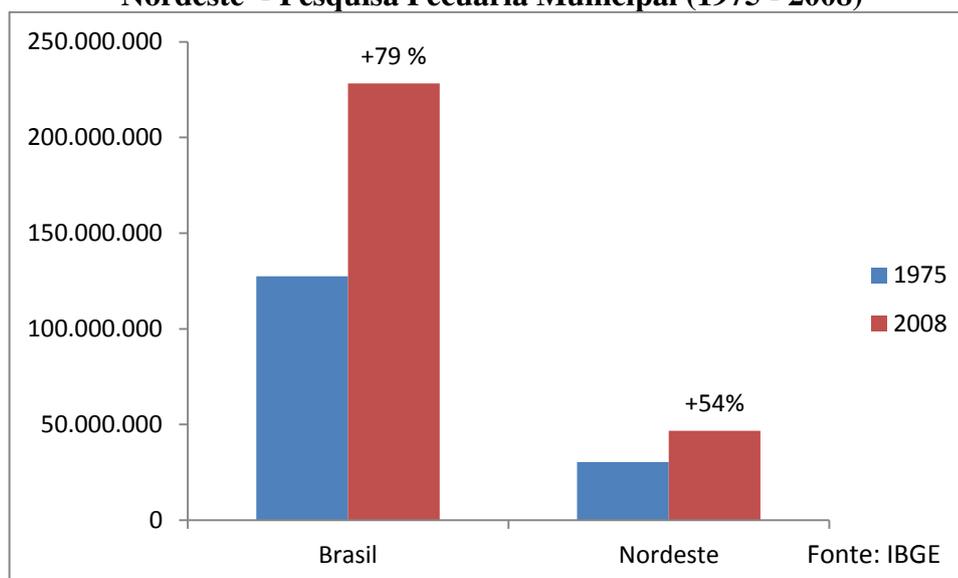
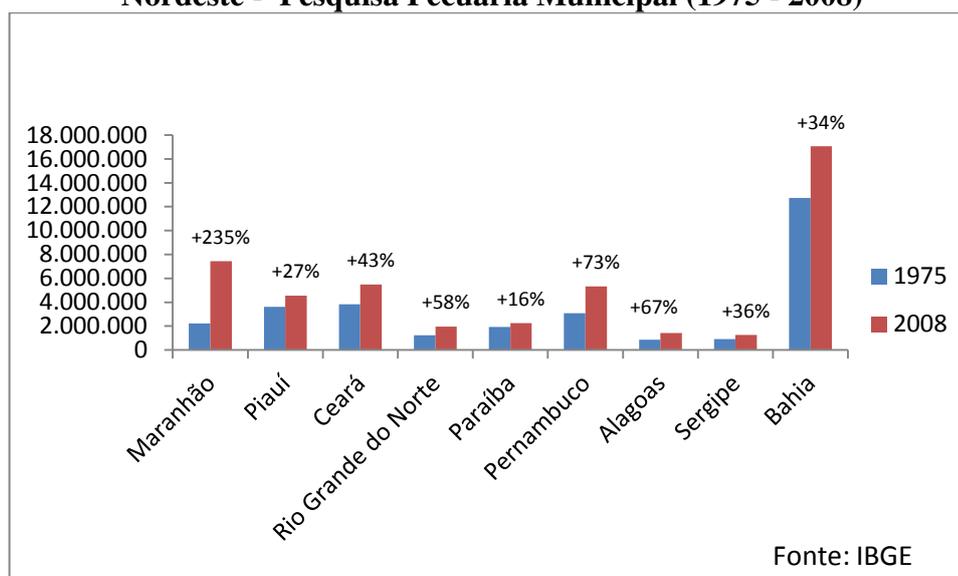
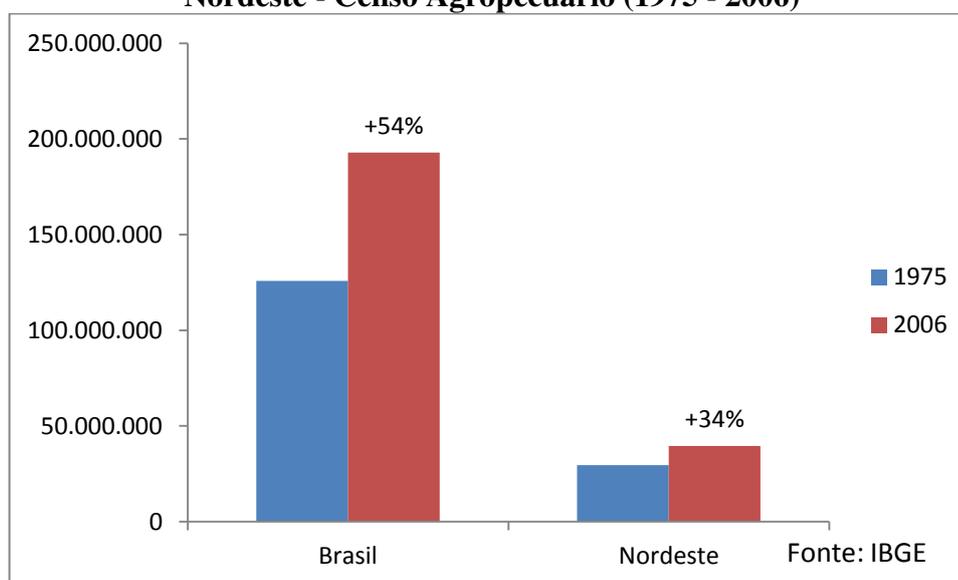


GRÁFICO 2 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Estados do Nordeste - Pesquisa Pecuária Municipal (1975 - 2008)



Se considerarmos dados do Censo Agropecuário⁵¹ apresentados nos GRÁFICOS 3 e 4, entre 1975 e 2006, percebemos que a tendência apreendida na PPM-IBGE, de aumento no efetivo dos rebanhos, é confirmada. No Brasil, ocorreu um acréscimo no número de ruminantes equivalente a 54%, no Nordeste, na ordem de 34%, em Pernambuco, o aumento é de 28%, o que representa o terceiro estado que mais aumentou seus rebanhos nesse período de 31 anos, só perdendo para Maranhão e Rio Grande do Norte.

GRÁFICO 3 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Brasil e Nordeste - Censo Agropecuário (1975 - 2006)



Ao reduzir ainda mais a escala, passando para a mesorregião do Sertão Pernambucano (ver tabela 1), onde está inserida a microrregião do Pajeú, o aumento do rebanho, entre 1990 e 2008, é da ordem de 49% – taxa de crescimento maior que a de Pernambuco (31%), a do

⁵¹ Existem diferenças metodológicas importantes nas pesquisas do Censo Agropecuário e da Pesquisa Pecuária Municipal. A primeira, que não ocorre todos os anos, tem sido realizada decenalmente desde 1985 e apresenta o levantamento dos rebanhos por contagem efetiva em todas as propriedades, representando o momento da realização da pesquisa. A segunda é realizada todos os anos e considera não só um momento, mas permite que se acompanhe a variação e a mobilidade dos rebanhos ao longo do ano civil, pois considera todos os dados produzidos até o dia 31 do mês de dezembro de cada ano. Todavia, o levantamento dos rebanhos na Pesquisa Pecuária Municipal não ocorre com a contagem efetiva nas propriedades, mas através de dados secundários, produzidos por órgãos de fiscalização sanitária, cooperativas, abatedouros, etc. Para fins de acompanhar o crescimento e diminuição dos rebanhos de uma década para outra, os dados do Censo Agropecuário talvez sejam mais válidos, no entanto existe a limitação de só estarem disponíveis, on-line, dados que consideram micro e mesorregiões para os anos de 1995 e 2006. A Pesquisa Pecuária Municipal disponibiliza dados anuais para esses níveis territoriais desde 1990.

Nordeste (5%) e até mesmo do Brasil, que fica em torno de 28%. Se considerarmos a variação entre os anos de 1995 e 2008, a taxa de crescimento sobe para 116%, na mesorregião⁵².

GRÁFICO 4 – Crescimento dos rebanhos - bovinos + caprinos + ovinos - Estados do Nordeste - Censo Agropecuário (1975 - 2006)

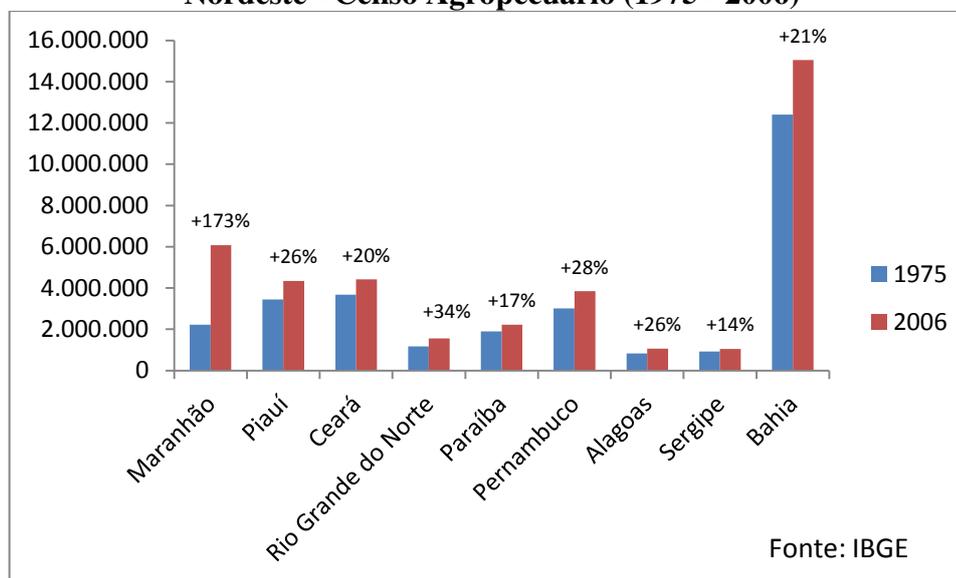


TABELA 1 – Evolução dos rebanhos (caprino + ovino + bovino) – Brasil, Nordeste, Pernambuco e mesorregiões de Pernambuco – Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2008)

Nível territorial	1990	1995	2000	2005	2008	Variação Percentual (1990-2008)	Variação Percentual (1995-2008)
Brasil	179.011.406	190.836.023	194.007.295	233.051.459	228.270.982	+28%	+20%
Nordeste	44.565.158	40.184.362	39.070.607	45.621.864	46.745.173	+5%	+16%
Pernambuco	4.073.527	3.140.126	3.674.409	4.578.093	5.321.850	+31%	+69%
Sertão Pernambucano - PE	1.403.390	969.163	1.299.298	1.643.304	2.092.564	+49%	+116%
São Francisco Pernambucano - PE	978.480	1.004.270	1.184.700	1.259.069	1.292.100	+32%	+29%
Agreste Pernambucano - PE	1.458.572	934.992	945.783	1.361.248	1.599.088	+10%	+71%
Mata Pernambucana - PE	188.515	186.888	200.975	263.090	276.447	+47%	+48%
Metropolitana de Recife - PE	44.570	44.813	43.653	51.382	61.651	+38%	+38%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Ao analisarmos os dados do Censo Agropecuário (TABELA 2), no que se refere ao efetivo dos rebanhos de ruminantes, percebemos que, dos nove estados do Nordeste (dentre eles Pernambuco, com 8% de aumento) seis tem um acréscimo entre os anos de 1995 e 2006. Esse quadro de expansão do número de animais criados é também reproduzido nas duas

⁵² Esse crescimento vertiginoso talvez seja devido ao fato de a grande seca registrada no ano de 1993, ter feito os rebanhos dos estados do Nordeste, de maneira geral (com exceção do Maranhão e do Piauí) diminuírem consideravelmente, como pode ser observado na tabela 1.

mesorregiões que compõem a área que pode ser chamada de Sertão (ou seja, com predominância de clima semiárido, que são o Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano). Dentro da mesorregião do Sertão Pernambucano, apenas a microrregião do Sertão do Moxotó sofreu uma redução no número de ruminantes, mas que não passa de 5% do número registrado em 1995.

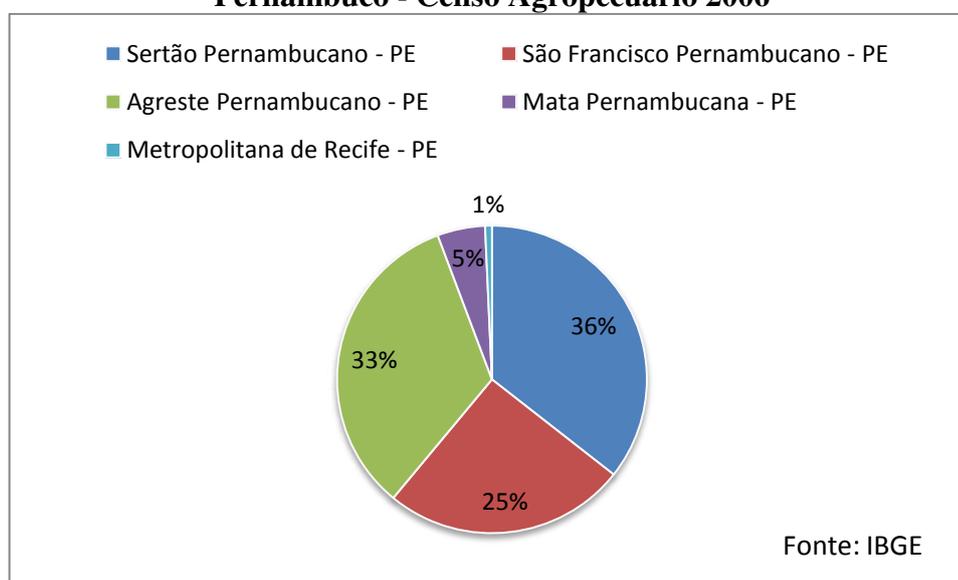
TABELA 2 – Evolução no efetivo dos rebanhos (bovinos + caprinos + ovinos) – Brasil, Nordeste, estados, mesorregiões e microrregiões de Pernambuco – Censo Agropecuário (1995-2006)

	1995	2006	Variação percentual
Brasil	173.603.476	192.888.449	+11%
Nordeste	35.736.165	39.587.787	+11%
Maranhão	4.363.466	6.068.293	+39%
Piauí	4.541.730	4.335.454	-5%
Ceará	4.784.257	4.419.214	-8%
Rio Grande do Norte	1.549.887	1.561.618	+1%
Paraíba	2.170.057	2.217.652	+2%
Pernambuco	3.562.416	3.841.136	+8%
Alagoas	1.080.531	1.054.411	-2%
Sergipe	1.024.139	1.047.933	+2%
Bahia	12.659.682	15.042.076	+19%
Sertão Pernambucano – PE	1.290.689	1.368.070	+6%
São Francisco Pernambucano – PE	807.743	974.615	+21%
Agreste Pernambucano – PE	1.298.557	1.279.800	-1%
Mata Pernambucana – PE	146.642	191.237	+30%
Metropolitana de Recife – PE	18.785	27.414	+46%
Araripina – PE	316.669	367.344	+16%
Salgueiro – PE	266.772	293.516	+10%
Pajeú – PE	322.376	340.751	+6%
Sertão do Moxotó – PE	384.872	366.459	-5%
Petrolina – PE	470.389	629.649	+34%
Itaparica – PE	337.354	344.966	+2%
Vale do Ipanema – PE	247.514	246.160	-1%
Vale do Ipojuca – PE	352.255	351.472	0%
Alto Capibaribe – PE	88.224	96.446	+9%
Médio Capibaribe – PE	127.590	119.143	-7%
Garanhuns – PE	347.162	331.835	-4%
Brejo Pernambucano – PE	135.812	134.744	-1%
Mata Setentrional Pernambucana – PE	49.549	55.924	+13%
Vitória de Santo Antão – PE	35.240	45.247	+28%
Mata Meridional Pernambucana – PE	61.853	90.066	+46%
Itamaracá – PE	2.264	3.305	+46%
Recife – PE	9.872	17.734	+80%
Suape – PE	5.901	5.973	+1%
Fernando de Noronha – PE	748	402	-46%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Esse contexto de crescimento colocou a mesorregião do Sertão Pernambucano, dentre todas as mesorregiões do estado, em primeiro lugar no que se refere à quantidade de ruminantes criados no ano de 2006, com um efetivo de 1.368.070 de cabeças, o que representa em torno de 36% do total de animais do estado⁵³, como demonstra o GRÁFICO 5. Para as microrregiões, como demonstra o GRÁFICO 6, o Pajeú divide com Itaparica, Vale do Ipojuca e Garanhuns o posto de terceiro lugar no que se refere ao número de ruminantes, com 9 % do total do estado, só perdendo para Petrolina, Araripina e Sertão do Moxotó.

GRÁFICO 5 – Quantidade proporcional de ruminantes nas mesorregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006

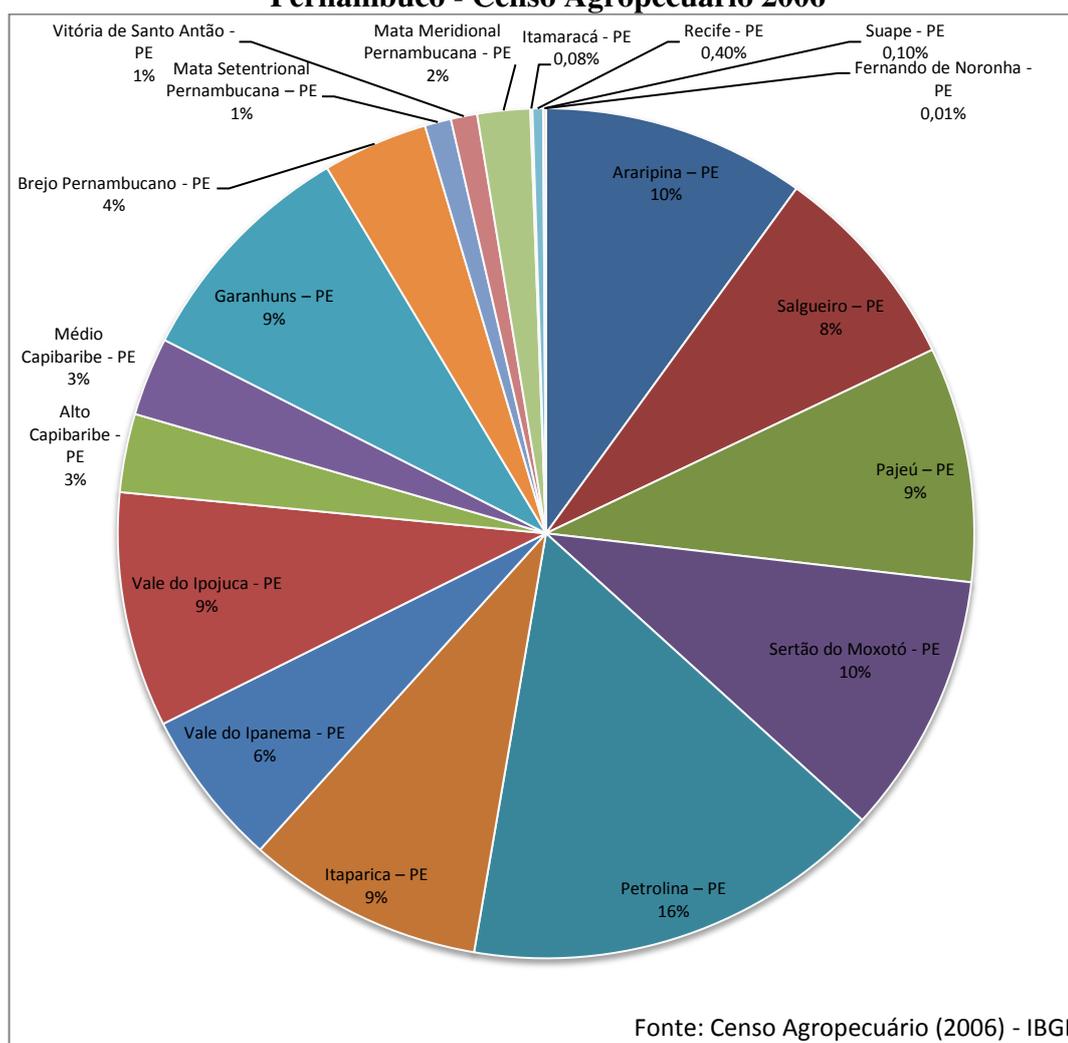


Considerar os rebanhos de forma unificada pode causar alguns desvios no entendimento do processo de (re)pecuarização, já que nos propusemos a expô-lo de maneira a elucidar um leque amplo de nuances, por entender que ele não obedece a uma dinâmica única em todas as áreas do semiárido. Faremos algumas referências aos rebanhos separadamente. Como demonstram os GRÁFICOS 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, o rebanho de bovinos, entre os anos de 1995 e 2006, nos estados do Nordeste (com exceção de Maranhão e Bahia) sofreu ligeiras diminuições (mas que não superam os 12% de perdas do estado do Ceará) em contradição com o que ocorreu no Brasil e na região Nordeste, que tiveram acréscimo de 12% e 11%, respectivamente. Em relação às mesorregiões do estado de Pernambuco, destacamos o crescimento desses rebanhos no Sertão Pernambucano, na Mata Pernambucana e na

⁵³ Um dado que confirma essa tendência é a quantidade proporcional de ruminantes apreendida pela Pesquisa Pecuária Municipal - 2008, em relação ao estado de Pernambuco, da mesorregião do Sertão Pernambucano, que chega a 40% do total, contra 30% do Agreste Pernambucano, 24% do São Francisco Pernambucano, 5% da Mata Pernambucana e 1% da Metropolitana do Recife, como demonstra a tabela do anexo 4.

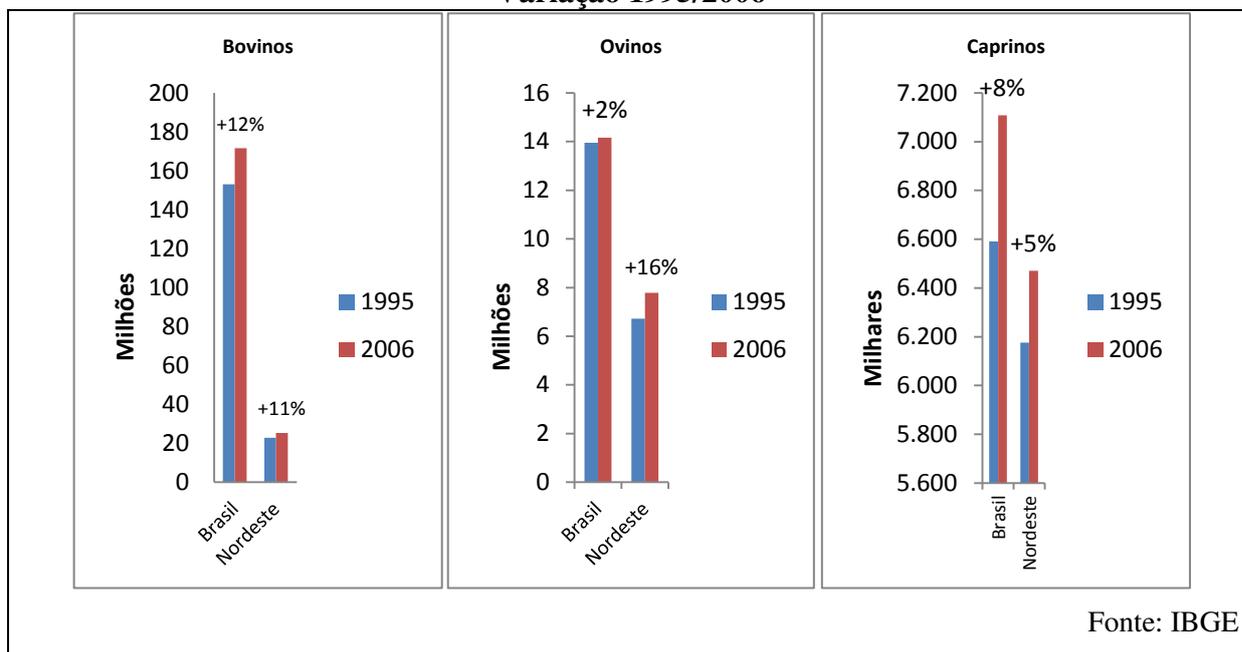
Metropolitana do Recife (com um acréscimo de 2%, 22% e 11%, respectivamente) e uma diminuição nas mesorregiões do São Francisco Pernambucano e do Agreste Pernambucano. O quadro de crescimento foi levado a cabo, no Sertão Pernambucano, pela microrregião de Araripina (com 19%), e pela manutenção do rebanho no Pajeú. Na mesorregião do São Francisco Pernambucano, a diminuição foi conduzida pela microrregião de Itaparica, que, tendo uma diminuição de 37%, superou o crescimento de Petrolina (que teve um aumento de 9%). Na mesorregião do Agreste Pernambucano⁵⁴, todas as microrregiões tiveram um decréscimo nos seus rebanhos de bovinos. Já em todas as microrregiões da Mata Pernambucana, ocorreram aumentos consideráveis no número de cabeças dessa espécie, o que não se repetiu na mesorregião Metropolitana do Recife, que só teve crescimento no efetivo de bovinos na microrregião de Recife.

GRÁFICO 6 – Quantidade proporcional de ruminantes nas microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006



⁵⁴ Essa área do estado de Pernambuco tinha sido vista na década de 1980, no trabalho de Rocha (1988), como uma área de pecuarização bovina.

GRÁFICO 7 – Efetivos de Ruminantes – Brasil e Nordeste – Censo Agropecuário - Variação 1995/2006



No que se refere aos rebanhos de ovinos, percebe-se que existe um aumento considerável em quase todos os estados do Nordeste (com exceção do Ceará, que sofreu um pequeno decréscimo desse rebanho, correspondente a 3%). Já em todas as mesorregiões pernambucanas, ocorreu aumento expressivo na quantidade de ovinos. Para as microrregiões, o aumento só não ocorreu no Sertão do Moxotó e em Fernando de Noronha.

GRÁFICO 8 – Efetivo dos bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste

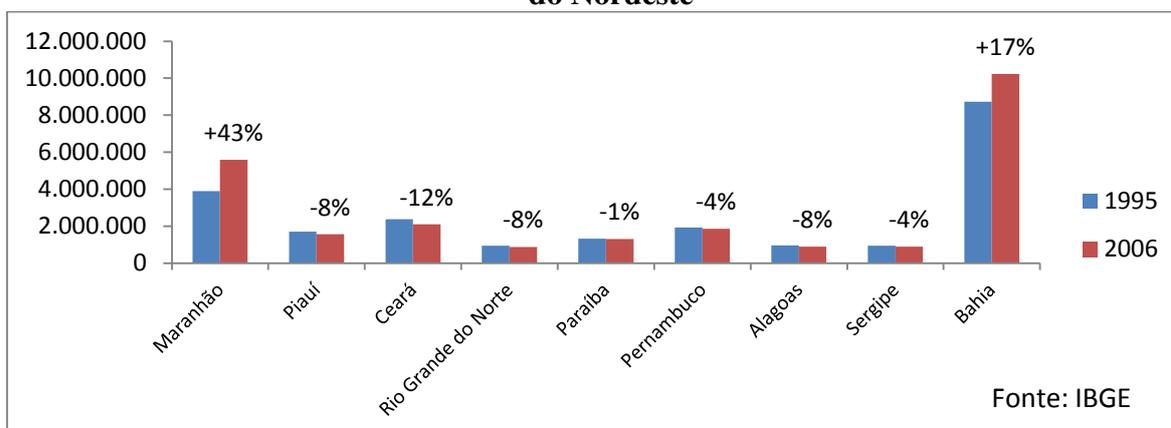


GRÁFICO 9 – Efetivo dos ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste

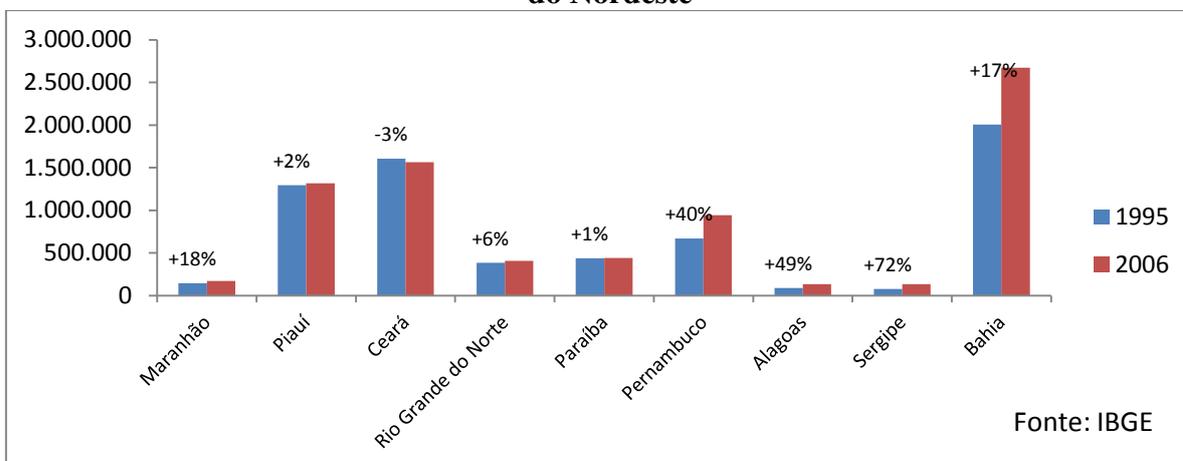
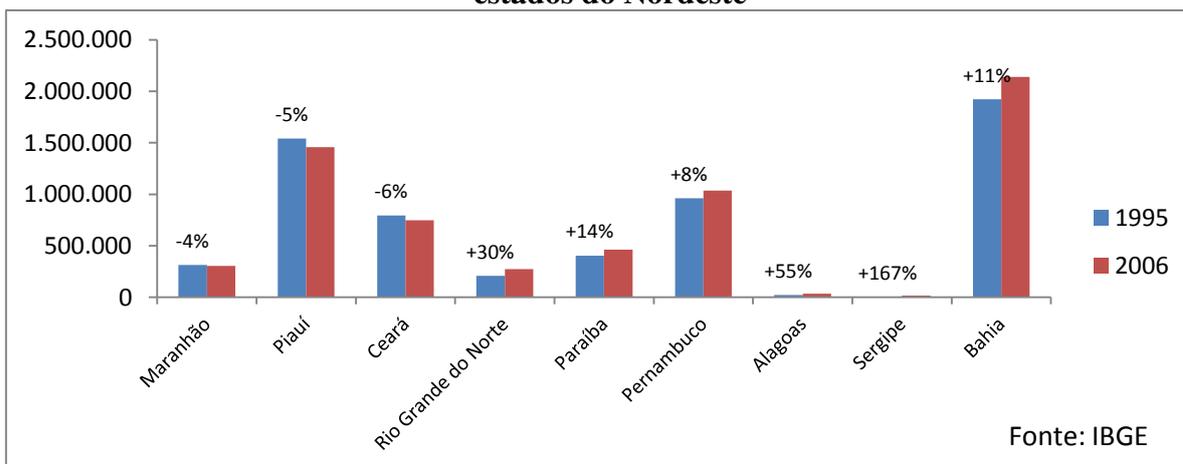


GRÁFICO 10 – Efetivo dos caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - estados do Nordeste



Em relação ao rebanho de caprinos, de maneira geral, ocorreram aumentos no Brasil, e no Nordeste. Nos estados, só não houve crescimento no Maranhão, no Piauí e no Ceará, com diminuições em torno de 5%. Nos estados restantes ocorreram aumentos importantes, com destaque para os estados de Alagoas e Sergipe, com taxa de crescimento de 55% e 167%, respectivamente. Nas meso e microrregiões de Pernambuco, houve crescimento na população de caprinos. As únicas exceções foram Araripina (com decréscimo de 1%) e o Sertão do Moxotó, que manteve, em 2006, a mesma quantidade de caprinos que existia em 1995.

GRÁFICO 11 – Efetivo dos bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco

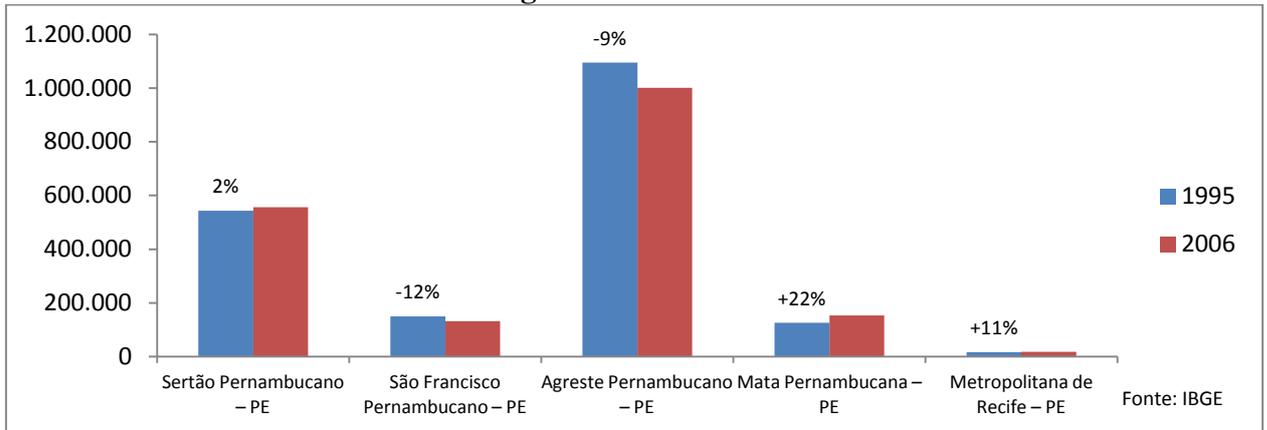


GRÁFICO 12 – Efetivo dos ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco

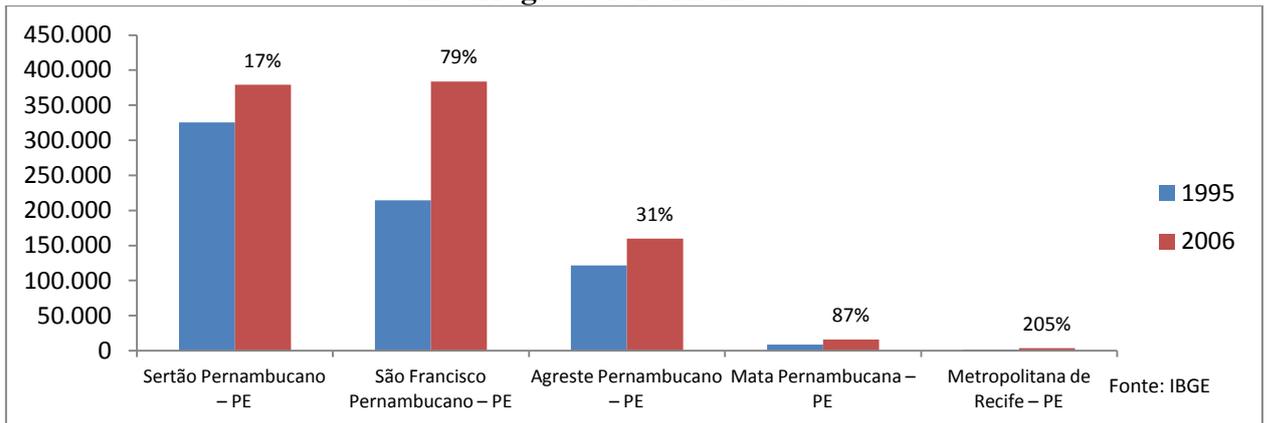


GRÁFICO 13 – Efetivo dos caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - mesorregiões de Pernambuco

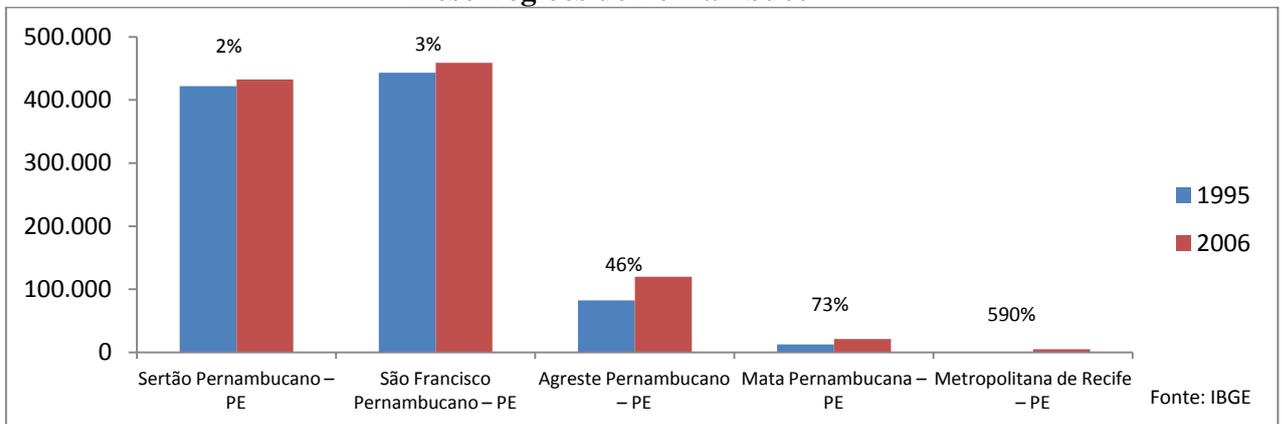


GRÁFICO 14 – Efetivo de bovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco

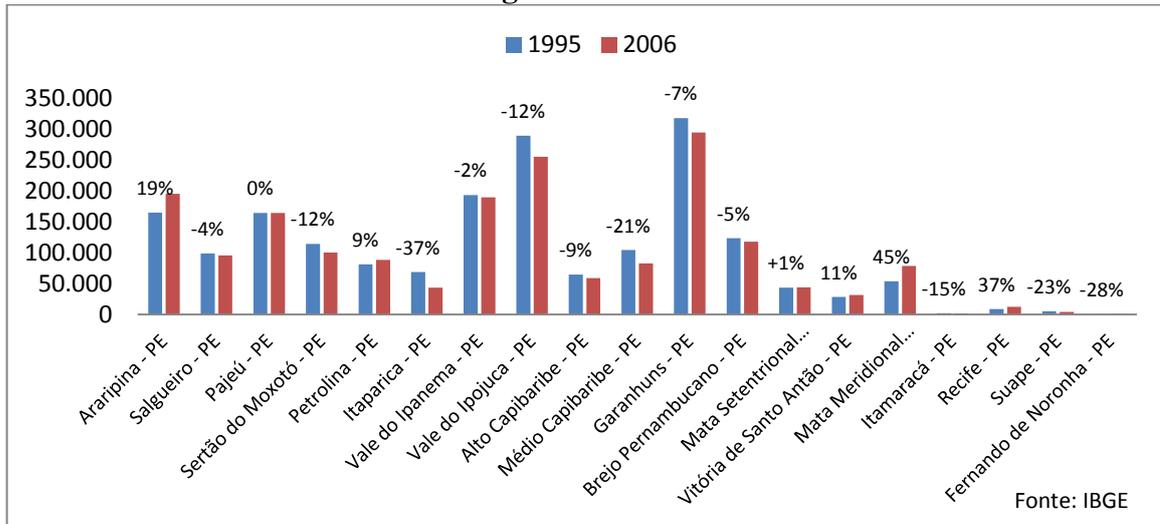


GRÁFICO 15 – Efetivo de ovinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco

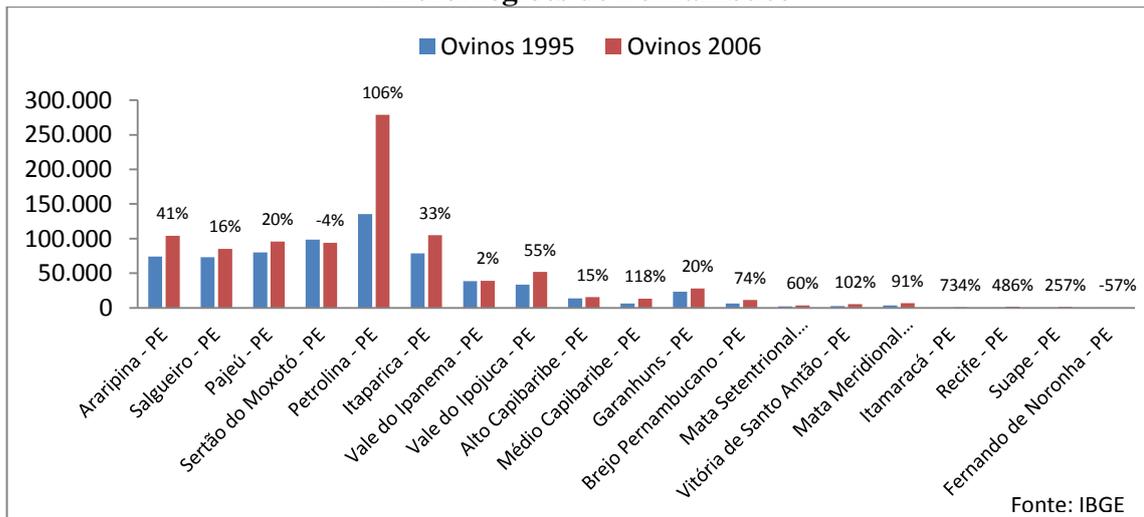
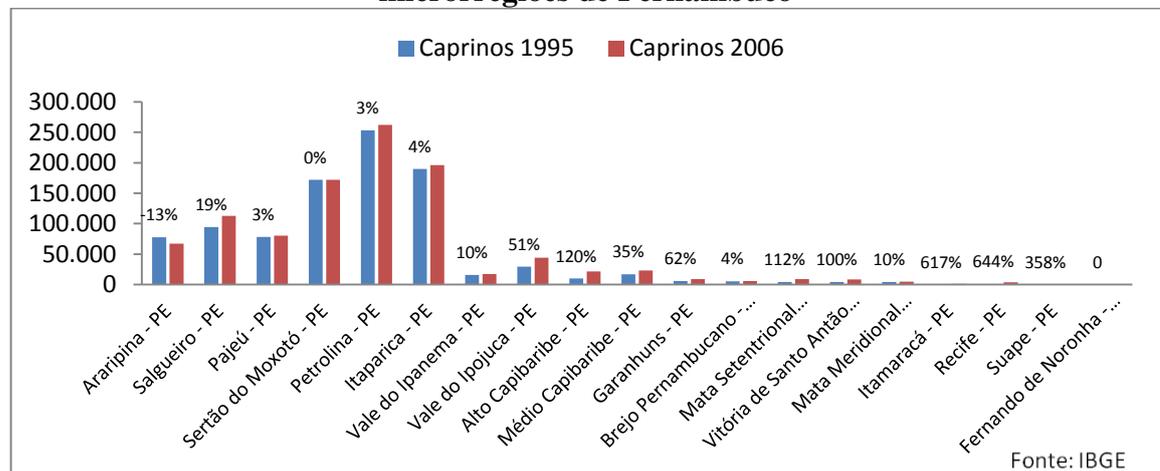


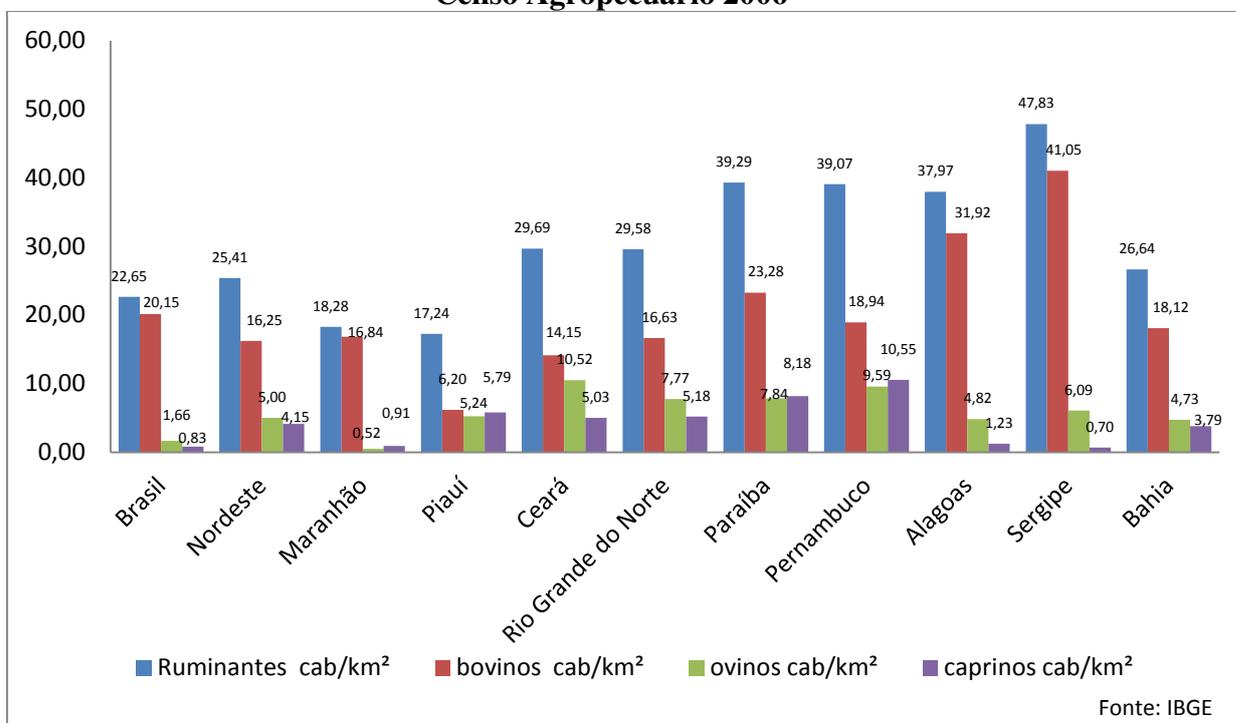
GRÁFICO 16 – Efetivo de caprinos - variação 1995/2006 - Censo Agropecuário - microrregiões de Pernambuco



2.2 DENSIDADE DA POPULAÇÃO DE RUMINANTES

O simples entendimento da evolução da quantidade de ruminantes em determinada área, porém, não explica o processo de (re)pecuarização em curso, nem elucida sobre a forma específica da pecuária no semiárido e no Pajeú. Para o Nordeste, a consideração da densidade populacional dos rebanhos é fundamental para apreender o que há de específico ocorrendo em relação ao Brasil, dada a importância que os rebanhos de caprinos e ovinos também têm nessas áreas.

GRÁFICO 17 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste e estados - Censo Agropecuário 2006

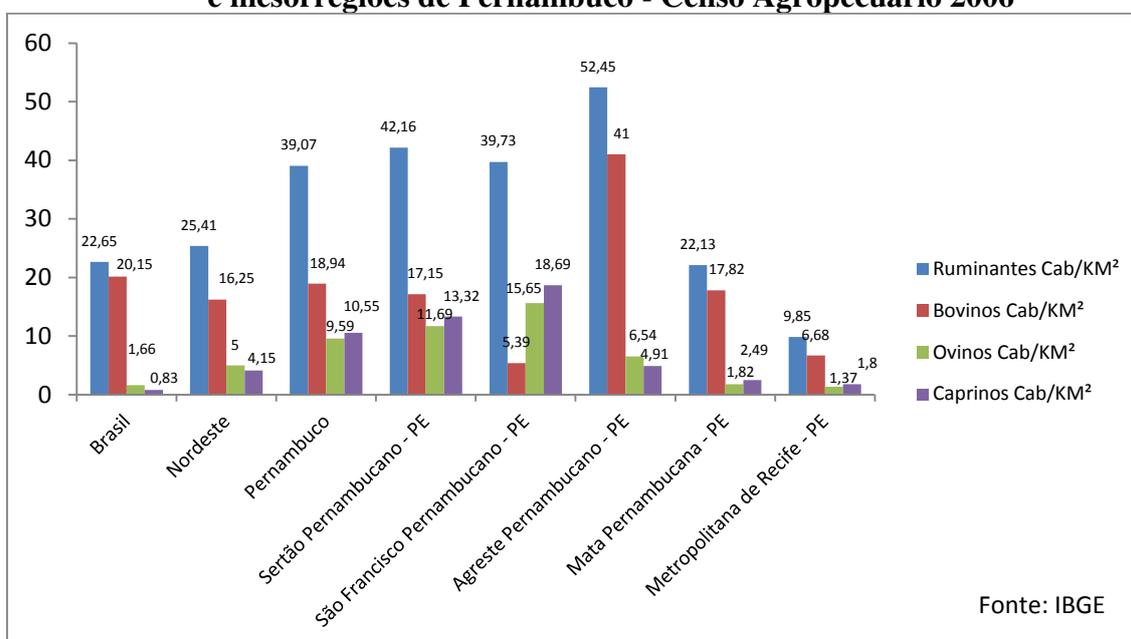


Em relação à densidade da população de ruminantes, segundo os dados do Censo Agropecuário, somados os rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos, no Nordeste, o Estado de Pernambuco ocupa o terceiro lugar com um valor de 39,07 cabeças por quilômetro quadrado (cab/km²), só perdendo para a Paraíba e Sergipe, conforme GRÁFICO 17. Nota-se que, apesar de os rebanhos caprinos e ovinos serem de quantidade expressiva no estado, se analisados isoladamente, não supera a bovinocultura, que predomina na ocupação do solo. Essa é uma lógica generalizada em quase todos os estados da região (com exceção do Piauí, em que os rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos possuem densidades populacionais equivalentes), que,

coincidentalmente, se radicaliza nos estados em que a influência do clima semiárido é menor⁵⁵ como Sergipe, Alagoas e Maranhão. Mas, se analisarmos os rebanhos de caprinos e ovinos (pequenos ruminantes), somados em comparação com o de bovinos, percebe-se que, juntamente com o Ceará e Piauí, o estado de Pernambuco, possui uma maior concentração de caprinos e ovinos do que a de bovinos.

Analisando os rebanhos separadamente (GRÁFICO 18), dos estados nordestinos, Pernambuco é o quarto colocado em densidade de bovinos (com 18,94 cab/km²), o segundo em densidade de ovinos (com 9,59 cab/km²) e o primeiro em densidade de caprinos (com 10,55 cab/km²).

GRÁFICO 18 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste, Pernambuco e mesorregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006



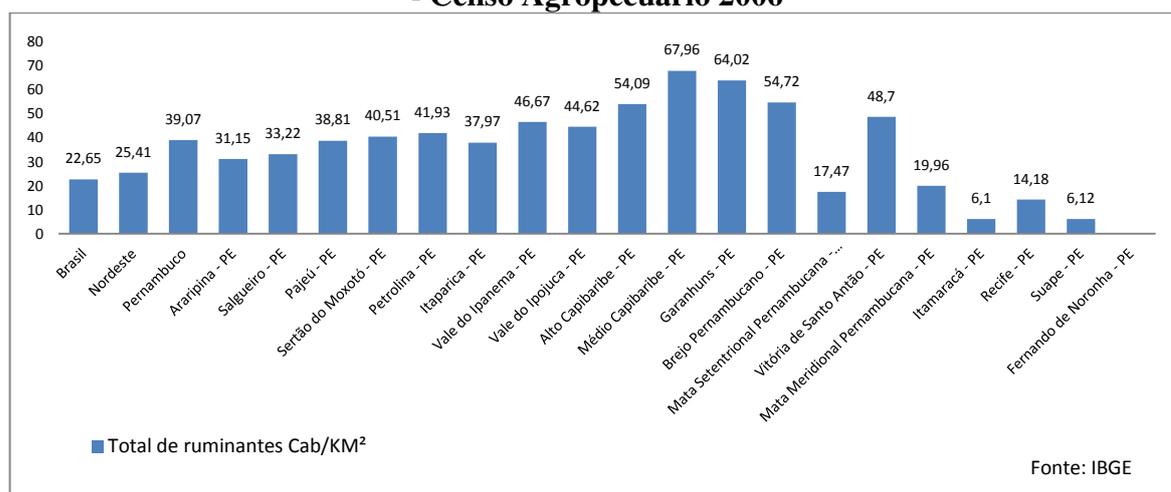
Apesar de alguns dados apresentados anteriormente demonstrarem que o processo de avanço da pecuária no semiárido possibilitou colocar, na década de 2000, a mesorregião do Sertão Pernambucano (em que está inserida a microrregião do Pajeú) na principal posição, no que se refere à quantidade de ruminantes criados, ultrapassando o Agreste Pernambucano que, até 1990 (pelos dados da PPM-IBGE) e 1995 (pelo Censo Agropecuário), figurava como a

⁵⁵ Segundo a análise de Manuel Correia de Andrade (1998), o polígono das secas, que não se restringe às áreas de Sertão, mas inclui todas as subáreas que sofrem influência do clima semiárido e em que se vivencia ciclos periódicos de estiagem, compreende 94,8% do Ceará, 97,6% da Paraíba, 92% do Rio Grande do Norte, 88,7% de Pernambuco, 43,7% de Alagoas, 47,1% de Sergipe, 56,6 % da Bahia, 35% do Piauí e 0 % do Maranhão.

mesorregião com o maior rebanho de ruminantes do estado⁵⁶, o Sertão Pernambucano está na segunda colocação no que se refere à densidade populacional de ruminantes, com 42,16 cabeças por km², o que ainda o coloca numa posição analítica interessante, dadas as condições geográficas e climáticas menos favoráveis, se comparadas com a mesorregião do Agreste Pernambucano, que está em primeiro lugar no que se refere à densidade da população de ruminantes, com 52,45 cabeças por km². Esses dados são importantes porque demonstram como a mesorregião do Sertão Pernambucano, mesmo estando numa área de semiárido, possui uma densidade de população de ruminantes bem maior do que os valores referentes ao Brasil e ao Nordeste com 22,65 e 25,41 cabeças por km², respectivamente.

Observando a densidade populacional do total de ruminantes (GRÁFICO 19) para as microrregiões de Pernambuco, percebemos que os maiores valores estão localizados em áreas que compõem a mesorregião do Agreste Pernambucano. Ao verificarmos o GRÁFICO 18, vemos que esse acontecimento é devido aos rebanhos de bovinos que estão mais concentrados nessas áreas. Mesmo as microrregiões que são mais influenciadas (e de forma quase exclusiva) pelo clima semiárido (as do Sertão Pernambucano e do São Francisco Pernambucano), estando em posições superiores em relação ao Brasil e o Nordeste, no que refere a densidade populacional de ruminantes, não conseguem superar nenhuma das microrregiões que compõem o Agreste Pernambucano.

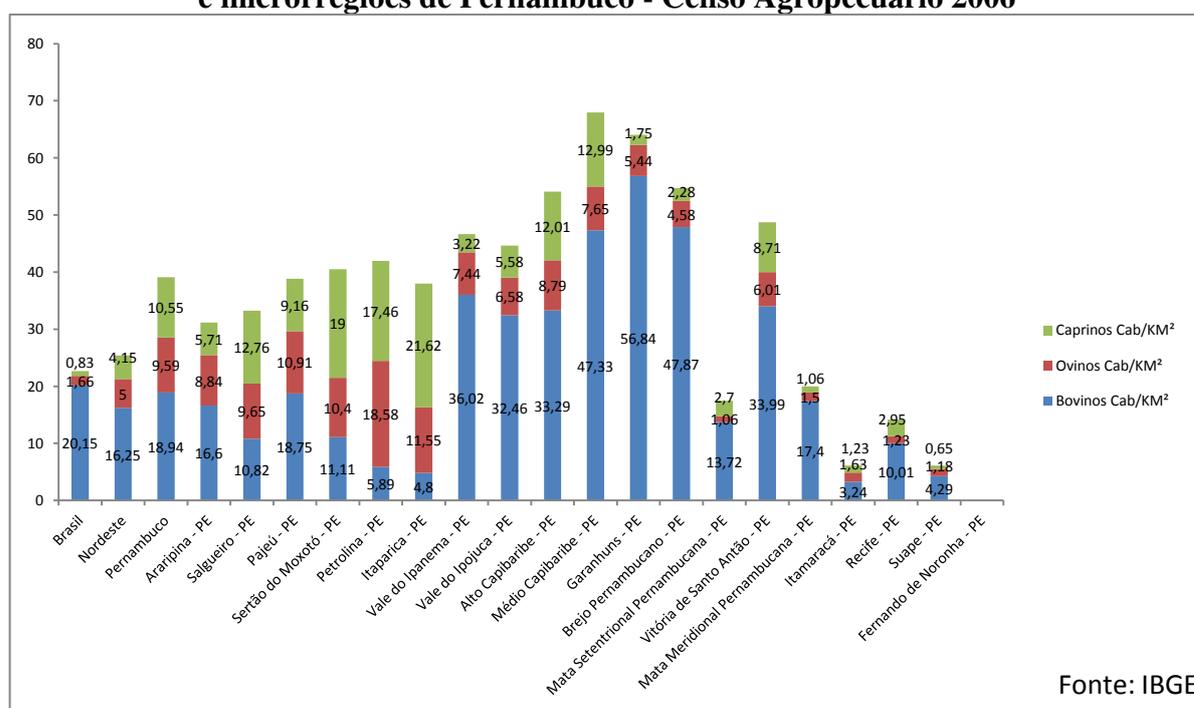
GRÁFICO 19 – Densidade populacional de ruminantes - microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006



⁵⁶ Observando os rebanhos separadamente, notamos que, para os bovinos, a maior quantidade, ainda está localizada no Agreste Pernambucano, seguido do Sertão Pernambucano e da Mata Pernambucana, para os dados do Censo Agropecuário de 2006 e para a PPM-IBGE de 2008. Em relação aos ovinos e caprinos, para o Censo Agropecuário de 2006 os maiores rebanhos estão localizados no São Francisco Pernambucano, seguidos do Sertão Pernambucano e do Agreste Pernambucano. Já para a PPM-IBGE de 2008, os rebanhos de caprinos e ovinos são maiores no Sertão Pernambucano, seguidos do São Francisco Pernambucano e do Agreste Pernambucano.

Mas, analisando a densidade populacional de ruminantes separadamente (rebanho por rebanho, no GRÁFICO 20), verificamos que as microrregiões de Araripina e do Pajeú têm um perfil diferenciado das demais microrregiões que compõem o Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano. Nas duas microrregiões, a população de bovinos é mais densamente concentrada que a de caprinos e ovinos. Na microrregião de Araripina, inclusive, as densidades populacionais de caprinos e ovinos somadas não superam a de bovinos. Já o Pajeú, apesar de não ter o maior valor absoluto, no que se refere à densidade de ruminantes, é a microrregião, dentre as do Sertão Pernambucano e do São Francisco Pernambucano, que tem a maior concentração de cabeças de bovinos por quilômetro quadrado, com um valor de 18,75.

GRÁFICO 20 – Densidade populacional de ruminantes - Brasil, Nordeste, Pernambuco e microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006



A participação da bovinocultura no Pajeú e em Araripina possibilitou colocar a mesorregião do Sertão de Pernambuco numa posição diferenciada em relação ao São Francisco Pernambucano. Como demonstra o GRÁFICO 20, a mesorregião do Sertão Pernambucano, apesar de ter uma densidade populacional de caprinos e ovinos significativa, é mais densamente ocupada pela bovinocultura. Em relação à microrregião do Pajeú, o crescimento da ovinocultura de 1995 a 2006 (Censo Agropecuário) elevou a atividade ao

patamar de segunda mais importante (considerando a densidade populacional dos rebanhos) no âmbito da pecuária⁵⁷.

Esses dados sobre a densidade populacional dos diversos rebanhos, a despeito do crescimento espetacular da ovinocultura nos últimos 20 anos, permitem-nos observar que, de fato, o Pajeú, diferentemente de outras áreas já reconhecidas como lugares da caprinovinocultura, como o Moxotó, as microrregiões do São Francisco Pernambucano e o Cariri paraibano, não conseguiu substituir seus rebanhos de bovinos por caprinos e ovinos como previa parte do discurso da convivência com o semiárido, para as áreas sertanejas⁵⁸.

2.3 PRESENÇA DA PECUÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA AGRICULTURA NÃO FAMILIAR

Dado que no Pajeú, que segue a tendência da mesorregião do Sertão Pernambucano e do próprio estado de Pernambuco, no que se refere à densidade de ruminantes, a bovinocultura tem uma maior relevância na ocupação do solo, e, como será demonstrado nos capítulos seguintes, nas operações sociais e econômicas⁵⁹, em relação à ovinocultura e à caprinocultura, cabe-nos ressaltar um aspecto peculiar que caracteriza a pecuária nessa área, mas que, provavelmente, é reflexo de uma lógica mais geral para o semiárido: a pecuária (em especial a bovina), no semiárido, está mais concentrada no estrato social denominado agricultura familiar, o que contradiz a lógica dessa atividade em nível nacional e regional e põe em xeque parte da literatura que, apressadamente, associa a pecuária à grande propriedade, dotando-lhe de um caráter negativo para o pequeno produtor, representado teoricamente pela “desagregação do modo de vida camponês”. É o que podemos apreender a partir da análise da TABELA 3, ao compararmos o perfil da pecuária bovina desenvolvida em áreas de semiárido, historicamente influenciadas pelo sistema pecuária-algodão-latifúndio,

⁵⁷ Confrontando os dados do Censo Agropecuário (CA-IBGE) e os da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM-IBGE), para o Pajeú, encontramos certa disparidade. Para a PPM-IBGE, o rebanho de caprinos é maior que o de ovinos no ano de 2008, diferentemente do que foi comprovado pelo CA-IBGE, em que rebanho de ovinos é maior que o de caprinos, no ano de 2006. De toda maneira, os dois bancos de dados confirmam a tendência de crescimento da ovinocultura, de 20% entre 1995 e 2006 (CA) e 63% entre 1990 e 2008 (PPM), enquanto a caprinocultura tende a diminuir entre 1990 e 2008, com um decréscimo de 4% ou a estagnar entre 1995 e 2006, com um parco crescimento de 3%.

⁵⁸ Os aspectos causais que engendraram lógicas diferenciadas para a pecuária no Pajeú em relação à outras áreas do semiárido, em que a maior ou menor permeabilidade do discurso da convivência com o semiárido é apenas um dentre outros, serão problematizados nos próximos capítulos.

⁵⁹ Claro que a densidade da bovinocultura no Pajeú, comparada às outras espécies, não é tão díspare quanto a que ocorre no Agreste Pernambucano como um todo. Nas microrregiões inseridas no Sertão Pernambucano e no São Francisco Pernambucano a importância dada pelos sujeitos à caprinovinocultura e à presença desses animais é bem maior que no Agreste, de maneira que em algumas situações e em algumas áreas, o criatório de cabras e ovelhas ocupa o lugar principal nas estratégias de sobrevivência e na composição da renda familiar.

com a praticada em áreas tradicionalmente de *plantation*, ou de recente exploração via expansão da fronteira agrícola.

Enquanto que para as áreas tradicionais de *plantation* da cana-de-açúcar (ocupantes do bioma mata atlântica, no contexto de clima tropical úmido) e da fronteira agrícola oeste (ocupantes do bioma cerrado, no contexto de clima tropical subúmido, em que se destaca a sojicultura e a produção extensiva do “boi gordo”) a pecuária vem se desenvolvendo sobre uma base fundiária extremamente concentrada, nas áreas de clima semiárido, em que predomina o bioma caatinga, o criatório está presente de forma generalizada e predominante na pequena propriedade.

Como demonstra os exemplos da TABELA 3, nas áreas da mata atlântica e do cerrado, apesar de a maior parte das propriedades que possuem bovinos serem da agricultura familiar (acima de 67% das propriedades), não possuem um terço do total de bovinos encontrados, ao mesmo tempo em que não chegam a ocupar 25% da área. Já nas áreas de semiárido, onde a agricultura familiar ocupa mais de 60% da área, detém mais de 71% dos bovinos em mais de 85% dos estabelecimentos que possuem bovinos.

TABELA 3 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos, número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar e área ocupada pela agricultura familiar – Microrregiões de cerrado (clima tropical subúmido), da mata atlântica (clima tropical úmido) e da caatinga (clima tropical semiárido) – Censo Agropecuário 2006

Nível territorial		Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)					Número de cabeças de bovinos (Cabeças)					Área da A. Familiar
		Total	Agricultura familiar - lei 11.326			Agricultura não familiar		Total	Agricultura familiar - lei 11.326		Agricultura não familiar	
Cerrado - Tropical subúmido	Imperatriz - MA	8.064	5.952	74%	2.112	26%	1.349.119	379.522	28%	969.597	72%	25%
	Barreiras - BA	6.004	5.021	84%	983	16%	307.680	112.658	37%	195.022	63%	8%
	Alto Parnaíba Piauiense - PI	1.570	1.213	77%	357	23%	47.065	21.465	46%	25.600	54%	10%
Mata Atlântica - Tropical úmido	Porto Seguro - BA	9.949	7.012	70%	2.937	30%	1.272.600	298.119	23%	974.481	77%	20%
	Mata Alagoana - AL	1.560	1.040	67%	520	33%	104.444	10.884	10%	93.560	90%	9%
	Mata Meridional Pernambucana - PE	3.538	2.851	81%	687	19%	78.520	22.231	28%	56.289	72%	16%
Caatinga - Tropical Semiárido	Serrana do Sertão Alagoano - AL	5.934	5.455	92%	479	8%	70.555	55.372	78%	15.183	22%	71%
	Itaporanga - PB	4.174	3.597	86%	577	14%	59.706	42.315	71%	17.391	29%	61%
	Paulo Afonso - BA	2.473	2.241	91%	232	9%	39.701	32.210	81%	7.491	19%	60%

Fonte: IBGE

TABELA 4 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos, número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar e área ocupada pela agricultura familiar – Brasil, Nordeste, estados, meso e microrregiões de Pernambuco - Censo Agropecuário 2006

Nível Territorial	Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)					Número de cabeças de bovinos (Cabeças)					Área da Agricultura Familiar	
	Total	Agricultura familiar - lei 11.326		Agricultura não familiar		Total	Agricultura familiar - lei 11.326		Agricultura não familiar			
Brasil	2.673.176	2.151.279	80%	521.897	20%	171.613.337	51.991.528	30%	119.621.809	70%	24%	
Nordeste	972.729	831.968	86%	140.761	14%	25.326.270	12.059.881	48%	13.266.389	52%	37%	
Estados do Nordeste	Maranhão	93.263	78.437	84%	14.826	16%	5.592.007	2.322.628	42%	3.269.379	58%	35%
	Piauí	75.469	65.121	86%	10.348	14%	1.560.552	960.255	62%	600.297	38%	40%
	Ceará	124.456	107.003	86%	17.453	14%	2.105.441	1.160.350	55%	945.091	45%	44%
	Rio Grande do Norte	47.480	39.375	83%	8.105	17%	878.037	421.543	48%	456.494	52%	33%
	Paraíba	92.024	79.067	86%	12.957	14%	1.313.662	728.578	55%	585.084	45%	42%
	Pernambuco	140.226	124.657	89%	15.569	11%	1.861.570	1.153.327	62%	708.243	38%	47%
	Alagoas	44.905	39.343	88%	5.562	12%	886.244	405.982	46%	480.262	54%	32%
	Sergipe	40.663	35.166	86%	5.497	14%	899.298	470.311	52%	428.987	48%	48%
	Bahia	314.243	263.799	84%	50.444	16%	10.229.459	4.436.907	43%	5.792.552	57%	34%
Mesorregiões de Pernambuco	Sertão Pernambucano	42.898	38.911	91%	3.987	9%	556.444	397.762	71%	158.682	29%	61%
	São Francisco Pernambucano	9.527	8.255	87%	1.272	13%	132.114	96.647	73%	35.467	27%	57%
	Agreste Pernambucano	75.151	66.665	89%	8.486	11%	1.000.425	592.738	59%	407.687	41%	40%
	Mata Pernambucana	10.942	9.395	86%	1.547	14%	154.003	56.059	36%	97.944	64%	17%
	Metropolitana de Recife	1.708	1.431	84%	277	16%	18.584	10.121	54%	8.463	46%	24%
Microrregiões de Pernambuco	Araripina	10.276	9.289	90%	987	10%	195.761	138.723	71%	57.038	29%	71%
	Salgueiro	5.290	4.512	85%	778	15%	95.622	60.980	64%	34.642	36%	54%
	Pajeú	17.881	16.464	92%	1.417	8%	164.546	124.597	76%	39.949	24%	61%
	Sertão do Moxotó	9.451	8.646	91%	805	9%	100.515	73.462	73%	27.053	27%	56%
	Petrolina	6.838	5.923	87%	915	13%	88.507	67.446	76%	21.061	24%	63%
	Itaparica	2.689	2.332	87%	357	13%	43.607	29.201	67%	14.406	33%	42%
	Vale do Ipanema	11.647	10.250	88%	1.397	12%	189.974	125.445	66%	64.529	34%	52%
	Vale do Ipojuca	18.390	16.028	87%	2.362	13%	255.656	147.623	58%	108.033	42%	26%
	Alto Capibaribe	5.565	5.000	90%	565	10%	59.355	37.430	63%	21.925	37%	42%
	Médio Capibaribe	10.934	10.010	92%	924	8%	82.967	46.240	56%	36.727	44%	47%
	Garanhuns	21.142	18.808	89%	2.334	11%	294.606	169.594	58%	125.012	42%	50%
	Brejo Pernambucano	7.473	6.569	88%	904	12%	117.867	66.406	56%	51.461	44%	49%
	Mata Setentrional Pernambucana	3.628	3.195	88%	433	12%	43.906	17.799	41%	26.107	59%	11%
	Vitória de Santo Antão	3.776	3.349	89%	427	11%	31.577	16.029	51%	15.548	49%	50%
	Mata Meridional Pernambucana	3.538	2.851	81%	687	19%	78.520	22.231	28%	56.289	72%	16%
	Itamaracá	88	56	64%	32	36%	1.754	917	52%	837	48%	10%
	Recife	1.189	1.018	86%	171	14%	12.513	6.847	55%	5.666	45%	33%
Suape	421	350	83%	71	17%	4.183	2.256	54%	1.927	46%	28%	
Fernando de Noronha	10	7	70%	3	30%	134	101	75%	33	25%	75%	

Fonte: IBGE

A lógica acima descrita é mais bem ilustrada quando tomamos como referência as variadas dinâmicas que envolvem a pecuária num mesmo estado. A análise da TABELA 4 demonstra que, de fato, a pecuária, pelo menos a bovina⁶⁰, no semiárido de Pernambuco, se desenvolve sobre uma lógica diferenciada da que ocorre nas áreas mais úmidas, de maior dinamismo econômico e de maior concentração fundiária, representadas pela mesorregião da Mata Pernambucana.

A pecuária bovina em Pernambuco, no que se refere à participação da agricultura familiar, assim como a desenvolvida na Paraíba, Ceará, Sergipe, Piauí, está apoiada sobre uma lógica diferenciada em relação à desenvolvida como um todo no Brasil e em outros estados do Nordeste. Enquanto no Brasil a pecuária bovina está mais concentrada na agricultura não familiar, Pernambuco, juntamente com o Piauí, são os estados da região Nordeste em que a bovinocultura está mais concentrada na agricultura familiar, com cerca de 62% da criação total de bovinos nas mãos desse estrato social, que detém em torno de 47% da área do estado.

Essa realidade não é só reproduzida, mas é radicalizada, pelo Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano. Cada uma dessas mesorregiões concentra respectivamente, 71% e 73 % da bovinocultura na agricultura familiar, contra 59% do Agreste Pernambucano, 36% da Mata Pernambucana e 54 % da Metropolitana do Recife. Notamos, portanto, com os dados da TABELA 4 (mas devemos de problematizá-los ainda mais nos capítulos em que tratamos de expor o trabalho de campo), que, quanto maior a concentração fundiária e mais favorável o ambiente para a prática agrícola, mais concentrada está a bovinocultura na agricultura não familiar⁶¹.

Nesse contexto, a microrregião do Pajeú representa uma situação extrema no estado de Pernambuco, em relação ao que o processo de (re)pecuarização do semiárido foi capaz de produzir. Ela, além de ter um dos maiores rebanhos de ruminantes do estado, é a que possui maior densidade de bovinos por quilômetro quadrado dentre todas as microrregiões do Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano (áreas tipicamente de semiárido e de caatinga), no estado, sendo a microrregião que possui proporcionalmente (e em relação ao total de estabelecimentos com bovinos na microrregião) maior número de estabelecimentos com

⁶⁰ No SIDRA, o Censo Agropecuário não disponibiliza dados sobre o número de estabelecimentos agropecuários com ovinos e caprinos, nem sobre o número de cabeças de bovinos e caprinos por agricultura familiar e não familiar.

⁶¹ O São Francisco Pernambucano, apesar de contar com a fruticultura irrigada, como um fator de diferenciação dessa lógica, não é capaz de contradizê-la, dado que a agricultura não familiar que investe na fruticultura não representa muito em relação à totalidade da mesorregião, no que se refere à ocupação do solo. Nessa mesorregião, uma parcela mínima das propriedades (e das terras) tem acesso à água e aos projetos de irrigação.

bovinos na agricultura familiar, além de ter, no estado, juntamente com a microrregião de Petrolina, maior concentração de bovinos na agricultura familiar, com 76% do total de bovinos da microrregião.

2.4 PRESENÇA DA PECUÁRIA EM PROPRIEDADES DE DIFERENTES TAMANHOS

Como, para o ano de 1995, o Censo Agropecuário não tinha considerado as categorias agricultura familiar e agricultura não familiar, e como, para o ano de 2006, não foram levantados dados referentes à presença de caprinos e ovinos na agricultura familiar e na agricultura não familiar, recorreremos ao percentual de bovinos, caprinos e ovinos, vistos separadamente, por grupos de área das unidades produtivas, nos anos de 1995 e 2006, o que possibilita visualizar o crescimento proporcional dos rebanhos em propriedades de variados tamanhos, como pode ser visto na TABELA 5. De um modo geral, percebemos um crescimento de todas as espécies de ruminantes em quase todos os níveis territoriais nos grupos de áreas que vão de 0 a 10 hectares e de 10 a 100 hectares, combinado com uma diminuição do número de ruminantes em propriedades com mais de 100 hectares e um sensível crescimento da participação de produtores sem área na atividade da pecuária.

Para os bovinos, em todos os grupos de área, no Brasil, no Nordeste e na mesorregião da Mata Pernambucana, estão mais concentrados nas propriedade com mais de 100 hectares, apesar de um crescimento quase generalizado dos rebanhos nas propriedades com menos de 100 hectares no ano de 2006. Para o Pajeú, chama atenção, a maior presença de bovinos nas propriedades com menos de 100 hectares, do que naquelas com mais de 100 hectares.

Em relação aos caprinos e ovinos, apesar da maior presença (quase generalizada) desses animais nas propriedades com menos de 100 hectares, no Pajeú, bem como no Sertão Pernambucano, a presença desses animais nas propriedades com mais de 100 hectares é bem mais considerável que no Agreste e na Mata Pernambucana, o que indica que, onde o clima semiárido predomina, as propriedade com mais de 100 hectares tendem a concentrar mais caprinos e ovinos que bovinos (observados separadamente), enquanto que as propriedades com menos de 100 hectares tendem a concentrar mais bovinos que caprinos e ovinos, vistos separadamente. Esse dado ajuda a demonstrar que, para o semiárido, a bovinocultura não é só “coisa do grande” e a caprinovinocultura não é só “coisa do pequeno”.

TABELA 5 – Efetivos de rebanhos em porcentagem por grupos de área das unidades produtivas – Brasil, Nordeste, Pernambuco, Sertão Pernambucano, Agreste, Mata Pernambucana e Pajeú - Censo Agropecuário 1995 e 2006

Espécie	Nível Territorial	De 0 a 10 hectares		De 10 a 100 hectares		Mais de 100 hectares		Produtor sem área ou não declarado	
		1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Bovinos	Brasil	4%	4%	23%	25%	73%	70%	0%	0%
	Nordeste	12%	12%	33%	35%	55%	52%	0%	0%
	Pernambuco	21%	24%	41%	43%	38%	31%	2%	0%
	Sertão Pernambucano	16%	18%	44%	49%	40%	31%	0%	2%
	Agreste	25%	28%	40%	48%	35%	28%	0%	2%
	Mata Pernambucana	17%	26%	25%	22%	58%	49%	0%	3%
	Pajeú	24%	28%	47%	48%	29%	22%	0%	2%
Caprinos	Brasil	30%	22%	38%	42%	32%	32%	0%	5%
	Nordeste	31%	23%	38%	41%	31%	31%	0%	5%
	Pernambuco	24%	22%	46%	45%	30%	28%	0%	5%
	Sertão Pernambucano	23%	20%	45%	48%	32%	33%	0%	6%
	Agreste	55%	43%	25%	28%	20%	23%	0%	5%
	Mata Pernambucana	60%	59%	16%	25%	24%	5%	0%	0%
	Pajeú	30%	22%	39%	43%	31%	30%	0%	5%
Ovinos	Brasil	12%	13%	32%	37%	56%	48%	0%	2%
	Nordeste	23%	20%	43%	46%	34%	31%	0%	3%
	Pernambuco	22%	21%	47%	51%	31%	25%	0%	3%
	Sertão Pernambucano	17%	19%	48%	52%	35%	27%	0%	3%
	Agreste	36%	35%	38%	35%	26%	27%	0%	1%
	Mata Pernambucana	35%	35%	23%	31%	42%	28%	0%	7%
	Pajeú	19%	20%	46%	46%	35%	32%	0%	2%

Fonte: IBGE

Para o caso específico do Pajeú, o que ocorreu entre 1995 e 2006 foi: a) um crescimento do percentual de ovinos e bovinos e diminuição de caprinos no estrato de propriedades de 0 a 10 hectares; b) o crescimento proporcional de bovinos e caprinos e manutenção do percentual de ovinos no estrato de 10 a 100 hectares e; c) diminuição do percentual de todas as três espécies nas propriedades com mais de 100 hectares. Esses dados ajudam a comprovar que a pecuária, no Pajeú, pelo menos nesse período de 11 anos, tendeu a se concentrar mais nas pequenas propriedades e na agricultura familiar, e menos nas grandes propriedades e na agricultura não familiar.

2.5 A DESAGRICULTURIZAÇÃO E O AVANÇO DAS PASTAGENS

Além do aumento nos efetivos de ruminantes ocorridos nas últimas três décadas, para se compreender o processo de (re)pecuarização, é fundamental o entendimento de que o aumento no número de animais criados é diretamente proporcional ao aumento das áreas destinadas às pastagens plantadas e que é diretamente proporcional à diminuição das áreas

dedicadas às lavouras temporárias⁶². Também importa a consideração do fenômeno de redução das áreas de pastagens naturais, que implica uma maior intensificação do uso da terra, tecnificação e especialização da atividade da pecuária.

De um modo geral, no Nordeste, como demonstra a tabela 6, com exceção do Maranhão (que segue a lógica nacional de aumento da área dedicada às lavouras temporárias⁶³), ocorreram, no período que vai de 1995 a 2006, diminuições das áreas dedicadas ao cultivo de lavouras temporárias. Em toda região esse valor é da ordem de 15%. Em todos os outros estados da região, com exceção de Piauí e Pernambuco, que tiveram diminuições nas áreas de lavoura temporárias abaixo de 5%, as diminuições superam a casa de 15%. Destacam-se, nesse sentido, as reduções presenciadas nos estados da Paraíba (-44%), Rio Grande do Norte (-44%) e Ceará (-31%), que encampam, exatamente, os maiores aumentos das áreas destinadas às pastagens plantadas, tendência de aumento que é seguida tanto no Brasil, quanto em todos os estados nordestinos. De um modo geral (com exceção de Piauí e Sergipe), em relação às áreas de pastagens naturais, ocorre uma diminuição nos estados do Nordeste que seguem uma lógica nacional e regional de substituição de áreas naturais de pastoreio, por áreas de pastagens plantadas.

No estado de Pernambuco, apesar de as lavouras temporárias só terem diminuído cerca de 5% nesses 11 anos, as áreas dedicadas às pastagens plantadas aumentaram sobre uma taxa de 24%, combinada com uma correspondente redução das áreas de pastagens naturais na ordem de 8%.

Analisando as mesorregiões de Pernambuco (TABELA 7), percebemos que só o Agreste e a Mata Pernambucana seguem a lógica nacional de aumento das lavouras temporárias. As outras três mesorregiões registraram reduções consideráveis nas áreas dedicadas a essa atividade, com destaque para o Sertão Pernambucano e o São Francisco Pernambucano, que tiveram reduções de 32% e 39%, respectivamente. Em relação às áreas de pastagens plantadas, ocorreram aumentos em todas as mesorregiões, seguindo a lógica nacional e regional, o que pode significar tanto a substituição das lavouras por pastagens (onde ocorreu diminuição das áreas de lavoura), ou a abertura de novas áreas relacionada com o avanço sobre áreas de mata ou de preservação (onde as áreas de lavoura não diminuíram).

⁶² Para áreas de clima semiárido, a consideração dos dados referentes às lavouras temporárias fala muito sobre a subsistência da agricultura familiar, dada a quase inexistência, devido o fenômeno da seca, de lavouras permanentes. Nesse contexto, quando falarmos de lavouras temporárias estamos tratando de agricultura de sequeiro, que para essas áreas refere-se basicamente a culturas de ciclo anual como milho, feijão, Jerimum, melancia e mais raramente batata-doce, mandioca e gergelim.

⁶³ Encaramos que o aumento de lavouras temporárias para o Brasil, de um modo geral, e para áreas de fronteira agrícola, como o Sul do Maranhão e Oeste da Bahia, correspondem à expansão de culturas utilizadas como *commodities*, no caso, principalmente a soja e cana-de-açúcar.

As áreas de pastagens naturais também diminuíram de forma generalizada nas mesorregiões. As exceções encontram-se na Mata Pernambucana e na Metropolitana do Recife (que não são áreas tradicionais no criatório).

TABELA 6 – Utilização das terras em hectares – Censo Agropecuário (1995 – 2006)

Nível Territorial	Lavouras Temporárias*			Pastagens Plantadas**			Pastagens Naturais		
	1995	2006	Variação	1995	2006	Variação	1995	2006	Variação
Brasil	42.562.857	44.019.726	+3%	99.652.008	105.551.966	+6%	78.048.463	57.316.457	-27%
Nordeste	11.786.109	10.072.922	-15%	12.099.639	16.092.029	+33%	19.976.700	16.010.989	-20%
Maranhão	1.758.772	1.999.290	+14%	2.906.809	4.151.193	+43%	2.403.743	1.710.787	-29%
Piauí	1.047.214	1.016.058	-3%	459.437	711.625	+55%	1.939.008	2.064.410	+6%
Ceará	1.653.269	1.132.619	-31%	197.447	519.755	+163%	2.434.672	2.297.319	-6%
Rio Grande do Norte	645.895	359.464	-44%	87.916	220.748	+151%	1.158.302	1.115.302	-4%
Paraíba	790.894	444.981	-44%	192.838	336.900	+75%	1.659.096	1.471.069	-11%
Pernambuco	1.342.060	1.272.978	-5%	700.316	870.156	+24%	1.430.686	1.315.139	-8%
Alagoas	866.198	739.671	-15%	372.569	429.289	+15%	489.863	521.621	+6%
Sergipe	192.798	143.406	-26%	529.349	615.267	+16%	624.513	388.555	-38%
Bahia	3.489.004	2.964.453	-15%	6.652.954	8.237.098	+24%	7.836.813	5.126.787	-35%

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário – IBGE

(*) – Em 1995, considerou-se áreas de lavouras temporárias + áreas de lavouras temporárias em descanso

(**) – Em 2006, considerou-se áreas de pastagem plantada em boas condições + áreas de pastagens plantadas degradadas + áreas plantadas com forrageiras para corte

Nas microrregiões do estado de Pernambuco, a tendência de diminuição das lavouras temporárias é reproduzida de forma quase generalizada, com exceções do Vale do Ipojuca, Mata Meridional Pernambucana, Itamaracá e Fernando de Noronha. O Pajeú, seguindo a tendência regional, reduziu as áreas destinadas às lavouras temporárias em 27% e aumentou as áreas destinadas às pastagens plantadas em 33%, ocorrendo também um pequeno aumento das áreas de pastagens naturais, na ordem de 3%. Foram exatamente 36.786 hectares de lavouras temporárias a menos, combinado com um aumento de 15.891 hectares de pastagens plantadas e de 3.465 hectares de pastagens naturais.

Mesmo observando uma tendência de substituição, tanto das áreas de lavouras temporárias, quanto das de pastagens naturais, por pastagens plantadas na mesorregião do Sertão Pernambucano, verificamos (a partir da análise da TABELA 7) que a pecuária no Pajeú, ao contrário do que ocorre na microrregião de Araripina, ainda está apoiada numa base técnica que se utiliza muito (de forma majoritária ainda) de pastagens naturais.

TABELA 7 – Utilização das terras em hectares (mesorregiões e microrregiões de Pernambuco) – Censo Agropecuário (1995-2006)

		Lavouras Temporárias*			Pastagens Plantadas**			Pastagens Naturais		
Nível Territorial (mesorregiões e microrregiões)		1995	2006	Δ %	1995	2006	Δ %	1995	2006	Δ %
Sertão Pernambucano – PE		418.803	283.156	-32%	244.456	330.801	+35%	489.189	473.670	-3%
São Francisco Pernambucano – PE		135.140	82.759	-39%	56.750	85.040	+50%	222.247	206.607	-7%
Agreste Pernambucano – PE		356.048	464.101	+30%	359.550	394.203	+10%	644.079	532.215	-17%
Mata Pernambucana – PE		367.947	383.215	+4%	38.295	57.779	+51%	66.945	93.826	+40%
Metropolitana de Recife – PE		64.121	59.746	-7%	1.263	2.333	+85%	8.224	8.822	+7%
Sertão Pernambucano	Araripina – PE	134.765	103.502	-23%	114.598	145.560	+27%	115.010	116.857	+2%
	Salgueiro – PE	65.983	42.912	-35%	38.942	64.162	+65%	115.521	109.639	-5%
	Pajeú – PE	136.191	99.405	-27%	48.233	64.124	+33%	119.062	122.527	+3%
	Sertão do Moxotó – PE	81.862	37.338	-54%	42.682	56.955	+33%	139.594	124.647	-11%
São Francisco Pernambucano	Petrolina – PE	88.405	58.420	-34%	50.355	77.468	+54%	53.805	119.382	+122%
	Itaparica – PE	46.735	24.340	-48%	6.395	7.571	+18%	168.442	87.225	-48%
Agreste Pernambucano	Vale do Ipanema – PE	72.844	26.846	-63%	104.033	82.921	-20%	119.686	123.170	+3%
	Vale do Ipojuca – PE	111.231	311.541	+180%	63.790	87.992	+38%	201.839	139.063	-31%
	Alto Capibaribe – PE	21.944	18.225	-17%	4.300	13.450	+213%	56.964	58.451	+3%
	Médio Capibaribe – PE	31.012	21.180	-32%	18.107	24.073	+33%	51.431	34.877	-32%
	Garanhuns – PE	87.706	62.062	-29%	131.993	141.132	+7%	137.017	116.348	-15%
	Brejo Pernambucano – PE	31.310	24.248	-23%	37.325	44.635	+20%	77.140	60.306	-22%
Mata Pernambucana	Mata Setentrional Pernambucana - PE	136.932	113.257	-17%	10.746	14.006	+30%	18.261	21.543	+18%
	Vitória de Santo Antão – PE	24.452	12.440	-49%	7.927	10.068	+27%	12.250	13.452	+10%
	Mata Meridional Pernambucana – PE	206.562	257.519	+25%	19.621	33.706	+72%	36.433	58.831	+61%
Metropolitana do Recife	Itamaracá – PE	11.132	18.025	+62%	227	426	+87%	748	663	-11%
	Recife – PE	19.134	13.841	-28%	793	1.657	+109%	5.991	5.587	-7%
	Suape – PE	33.854	27.855	-18%	229	246	+7%	1.481	2.558	+73%
	Fernando de Noronha – PE	0,09	25	+27678%	13	5	-62%	3	13	+256%

Fonte: adaptado do Censo Agropecuário - IBGE

(*) – Em 1995, considerou-se áreas de lavouras temporárias + áreas de lavouras temporárias em descanso

(**) – Em 2006, considerou-se áreas de pastagem plantada em boas condições + áreas de pastagens plantadas degradadas + áreas plantadas com forrageiras para corte

2.6 PERFIL DA PECUÁRIA NO PAJEÚ

A tendência de expansão das atividades relacionadas com a pecuária que ocorre em nível nacional, a partir da segunda metade do século XX, verificada pelo aumento do efetivo dos rebanhos e das áreas destinadas às pastagens, assume, para algumas áreas do Nordeste, em especial para o semiárido, novas faces. A análise dos dados do Pajeú, em comparação com outras microrregiões do Nordeste, permitiu-nos visualizar um perfil do processo de

(re)pecuarização que serve para caracterizar as dinâmicas da atividade da pecuária desenvolvidas (nas últimas três décadas) em outras áreas do semiárido, em que mais de 50% da área esteja concentrada na agricultura familiar. Se no Brasil, de maneira geral, os rebanhos de ruminantes cresceram juntamente com a expansão das áreas dedicadas à agricultura, especialmente para a produção de grãos, em boa parte do semiárido, esse crescimento se apoiou em detrimento da diminuição das áreas destinadas às lavouras temporárias.

Interessa notar, especialmente, que esse quadro de avanço da pecuária em áreas de semiárido, relacionado com a diminuição das áreas de lavouras temporárias (que se tratam basicamente de culturas alimentares) e a multiplicação das pastagens plantadas, está ocorrendo justamente numa região de predomínio da agricultura familiar e de estrutura agrária relativamente desconcentrada. Enquanto que para o Brasil os estabelecimentos não familiares (leiamos grandes propriedades) são o principal vetor desse crescimento, no Nordeste, e principalmente para o semiárido, esse avanço está sendo conduzido pela agricultura familiar.

A pecuária no Pajeú, portanto, se desenvolveu nas últimas três décadas combinando crescimento (de maneira geral) dos rebanhos de ruminantes, com proporcional diminuição das áreas destinadas a lavouras temporárias, aumentos das áreas destinadas às pastagens plantadas, e certa tendência de diminuição das pastagens naturais, que, apesar de não ter sido confirmada na microrregião, no período que vai de 1995 a 2006, verifica-se sob a ótica da mesorregião do Sertão Pernambucano, pois é, na verdade, uma lógica comum também para áreas de semiárido.

No Pajeú, o crescimento dos rebanhos, vistos individualmente, ocorreu no sentido de conformar e consolidar a tendência de predomínio da bovinocultura sobre a caprinovinocultura, apesar de esta ser uma atividade muito usual, se comparada com áreas do Agreste e da Zona da Mata, em que o predomínio da bovinocultura, reduz a participação da caprinovinocultura a números mínimos.

Uma outra característica peculiar à pecuária no Pajeú é uma forte tendência de a ovinocultura substituir a caprinocultura, dado o grande crescimento do número de ovinos associado à diminuição do número de caprinos, entre 1990 e 2008, como se verifica pela tabela do ANEXO 7. Num primeiro momento, esses dados comprovam que os discursos de convivência com o semiárido que prezam pela substituição da bovinocultura pela caprinovinocultura, se tiveram efetiva penetração nessa área, não conseguiram flexionar os produtores nesse sentido.

Especialmente, chama a atenção, a presença predominante da bovinocultura na agricultura familiar em relação à agricultura não familiar, seja em número de cabeças, e em

número de estabelecimentos, seja no que se refere à área destinada a essa atividade. Como também, atrai, do ponto de vista analítico, a tendência conformada nas últimas duas décadas de maior concentração da bovinocultura nas pequenas propriedades abaixo de 100 hectares, que concentram em torno de 76% de todos os bovinos, no ano de 2006, enquanto que, em relação à caprinocultura e à ovinocultura, apesar de as pequenas propriedades também deterem a maior quantidade de animais em relação às grandes propriedades, concentram essas espécies na proporção de 65% e 66%, respectivamente, como demonstra a TABELA 5. Isso indica que, no Pajeú, a bovinocultura não é, definitivamente, exclusividade das grandes propriedades, nem que a caprinovinocultura, apesar de estar presente, predominantemente, nas pequenas propriedades, é “coisa de pequeno”; os números demonstram que a proporção de ovinos e caprinos nas grandes propriedades é maior que a de bovinos, o que também vem contrastar com certos argumentos do discurso da convivência com o semiárido, que identificam a bovinocultura como coisa do latifúndio, do grande produtor, do agronegócio e, em oposição, a caprinovinocultura deverá ser incentivada porque é a atividade que melhor se adapta às condições e necessidades do pequeno produtor, do camponês e/ou da agricultura familiar.

Se, unicamente com os dados do IBGE, não podemos avaliar efetivamente o papel das políticas públicas de modernização e das dinâmicas econômicas engendradas a partir do final da década de 1970 no ordenamento do processo que estamos chamando de (re)pecuarização, nem saber até que ponto esse processo tem repercutido na mudança das estratégias de reprodução social da agricultura familiar no semiárido, podemos apreender que a pecuária tem sido uma atividade crescentemente acessada em detrimento de agricultura de sequeiro e de subsistência. Faz-se necessário, portanto, a análise dos dados produzidos no trabalho de campo para a devida compreensão do processo de (re)pecuarização em curso e para a elucidação das especificidades geradas por esse processo no Pajeú.

CAPÍTULO III

O PAJEÚ DAS FLORES⁶⁴: TERRITÓRIO DE GADO

Visto como o Pajeú, sob o ponto de vista microrregional e em relação com outros níveis territoriais (Brasil, Nordeste, Pernambuco, Sertão Pernambucano além de outros estados, micro e mesorregiões) se insere nesse processo de avanço da pecuária, que estamos chamando de (re)pecuarização, cabe-nos, agora, compreendê-lo, de forma mais esmiuçada, para dentro da microrregião, entender como o processo opera na esfera municipal.

Desde já, frisamos que o processo não ocorre de maneira única ou homogênea em toda a microrregião. Atentamos para o fato de que, a depender das particularidades políticas e econômicas, da conjuntura agrária e ambiental e da conformação social (aspectos que não serão alvos diretos de nossa análise, mas que na medida do possível serão referenciados com um valor muito mais hipotético do que conclusivo) de cada município, a (re)pecuarização ocorre ora na direção da bovinocultura, ora na da caprinovinocultura, ora na da caprinocultura somente, ora no sentido da ovinocultura, ora como uma combinação entre caprinocultura, bovinocultura e ovinocultura; em uns lugares com a expansão das pastagens plantadas e diminuição das pastagens naturais, em outros com o avanço das lavouras temporárias, em alguns municípios comandados pela agricultura familiar, em outros guiados pela agricultura não familiar.

Portanto, para que possamos entender as particularidades que a (re)pecuarização implica em cada município, é importante conectar os aspectos produtivos particulares em torno da pecuária, com os processos econômicos, sociais e ambientais que se passam na esfera microrregional, estadual e nacional, sem deixar de situar, historicamente, as práticas que daí emergem.

É fundamental, além de caracterizar a microrregião do ponto de vista ambiental, histórico e econômico, relacionar a realidade de avanço da pecuária com o conjunto das redes de comercialização, de produção, das instituições estatais e não-governamentais que subsidiam as atividades agropecuárias, e entender como a pecuária está relacionada com

⁶⁴ O termo “Pajeú das Flores” tem sido correntemente utilizado no cotidiano de pessoas daquela área para se referir, de forma poética, a toda a região que compreende a bacia do Rio Pajeú. Mas é, também, uma referência histórica à época em que grande parte das localidades (atuais municípios da microrregião) pertencia à Freguesia de Flores do Pajeú (atual município de Flores) que teve origem no século XVIII a partir do povoamento do entorno da antiga Fazenda Flores, uma das primeiras a ser fundada no Sertão de Pernambuco, segundo Andrade (1998), seguindo a lógica de ocupação e colonização do interior através das fazendas de gado.

outras cadeias produtivas locais e nacionais e como a microrregião responde, através da pecuária, às demandas de vários mercados. É importante compreender a emergência de um quadro político-institucional e organizacional que inclui agricultores familiares e entidades que os representam nos processos de elaboração e execução de políticas públicas, destinadas ao meio rural, principalmente no que se refere à consolidação de instâncias representativas, deliberativas e de governança, como o Território da Cidadania Sertão do Pajeú, o Polo Sindical do Sertão do Pajeú, RD Pajeú (Região de Desenvolvimento Pajeú), Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Fórum Territorial do PDHC.

3.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS NO PAJEÚ

O Pajeú⁶⁵, conhecido na voz de Luiz Gonzaga com as músicas Riacho do Navio e Meu Pajeú, é uma microrregião geográfica relativamente homogênea com uma área de aproximadamente 8.778 Km², inserida na mesorregião do Sertão Pernambucano, que está localizada numa área sob influência do clima semiárido (mas que possui um microclima de altitude nos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde), com predominância do bioma caatinga, tem boa parte de sua área integrada ao complexo geológico do Planalto da Borborema, com altitudes que variam de 500 a 1200 metros acima do nível do mar, possui solos rasos, mas relativamente férteis, e tem índices pluviométricos em torno de 600 mm anuais.

Fazem parte da microrregião do Pajeú dezessete municípios: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Calumbi, Flores, Iguaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, São José do Egito, Tabira, Tuparetama, Santa Terezinha, Solidão, Serra Talhada, Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde. Fazem fronteira com o Pajeú as seguintes microrregiões: Sertão do Moxotó, Salgueiro e Itaparica, no estado de Pernambuco, Cariri Ocidental, Serra do Teixeira e Itaporanga, no estado da Paraíba. Tem-se acesso aos seus municípios principalmente pelas BR-232, BR-110, BR-246, PE-320, PE-310, PE-275 e PE-390, e, futuramente, pela Ferrovia Transnordestina.

⁶⁵ Regionalmente, o reconhecimento dessa área se dá pelo fato de ser tida como “Terra da Poesia”, “Terra dos Cantadores e Poetas Repentistas”, “Berço Imortal da Poesia Popular”, “O Parnaso Sertanejo”, “A Pasárgada do Sertão”, tudo referência à produção artístico-cultural baseada na poesia popular na forma de cordel e do repente. Assim, alguns folcloristas do século XX, como Leonardo Motta, Mario de Andrade e Câmara Cascudo, reconheceram a importância tanto da Serra do Teixeira, quanto do Vale do Pajeú na ‘gênese’ da cantoria de repente e da literatura de cordel.

A microrregião recebe esse nome em homenagem ao rio do qual todos os municípios citados anteriormente, bem como alguns das microrregiões de Itaparica, Salgueiro e do Sertão do Moxotó são contributivos de sua bacia hidrográfica. O rio Pajeú nasce no município de Brejinho, próximo à divisa com a Paraíba, e corta o estado de Pernambuco na direção Nordeste-Sudoeste e alinha-se na direção sul, já próximo à sua foz no rio São Francisco, próximo à divisa com o estado da Bahia.



FIGURA 1 – Microrregião do Pajeú e seus municípios⁶⁶

Além da microrregião, existe, no que se refere à organização do espaço, a disposição dos municípios em torno do Território da Cidadania Sertão do Pajeú (implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA) a que se soma além dos dezessete municípios anteriores, o município de Sertânia, do Sertão do Moxotó e dos municípios de São José de Belmonte e Mirandiba, da microrregião de Salgueiro e passa a abranger uma área de 13.350,30 Km². Essa forma de organização faz parte da proposta de Desenvolvimento Territorial implantada a partir de 2003 com o governo Lula, com objetivo central de superar as desigualdades regionais a partir da remontagem da estrutura de planejamento, através de fóruns deliberativos e formuladores de políticas que contemplem a multiplicidade de atores sociais e instituições que conformam determinada área

⁶⁶ Fonte: Adaptado da página <http://www.citybrazil.com.br/pe/sjoseegito/11.php?micro=3>, Acesso em 10 de abril de 2011, escala aproximada – 1 : 3.000.000 cm

territorial e que, presumivelmente para a política de desenvolvimento territorial, “partilhem de identidade, coesão e sentimento de pertencimento” (BRASIL, 2011, p.14).

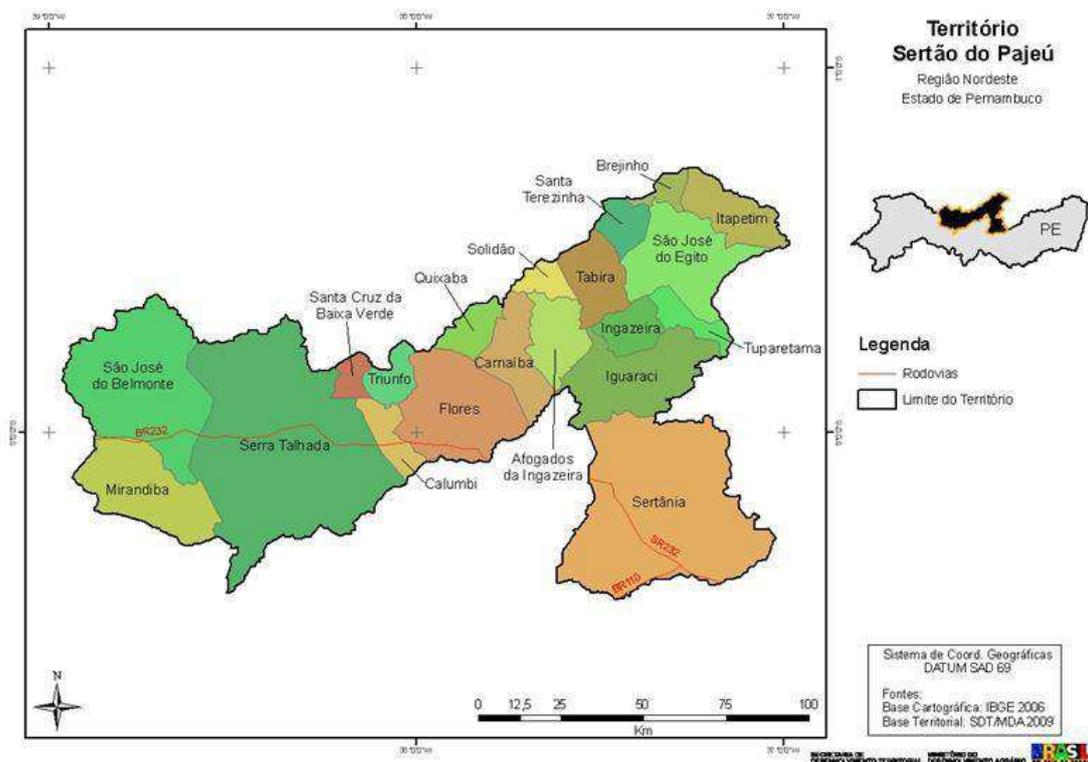


FIGURA 2 - Mapa do Território da Cidadania Sertão do Pajeú⁶⁷

Em 2007, a população total do Território Sertão do Pajeú era de 389.580 habitantes, 164.982 viviam na área rural, o que correspondia a 42,34%. O Censo 2010 mostra uma queda de 3,34% no número de habitantes que residiam na área rural (153.673 habitantes), correspondendo a 39% do total. O nível de urbanização em 2010 variava de 31,88% (Solidão) a 80,14% (Tuparetama) (BRASIL, 2011). Esses municípios estão justamente nos dois extremos quando tratamos de concentração fundiária; Solidão é município com a estrutura agrária menos concentrada do Território, enquanto Tuparetama é o segundo colocado quando tratamos de concentração fundiária, segundo o Censo Agropecuário de 2006. O que sugere que a concentração fundiária, pelo menos na região, está relacionada com o grau de urbanização do município.

Dos municípios do Território, à exceção de Serra Talhada, todos tinham, em 2007, menos de 35.000 habitantes. Em relação à densidade demográfica, enquanto a média do

⁶⁷ Fonte: adaptado da página http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr_082_sertao_pajeu_pe_abr_2009.jpg, acesso em julho de 2011.

Estado é de 89,62 hab./km², a do Território fica em 44,81 hab./km². São exceções, em relação a esse aspecto, os municípios de Santa Cruz da Baixa Verde (com densidade de 129,05 hab./km²) e Afogados da Ingazeira (com densidade de 90,91 hab./km²). Serra Talhada, apesar de ser o município mais populoso, é também o mais extenso, assim, tem uma baixa densidade populacional, o que indica a existência de vastos espaços rurais pouco povoados.

De um modo geral, o Território apresentou um crescimento no IDH-M entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991 seis municípios do Território (Calumbi, Quixaba, Brejinho, Solidão, Carnaíba e Santa Terezinha) apresentavam desenvolvimento humano baixo (até 0,499) e em 2000 todos os municípios passaram a apresentar desenvolvimento humano médio (entre 0,500 até 0,799). Em 2000, a média do Território era de 0,630, encontrando-se abaixo do IDH do Estado, que em 2000 era de 0,705. No entanto, os dados mais recentes disponíveis revelaram que o índice continua em ascensão, com a média do Território já alcançando 0,650 em 2007. Os menores índices são encontrados em Calumbi, Quixaba, Carnaíba e Solidão, e os maiores em Serra Talhada, Triunfo, Afogados da Ingazeira e Tuparetama (BRASIL, 2011).

O Território da Cidadania Sertão do Pajeú é visto pela SDT/MDA como um dos protagonistas desta proposta de desenvolvimento, pois reúne um conjunto de experiências da sociedade, em torno do desenvolvimento rural, construídas historicamente, que lhe confere uma dinâmica muito especial, que combina um forte e organizado movimento sindical dos trabalhadores rurais e a atuação de diversas ONGs e dos movimentos sociais relacionados às lutas de trabalhadores rurais e de agricultores sem terra. Essa realidade, para a SDT/MDA, possibilita ao Território uma boa capacidade de mobilização e de articulação dos atores sociais que têm despontado na liderança de processos de organização social e mobilização em torno de questões relacionadas com a convivência com o semiárido, agroecologia e empreendedorismo (BRASIL, 2011).

O Fórum Territorial do Pajeú, especificamente, delibera sobre a implementação de políticas públicas federais e estaduais, definindo, a partir das discussões no âmbito do colegiado, as medidas e ações prioritárias a serem tomadas. De forma direta, o colegiado não administra os recursos destinados às políticas públicas, o que ocorre são debates em busca da definição das áreas prioritárias a serem foco das políticas preexistentes para o desenvolvimento socioeconômico da área territorial. Além disso, existe também a possibilidade, de, através dos recursos próprios destinados ao Território, se firmar convênios entre o Território e poderes públicos locais e/ou entidades de representação para a implementação de alguma medida específica local. Para a área rural, a atuação do Fórum é particularmente importante porque é ele quem define, levando em consideração as realidades

locais, quais as diretrizes e quais as metas a serem alcançadas por cada política destinada ao desenvolvimento rural (a exemplo do PAA, PNAE, PRONAF, na esfera federal e do PRORURAL, na esfera estadual)⁶⁸.

Nesse sentido, a formação variada do colegiado Territorial da Cidadania do Sertão do Pajeú demonstra a abertura que essa nova realidade institucional proporcionou às entidades representativas da agricultura familiar e a outros públicos, historicamente marginalizados (como índios, quilombolas e coletivo de mulheres), para a proposição e implementação de políticas públicas, apesar da existência, ainda, de uma certa tendência em concentrar grande poder de representação e deliberação nas mãos dos poderes executivos municipais, estaduais e federais. Assim, o colegiado Territorial do Sertão do Pajeú tem a seguinte composição: a) 50 representações para instituições governamentais federais, estaduais e municipais, em que estão presentes as prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios, órgãos federais como o Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, INCRA, CODEVASF, CHESF, PDHC, MDA, CONAB, IBAMA, FUNASA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Universidade Federal Rural de Pernambuco e órgãos estaduais como a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional (SEDAR), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Fundo de Terra do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), Gerência Regional de Educação (GERE), Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH); b) 20 representações para os Conselhos e Fóruns Municipais de Desenvolvimento, com 10 cadeiras para membros da sociedade civil e 10 para membros do poder público municipal; e c) 50 representações para entidades e instituições da sociedade civil, como os STR's, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF's), ONG's (Diaconia, Casa da Mulher do Nordeste, Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ, Grupo Mulher Maravilha, CECOR, ACAPE), Associações de produtores (ADESSU, AASP, APOMEL, AAPAI, APOCCAPE), cooperativas de assistência técnica (COOPAGEL, CODECISA, ASPEC, COOPTECARA), cooperativas de agricultores (CCAAFAIL, Base de Apoio às Cooperativas de Crédito), movimentos sociais (MMTR-NE, MST, FETAPE, FETRAF, CPT, Rede de mulheres produtoras do Pajeú, Comissão de Assentados do Pajeú), igrejas, representantes da juventude e representantes de comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p.22).

⁶⁸ No próximo capítulo mostraremos como a relação entre as instâncias, como o Território da Cidadania, os Conselhos Municipais e as políticas públicas, estão sendo fundamentais para a legitimação e institucionalização de projetos territoriais e o direcionamento produtivo em favor da pecuária.

A partir de 2003, a microrregião tem sido tratada, para fins de governança estadual, como a Região de Desenvolvimento (RD) Pajeú. Já para fins específicos de administração do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), os municípios pajezeiros estão dispostos tanto na Unidade Técnica Regional (UTR) de Arcoverde (que atende Afogados da Ingazeira, Brejinho, Igaracy, Ingazeira, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama), quanto na UTR de Salgueiro (que atende Carnaíba, Calumbi, Flores, Quixaba, Serra Talhada, Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde). A ação do PRORURAL (programa que investe em infraestrutura e projetos produtivos com fins à redução dos índices de pobreza rural) se desenvolve a partir da mediação e somente a partir da provocação das associações comunitárias e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. De certa maneira, ao restringir a atuação em comunidades formalmente organizadas, o PRORURAL pretende incentivar as práticas de associativismo, participação popular e do exercício do controle social sobre políticas e recursos públicos. Esse é mais um exemplo de como ocorreu, no Pajeú, nos últimos anos, a emergência de um novo quadro institucional que, pelo menos formalmente, aproxima os beneficiários das políticas públicas e as instâncias formuladoras e executoras destas.

No que se refere à organização de trabalhadores rurais, existe o polo sindical do Pajeú, composto pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE/CONTAG/CUT) dos municípios pajezeiros de Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Ingazeira, Itapetim, Igaracy, Quixaba, São José do Egito, Solidão, Santa Terezinha, Tabira, Tuparetama e pelo município de Sertânia, no Moxotó. Os outros municípios (Calumbi, Flores, Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo) estão vinculados ao Polo Sindical do Sertão Central. Dessa forma, os polos sindicais funcionam como instâncias aglutinadoras (mas com caráter performativo e proativo) das reivindicações dos trabalhadores rurais através dos sindicatos de cada município frente às políticas públicas, destinadas ao meio rural e à agricultura familiar. Tanto os trabalhadores representados levam suas demandas para discussão nos polos, organizados pela FETAPE para depois serem levadas ao Fórum Territorial, quanto a FETAPE, de forma quase impositiva e referenciada pelas demandas sindicais, em nível nacional, unifica os pontos que subirão para discussão no Fórum Territorial.

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) atua no Território desde 2002, atualmente atende, ao todo, 74 comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária, o que contabiliza 1949 famílias atendidas. O PDHC opera com os seguintes objetivos: a) gerar referenciais para políticas públicas; b) desenvolver ações de fortalecimento à reforma agrária e à agricultura

familiar, que busquem melhorar a qualidade de vida; c) promover a inserção competitiva não-subordinada e o empoderamento de atores no desenvolvimento local, através das políticas públicas; d) realizar projetos produtivos e sociais e; e) fortalecer a capacidade de articulação territorial desses atores sociais no Território.

Com o mesmo objetivo de mobilizar agricultores familiares, no sentido da participação dos processos de formulação e implementação de políticas públicas para o mundo rural, opera o Comitê Territorial do PDHC, que é composto por 50% de representantes advindos das famílias beneficiárias do projeto, 25% de representantes oriundos de organizações da sociedade civil e 25% de representações governamentais que atuam no Território. O comitê funciona, então, como uma fase de preparação para as reivindicações a serem apresentadas no colegiado do Território da Cidadania Sertão do Pajeú.

3.2 A INSERÇÃO DA PECUÁRIA NO PAJEÚ: ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

A formação histórica dessa área está também relacionada com a ocupação do território pelas fazendas de gado, estabelecidas nos vales e leitos dos rios perenes e temporários, a partir das sesmarias concedidas à Casa da Torre dos Garcia D'Ávila. O vale do rio Pajeú serviu tanto como entreposto comercial (nas paradas dos tropeiros e tangerinos de boiadas), quanto como centro produtivo de gado, devido à conformação de pastagens nos solos férteis nas margens do rio. Destaca-se também a importância das fazendas, Flores e Serra Talhada, no curso baixo do Pajeú e São Pedro, no alto Pajeú, como grandes currais e pontos de parada dos viajantes oriundos da Paraíba e Ceará já no século XVIII (ANDRADE, 1998).

A história recente do Pajeú (do final do século XIX e o século XX) está relacionada com o 'ciclo' algodoeiro, conectado com a pecuária extensiva até pelo menos a década de 1960. Alguns municípios da parte mais a montante do rio que dá o nome à microrregião, como Itapetim, Brejinho, Santa Terezinha, São José do Egito, Tuparetama e Solidão, sentiram a presença, de maneira muito breve (entre 1960 e 1980), além do algodão, do sisal (*Agave sisalana*) na conformação econômico-social.

Na parte mais à jusante, no baixo Pajeú, existem dois municípios – Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde – integrantes da bacia do rio, que, por possuírem altitude mais elevada, formam um brejo de altitude, área em que os índices pluviométricos médios chegam a patamares comparáveis ao de áreas do Agreste úmido e de algumas partes da Zona da Mata. Essas áreas foram historicamente ocupadas para a plantação de culturas alimentares e de cana-

de-açúcar⁶⁹, mas também serviam de refrigério temporário das boiadas provenientes das partes mais baixas e mais áridas da região, nos períodos de estiagem (ANDRADE, 1998).

No que se refere à economia, podemos dizer que a microrregião é uma área intermediária em termos de desenvolvimento econômico, se comparada com outras microrregiões do Estado de Pernambuco. Tem o maior PIB per capita da mesorregião do Sertão Pernambucano, que fica em torno de R\$ 4211,80 (2008), porém abaixo das duas microrregiões do São Francisco Pernambucano. Tem receitas predominantemente advindas das atividades agropecuárias (51,6%), seguidas do comércio, serviços, administração pública e indústria (CONDEPE/FIDEM, 2011). Por isso, o estudo do Pajeú torna-se relevante, pois, das quatro microrregiões que integram a mesorregião do Sertão Pernambucano, ela é a que mais tem, proporcionalmente, renda advinda de atividades agropecuárias (CONDEPE/FIDEM, 2011) com 51,6% do total, apesar de não ter, segundo dados do IBGE (2008), maior participação absoluta percentual da agropecuária no PIB mesorregional, ficando atrás da microrregião de Araripina.

Mais recentemente, após o fim dos ciclos algodoeiro e sisaleiro, no Sertão do Pajeú, chama a atenção, no que se refere à economia agrícola, a convivência de diversos sistemas produtivos (com maior e menor grau de especialização tecnológica), relacionados com a pecuária bovina e de pequenos ruminantes, que têm como principal centro de comercialização a feira de gado no município de Tabira, a segunda maior feira de gado do Estado de Pernambuco.

Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2009), em termos puramente quantitativos, em relação às outras microrregiões do Estado, o Pajeú ocupa a 5ª posição (2ª na mesorregião, ficando atrás de Araripina), a 4ª (2ª na mesorregião, ficando atrás do Moxotó) quando tratamos de caprinos e a 6ª (3ª na mesorregião, ficando atrás do Moxotó e Araripina). Mas, levando em consideração a densidade populacional dessas espécies, a partir do Censo Agropecuário de 2006, percebemos a posição de destaque da microrregião em relação à bovinocultura. De todas as microrregiões que estão sob influência predominante do clima semiárido, no Estado de Pernambuco (considerando as mesorregiões do Sertão Pernambucano

⁶⁹ A cana-de-açúcar produzida no Pajeú tinha destinação quase que exclusiva para a fabricação de rapadura e cachaça que eram comercializadas, em sua plenitude, nos municípios próprio da região. Era muito comum, inclusive nas áreas mais áridas, nos vales dos rios afluentes do Pajeú, a cultura da cana-de-açúcar, que era processada em pequenos engenhos e transformada nesses produtos para o consumo interno e para a comercialização local (ANDRADE, 1998).

e do São Francisco Pernambucano), é a que tem o rebanho bovino com maior densidade⁷⁰ populacional.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 61% da área dos estabelecimentos rurais da microrregião do Pajeú pertence à agricultura familiar. Ao todo, são 27.426 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupam uma área de 320.187 hectares, o que dá uma média de 11,67 hectares por estabelecimento familiar numa área em que o módulo fiscal dos municípios, estabelecido pela Instrução Especial do INCRA nº20 de 28 de maio de 1980, é de 40 hectares. Desse total de estabelecimentos da agricultura familiar, a maior parte (60%) possui bovinos⁷¹ e, dos estabelecimentos do Pajeú com bovinos, 92% faz parte da agricultura familiar. Esses dados corroboram com a tendência já demonstrada no capítulo anterior, que indica a presença maciça da pecuária (especialmente a bovina) nos estabelecimentos familiares, mesmo numa situação em que a agricultura familiar dispõe de pequenas áreas, como é o caso do Pajeú, em que o tamanho médio das propriedades familiares não passa de 12 hectares.

É interessante também a integração desses sistemas pecuários à agroindústria do frango desenvolvida, principalmente, em torno dos municípios de São José do Egito (que é o sexto maior produtor de Pernambuco) e Afogados da Ingazeira que emprega 12% da mão de obra formal da microrregião. A relação da pecuária de ruminantes com a avicultura constitui-se em torno do aproveitamento da cama de frango, tanto na engorda de bovinos – ou como concentrado energético/proteico na produção de leite –, quanto na alimentação de urgência nos período de estiagem.

Além das feiras semanais, que ocorrem em cada município em dias diferentes (sábado em São José do Egito, segunda-feira em Tuparetama, domingo em Santa Terezinha, sexta-feira em Brejinho), destaca-se na microrregião, no que se refere à comercialização de animais, a Feira de gado de Tabira, que é realizada todas as terças e quartas-feiras às margens da rodovia estadual PE-320, há mais de cinquenta anos. Segundo um funcionário da ADAGRO (Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Pernambuco) –, órgão que fiscaliza e controla a entrada e saída de animais do local (curral do gado) onde se realiza a feira – estima-se que a cada semana são comercializados cerca de mil cabeças de gado bovino, seiscentas de gado, caprino e ovino e duzentos suínos, além de equídeos e galináceos que não têm muita

⁷⁰ Esse dado é importante especialmente porque, segundo Medeiros e outros (1994), a espécie bovina requer espaço e pastagem equivalente a dez caprinos ou ovinos, além de ter um valor final em termos de preço para comercialização, também nessa proporção.

⁷¹ O Censo Agropecuário de 2006 não contemplou o levantamento dos rebanhos de caprinos e ovinos, segundo estabelecimentos familiares e não familiares, por isso não estamos expondo os dados referentes a essas espécies.

expressividade em termos de quantidade. Só no mês de maio de 2009, a ADAGRO calculou um fluxo de mais de cinco mil bovinos⁷².

Visitas à feira, no município de Tabira, entre 2009 e 2010, nos permitiram o contato com criadores/negociantes e funcionários da ADAGRO. De um modo geral, quando inquiridos sobre a história da feira, esses atores informavam que esta tem crescido nos últimos anos, apesar da proibição (devido às medidas sanitárias implementadas, entre 2004 e 2010, pelo governo do estado) da entrada de gado de alguns municípios da Paraíba, do Ceará, de Alagoas e do Piauí que, até então, eram também comercializados em Tabira. Esse dado está corroborando o fenômeno de aumento do efetivo dos rebanhos no estado (em especial no Pajeú).

Nota-se que a feira permite uma efetiva integração entre diferentes atores produtivos, oriundos da própria região do Pajeú, com atores de outras regiões do estado de Pernambuco e também com agentes de outros estados da federação. Percebeu-se que existe a integração do Pajeú com a bacia leiteira do Estado de Pernambuco, que se localiza no Agreste, na medida em que os “agresteiros” costumam trazer vacas leiteiras para serem descartadas na feira e compram bois magros (mais baratos) que serão destinados à engorda e terminação para o abate na Zona da Mata e na Zona Metropolitana do Recife.

Os bois gordos que são levados à Tabira, geralmente, são provenientes dos municípios circunvizinhos e são vendidos a marchantes da própria região de Tabira e de outros municípios que se dirigem à feira para adquirir animais destinados ao abate. Não se costuma trazer boi gordo do Agreste, nem de outros estados, pois nesses locais já existem meios de escoar toda produção. Sob essa ótica, a feira de Tabira, bem como outras feiras de gado do Pajeú, podem ser vistas como franjas do ‘agronegócio do boi’, na medida em que se constituem como ambientes de vazão de produtos desvalorizados em outras regiões do estado e do país.

Por fim, ressalta-se a existência de uma outra forma de integração (que tem uma grande importância sociológica) que é a que ocorre com a pecuária altamente especializada do Meio-Norte e do Centro-Oeste. Na feira, é muito significativa a comercialização de bezerros da raça nelore, advindos do Maranhão e de Goiás, para recria e engorda, mas, principalmente, para o “amansamento”. Essas transações comerciais com o gado “anelorado” do Maranhão e de Goiás têm um significado especial, representam uma articulação entre um ‘costume

⁷² Em termos monetários, esse fluxo representa uma quantia que gira em torno de três milhões de reais, volume de negócios mensal bastante significativo para um município com população estimada em pouco mais de vinte e oito mil habitantes.

tradicional' da região do Pajeú – que é o adestramento de juntas de bois para serem utilizadas nas atividades agrícolas e no transporte, como tração animal – com o “agronegócio” altamente moderno do Centro-Oeste e Meio-Norte.

Além de partilhar da realidade de avanço da pecuária, sobre áreas de lavouras temporárias, e da presença da segunda maior feira de gado semanal do estado de Pernambuco, no município de Tabira, como já ressaltado, o Pajeú figura como um importante centro de produção, comercialização e fomento da criação de ruminantes no Estado de Pernambuco. É o que se constata, por exemplo: a) pela expectativa, para o ano de 2011, da ocorrência de nove exposições especializadas de caprinos e ovinos e de duas exposições mistas de abrangência regional, em onze dos dezessete municípios da microrregião organizadas pelas prefeituras e pela SARA e apoiadas principalmente pelo SEBRAE e SENAR/FAEPE/CNA; b) pela existência de duas estações experimentais do Instituto Agrônomo de Pernambuco (uma em Sertânia e outra em Serra Talhada), que desenvolvem pesquisas e trabalhos de extensão destinados à pecuária e à comercialização de reprodutores geneticamente “melhoradores”; c) pela presença de um escritório do IPA, em cada município, em que seus funcionários se encarregam de prestar assistência técnica para a produção agropecuária diretamente aos produtores; d) pela existência de um Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco que oferece cursos de graduação e pesquisas, destinadas à produção agropecuária; e) pela presença atuante do SEBRAE, situado em Serra Talhada, no que se refere ao incentivo da pecuária, especialmente da caprinovinocultura, a partir, principalmente, do Programa de Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS); f) pela existência de várias associações de cooperativas de criadores de caprinos e ovinos que também participam da organização de exposições e eventos de divulgação da caprinovinocultura, e que geralmente compõem o quadro dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a exemplo da ACCOTAMA/Tuparetama, ACCALPA/ São José do Egito, CODJA/Jabitacá-Iguaracy, ACCOI/Iguaracy, ACCOSE/Sertânia, articulada com a APECO/Pernambuco; g) pela existência do Centro de Excelência em Derivados de Caprinos e Ovinos/CEDOCA em Sertânia, empenhado na pesquisa, experimentação e produção de produtos derivados dessas espécies animais; h) pela presença forte de duas agências do BNB (Sertânia e Serra Talhada), Banco do Brasil em quase todos os municípios, e cooperativas de crédito (a exemplo da CREDIPAJEÚ e ECOSOL-PAJEÚ), na liberação de microcrédito rural e principalmente nas operações do PRONAF.

3.3 O PROCESSO DE (RE)PECUARIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ E A AGRICULTURA FAMILIAR: O QUE OS NÚMEROS REVELAM?

Nesta seção, nosso esforço se dará no sentido de demonstrar, de forma mais esmiuçada, o processo de (re)pecuarização que vem ocorrendo na microrregião do Pajeú tentando elucidar as variações desse processo por município. Nossa linha de demonstração prioriza o aumento dos efetivos dos rebanhos, associado à diminuição das áreas destinadas às lavouras temporárias e a um correspondente aumento das áreas de pastagem (em especial, de pastagens plantadas).

Além da referência aos dezessete municípios da microrregião do Pajeú, destacaremos dados referentes aos municípios de Mirandiba e São José de Belmonte, da microrregião de Salgueiro e ao município de Sertânia, pertencente à microrregião do Sertão do Moxotó. Faremos essas referências pelo fato de esses municípios, além de comporem o Território da Cidadania Sertão do Pajeú e, portanto, participarem conjuntamente de alguns fóruns de deliberação política, mantêm íntimas relações econômicas com alguns municípios da microrregião do Pajeú.

3.3.1 Crescimento e densidade dos rebanhos

O processo de (re)pecuarização na microrregião do Pajeú, ocorre baseado no aumento do efetivo de ruminantes (com destaque para a bovinocultura e principalmente para a ovinocultura), associada à redução das áreas de lavoura temporária e correspondente aumento das áreas destinadas à pastagens (chama atenção o fato de que, contrariamente à lógica de Pernambuco, Nordeste, Brasil e do Sertão Pernambucano, mesorregião da qual faz parte, as áreas de pastagens naturais também sofrem ligeiro aumento). De maneira geral, no Pajeú, que tem 61% da área sob domínio da agricultura familiar, entre os anos de 1990 e 2009, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal, ocorreu um incremento de 21% no efetivo de bovinos e de 55% no rebanho ovino, enquanto que o rebanho caprino sofreu uma leve diminuição de 4%. Esses dados, associados a uma diminuição das áreas de lavoura temporária, sob uma taxa de 27% , a um correlativo aumento das áreas de pastagens plantadas (33%) e das pastagens naturais (3%), segundo dados do Censo Agropecuário, entre 1995 e 2006, dão o tom mais geral de como tem ocorrido o processo de (re)pecuarização nessa microrregião.

Dos dezessete municípios da microrregião, apenas três (Tuparetama, Iguaracy e Santa Cruz da Baixa Verde) têm a área ocupada pela agricultura não familiar maior que a ocupada pela agricultura familiar, esse dado demonstra como a microrregião contrasta com a realidade

estadual, regional e nacional e, portanto, serve como ambiente em que podemos analisar o avanço da pecuária sobre áreas marcadas pela forte presença da agricultura familiar.

Nesse contexto de avanço da pecuária, se considerarmos, unificadamente, os rebanhos dos ruminantes economicamente relevantes para o Sertão Pernambucano (bovinos, ovinos e caprinos), veremos que houve, entre os anos de 1990 e 2009, aumento no efetivo de ruminantes em todos os municípios com exceção de Triunfo, Carnaíba, Ingazeira e Santa Terezinha. Nos dois primeiros casos, devemos considerar o fato de terem perdido território no ano de 1991, quando da criação dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Quixaba, antigos distritos de Triunfo e Carnaíba, respectivamente, pois se considerarmos a variação entre o ano de 1995⁷³ e 2009, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal, veremos que estes municípios sofreram aumentos de 153% e de 60%, respectivamente.

Já na Ingazeira e em Santa Terezinha, apesar de terem ocorrido diminuições no número de animais, são variações insignificantes, na ordem de 4% e 1%, respectivamente. Além disso, se observarmos os rebanhos separadamente, em Santa Terezinha, veremos que, apesar de uma forte diminuição no número de caprinos e uma leve queda no número de ovinos, a quantidade de bovinos sofreu aumento muito expressivo (cerca de 33%), fato que tem um significado importante: nesse município está havendo um avanço da pecuária bovina em detrimento da caprinovinocultura, o que tem implicações ambientais e econômicas relevantes, dada a maior demanda por espaço e pastos que a espécie bovina exige em relação aos caprinos e ovinos além de ter um valor final de comercialização por animal também muito superior⁷⁴.

No município de Ingazeira, ocorreram diminuições nos rebanhos de caprinos e bovinos e um aumento de 33% no número de cabeças de ovinos, esse fato possibilitou que o rebanho dessa espécie ultrapassasse o total de caprinos, mas não conseguiu superar, porém, o rebanho de bovinos.

Ao observarmos a evolução dos rebanhos separadamente percebemos que, entre 1990 e 2009, nos diversos municípios do Pajeú, os rebanhos evoluíram de forma diferenciada, mas

⁷³ Não elaboramos as tabelas e os gráficos com os dados a partir de 1995 por dois motivos: a) a proposta de estudar pelo menos duas décadas e; b) devido à seca de 1993, que poderia gerar desvios contestáveis.

⁷⁴ Para a EMBRAPA, cada bovino, por tratar-se de um ruminante de grande porte, requer espaço e pastagem suficientes para a ocupação por dez caprinos ou ovinos e tem um valor final em termos de preço para comercialização também nessa proporção (MEDEIROS et al., 1994). Mais recentemente, porém, segundo levantamento de preços na feira de Tabira, o preço da carne de ovinos e de caprinos tem se valorizado bastante em relação à de bovinos. Para alguns comerciantes dessa feira, devido à escassez sentida na população de caprinos, e à abertura de novas oportunidades de comércio para ovinos, principalmente com a Região Metropolitana do Recife, a arroba de caprinos ou ovinos tem custado em torno de 135 e 150 reais, enquanto que a arroba do boi gordo custa entre R\$ 100,00 e R\$110,00.

de modo que não impossibilita a formulação de padrões. Se analisarmos a TABELA 8, veremos que, em quatro municípios (Calumbi, Quixaba [1993-2009], São José do Egito e Tuparetama), ocorreram aumentos simultâneos nas três espécies de ruminantes. Observando a evolução só dos bovinos, ocorreu aumento em doze municípios da microrregião do Pajeú (Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Flores, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde [1993-2009], Santa Terezinha, São José Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira e Tuparetama) e nos dois municípios da microrregião de Salgueiro (Mirandiba e São José de Belmonte).

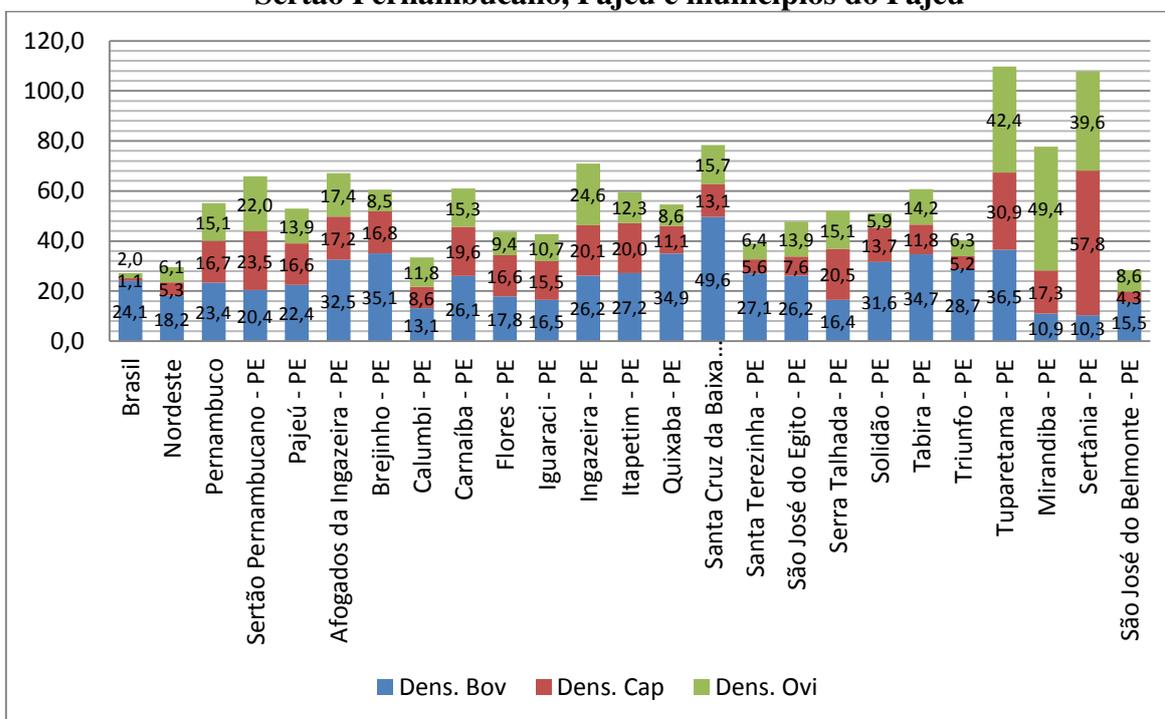
Em relação aos caprinos, o aumento se deu em apenas sete municípios da microrregião do Pajeú (Calumbi, Carnaíba, Iguaracy, Itapetim, Quixaba [1993-2009], São José do Egito e Tuparetama) e no município de Sertânia, no Moxotó. Já no que se refere ao crescimento do efetivo de ovinos, percebemos que este se deu em treze municípios pajeuzeiros (Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Ingazeira, Quixaba [1993-2009], Santa Cruz da Baixa Verde [1993-2009], São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Tuparetama), nos dois municípios da microrregião de Salgueiro (Mirandiba e São José de Belmonte) e na do Moxotó.

Destacamos os casos isolados de Itapetim e Iguaracy que só tiveram aumento no rebanho de caprinos, que significa claramente uma tendência de substituição da bovinocultura e da ovinocultura pela caprinocultura. Essa tendência provavelmente está relacionada com a posição geográfica que esses municípios ocupam e com certas dinâmicas econômicas e organizacionais próprias. O município de Iguaracy, além de ser fronteiro (e comercialmente dependente, especialmente de Sertânia) com a microrregião do Moxotó que, não só historicamente, mas, pelos dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2009, é fundamentalmente caprinocultura, é fronteiro e estabelece relações comerciais no âmbito da caprinocultura com o município de Monteiro no Cariri Paraibano (devido à presença de uma usina de beneficiamento de leite de cabra que comprou a matéria-prima até 2008), microrregião também de caprinocultura. O município possui duas associações de caprinocultores (uma na sede municipal e outra no distrito de Jabitacá, para onde está programada a instalação de uma usina de beneficiamento de leite ainda em 2011).

Itapetim é um município próximo ao Cariri Ocidental, fronteiro aos municípios de Amparo e Livramento (onde também existem usinas de beneficiamento de leite de cabra), em que está prevista a instalação de uma usina no próprio município, no distrito de São Vicente pelos filhos do famoso pecuarista e apologista da caprinovinocultura, Monoelito Dantas, residente em Taperoá.

De qualquer maneira, apesar de todo o crescimento da caprinocultura nesses dois municípios, a relação de dominação da bovinocultura sobre a caprinocultura e, até mesmo, sobre a ovinocultura não se alterou, como demonstram a TABELA 8 e GRÁFICO 21. Na microrregião do Pajeú, a relação entre rebanhos só é favorável à caprinocultura no município de Serra Talhada e à ovinocultura no município de Tuparetama. No município de Mirandiba, microrregião de Salgueiro, tanto a caprinocultura, quanto, principalmente, a ovinocultura tem uma relação de superioridade, no que se refere à quantidade de animais, em relação à bovinocultura. Já em Sertânia, Sertão do Moxotó, a proporção de ovinos e caprinos (com destaque para essa espécie) também é superior a de bovinos.

GRÁFICO 21 – Densidade dos rebanhos (cabeça/Km²) – Brasil, Nordeste, Pernambuco, Sertão Pernambucano, Pajeú e municípios do Pajeú



Fonte: Elaborado a partir Pesquisa Pecuária Municipal (2009)

Se compararmos caprinos e ovinos, apesar da (ainda) maior existência de caprinos, tomando como referência o ano de 2009 na microrregião do Pajeú como um todo, verificaremos que a proporção de ovinos já é maior que a de caprinos em nove dos seus dezessete municípios, o que ocorre também em Mirandiba e São José do Belmonte, microrregião de Salgueiro.

Assim, vislumbra-se uma tendência mais geral do processo de (re)peculiarização para o Pajeú que é o consórcio entre bovinocultura e ovinocultura, em substituição da caprinocultura. Em onze municípios dos treze em que ocorreu aumento no número de ovinos, ocorreu também aumento no número de bovinos.

TABELA 8 – Síntese do processo de (re)pecuarização – Área ocupada pela agricultura familiar, variação dos rebanhos, das áreas de lavouras temporárias, das pastagens naturais e das pastagens plantadas

Nível territorial	Área ocupada pela agricultura familiar (porcentagem do total)	Variação do rebanho bovino (1990 – 2009) - PPM	Variação do rebanho caprino (1990 – 2009) – PPM	Variação do rebanho ovino (1990 – 2009) - PPM	Variação das áreas de lavouras temporárias (1995-2006) – Censo Agropecuário	Variação das áreas de pastagens naturais (1995-2006) – Censo Agropecuário	Variação das áreas de pastagens plantadas (1995-2006) – Censo Agropecuário	Lavouras Temporárias / Pastagens (1995)	Lavouras Temporárias / Pastagens (2006)
Brasil	24%	40%	-23%	-16%	3%	-27%	6%	0,24	0,27
Nordeste	37%	8%	-22%	24%	-15%	-20%	33%	0,37	0,31
Pernambuco	47%	17%	14%	120%	-5%	-8%	24%	0,63	0,58
Sertão Pernambucano	61%	28%	26%	150%	-32%	-3%	35%	0,57	0,35
Pajeú	61%	21%	-4%	55%	-27%	3%	33%	0,81	0,53
Afogados da Ingazeira	67%	7%	-32%	163%	-49%	-23%	37%	0,97	0,54
Brejinho	63%	33%	-1%	1%	-44%	-5%	106%	0,93	0,49
Calumbi	88%	45%	35%	7%	-19%	158%	51%	1,59	0,63
Carnaíba	83%	-43%	55%	68%	-46%	35%	25%	1,56	0,64
Flores	69%	47%	-9%	34%	-9%	40%	142%	1,06	0,58
Iguaracy	42%	-1%	30%	-10%	-44%	7%	0%	0,46	0,25
Ingazeira	55%	-9%	-25%	33%	-62%	11%	-2%	0,53	0,19
Itapetim	63%	-7%	139%	-25%	-47%	-30%	275%	0,66	0,33
Quixaba*	90%	162%	17%	157%	-33%	-21%	336%	1,06	0,66
Santa Cruz da Baixa Verde*	29%	211%	-10%	264%	161%	66%	151%	4,03	5,23
Santa Terezinha	73%	33%	-55%	-4%	-67%	72%	-5%	1,07	0,23
São José do Egito	61%	57%	50%	83%	-46%	25%	35%	0,76	0,32
Serra Talhada	57%	18%	-20%	62%	-29%	-8%	-3%	0,70	0,54
Solidão	94%	119%	-6%	105%	-64%	56%	199%	2,59	0,46
Tabira	76%	23%	-8%	267%	-36%	-12%	86%	0,98	0,55
Triunfo	69%	-9%	-82%	-36%	39%	-32%	86%	0,96	1,40
Tuparetama	44%	65%	218%	293%	-59%	-1%	-10%	0,34	0,15
Mirandiba**	61%	21%	-47%	584%	-57%	31%	-9%	0,88	0,31
São José do Belmonte**	62%	61%	-63%	18%	-28%	2%	134%	0,74	0,42
Sertânia **	58%	-12%	94%	182%	-70%	-40%	80%	0,36	0,13

Fonte: Censo Agropecuário (1995-2006) e Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2009)

* Municípios que só foram emancipados em 1991, nesse caso consideramos os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 1993

** Municípios que compõem o Território da Cidadania Sertão do Pajeú, mas não fazem parte da microrregião do Pajeú: Mirandiba e São José do Belmonte fazem parte da microrregião de Salgueiro enquanto Sertânia faz parte do Sertão do Moxotó.

3.3.2 Desagriculturização e aumento das áreas de pastagem

Para compreendermos o processo de (re)pecuarização, não basta sabermos que os rebanhos sofreram aumentos consideráveis nessas duas décadas, é preciso entender também que esse crescimento está relacionado com a diminuição das áreas de lavouras temporárias e aumento da demanda por pastagens (sejam naturais, sejam plantadas).

A redução dessas áreas é um fenômeno incrivelmente presente na microrregião do Pajeú e segue a mesma lógica da mesorregião do Sertão Pernambucano, do estado de Pernambuco e da região Nordeste. Os municípios do Pajeú, com exceção de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, sofreram diminuições nas áreas destinadas às lavouras temporárias (que para o semiárido, após a crise do algodão e do sisal, significa basicamente a queda na produção de culturas alimentares como milho e feijão).

Os dois municípios são exceções provavelmente pelo fato de estarem situados numa área de brejo em que, devido à maior altitude em relação ao nível do mar, sofre influência de um microclima que propicia níveis pluviométricos bem superiores aos dos outros municípios. Essas características particulares possibilitaram que, desde o período colonial, esses municípios fossem ocupados para o cultivo de, primeiro, culturas alimentares (principalmente, milho, feijão, fava e mandioca) e depois, ainda no século XIX, de cana-de-açúcar. Essa produção supria de farinha, grãos, rapadura e mel de engenho os outros municípios e outras localidades do Sertão de Pernambuco (ANDRADE, 1998). Ainda hoje, segundo dados do Censo Agropecuário (2006), a maior parte das terras cultiváveis desses dois municípios é ocupada com cana-de-açúcar, que é contabilizada como lavoura temporária.

No que se refere ao aumento da demanda por pastagens naturais em 1995 e 2006, é um fenômeno que ocorre em nove dos dezessete municípios da microrregião. Essa tendência informa que o processo de (re)pecuarização no Pajeú ocorre baseado, também, na exploração de pastagens naturais, que provavelmente são as áreas de descanso, de reserva legal e de preservação permanente, dado que o Pajeú é uma região de ocupação antiga, não existindo fronteira agrícola desde meados de 1950 (DIAS, VIEIRA e AMARAL, 2001). Nesse sentido, o avanço da pecuária impõe implicações ambientais importantes ao passo que o sobrepastejo em áreas relativamente preservadas pode comprometer a reprodução de espécies da fauna e flora da caatinga.

Mas, para corroborar a tese da (re)pecuarização no Pajeú, nada melhor que os dados que informam sobre o aumento das áreas destinadas às pastagens plantadas, que ocorre em doze municípios em quantidades muito consideráveis. Em alguns municípios duplicam,

triplicam e até quadruplicam as áreas de pastagens plantadas entre 1995 e 2006. Nos municípios em que as pastagens naturais sofrem retração nesse período, as diminuições são praticamente ínfimas, não ultrapassando 10% de redução. Essa tendência expressa não só a substituição das áreas de lavouras temporárias por pastagens plantadas, já que são variáveis indiretamente proporcionais, mas também certo grau de especialização da pecuária com a adoção de um pacote que dá mais segurança de suporte forrageiro aos rebanhos em tempos de estiagem, o que não é conseguido pelas pastagens naturais que também tendem a ser substituídas, pelo menos em seis municípios em que ocorre a diminuição das pastagens naturais e aumento das plantadas.

Os casos mais extremos são os de Tuparetama e de Serra Talhada, que sofreram redução tanto das áreas de lavoura temporária, quanto das de pastagens plantadas e naturais, o que significa, mais apropriadamente, a ocupação por parte dos ruminantes (que continuavam a ter seus rebanhos crescendo) de áreas anteriormente ocupadas pela agricultura, sem necessariamente investir-se em pastagens plantadas, nem pressionar áreas de matas naturais. Simplesmente, nesses municípios, ou as áreas onde se plantava lavouras temporárias (que não são contabilizadas como pastagens plantadas) estão sendo utilizadas efetivamente como pastagem, ou está ocorrendo uma intensificação do uso do solo e dos recursos forrageiros.

Por fim, esse quadro é confirmado pela observação dos dados que simbolizam a razão entre as lavouras temporárias e as pastagens de maneira geral. A TABELA 8 demonstra que no período entre 1995 e 2006 essa relação diminuiu em todos os municípios com exceção dos dois municípios que formam o brejo de altitude (Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo), justamente as duas áreas em que atualmente as áreas de lavouras temporárias são maiores que as de pastagens.

Após a exposição dos dados acima, extrai-se um perfil do processo de (re)pecuarização em curso no Pajeú que aparentemente serve para caracterizar as dinâmicas da atividade da pecuária desenvolvidas (nas últimas três décadas) em outras áreas do semiárido, em que mais de 50% da área esteja destinada à agricultura familiar.

A pecuária no Pajeú, portanto, se desenvolveu nas últimas três décadas combinando crescimento (de maneira geral) dos rebanhos de ruminantes, com proporcional diminuição das áreas destinadas a lavouras temporárias, aumentos das áreas destinadas às pastagens plantadas, e certa tendência de diminuição das pastagens naturais, que, apesar de não ter sido confirmada na microrregião, no período que vai de 1995 a 2006, verifica-se, sob a ótica da mesorregião do Sertão Pernambucano, pois é, na verdade, uma lógica comum também para áreas de semiárido.

No Pajeú, o crescimento dos rebanhos, vistos individualmente, ocorreu no sentido de conformar e consolidar a tendência de predomínio da bovinocultura sobre a caprinovinocultura, apesar de esta ser uma atividade muito usual, se comparada com áreas do Agreste e da Zona da Mata, em que o predomínio da bovinocultura praticamente anula a existência da caprinovinocultura. Uma outra característica peculiar à pecuária no Pajeú é uma forte tendência de a ovinocultura substituir a caprinocultura, dado o crescimento do número de ovinos associado à diminuição do número de caprinos, entre 1990 e 2009, como se verifica pela TABELA 8. Num primeiro momento, esses dados comprovam que os discursos de convivência com o semiárido que prezam pela substituição da bovinocultura pela caprinovinocultura, se tiveram efetiva penetração nessa área, não conseguiram flexionar os produtores nesse sentido.

Especialmente, chama a atenção, a presença predominante da bovinocultura na agricultura familiar em relação à agricultura não familiar, seja em número de cabeças, e em número de estabelecimentos, seja no que se refere à área destinada a essa atividade. Como também, atrai, do ponto de vista analítico, a tendência conformada nas últimas duas décadas de maior concentração da bovinocultura, nas pequenas propriedades abaixo de 100 hectares que concentram em torno de 76% de todos os bovinos, no ano de 2006, enquanto que, em relação à caprinocultura e à ovinocultura, apesar de as pequenas propriedades também deterem a maior quantidade de animais em relação às grandes propriedades, concentram essas espécies na proporção de 65% e 66%, respectivamente, como demonstram os dados do Censo Agropecuário de 2006.

CAPÍTULO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO DO PAJEÚ: A OPÇÃO PREFERENCIAL PELA PECUÁRIA

O quadro institucional, político e econômico que emerge após a crise do sistema algodão/pecuária/latifúndio (que no Pajeú, se estendeu, também, à crise da sisalicultura) e que tem como um dos fundamentos centrais a ascensão de um sistema socioproductivo, apoiado basicamente na pecuária (em suas mais diversas formas), está relacionado com uma série de aspectos dentre os quais destacamos: a) mudança na estrutura fundiária; b) expansão de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra em detrimento da grande propriedade; c) maior democratização das instâncias decisórias com o advento e expansão dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável; d) maior inserção produtiva e política de comunidades rurais em risco, relacionada com a difusão do associativismo; e) maior acessibilidade, por parte de pequenos agricultores, ao crédito e a redes de comercialização; f) inserção de instituições e organizações representativas da agricultura familiar (sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais rurais e ONG's) na formulação e execução de políticas e programas de governo; entre outros.

Nesse sentido, a compreensão das escolhas individuais de agricultores familiares em favor da pecuária guarda nítida relação com a compreensão das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, estrato social e político que, a partir da década de 1990, pelo menos no semiárido, começa a ser foco prioritário⁷⁵ de medidas governamentais de inclusão produtiva. Essa tendência de priorização da agricultura familiar se consolidou na década de 2000, com o governo Lula (2003-2011), principalmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Garantia Safra, Fundo de Investimento Social e Político do Projeto Dom Helder Câmara (FISP/PDHC), Programa Nacional de Crédito

⁷⁵ Como exemplo dessa tendência recente em se priorizar a agricultura familiar nas políticas públicas, temos o caso da destinação de recursos para investimentos agrícolas na agência do Banco do Nordeste, no município de Sertânia (PE). Enquanto que os recursos destinados a produtores que não se enquadram nas modalidades do PRONAF, via FNE-RURAL, totalizam pouco mais de 20 milhões de reais, o total de recursos destinados à agricultura familiar pronafiana corresponde a mais de 43 milhões de reais.

Fundiário (PNCF) e Programa de Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (ADRS/SEBRAE), no âmbito federal, e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL) e Programa Leite de Todos, na esfera do Estado de Pernambuco.

É certo que políticas públicas, destinadas aos pequenos e médios produtores (e até trabalhadores sem terra), não são exclusividade da década de 1990 e 2000. Ainda nas décadas de 1970 e 1980 foram implementadas políticas, como por exemplo, o POLONORDESTE, Projeto Sertanejo⁷⁶ e PAPP, que tinham o objetivo de ordenar produtivamente e melhorar as condições de vida desses atores. Porém, o advento desses programas não significou a alteração no público-alvo das políticas públicas (vislumbrada, para o semiárido, na década de 2000), pois a grande propriedade continuou sendo o centro das destinações dos recursos públicos através de financiamentos e incentivos fiscais viabilizados, principalmente, pelo FINOR/SUDENE e bancos estatais.

Destacamos, ainda, as práticas organizativas de desenvolvimento territorial (em torno dos Territórios Rurais e Território da Cidadania, ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), tornadas políticas públicas na década de 2000. O quadro que emerge, então, permitiu, além de descentralizar a formulação e execução de políticas públicas para o meio rural, a inclusão no campo decisório de estratos sociais até então não considerados pelo poder público, como por exemplo, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, movimentos sociais e entidades representativas da agricultura familiar (MARTINS, 2009; SDT/MDA, 2005).

É interessante notar que, já na década de 1980, os programas destinados aos pequenos e médios produtores (POLONORDESTE, Projeto Sertanejo e PAPP) eram direcionados mais para pecuária do que para a agricultura. O Projeto Sertanejo, por exemplo, foi um grande responsável pela substituição de lavouras por pastagens, na medida em que, nos sete anos de seu funcionamento, os 19.000 produtores assistidos destinaram 153.862 hectares às pastagens, enquanto que a área destinada às lavouras ficou em torno de 69.609 hectares. Esse fato já era avaliado criticamente por membros que compunham o programa, como um processo de manutenção do predomínio da exploração extensiva de gado, aspecto que o projeto, inicialmente, se propunha a combater (BRASIL, 1985, p. 263-264).

É nesse sentido de priorização da pecuária que as atuais políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, ainda que de forma não pacífica, também estão direcionadas ao Pajeú.

⁷⁶ Programa que chegou a incidir diretamente na realidade de algumas famílias do Sítio Santo Izidro, como veremos mais na frente.

O que existe é um quadro complexo de conflitos simbólicos e ideológicos – que envolve inúmeras instituições públicas, diversas organizações do setor privado e do terceiro setor na disputa por recursos – que repercute na formulação das medidas de governo para o desenvolvimento econômico desse estrato social que, ora combatem, ora legitimam o papel dos projetos territoriais da pecuária nesse contexto, mas que ‘no final das contas’ é essa atividade que sai fortalecida.

Na execução e na formulação das políticas públicas, emergem disputas que ocorrem entre o projeto da agroecologia e o projeto da pecuária de maneira geral, entre o projeto da pecuária bovina e o projeto da caprinovinocultura, que ora aderem aos discursos da sustentabilidade ambiental, ora ao do empreendedorismo, ora ao da convivência com o semiárido⁷⁷. Essa mobilização de diversos projetos territoriais, embora que às vezes contraditórios, promove uma situação que se caracteriza pelo predomínio da pecuária enquanto estratégia produtiva a ser incentivada. É o que se constata, por exemplo, quando:

a) constatamos que 97,8% dos recursos liberados via PRONAF para agricultores familiares no Pajeú, desde o início da execução do programa na região até outubro de 2010, destinaram-se ao financiamento de atividades ligadas ao criatório de animais;

b) verificamos que 45% dos recursos do PAA executados no município de São José do Egito, no ano de 2010, destinaram-se à aquisição de apenas três produtos advindos de espécies de ruminantes, enquanto que os 35 produtos de origem vegetal adquiridos, responderam por 44% dos recursos disponibilizados no período;

c) observamos que 97% dos recursos do PNAE a serem executados ao longo do ano de 2011 pelo Governo do Estado de Pernambuco, na GERE do Pajeú, foram destinados à compra de carne caprina;

d) identificamos que o incentivo à produção de caprinos e ovinos, nas comunidades assistidas pelo Projeto Dom Helder Câmara no Pajeú, respondeu por mais de 34% dos recursos do FISP entre 2003 e 2010.

Assim, à compreensão do processo de (re)pecuarização, é cara a análise das políticas públicas e medidas de governo direcionadas ao incentivo da agricultura familiar. Mesmo sabendo que o PRONAF é o principal vetor de difusão das atividades relacionadas com a pecuária, vale a pena compreender, primeiro, como o conjunto de outras políticas e articulações sociais e institucionais constrange (ao mesmo tempo em que respondem às

⁷⁷ A composição ideológica e institucional mais comum para o ordenamento produtivo do semiárido, para o Pajeú em particular, é a aliança entre os projetos da agroecologia, convivência com o semiárido, sustentabilidade ambiental, em algumas instâncias do empreendedorismo; em outras, do protagonismo e autonomia camponesa, em defesa da caprinovinocultura e em condenação à bovinocultura.

demandas dos) os indivíduos a investirem no criatório (principalmente de ruminantes), e depois, como essa realidade que se desenha é fruto de articulações, conflitos discursivos e lutas simbólicas entre as instituições e organizações que representam a agricultura familiar e entre os próprios agricultores familiares.

4.1 PECUÁRIA: A OPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PAJEÚ

De todas as políticas públicas implementadas no Pajeú, o PRONAF é o principal indutor do processo de (re)pecuarização. Na microrregião, é executado principalmente pelo Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil (BB) e por outros agentes financeiros como cooperativas de crédito, a exemplo da CREDIPAJEÚ e a ECOSOL PAJEÚ. Os projetos são elaborados principalmente por técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), mas também por organizações não-governamentais (ONG's) de caráter agroecológico, que são parceiras do PDHC, como o Sabiá, a Casa da Mulher do Nordeste, a Caatinga, além de Cooperativas de Assistência Técnica, como a COOPAGEL e/ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI's), como o Instituto Nordeste de Cidadania.

Através da análise de dados fornecidos pela agência do BNB no município de Sertânia (TABELA 9), que atende aos municípios pajeuzeiros de Afogados da Ingazeira, Brejinho, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito, Carnaíba, Tuparetama, Iguaracy, Ingazeira, Tabira e Santa Terezinha, Solidão e Quixaba, percebemos que a maior parte dos recursos destinados à agricultura familiar (97,8%), desde a criação do PRONAF até outubro de 2010, foi direcionada ao financiamento de atividades ligadas à pecuária (bovinos, caprinos e ovinos) e menos de 1 % destinado às culturas agrícolas alimentares.

Os dados da TABELA 9 não só demonstram a tendência de substituição da agricultura pela pecuária no que se refere às estratégias produtivas, mas comprovam nossa tese inicial de que o avanço da pecuária no Pajeú está se dando de maneira a priorizar a bovinocultura (que detém 67,3% dos recursos investidos) em detrimento da caprinocultura (com 28,4% dos recursos investidos) e da ovinocultura⁷⁸ (com apenas 2% dos investimentos).

⁷⁸ É importante ressaltar que a ovinocultura tem obtido incríveis taxas de crescimento, apesar dos quase insignificantes investimentos via PRONAF, enquanto que a tendência da caprinocultura é de decréscimo. Chamamos atenção para outras vias de incentivo direto (de caráter estatal e institucional) à ovinocultura como o FISP, PRORURAL e ADRS, como também para uma dinâmica empiricamente constatada, em que atores captam recursos para serem investidos na caprinocultura, em que ocorre o investimento inicial na espécie, mas que, ao longo do tempo, os caprinos vão sendo substituídos por ovinos.

TABELA 9 – Distribuição dos recursos destinados à agricultura familiar, nos municípios do Pajeú pela agência do BNB de Sertânia até outubro de 2010 por atividade

ATIVIDADE	RECURSOS DESTINADOS (R\$)	PERCENTUAL
Bovinocultura de corte	5.505.399,44	30,9
Bovinocultura de leite	6.470.181,85	36,4
Caprinocultura de corte	4.882.181,66	27,4
Caprinocultura de leite	182.706,14	1,0
Ovinocultura	360.829,62	2,0
Suinocultura	3.544,50	0,02
Apicultura	14.988,52	0,08
Avicultura de corte	249.506,10	1,4
Algodão herbáceo	30.004,18	0,17
Feijão semente	3.684,63	0,02
Feijão grãos	20.351,00	0,11
Feijão e milho consorciados	44.109,47	0,25
Mandioca	5.964,88	0,03
Serv. Aux. Agrop., Extra. E Sivilcutura	19.010,04	0,11
TOTAL	17.792.606,03	100%

Fonte: Agência BNB – Sertânia (PE)

Havemos de salientar o alcance que o PRONAF tem para a agricultura familiar. Se levarmos em consideração, por exemplo, somente o AGRO AMIGO (ou PRONAF B, sem considerar as outras modalidades), e somente os executados no BNB, nos cinco anos de sua existência (2005-2010), atendeu, no município de Tabira, a 1070 (27%) dos 3988 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), segundo dados conseguidos na Agência do BNB de Sertânia. Nesse sentido, o PRONAF coaduna-se com o processo de (re)pecuarização, especialmente com a expansão da bovinocultura, pois têm sido o principal vetor de financiamento dessa atividade para agricultores familiares.

Da mesma forma, o PAA, que é executado pela articulação entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e municipais, sociedade civil, organizações da agricultura familiar e rede de entidades socioassistenciais, tem sido um programa governamental propulsor da pecuária no Pajeú.

São quatro as modalidades do programa executadas pelos ministérios: a) Formação de Estoques Pela Agricultura Familiar, b) Compra Direta da Agricultura Familiar, implementados pelo MDA; c) Compra Com Doação Simultânea e, d) Incentivo à Produção e

ao Consumo do Leite (ou simplesmente PAA-leite), implementados pelo MDS. Além dessas modalidades, existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um tipo especial de programa de aquisição de alimentos consolidado pela lei 11.947/2009, que estabelece a compra de pelo menos 30% dos produtos utilizados na alimentação escolar a agricultores familiares. Este é executado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) e implementado pelas prefeituras (preferencialmente) e governos estaduais (secundariamente) em parceria com organizações da agricultura familiar (associações de produtores ou agricultores).

Se observarmos os dados do QUADRO 1, veremos que o volume dos recursos utilizados na compra de gêneros alimentícios no Território do Pajeú, pelo menos até 2009, eram aplicados basicamente para a compra de leite (através do PAA-leite), o que promovia um claro incentivo à pecuária em sua face leiteira.

QUADRO 1 – Destinação dos recursos do PAA no Território Sertão do Pajeú – 2009 - 2010

2009		2010	
PAA (outras modalidades) – R\$	PAA-Leite (R\$)	PAA (outras modalidades) – R\$	PAA-Leite (R\$)
531.418,23	2.079.907,20	8.417.406,03	1.139.320,00

Fonte: elaborado a partir de dados disponibilizados *on-line* no sítio dos Territórios da Cidadania, endereço: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodopajepe/xowiki/portlets/territorios/pages/historico_do_programa?sdt_code=82, acesso em março de 2011.

A partir de 2010, a destinação dos recursos para aquisição de alimentos através de outras modalidades (que não o PAA-leite) aumentou em quase dezesseis vezes, enquanto que os recursos destinados à aquisição de leite sofreram uma redução de 46 %. Esse fato, porém, não significa uma desaceleração da aquisição dos produtos advindos da pecuária, nem uma tendência ao desincentivo da pecuária, mas significa exatamente o contrário. Como demonstra a TABELA 10, que se refere ao PAA (na modalidade compra com doação simultânea) executado no município de São José do Egito, só o total de recursos destinados a três produtos originários de ruminantes (carne bovina, carne de bode e queijo) é maior que o total de produtos de origem vegetal, que corresponde ao somatório de 35 produtos (Feijão, farinha de milho, laranja, limão, polpa de frutas, inhame, macaxeira, coentro, coco - verde, chuchu, cenoura, cebolinha, beterraba, batata-doce, banana, acerola, abobrinha, abóbora, alface, umbu, espinafre, graviola, goiaba, mamão, maracujá, melão, massa de milho, maxixe, pimentão, quiabo, tomate, salsa, xerém, rúcula, salsinha).

TABELA 10 – Destinação de recursos do PAA por produto – São José do Egito (PE) - Maio a Setembro de 2010

Produtos adquiridos pelo PAA	Recursos utilizados na compra dos produtos	Percentual
Carne bovina	R\$60.962,99	29%
Carne de bode	R\$ 22.920,25	11%
Queijo	R\$11.724,56	6%
Subtotal de produtos derivados de ruminantes	R\$ 95.607,80	45%
Carne de porco	R\$ 12.568,50	6%
Peixe	R\$ 4.936,63	2%
Mel	R\$ 4.222,60	2%
Galinha, guiné e peru	R\$ 1.927,50	1%
Subtotal de outros produtos de origem animal	R\$ 23.655,23	11%
Produtos de origem vegetal	R\$ 93.823,97	44%
Total	R\$ 213.087,00	100%

Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Ação Social da prefeitura de São José do Egito (PE)

Essa tendência em se adquirir, através do PAA, majoritariamente produtos advindos da pecuária, é seguida pelo PNAE, como demonstra a TABELA 11. A chamada pública realizada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco para o ano de 2011, para compor a merenda escolar dos alunos ligados à Gerência Regional de Educação do Sertão do Alto Pajeú (que envolve os dezessete municípios da microrregião), contempla apenas dois produtos, carne de caprino (com destinação de 97% dos recursos) e mel de abelha (com destinação de 3% dos recursos). Nesse caso, o PNAE tem servido como incentivo à caprinocultura.

TABELA 11 – Produtos a serem adquiridos pelo PNAE – Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú (2011)

PRODUTOS, QUANTIDADES E UNIDADE DE MEDIDA				VALOR ESTIMADO (R\$)	
ITEM	PRODUTO	UND. MED.	QUANTIDADE	UNIT.	TOTAL
01	Carne de caprino congelada (mix para guisado)	KG	102.172	9,00	919.548,00 (97% do total)
02	Mel de Abelha	KG	4.495	6,77	30.431,15 (3% do total)

Fonte: adaptado do Edital de Chamada Pública n.º 001/2011-2 da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Pernambuco, disponível em: http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/CHAMADA_01_-_AFOGADOS.doc, (acesso em maio de 2011).

O Programa Leite de Todos (ou Leite de Pernambuco) é uma medida governamental do Estado de Pernambuco que executa o PAA-Leite no Estado. Na prática, o Governo Federal

(via MDS) se responsabiliza por 80%, enquanto que o Governo do Estado se responsabiliza por 20% dos recursos destinados à compra de leite de vaca e de cabra de agricultores familiares (reconhecidos como tal, pelo MDA, através da DAP) que, após ser beneficiado e envasado nos laticínios do Estado, é distribuído entre escolas da rede municipal e estadual de ensino, e principalmente para entidades de assistência social e famílias e pessoas em grau de miserabilidade e cuidados extremos como as gestantes e nutrizes.

Apesar de o programa também trabalhar com a compra de leite de cabra (pagando R\$ 1,80 por litro ao laticínio e R\$ 1,30 ao produtor) é o leite de vaca (que é comprado ao produtor por R\$ 0,76 e pago ao laticínio R\$1,25) que tem sido foco, pelo menos no Pajeú, do Leite de Todos. É o que se pode constatar pela análise dos dados fornecidos pelo Laticínio Serrote Redondo, no município de São José do Egito, que compra somente o leite de vaca a produtores pronafricanos – com DAP, até o limite de 100 litros por agricultor – dos municípios de São José do Egito (30 produtores), Tuparetama (15 produtores), Santa Terezinha (06 produtores), Tabira (03 produtores) e Iguaracy (01 produtor). A administradora responsável pelo laticínio, quando perguntada sobre o leite de cabra, respondeu que a empresa não processava essa variedade por falta de produto, e que simplesmente não existem produtores suficientes nesses municípios que viabilizassem a compra do leite de cabra por parte do laticínio, mas que sabia que existiam, em São José do Egito, Tuparetama e Iguaracy alguns produtores que mandavam leite de cabra para ser beneficiado em Sertânia.

Essas outras três iniciativas governamentais (PAA, PNAE, Leite de Todos), se comparadas com o PRONAF, apesar de no Pajeú, ainda não terem um alcance muito amplo em relação ao número de agricultores familiares por município⁷⁹, servem de incentivo à produção agropecuária, na medida em que abre novas oportunidades de comercialização, ajuda a consolidar nichos de mercado preexistentes e contribui para o estabelecimento de preços mais justos no mercado privado. Dentro dos limites de cada programa e da capacidade produtiva de cada família, os atores podem programar sua produção e escolher a quem vender. Se no presente não acessam as políticas, têm-nas como perspectiva de futuro e programam a produção. É o caso de alguns relatos do Assentamento da Barriguda, como veremos mais à frente, que retratam a perspectiva de aderir, no futuro, ao PAA e ao Leite de Todos, quando da implantação definitiva do PRONAF que, de forma generalizada, no assentamento, está direcionado à pecuária bovina de leite.

⁷⁹ Tomando como exemplo o município de São José do Egito, que possui pouco mais de 2000 agricultores familiares com DAP, mas somente 122 participam do PAA, 27 do PNAE e 30 do “Leite de Todos”.

De outra forma, o incentivo à caprinovinocultura ocorre diretamente através dos investimentos via FISP, fundo que disponibiliza recursos constituídos a partir de convênio celebrado entre o Governo Federal, através do MDA, e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU), que é executado nas 74 comunidades rurais assessoradas pelo PDHC, no Pajeú. Além de investimentos sociais, destinados à melhoria na qualidade de vida, o FISP investe (com recursos não-reembolsáveis) em atividades produtivas tais como: caprinovinocultura, piscicultura, avicultura, apicultura e forragicultura. O que interessa reter é que são justamente as atividades ligadas ao criatório de caprinos e ovinos que são foco dos principais projetos (45 dos 131) e lideram a lista dos alvos de investimento dos recursos (34,1%), como podemos observar na TABELA 12:

TABELA 12 – Investimentos aplicados pelo FISP nas comunidades do Pajeú entre 2003 e 2010

Destinação dos investimentos	Nº de projetos	Valor dos projetos (R\$)	Porcentagem
Caprinos e ovinos	45	645.112,60	34,1%
Galinha caipira	18	152.682,67	8,1%
Apicultura	5	13.435	0,7%
Suinocultura	1	3.212	0,2%
Piscicultura	6	25.072,84	1,3%
Forragicultura	9	50.479,30	2,7%
Infraestrutura hídrica e saneamento	16	247.646,55	13,1%
Infraestrutura, produção e processamento de produtos da agricultura	14	552.553,97	29,2%
Construção de cercas	4	52.088	2,8%
Atividades produtivas diversas	6	85.373,69	4,5%
Reforma e construção das sedes das associações	6	60.234,99	3,2%
Reflorestamento	1	3.000	0,2%
Total	131	1.890.891,61	100%

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo PDHC

Além das atividades relacionadas com o criatório de caprinos e ovinos, ministram-se oficinas de forragicultura destinadas à capacitação das famílias atendidas para a produção e armazenamento de forragens. Nessas atividades estão inseridas a implantação de unidades demonstrativas de produção de palma-forrageira resistentes à praga da cochinha de carmim e o treinamento para a fabricação de feno e ensilagem para armazenar a forragem a ser utilizada nos períodos de estiagem. Dessa forma, os projetos de forragicultura, que apesar de não

exigirem muitos recursos econômicos, terminam favorecendo, também, a produção de bovinos.

No mesmo sentido que o FISP, o PRORURAL utiliza recursos não-reembolsáveis, nesse caso, obtidos do Banco Mundial através de parceria com o Governo do Estado de Pernambuco e com associações comunitárias de produtores e agricultores familiares, tanto para investimentos sociais e de infraestrutura, destinados à melhoria das condições de vida, quanto para o ordenamento produtivo de comunidades em situação de vulnerabilidade social, mas que estejam minimamente organizadas em associações. Dessa maneira, são financiados os mais diversos projetos produtivos, dentre eles: apicultura, melipolinocultura, piscicultura, caprinovinocultura, bovinocultura de leite, irrigação, tração animal, mecanização agrícola e pequenas fábricas de beneficiamento. Apesar de não termos dados suficientes, a partir do conhecimento prévio que temos de algumas comunidades rurais no Pajeú, vemos que os principais projetos produtivos acessados são os de apicultura, bovinocultura de leite, tração animal e ovinocaprinocultura. Destacamos o papel desses três últimos no processo de (re)pecuarização e, especialmente, o de tração animal que se apresenta como contraditório. No primeiro momento, a tração animal é utilizada nas práticas agrícolas de preparação e de trato do roçado, mas, no Pajeú, devido a um aspecto peculiar e muito comum de se negociar juntas de bois, tem servido como incentivador (assim como o PRONAF B, que veremos mais na frente) da pecuária de corte.

Outra ferramenta institucional que, no semiárido, serve ao processo de (re)pecuarização é o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Esse programa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é executado pelos órgãos estaduais de regularização fundiária por duas vias de financiamento que operam como se fossem dois subprogramas: a) Combate à Pobreza Rural (CPR), que se realiza através do financiamento para compra de terra por trabalhadores rurais sem terra; e b) Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que opera através do apoio, por meio de financiamento, aos agricultores familiares (já proprietários) que desejam, por exemplo, aumentar suas áreas para consolidar sua produção.

No Crédito Fundiário via CPR, modalidade que tem sido, majoritariamente, implementada no Pajeú, existem duas vias de crédito iniciais que são executadas de forma coordenada: primeiro o Subprojeto de Aquisição da Terra (SAT), empréstimo destinado à compra da propriedade selecionada pela associação dos trabalhadores sem terra, que é pago em até 20 anos; depois o Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), crédito subvencionado e não-reembolsável, utilizado no preparo da infraestrutura da terra, na construção de moradias e no ordenamento produtivo inicial. Mais na frente nos deteremos

propriamente a esse último, pois, como veremos, foi utilizado na área do Assentamento na Barriguda para construção das casas, cercas, barragens e, principalmente, para aquisição de bovinos e caprinos, para inserção produtiva das famílias.

Por fim, em relação às políticas públicas e de incentivo à agricultura familiar que terminam por fomentar a pecuária, destacamos o Programa de ADRS destinado à caprinovinocultura, implementado pela articulação entre SEBRAE, Fundação Banco do Brasil, EMBRAPA, prefeituras e associações, em que se destaca a Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Sertânia (ACCOSE), como gestora. O programa foi concebido para funcionar nos anos de 2011 e 2012, prestando assistência técnica pré-crédito PRONAF, através de 20 agentes de desenvolvimento e coordenados por um veterinário, a 600 famílias do Pajeú, especialmente nos municípios de Serra Talhada, Carnaíba, Iguaracy e São José do Egito.

4.2 CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS: COMO A BOVINOCULTURA SE SOBRESSAI

Como já foi dito e demonstrado pelos dados anteriormente trabalhados, um conjunto de políticas públicas, destinadas ao incentivo da agricultura familiar, está, justamente, priorizando e favorecendo a pecuária como estratégia produtiva central para agricultores familiares do semiárido, em especial do Pajeú. Percebe-se, no entanto, que essa tendência é fruto de um complexo e conflituoso quadro, que envolve agricultores familiares, entidades e organizações que os representam, técnicos responsáveis pela mediação, órgãos e instituições estatais, organizações privadas e do terceiro setor e fóruns e instâncias de deliberação, todos empenhados na formulação e execução das políticas e programas de governo para esse setor, o que gera, conseqüentemente, disputas na legitimação de diversos projetos territoriais e na repartição dos recursos públicos.

Para além das disputas que emergem em torno da legitimação dos projetos territoriais, ora a favor da agricultura, ora a favor da pecuária, visualiza-se, mais apropriadamente, a tensão que se estabeleceu em torno da caprinovinocultura (projeto que tenta se consolidar) versus a bovinocultura (projeto consolidado). Interessante notar que, em favor da agricultura, emerge o discurso da agroecologia que em certo momento une-se ao da ‘convivência com o semiárido’ contra os discursos de ‘combate à seca’, o da revolução técnica e o do ‘agronegócio’, que nesse campo são representados pela pecuária (lida como bovinocultura). Mais interessante é ver que, quando o discurso da agroecologia une-se com o da ‘convivência

com o semiárido', a caprinovinocultura, um dos pilares deste último, obscurece a agricultura; e quando este campo divulga os potenciais forrageiros da caatinga ou as técnicas de conservação de forragem para serem utilizados nas épocas de estiagem, reforçam a bovinocultura.

De toda maneira, pelo que foi demonstrado, a pecuária, especialmente a bovina, é a atividade que tem sido enfocada pelas políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Nesse contexto, destacam-se, em termos de abrangência, os papéis do PRONAF, PAA e PNAE que, a despeito de um conflituoso e contraditório quadro discursivo, em que estão inseridos, fomentam principalmente a pecuária.

Nesse sentido, a fala do supervisor do PDHC, quando trata do PRONAF, demonstra as contradições que emergem nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Apesar de declarar o posicionamento de sua instituição em favor da caprinovinocultura e contrário à bovinocultura, utilizando o argumento do impacto ambiental, reconhece a possibilidade de capitalização que ela proporciona e a valorização que ela tem na região. Em sua fala, o informante deixa transparecer certa contradição que há entre a opção pela caprinovinocultura e a condenação da bovinocultura, quando demonstra que os projetos de forragicultura desenvolvidos pelo PDHC podem tornar a criação de gado bovino sustentável:

(...) O Dom Helder optou por trabalhar a caprinovinocultura, por ser menos degradante (...) você sabe que a bovinocultura não precisa falar pra você dos desmande do ponto de vista ambiental (...) do ponto de vista do PRONAF, o que tem mais saído aqui no território tem sido a questão de, por exemplo, de animais de serviço, é garrotes, juntas de boi, porque é uma coisa que pegou mesmo aqui na região da gente (...) é porque ele se valoriza muito, o agricultor tira o PRONAF B⁸⁰ que começou com uns 500 reais, mas agora tá uns 3000 reais, 2500 reais, quer dizer ele tem 25 % de rebate sobre o principal e juro de 1% ao ano, então, é um recurso muito subsidiado. O que é que ele faz? Ele compra uma junta de garrote, ela paga a partir de dois anos, ele começa a pagar, aí ele compra os garrotes amansa daqui a pouco ele tem uma junta de boi grande né, valorizada aí vende por mais do que o dobro, vende paga o banco e compra outro (...) e nesse giro aí ele vai se capitalizando, às vezes compra até uma moto, sobra ali e ele vai juntando, faz um empréstimo e paga, faz o segundo, que pode fazer até três, então aconteceu muito isso aqui no Pajeú. (...) Olha, a gente desenvolveu um grande projeto de forragicultura aqui no território, nós acreditamos que a forragicultura, principalmente a produção e conservação dessa forragem, pra o período seco, de estiagem, é uma estratégia tanto de convivência com o semiárido como de manter o seu rebanho no período de escassez de alimentos, vamos ver o caso da bovinocultura (...) se você tem uma reserva estratégica de forragem você tem como ter um rebanho

⁸⁰ O PRONAF "B" (que no Banco do Nordeste também é chamado de AGRO AMIGO) é ironicamente apelidado por alguns atores do meio institucional como o PRONAF "BOI", pois tem sido utilizado, no Pajeú, basicamente para a compra de juntas de bois, que, no quadro produtivo da região, são utilizados com duas finalidades: tração animal e recria/engorda.

compatível com a sua área (...) de forma sustentável (...). (Supervisor do PDHC no Pajeú, Afogados da Ingazeira).

Da mesma forma, um técnico do IPA, quando relata sobre a destinação do PRONAF em direção à bovinocultura (apesar da existência de linhas alternativas como o PRONAF AGROECOLOGIA, ECO e FLORESTA), expõe o caráter não impositivo, que, para ele, tem o programa, ao mesmo tempo em que associa a escolha pela pecuária a uma lógica de racionalidade e calculabilidade do indivíduo, diante da insegurança do mercado e do clima; paralelo a isso, contraditoriamente, reconhece o risco de insegurança alimentar para o futuro, frente ao avanço da pecuária:

(...) o PRONAF, a maior parte é para investimento em pecuária, o pessoal só tira para investimento em pecuária e pra pastagem (...) agora como nós poderíamos fazer uma política de aumentar as áreas de lavouras de subsistência? É, se nós tivéssemos uma política de garantia de compra (...), o PRONAF não pode dirigir, dizer assim, você vai plantar milho, feijão, as culturas de subsistência, não, ele deixa à vontade, aí eles optam pela bovinocultura, porque a previsão de retorno é mais fácil, muito menos risco, nós estamos numa região de risco, pode num chover, o milho pode não dá mais, ficou a palha, a palhada, ele plantou o sorgo, ficou o sorgo, aqui no assentamento deu foi silo, os meninos fizeram silo aqui (...) agora é possível que haja um problema de segurança alimentar, agora o que acontece? O pessoal tá plantando o milho, primeiro, pra uma raçõzinha pro gado, para as galinhas, o feijão pra ele comer em casa, e o resto ele tão empurrando capim búffel, a realidade aqui é o capim búffel, pra quê? Pra ter uma pastagenzinha pra criar um garrote, pra engordar, pega compra um garrote por R\$ 400,00 passa um ano, vende por R\$1200,00, compra outro por R\$ 400,00 ganhou aqueles R\$ 800,00 (...) eles dizem assim: nessa broca aqui vou plantar milho e no meio do milho, o que é que ele planta? um feijãozinho e o capim búffel. Porque quando ele tirar o milho e o feijão fica o pasto e no próximo ano ele não vai plantar mais lá não (..) então ele procurar outra área pra plantar a cultura de subsistência, então vem a questão do desmatamento (...) a questão alimentar vai diminuir (...) daqui a pouco vão dizer sabe o que? Quem ta segurando a mesa agora não é agricultura familiar não, é o agronegócio, isso implica em questão de recurso, vamos empurrar no agronegócio, destinação de recurso (...). Funcionário do IPA e vereador em Tuparetama.

Essa fala, porém, ao mesmo tempo em que expõe a preocupação de um técnico em relação à segurança alimentar, denuncia, mesmo que ele não quisesse, a postura, por vezes impositiva, que a mediação que se estabelece entre a assistência técnica e os agricultores familiares pode incorporar. O técnico, para justificar a escolha dos agricultores em relação à pecuária, utiliza um discurso que lhe é próprio, utiliza seu conhecimento prévio sobre o risco em se plantar em zonas semiáridas e sobre a viabilidade econômica da bovinocultura para dizer que esse conhecimento é manejado racionalmente pelos agricultores, e que, por isso, priorizam criar. Não teriam sido os agricultores influenciados pelo discurso próprio do técnico, ao invés de escolherem racional e individualmente em favor do criatório? Teria o técnico feito uso do discurso da segurança alimentar para obscurecer sua preferência pela

bovinocultura? Ou essa seria uma demonstração clara de como ocorrem contradições e conflitos ideológicos (que podem emergir dentro de uma mesma instituição ou de uma mesma pessoa) na formulação e execução de políticas públicas, que aqui opera entre a preferência, entre a agricultura e a pecuária)?

Já em relação ao dilema bovinocultura e caprinovinocultura, mais enfática e mais precisa, no que se refere às contradições que as políticas de incentivo à agricultura familiar, é a fala de um técnico responsável pela COOPAGEL, uma cooperativa que elabora os projetos de PRONAF dos agricultores assistidos pelo PDHC (que é uma organização que faz a defesa da caprinovinocultura, da agroecologia e condena a bovinocultura) no Pajeú:

(..) em relação ao PRONAF, o pessoal escolhe a bovinocultura porque consegue pagar, se escolher a caprinovinocultura não paga de jeito nenhum, o custo com infraestrutura é, no mínimo, três vezes maior, tô falando da cerca principalmente, que você coloca dez fios de arame e ainda não segura os animais, dá problema com vizinho, para bovinos você coloca quatro, três fios e fica seguro (...).(Técnico projetista da COOPAGEL, Afogados da Ingazeira).

A contradição aqui presente está no fato de que o PDHC não consegue legitimar o projeto territorial em favor da caprinovinocultura, nem perante suas parceiras. Quando o técnico da COOPAGEL faz esse comentário, deixa transparecer sua posição de descrença no projeto, que é justificada, por um lado, pela apresentação dos elevados custos iniciais com infraestrutura que a caprinovinocultura implica e da consequente impossibilidade de pagamento; e, por outro, pelo realce de um aspecto recorrentemente utilizado por técnicos e produtores para justificar o não investimento em cabras e ovelhas: o fato de se evitar problemas com vizinhos, devido à invasão e destruição de pastos e lavouras que estes animais podem proporcionar.

No que se refere ao PAA, seja na modalidade ‘leite’ (que no Pajeú é executado pelo Governo do Estado, através do programa Leite de Todos), seja na modalidade compra com doação simultânea, demonstra-se como sendo uma política pública que, apesar de não ter como princípio fundante o incentivo à pecuária, tem contribuído para o avanço do criatório em detrimento das lavouras alimentares temporárias, devido à garantia de compra de produtos de origem animal a preços relativamente estáveis.

Quanto ao incentivo da bovinocultura, em detrimento da caprinovinocultura pelo PAA-Leite, percebe-se claramente a preferência exposta no discurso do órgão estadual que executa o programa ‘Leite de Todos’, no Estado de Pernambuco. Na página eletrônica de divulgação do “Leite de Todos”, no sítio do Governo do Estado, quando se refere ao Centro

de Abastecimento Alimentar de Pernambuco (CEASA/PE), há uma menção exclusiva ao fortalecimento da cadeia produtiva da bovinocultura, não mencionando a atividade da caprinocultura:

A estratégia estabelecida pelo órgão estadual envolvido no Programa espera alcançar os seguintes resultados:

- Redução da mortalidade infantil e incidência de doenças dos beneficiários;
- Promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes;
- Fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura;
- Redução do êxodo rural.

(Fonte: <http://www.ceasape.org.br/programa01.php>, acesso em março de 2011)

Apesar da tendência (demonstrada anteriormente) do PNAE, implementado pelo Estado de Pernambuco, o programa também tem potencial de fomentar a produção agroecológica de frutas, legumes e verduras. É o caso, por exemplo, do PNAE/2010, do município de São José do Egito, que foi executado pela Associação dos Apicultores e Melipolinocultores Orgânicos do Alto do Pajeú (APOMEL) que, conforme a TABELA 13, destinou mais de 70% dos recursos para a aquisição de produtos derivados da agricultura orgânica. Isso ocorreu devido à gestão de alguns membros da associação (que têm representação nos conselhos municipais de educação, alimentação escolar e de desenvolvimento rural sustentável - CMDRS) junto à prefeitura, no sentido de priorizar a compra de produtos orgânicos de origem vegetal. A fala do presidente da APOMEL, que também é presidente do CMDRS e membro da diretoria do STR, retrata bem esse aspecto e demonstra como, ora a afirmação, ora a negação da pecuária em relação à agricultura, faz parte de lutas simbólicas que envolvem produtores, instituições e políticas públicas:

Nós da APOMEL, como somos a favor da agroecologia, através de nossa participação nos conselhos, pressionamos a prefeitura para que a nutricionista responsável pelo cardápio do PNAE priorizasse os produtos vegetais orgânicos, para não ser como o PAA daqui e de outros cantos, que compra basicamente produtos da pecuária. (agricultor, 35 anos, presidente da APOMEL, presidente do CMDRS e diretor do STR).

Apesar disso, o PNAE de São José do Egito, com esse claro direcionamento em favor da agricultura orgânica, termina por fomentar a pecuária, seja a de leite, seja a de corte, pois incentiva a produção, ao assegurar a compra (e destinar em torno de 30% dos recursos totais

do programa) de três produtos principais (de um total de dezessete) de origem animal (queijo de coalho, carne bovina e queijo ricotone).

TABELA 13 - Produtos exigidos na chamada pública do PNAE de São José do Egito

Item	Quantidade	Produto/Especificação	Unidade	Valor máximo pago por produto	Valor Total	(%) do total
1	5.000	Feijão macassa	Kg	R\$ 3,00	R\$ 15.000,00	9%
2	15.000	Ovos tipo grande	Unidade	R\$ 0,15	R\$ 2.250,00	1%
3	500	Mel de abelha	Litro	R\$ 11,00	R\$ 5.500,00	3%
4	1.950	Bolo trigo /misto	Kg	R\$ 5,00	R\$ 9.750,00	6%
5	5.250	Coentro	Molho/ 50g	R\$ 1,30	R\$ 6.825,00	4%
6	3.600	Polpa de frutas	Kg	R\$ 5,00	R\$ 18.000,00	10%
7	1.960	Inhame	Kg	R\$ 2,50	R\$ 4.900,00	3%
8	1.500	Jerimum	Kg	R\$ 1,20	R\$ 1.800,00	1%
9	600	Queijo Ricotone	Kg	R\$ 14,00	R\$ 8.400,00	5%
10	2.000	Batata doce	Kg	R\$ 1,40	R\$ 2.800,00	2%
11	1.200	Carne Bovina/ primeira	Kg	R\$ 11,00	R\$ 13.200,00	8%
12	2.100	Queijo de coalho	Kg	R\$ 12,00	R\$ 25.200,00	15%
13	2.800	Pimentão	Kg	R\$ 1,40	R\$ 3.920,00	2%
14	7.000	Fubá/ milho	Kg	R\$ 1,40	R\$ 9.800,00	6%
15	135.000	Banana	Unidade	R\$ 0,18	R\$ 24.300,00	14%
16	2.800	Cenoura	Kg	R\$ 2,00	R\$ 5.600,00	3%
17	6.000	Tomate Cereja	Kg	R\$ 2,50	R\$ 15.000,00	9%
					R\$ 172.245,00	100%

Fonte: adaptado do Edital de Chamada Pública nº01 de 2010 da Secretaria Municipal de Educação de São José do Egito, disponível em http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/pesquisa-avancada/detalhar/cod_materia/24761 (acesso em abril de 2011)

Por outro lado, dois programas que foram concebidos diretamente dentro da proposta discursiva da “Convivência com o Semiárido”, e que se empenham profundamente na sua divulgação, são o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2, e chamada Segunda Água pelo MDS). Essas duas propostas, idealizadas pela Articulação do Semiárido (ASA) - com objetivo central de mobilizar a sociedade civil e capacitar famílias habitantes do semiárido, para, através da utilização de tecnologias alternativas e sociais, captarem água das chuvas e utilizá-la racionalmente de modo a garantir a segurança hídrica e alimentar dessas pessoas ao longo do ano, independentemente do período de estiagem - foram assumidas enquanto políticas públicas pelo MDS. Atualmente, no Pajeú, é executado através de convênios entre o MDS, Agência Nacional de Águas (ANA), PDHC, Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL/PCPR-2), associações rurais comunitárias e ONG’s com perfil agroecológico como a Diaconia, Casa da Mulher do Nordeste, Caatinga e CECOR, ligadas à ASA.

Especificamente, o P1MC consiste na construção de cisternas com capacidade de acumular 16 mil litros de água, o que seria suficiente para fornecer água para beber, cozinhar e escovar os dentes durante o período de um ano. Já o P1+2, através da implantação e utilização de instrumentos tecnológicos alternativos de captação de água (cisterna calçadão, barragem subterrânea, tanques de pedra, “barraginha”, cisterna enxurrada e bomba d’água popular), objetiva:

(...) ir além da captação de água de chuva para o consumo humano, avançando para a utilização sustentável da terra e o manejo adequado dos recursos hídricos para produção de alimentos (animal e vegetal), promovendo a segurança alimentar e a geração de renda (...) Ao contrário das grandes pesquisas científicas para a agricultura, centrada no modelo do agronegócio, na monocultura agroquímica e nos grandes projetos de irrigação, o P1+2 valoriza o conhecimento popular do/a agricultor/a, que durante anos vem mostrando que é possível conviver com o Semiárido, por meio de tecnologias simples, baratas e eficientes.

(Disponível em:

http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=11504, acesso em fevereiro de 2011).

É importante salientar que esses programas, por estarem fundamentados em princípios que regem a agroecologia e as práticas de Convivência com o Semiárido, em oposição ao modelo do ‘agronegócio’, associado nesse trecho à monocultura agroquímica e à grande irrigação, terminam por incentivar a pecuária, principalmente via pequenos animais e pela caprinovinocultura. É o que se visualiza, de forma direta, através do P1+2, quando o programa traz como objetivos, segundo Gnadingler, Silva e Brito (2011, p. 64), fomentar:

- “oportunidades para criadores de animais, agricultores e outros residentes da área rural do Semiárido para participar da melhoria do padrão de vida” e;
- “a agricultura e a criação de animais em áreas do sequeiro, de captação e manejo de água de chuva e áreas irrigadas, operando numa base sustentável com acesso igualitário aos recursos naturais como terra e água, usando esses recursos de maneira sustentável”
- “o uso da caatinga associado com o cultivo de forragens apropriadas, principalmente para caprinos e ovinos”

Outro polo discursivo e ideológico que faz a defesa da caprinovinocultura é o representado pelo Programa de ADRS/SEBRAE, que, no Pajeú, é gerido por uma associação filiada à FAEPE/CNA. Num documento destinado à capacitação dos agentes de desenvolvimento, o SEBRAE demonstra claramente sua posição a favor do modelo de *agribusiness*, de competitividade de mercado e de uma postura empreendedora para o produtor:

Assim sendo, o Nordeste não pode permanecer na inércia da agricultura tradicional ou como simples expectador das transformações - temos de nos inserir neste novo contexto e buscar a modernização dos modelos ultrapassados de exploração agropecuária.

A criação de um sistema de “agribusiness” moderno e competitivo, que seja eficiente e sustentável sob o ponto de vista social e ambiental, é a condição indispensável à construção de uma nova agricultura, ajustada às novas realidades emergentes no mundo.”

Fortalecer a caprinovinocultura no estado, dotando-a de uma forte conotação empreendedora. (Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/5D120F3826B6458A83256F58006333A6/\\$File/NT000A1CF6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/5D120F3826B6458A83256F58006333A6/$File/NT000A1CF6.pdf), acesso em junho de 2011).

O Programa ADRS, ao defender o modelo de ‘agribusiness’, não só está em contradição com os princípios fundantes de políticas como P1MC, P1+2, FISP/PDHC, que também fazem a defesa da caprinovinocultura contra a bovinocultura, como também incorre em contradições internas. Os ADRS são treinados para prestar assistência aos agricultores familiares pronafianos, no entanto, são geridos por uma associação ligada ao setor patronal, coordenada pela Confederação Nacional da Agricultura. De outra forma, ao mesmo tempo em que defende esse novo modelo de ‘agronegócio’, se apoia em argumentos que remetem aos costumes, valores e conhecimentos locais. É o que se constata pela fala da supervisora do SEBRAE no Pajeú, que, de forma contraditória e utilizando afirmações do senso comum, justifica a escolha pela bovinocultura através do status que ela proporciona, ressalta a estratégia ‘costumeira’ e tradicional de se ter os rebanhos de caprinos e ovinos como poupança e seguro, ao mesmo tempo em que reconhece os altos investimentos que a caprinovinocultura requer em infraestrutura:

(...) a questão da bovinocultura para o sertanejo ainda é status (...) ele acha que simplesmente por ser criador de bovinos ele tem como conversar com amigos sobre a bovinocultura (...) e a miunça, pela forma de você usar esse termo já ta descaracterizando (...) são animais que viviam antigamente (...) isso ai era da mulher e do menino (...) eles têm a consciência que tem de ter o seguro (...) a caprinocultura (...) se chama seguro para o sertanejo (...) é o seguro deles (...) ele sabe que na época de períodos de estiagem muito prolongados (...) quem vai dar sustentação são os caprinos (...) nem é ovino (...) é a caprinocultura (...) porque é quem vai comprar ração pra vaca (...) é o remédio (...) quer dizer é o seguro do sertanejo (...), eles sempre têm o bovino (...) eles sempre optam pelo bovino, mas que sempre tem cabeça de caprino (...) e alguns ovinos (...) então esses três espécimes são muito próximos até pela questão do investimento, com bovinos, é menor em termos de cerca (...). (Supervisora do SEBRAE no Pajeú, Jabitacá, Iguaracy - PE).

Esses exemplos demonstram como certos discursos autorizados que, apesar de conquistarem certo grau de hegemonia institucional (no caso o da caprinovinocultura e da segurança alimentar) numa determinada região, não conseguem se consolidar devido a um

complexo social que envolve, além das disposições incorporadas dos agricultores favoráveis à bovinocultura, as preferências dos técnicos responsáveis pela mediação, as racionalidades econômicas dos agricultores que conseguem avaliar as oportunidades de mercado – e que levam em consideração tanto os riscos que o clima impõe, quanto a percepção das contradições presentes nos próprios projetos territoriais (como o da caprinovinocultura, defendida pelo PDHC, FISP e ADRS/SEBRAE), na mentalidade dos atores e na ação das instituições que o divulgam. É o caso, por exemplo, dos projetos de PRONAF dos agricultores assistidos pelo PDHC, que são elaborados pela COOPAGEL. O PDHC trabalha ideologicamente em favor da caprinovinocultura e da agroecologia, no entanto, os produtores que o programa coordena escolhem maciçamente a bovinocultura como estratégia produtiva a ser financiada.

Alguns desses programas, como o PRONAF em suas linhas A, B e C, o PAA na modalidade Leite e nas outras modalidades (no que se refere aos derivados do leite), o PNAE e o Programa Leite de Todos, repercutem claramente no processo de (re)pecuarização via bovinocultura⁸¹. Enquanto alguns outros (FISP, ADRS-SEBRAE, P1MC e P1+2) têm um forte tom direcionado a um discurso agroecológico, de maneira que tendem a fazer críticas às alternativas produtivas que envolvem a pecuária bovina e defendem outras estratégias que prezam pela diversificação, pela produção orgânica e pela caprinovinocultura, supostamente interpretada como atividade mais adequada ao semiárido, que na verdade, não passa de outra face do processo de (re)pecuarização.

É sob esse novo contexto institucional que o Pajeú deixa de ser uma área em que as dinâmicas econômicas, sociais e políticas, para o mundo rural e urbano, eram conduzidas quase que exclusivamente por, e em benefício, da grande propriedade e das elites políticas agrárias, para uma situação em que a agricultura familiar e os pequenos proprietários passam, cada vez mais, através de novas redes, fóruns e instâncias de representação e governança, a participarem dos processos decisórios e de planejamento, tanto para o mundo rural, quanto urbano, conquistando, assim, novas posições que refletem o acúmulo, ao longo do tempo, tanto de capital econômico, quanto de capital político por esses “novos” atores.

Esse novo quadro de descentralização (ou mesmo democratização) decisória se, por um lado, permitiu uma guinada das dinâmicas econômicas e das políticas de desenvolvimento em direção à pequena propriedade e, mais precisamente, à agricultura familiar (tomada como ator político), por outro, fez emergir (ou dar visibilidade a) conflitos que, sob a égide do

⁸¹ O PRORURAL aparentemente não faz preferência nem pela bovinocultura, nem pela caprinovinocultura, nem pela agricultura. O certo é que o programa financia projetos produtivos em todas essas direções.

sistema pecuária/algodão/latifúndio, estavam adormecidos (ou inexistentes, ou obnubilados) no campo das relações sociais entre agricultores familiares.

Assim, o atual contexto institucional da agricultura familiar no Pajeú é caracterizado pela existência de variados projetos territoriais, que são conduzidos pelos mais variados tipos de atores e organizações, apresentando níveis variados de institucionalização e que engendram variados discursos (às vezes contraditórios) legitimadores e condutores de múltiplas formas de utilização do solo e de recursos naturais com vistas ao ordenamento produtivo de famílias de agricultores. Esse caráter multifacetado dos projetos territoriais reflete em dinâmicas territoriais particulares que mobilizam recursos políticos e humanos ora em uma direção, ora em outra.

São exemplos desse processo, posições que tentam (recuperando debates antigos como entre os conceitos de agricultura capitalista, agricultura empresarial, agricultura camponesa e agricultura feudal) divulgar modelos caracterizados pelo dualismo. No Pajeú, portanto, existe conflito entre ideias que valorizam mais a agricultura que a pecuária, as que valorizam mais a pecuária que a agricultura (como de alguns técnicos do IPA, Banco do Nordeste e da COOPAGEL), as que valorizam mais a agricultura agroecológica (PDHC, ONG's e OSCIP's como a Diaconia, o Serta, a Casa da Mulher do Nordeste, Caatinga, CECOR, RECAPE, e da própria Articulação do Semiárido) que a agricultura tecnificada; enquanto outras valorizam o contrário (como a de alguns técnicos do IPA), condenam a bovinocultura e valorizam a caprinocultura, dentre essas, umas que reivindicam uma postura empreendedora para os produtores [como a posição do SEBRAE que prefere a caprinocultura, e a da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) - ligada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural da Confederação Nacional da Agricultura (SENAR/CNA) que não faz distinção entre a caprinocultura e bovinocultura, por exemplo] e outras que preferem uma posição menos capitalisticamente racionalizada (como o PDHC e suas parceiras e a ASA).

Se os projetos territoriais que engendram a bovinocultura no Pajeú (comparativamente com a caprinocultura e a agroecologia), na arena política e administrativa, não são os mais institucionalizados, nem os hegemonicamente dominantes na esfera governamental e das organizações de assessoramento e de representação dos agricultores familiares, são os que têm maior capacidade de legitimação perante os agricultores familiares efetivamente. Essa maior legitimidade do projeto da bovinocultura, provavelmente, é devida ao imbricado relacionamento das disposições incorporadas pelos os agricultores familiares, de suas intencionalidades imediatas, das favoráveis tendências de mercado e da percepção, por parte

desses atores, da insuficiência dos discursos contrários à bovinocultura (que apoiados numa base contraditória, não conseguem se legitimar plenamente junto a esse público).

Pode ser que, se os agricultores familiares fazem da pecuária bovina a principal estratégia produtiva, seja porque esses atores conseguem realizar uma síntese racional entre os riscos em se investir na agricultura e no criatório de caprinos e ovinos e as vantagens de mercado que a bovinocultura proporciona (como, por exemplo, as altas cotações do preço da arroba da carne bovina, na escala nacional e internacional, e a valorização das juntas de bois mansos, na escala regional); além de se relacionar com práticas e experiências já historicamente consolidadas.

A despeito da já demonstrada abertura (que se realiza não só como incentivo, mas também como um não empecilho para a pecuária bovina) do principal programa financiador da agricultura familiar (PRONAF) para a atividade da bovinocultura, o que ocorre é a conformação de um forte campo discursivo⁸² altamente institucionalizado (o caso dos projetos territoriais que defendem a caprinovinocultura e a agroecologia informados pelo discurso da convivência com o semiárido), contrário à bovinocultura, mas que não consegue se legitimar perante os agricultores.

⁸² Aqui incluímos a defesa discursiva que o SEBRAE, o PDHC e ONG's parceiras, a ASA e alguns programas governamentais como PIMC, P1+2, Garantia Safra, que indiretamente condenam a bovinocultura em favor da caprinovinocultura (e, em alguns casos, o cultivo agroecológico), mas que podem inclusive subsidiar o criatório de bovinos.

CAPÍTULO V

“O GADO É BONITO, CHEIROSO E ABENÇOADO”: A VIVÊNCIA DA (RE)PECUARIZAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO PAJEÚ

O entendimento do processo de (re)pecuarização no Pajeú e suas respectivas implicações do ponto de vista da mudança social e do reposicionamento dos grupos envolvidos nesse processo só é possível se fizermos um exercício de conectar as dinâmicas socioeconômicas que se processam numa escala mais regional, com dinâmicas sociais, econômicas e culturais locais, de comunidades formadas por agricultores familiares. Assim, o entendimento da expansão das políticas públicas, destinadas ao incentivo da agricultura familiar e o desenho de um novo quadro produtivo, em que a pecuária se consolida frente ao processo de crise do sistema, baseado na cotonicultura/sisalicultura/latifúndio/culturas alimentares/pecuária/moradia, e em estreito relacionamento com cadeias produtivas regionais (avicultura, por exemplo) e nacionais (‘agronegócio’ do boi), deve estar conectado com a dimensão prática das pessoas envolvidas com a pecuária.

Nesse sentido, apesar de serem muito relevantes, as políticas públicas e as tendências econômicas regionais não explicam por si só o processo de (re)pecuarização. Outros elementos que fazem parte das vivências cotidianas dos agricultores familiares do Pajeú (elementos esses que passam pelas estratégias produtivas, pelas preferências, pela herança cultural e por esforços contemporâneos de resgatar os símbolos da pecuária) devem ser considerados. Dessa forma, além do entendimento de como agricultores familiares se inserem no complexo que envolve políticas públicas de incentivo à pecuária e nichos de mercado na esfera regional, é importante, para compreender como se constituem as relações sociais responsáveis pela escolha dos indivíduos em favor da pecuária, que se considere, também, os aspectos relativos à dimensão prática, que se expressa no dia a dia dos agricultores familiares envolvidos com o criatório dos animais. Por isso, foi necessária a interlocução da realidade percebida em nível regional com as dinâmicas sociais (especialmente no que se refere à mudança) engendradas em torno da pecuária em duas comunidades rurais do Pajeú, o Sítio Santo Izidro, localizado no município de São José do Egito, que sofre influência político-administrativa do distrito de Bonfim, e o Assentamento da Barriguda, localizado no município de Tuparetama, que sofre influência do distrito de Santa Rita.

O trabalho de campo nesses dois lugares distintos, áreas geograficamente vizinhas, mas pertencentes a municípios diferentes, possibilitou verificar duas diferentes faces – que se distinguem pelo grau de intensificação produtiva e pela importância do criatório na constituição da renda da renda familiar – de um processo mais amplo em que a relação que os agricultores familiares estabelecem com a pecuária fundamenta, em grande medida, as transformações pelas quais vem passando a agricultura familiar no semiárido nordestino, em especial de famílias do Pajeú pernambucano.

Apesar das aparentes diferenças entre os dois campos de pesquisa (uma área de sítio com ocupação e consolidação antiga e uma área de assentamento criado via crédito fundiário com ocupação recente pelos atuais atores e consolidação em andamento), com o trabalho de campo foi possível constatar que as duas áreas foram palco, num passado que antecede as décadas de 1950 e 1960, de processos socioeconômicos semelhantes. São as duas áreas exemplos de locais em que ocorreu um processo de desconcentração fundiária⁸³ (mais no primeiro caso que no segundo), em que grupos sociais detentores de grandes porções de terra desde o século XIX sofrem descenso em benefício de outros grupos de pequenos proprietários e de não proprietários, que, por motivos diversos (processos migratórios, acumulação de capital via comércio e/ou casamentos), passam a ter acesso às terras por meio da desestruturação do latifúndio (por sesmaria ou por “datas de terra”) diante das primeiras crises do sistema algodoeiro já no final do XIX e início do século XX⁸⁴.

A partir da década de 1960, as duas áreas sofreram influência econômica, de forma concomitante, da cadeia produtiva do algodão (ainda existente, mas já em decadência) e do sisal (em ascensão). Posteriormente, no final da década de 1980 e início da década de 1990, as duas áreas (a do assentamento – antiga fazenda Barriguda, com mais de 300 hectares - ainda sob o comando de um único proprietário e a do Sítio Santo Izidro, sob o comando de várias famílias, mas com propriedades que não ultrapassavam muito 100 hectares) deixam de compor

⁸³ Na verdade, o que se observou na área em estudo, mas que provavelmente obedece a uma lógica mais geral para o semiárido, foram processos contínuos e sucessivos de concentração e desconcentração fundiária (com tendência mais forte para a desconcentração ao longo do processo de ocupação dessa área desde o século XVIII) em que as antigas sesmarias se fragmentaram em grandes propriedades que se fragmentaram, mais uma vez, em médias e pequenas, que podiam ou não se reaglutinar e formar novamente grandes propriedades ou serem incorporadas por grandes propriedades - processo conduzido, provavelmente, por dinâmicas migratórias e de êxodo rural. Essas grandes propriedades voltariam a se fragmentar (ou por crescimento das famílias ou por recentes processos de distribuição de terras por políticas de reforma agrária).

⁸⁴ Costuma-se localizar, temporalmente, o fim do ciclo algodoeiro nas décadas de 1970 e 1980, no entanto, as crises econômicas, que ocasionalmente desestimulavam a produção do algodão, remontam ainda às primeiras décadas do século XX, como podemos perceber em relatos de pessoas mais idosas da região. Na verdade, partilhamos da hipótese de que, como o algodão tinha caráter de *commodity*, estava constantemente sujeito a variações de preço no mercado internacional (GONÇALVES e RAMOS, 2008).

o quadro produtivo sob influência do algodão e do sisal, momento em que a pecuária ocupa, definitivamente, o papel central no processo produtivo nas duas áreas.

Portanto, nessa seção, nos ocupamos em analisar alguns aspectos do processo de mudança social engendrados pela expansão da pecuária no Sítio Santo Izidro e no Assentamento da Barriguda, atentando para as mudanças nos posicionamentos sociais (que claramente estão relacionadas com a mudança na estrutura fundiária) dos principais grupos que, como serão vistos posteriormente, são para o sítio, os Freitas/Valentim e as outras famílias, e para o assentamento, os antigos proprietários e trabalhadores rurais (sem terras e antigos moradores), convertidos em assentados, além de tentar compreender como esses grupos deixaram de ser cultivadores para serem basicamente pecuaristas e quais as principais implicações dessas mudanças na esfera da economia familiar e na esfera das relações intergrupais.

5.1 BONFIM E SANTA RITA: LUGARES DE PECUÁRIA

Antes de abordarmos diretamente os aspectos relacionados com a mudança social no Sítio Santo Izidro e no Assentamento da Barriguda, é importante que situemos esses espaços de maneira que se exponham as relações que as famílias moradoras desses dois lugares estabelecem com as comunidades do entorno, com as respectivas sedes municipais e com outros municípios do Pajeú, principalmente no que se refere às atividades agropecuárias em suas dimensões produtivas e culturais.

5.1.1 Articulações econômicas da pecuária: a criação de gado como estratégia produtiva

Dada a proximidade de Santo Izidro e da Barriguda com os distritos de Bonfim (no município de São José do Egito), Santa Rita (no município de Tuparetama) e com as áreas que eles polarizam, cabe-nos apontar algumas das relações sociais e econômicas que se desenvolvem entre as famílias moradoras dos dois locais em estudo e as pessoas que vivem nesses (e no entorno desses) distritos. Cabe-nos tentar compreender as relações sociais daí decorrentes e expor como essa vivência termina por influenciar e ser influenciada pelas práticas em relação à pecuária.

O Sítio Santo Izidro está localizado na porção sudeste do município de São José do Egito (PE), fronteiro ao município de Tuparetama e ao Assentamento da Barriguda, mas sob influência política/territorial/administrativa do distrito egípcio de Bonfim, apesar de contar

com uma realidade em que boa parte de seus moradores são eleitores e estabelecem relações econômicas com o município de Tuparetama (localizado a uma distância de nove quilômetros), devido a sua maior proximidade em comparação com a sede municipal, que fica a 25 quilômetros de distância. O sítio fica a sete quilômetros de Bonfim e a 14 quilômetros de Santa Rita.

Já o assentamento da Barriguda localiza-se na porção centro-sudeste do município pernambucano de Tuparetama, a uma distância de aproximadamente 12 quilômetros da sede municipal e sofre influência política e econômica, tanto do distrito egípcioense de Bonfim, que fica a 6 quilômetros, quanto do distrito tuparetamense de Santa Rita, que fica a 11 quilômetros de distância.

Essas duas áreas, que são vizinhas, apesar de pertencerem a municípios diferentes, têm em comum o aspecto de terem vivenciado, nos últimos 20 anos, um processo de desconcentração fundiária e reforma agrária. Nesse período, no entorno de Santa Rita e Bonfim (numa área que compreende aproximadamente 15 quilômetros de raio) foram criados seis assentamentos e atualmente dois acampamentos aguardam processo de desapropriação de mais duas fazendas. Nesse contexto, destacam-se o papel da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), na mobilização de trabalhadores, para acessarem a política de reforma agrária, via Crédito Fundiário, e o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na mobilização de sem terras para acessarem a política, via INCRA.

Além disso, as duas áreas têm um histórico de fragmentação dos estabelecimentos rurais que se processou ao longo século XX, em que propriedades maiores, devido ao crescimento das famílias ao longo de gerações, foram sucessivamente repartidas e passaram a compor um quadro de predomínio das pequenas e médias propriedades.

Bonfim e Santa Rita, cada um com cerca de 400 habitantes, são os dois lugares mais próximos onde os moradores das redondezas da Barriguda e de Santo Izidro levam os produtos frutos das atividades agropecuárias, especialmente os de origem animal. Nos dois distritos e na região que eles polarizam, existem quatro marchantes responsáveis pelo abate, venda e distribuição da carne de animais (bovinos, caprinos, ovinos). Ao todo, são abatidos três bovinos por fim de semana (um em Bonfim, um em Santa Rita e outro no Sítio Ponta Direita, próximo à Bonfim). Em Santa Rita também existe, com frequência semanal, o abate de uma unidade de caprino ou ovino. Já em Bonfim, existe um marchante responsável pelo abate de caprinos, ovinos e suínos, mas que, no entanto, não oferece com frequência esses produtos que, geralmente, só são vendidos sob encomenda. Esses marchantes locais

geralmente compram animais por preços um pouco abaixo das cotações nacionais do boi gordo.

Além dessas vias de comercialização, os produtores da região de Bonfim e Santa Rita, quando querem vender algum animal, procuram diretamente marchantes nos municípios de São José do Egito e Tuparetama, no Pajeú, e/ou Prata e Ouro Velho, no Cariri paraibano. Há também casos em que os produtores contactam (geralmente nas feiras) atravessadores ou possíveis interessados (que vêm até as propriedades para “olhar os bichos”, um exercício avaliativo que consiste em verificar as condições de saúde e docilidade, além de se fazer a “arroubação”, que é o cálculo do peso do animal baseado na experiência e na simples observação) para comprarem seus animais.

Há também quem leva os animais para serem vendidos na Feira de Tabira. Nesse caso, existem dois caminhões boiadeiros que saem, um de Bonfim e outro de Santa Rita, com destino à Tabira, nas madrugadas de quarta-feira. Os donos desses caminhões cobram vinte reais por cabeça de bovino e cinco por cabeça de caprino e ovino. Na fala seguinte, a preferência por se vender em Tabira, em contraposição à venda aos atravessadores, é explicada pelo fato de que os compradores, além de pagarem melhor, efetuam o pagamento à vista:

(...) Ultimamente, aqui, a gente, quando quer vender um bichinho, arruma um carro, aí paga vinte reais e leva pra Tabira, que atravessador, você sabe, as coisa aqui é difícil, o cabra quando quer vender um bichinho, quer pegar no dinheiro né? Aí chega um atravessador fala logo em 30, 60, 90 dias de prazo e aqui a vendinha da gente sempre é à vista, vai pegar no dinheiro, né? (...). (agricultor, 37 anos, Sítio Santo Izidro, área de 20 hectares).

Alguns produtores, porém, preferem não arriscar em ir para Tabira – apesar de que, de um modo geral, a feira se configura como o lugar onde mais bem se paga pelos animais, pois os valores, lá praticados, estão vinculados às mais altas cotações da arroba do boi gordo, no mercado nacional; geralmente utiliza-se a cotação da BMF/BOVESPA⁸⁵ – pois, correm o risco de não acharem negócio (principalmente quando se trata de animais não destinados ao abate, como juntas de bezerros ou vacas de leite) e terem que voltar pagando duas passagens por animal.

Em Santa Rita existe um tanque de resfriamento do laticínio Serrote Redondo que recolhe o leite dos produtores cadastrados no Programa Leite de Todos/PAA-leite e o envia, a

⁸⁵ Na utilização desses índices e cotações, os produtores costumam fazer referência aos valores divulgados diariamente no programa Globo Rural, da TV Globo, o que demonstra certa relação da pecuária local com os mercados nacionais e globais.

cada dois dias, para o processamento e envasamento que ocorre na leiteira da empresa no distrito de Riacho do Meio, município de São José do Egito.

Já próximo a Bonfim, há uma fazenda em que existe uma queijeira semi-industrial que compra leite a algumas famílias do entorno (ao preço de R\$ 0,70 por litro), utilizando-o na fabricação de queijos que são enviados e vendidos em Campina Grande e João Pessoa. Esse aspecto é particularmente importante porque essa propriedade é o principal destino da produção de leite de algumas famílias do Sítio Santo Izidro, também porque sua proprietária faz parte de uma das famílias (os Freitas/Valentim), que serão foco da análise a seguir.

Também é comum para os moradores de Santo Izidro e da Barriguda a produção de queijos de leite de vaca a serem vendidos no distrito de Bonfim e nos municípios de São José do Egito e Tuparetama. A produção de queijo é destinada para residências, mas também para alguns bares. Em Santo Izidro, existem dois bares, na Barriguda, três e em Bonfim, três.

Chama a atenção, também, nessa área, a existência de grande quantidade de aviários (ao todo existem nove galpões em Bonfim e onze em Santa Rita) destinados ao criatório de frangos. Esse aspecto é importante porque a criação de frangos se relaciona com a pecuária de ruminantes no que se refere ao aproveitamento de um subproduto da avicultura na alimentação, principalmente de bovinos, que é a cama de frango, utilizada como complementação alimentar, rica em proteína e energia. Apesar de esse uso ser legalmente proibido, é praticado de forma generalizada. A produção de cama de frango viabiliza, tanto para os proprietários que têm aviários, quanto para os proprietários vizinhos (que compram a cama a preços variados a depender da época, entre R\$ 0,05 e R\$ 0,30 o quilograma, mas sempre abaixo do preço das outras rações concentradas convencionais), não só a sustentação do rebanho nos períodos de estiagem, mas também uma eficiente engorda e terminação de bois em confinamento. A preocupação com a efetiva proibição do uso da cama é demonstrada na fala seguinte, principalmente depois que os palmais foram dizimados pela praga da cochinha do carmim, no início da década de 2000:

(...) Sem a cama fica difícil, porque a palma acabou-se, você sabe né? que a palma na região de nós acabou-se, não tem palma, aí só tem a cama, se acabar a cama acabou o Sertão de nós tudinho, quem é que vai criar um bicho? ninguém tem capim não, e só com o capim não veve um bicho não, você vai engordar um bicho, um saco de torta quanto é? Um saco de milho tá por 38 reais aí e um saco de torta por 40 reais (...). (Agricultor, 18 anos, Sítio Serrinha, área de 6 hectares).

5.1.2 Reabilitação dos símbolos da pecuária

Além desses aspectos econômicos, mais ligados à produção, destacamos, na região do entorno do sítio e do assentamento, certo ressurgimento ou revalorização de alguns símbolos que representam a pecuária na sua dimensão mais cultural e histórica. O entendimento desse processo é importante porque essa reabilitação simbólica (que opera mais apropriadamente nessas localidades, através da realização de eventos culturais, religiosos, artísticos e esportivos, tais como missas de vaqueiros, “pegas de bois”, vaquejadas, cavalgadas e exposições de animais) recoloca a pecuária (de grandes animais, principalmente) na arena discursiva de maneira a legitimar os projetos territoriais que têm como foco o criatório em detrimento dos projetos que enfocam mais a agricultura.

5.1.2.1 A missa com vaqueiros e a pega de boi: a pecuária como símbolo do rural

Até a década de 1960 ocorreu, de forma generalizada, no interior do Nordeste, especialmente no Pajeú, o cercamento das terras, o que deu novo sentido à profissão de vaqueiro, que deixou de se ocupar eminentemente com a reunião e apartação do gado e das reses desgarradas, nos pastos extensivos, para tornar-se mero tratador dos animais que, a partir de então, são criados presos nas propriedades. No entanto, tem se tornado comum, a cada ano, a referência e homenagem a essa categoria profissional do passado por setores da sociedade, inclusive por integrantes da igreja católica. É nesse contexto que se insere a realização e consolidação da missa com vaqueiros, enquanto evento cultural anual do distrito de Bonfim (que nesse ano de 2011, estará na sua 11ª edição), o que, de certa maneira, contribui com a legitimação dos estilos de vida e dos projetos territoriais relacionados com a pecuária, especialmente a bovina naquela região.

A missa com vaqueiros de Bonfim, que ocorre todos os anos no terceiro fim de semana do mês de dezembro, foi a primeira missa a ser realizada com o intuito de “celebrar e homenagear” a figura histórica do vaqueiro na região que fica mais à montante do Pajeú, passando, portanto, a influenciar a realização desse evento em outros municípios, como Itapetim (que está na 10ª edição), Tuparetama (que está na 9ª edição), e São José do Egito (que apesar de ser a sede municipal que subordina Bonfim, está na 3ª edição, apenas).

Em Bonfim, a missa com vaqueiros segue uma ritualística semelhante a que é desenvolvida no município de Serrita, a primeira a ser realizada no Estado de Pernambuco, com mais de quarenta anos de história e que foi criada pelo Padre João Cância e pelo cantor

Luiz Gonzaga, em homenagem ao vaqueiro Vicente Jacó (amigo de Januário, pai de Luiz Gonzaga), que morreu numa “pega de boi” quando tentava apartar o gado da fazenda onde trabalhava em meados de 1950.

10ª Missa com Vaqueiros e Pega de Boi no Mato em Bonfim - São José do Egito

Vaqueiros Homenageados
Damião Leite e Zé Felipe

PROGRAMAÇÃO

Dia 18-12-2010

- 20:00h Abertura da Festa
- 22:00h Forró no clube com Toinho de João de Cícera e o Galego do Pajéu.
- Lostiba e banda

Dia 19-12-2010

- 08:00h Café dos Vaqueiros
- 11:00h Almoço dos Vaqueiros
- 12:00h Pega de Bois no Mato
- 16:00h Distribuição de Camisas para todos os vaqueiros montados
- 16:30h Desfile
- 17:00h Missa com Vaqueiros (Pe. Luisinho)
- 20:00h Forró no Clube com Vozes do Campo
- Poetas Aboiadores - Carro de som - Filmagem

SORTEIO DE UM POTRO QUARTO DE MILHA E BRINDES PARA TODOS QUE ESTIVEREM MONTADOS

PREMIAÇÃO

1° - Boi R\$ 300,00 e Troféu
2° - Boi R\$ 200,00 e Troféu
3° - Boi R\$ 200,00 e Troféu
Do 4° ao 10° R\$ 100,00 e Troféus.

Senha R\$ 30,00

Organização:
Jorge de Manú e Comissão

Patrocínio:
Antônio Andrade

Informações: (87) 9995-4866

Visual All

FIGURA 3 – Cartaz de divulgação da Missa com vaqueiros e pega de boi no mato no distrito de Bonfim, São José do Egito (PE)

Algumas inovações (forró, pega de boi, sorteio de brindes, sorteio de um cavalo, como demonstra a FIGURA 3), porém, foram introduzidas na dinâmica da festa que ocorre agora em dois dias consecutivos. Na noite que antecede a missa, geralmente no sábado, ocorre a abertura oficial do evento, em que estão presentes e discursam as pessoas responsáveis pela organização⁸⁶, bem como políticos⁸⁷ e patrocinadores. Logo após ocorre um forró no clube social do distrito em que se apresentam artistas locais e de municípios vizinhos (dentre eles, um assentado da Barriguda, que, como veremos mais na frente, pôde se dedicar à música,

⁸⁶ Cerca de 40 pessoas, que tem funções variadas, desde cozinhar, ornamentar a igreja, até alimentar e abater animais, compõem essa comissão organizadora.

⁸⁷ É interessante notar que, na história da missa, a comissão organizadora, formada por moradores do distrito e dos sítios do entorno, dentre alguns de Santo Izidro e da Barriguda, nem sempre conta, como não contou nessa última edição de 2010, com o apoio da atual gestão municipal.

devido ao tempo livre que a criação do assentamento e o investimento na pecuária lhe permitiram) para receber as caravanas de vaqueiros dos municípios e dos estados vizinhos, que começam a chegar já no sábado.

Ao amanhecer do dia, a comissão organizadora continua a receber os vaqueiros (entendidos como aqueles que se utilizam de animais para montaria) que recebem senhas para o café da manhã e almoço. Após o almoço, é ligado um carro de som ligado que alterna músicas (geralmente forró), cujas letras são relacionadas com o mundo rural, festas de vaquejada, a labuta dos vaqueiros e a “vida do gado”, com toadas e aboios⁸⁸, sejam gravados por duplas de renome na região, sejam recitados e improvisados de repente; alguns (a minoria, cerca de 40 pessoas) vaqueiros chegam a fazer uma inscrição que custa R\$ 30,00, para participar da “pega de boi”.

Feitas as inscrições e com as “gargantas temperadas” com cachaça, ou outra bebida alcoólica mais forte, a “vaqueirama”, em fila formada por duplas, ao som de “toadas de gado e aboiando”, se dirigem a alguma propriedade vizinha que tenha “manga⁸⁹” (no caso de 2010 foi utilizada a reserva legal de um assentamento vizinho a Bonfim, que tem o mesmo nome do distrito), onde são soltos os bois dos mais ariscos, que deverão ser pegos por vaqueiros, em sua maioria, jovens ou homens de meia idade. A toada a seguir, que foi cantada no trajeto entre Bonfim e o assentamento, em dezembro de 2010, é um exemplo de como ocorre a instigação dos participantes (através da exortação das ideias de coragem, sentimentalismo e resignação da figura histórica do vaqueiro) a participarem da “pega dos bois no mato”:

Vaqueiro quando é vaqueiro,
pega a rês amarra e ferra,
Não teme mato fechado,
Grutilhões nem pé-de-serra,
O coração do vaqueiro,
Tem manchas do pó da terra

O aboio do vaqueiro,
Deixa a terra estremecendo
Sua voz melodiosa
Nos ares se estendendo,
Parece o som da cascata
Ou cachoeira gemendo

⁸⁸ Poemas com estrofes em forma de sextilha, sétima ou em décima, entoados por uma melodia chorosa e melancólica concatenada com gritos de chamamento do gado (como por exemplo êêêêê, ôôôôôaaaa), utilizados para reunir as reses soltas no pasto, que impressionantemente obedecem e vêm até o currais para serem trancados e manejados.

⁸⁹ Termo utilizado pelos agricultores da região para designar grandes áreas contínuas de caatinga fechada ou preservada, geralmente são as áreas destinadas à composição das reservas legais das propriedades.

O vaqueiro paciente
Trabalha não se aborrece
Prende a vaca tira leite,
Satisfeito permanece,
É bastante dar um grito,
O gado já lhe conhece

Atualmente, em Bonfim, o objetivo dessa modalidade de competição é pegar as reses “bravas”, soltas nas mangas, que, ao invés de serem trazidas para os currais das fazendas, como era feito antigamente, só terão que retirar delas os chocalhos que foram previamente marcados e discriminados pela comissão organizadora, atendendo a um critério de dificuldade conforme o grau de “brabeza” dos bois. Esses chocalhos servem como prova de que os bois que os carregavam foram pegos pelo vaqueiro, ou dupla de vaqueiros, que o estiver portando, sendo, portanto, premiados com dinheiro e troféus logo após a missa.

A pega de bois que, nos tempos passados, se constituía como uma necessidade do sistema econômico da “Civilização do Couro” (CAPISTRANO de ABREU, 1982) e como uma obrigação (no sentido de dever, tarefa, função) profissional do vaqueiro (que consistia em pegar as reses desgarradas dos rebanhos e não, como no presente, as deliberadamente soltas em mangas pré-determinadas), nos tempos atuais, está se estabelecendo muito mais como competição, uma modalidade esportiva, em que estão em jogo vários aspectos, tanto de ordem econômica (como, por exemplo, a premiação em dinheiro), quanto de ordem simbólica e de distinção – representado, por exemplo, pela coragem (e/ou masculinidade) de entrar no mato e correr risco de vida, através de atos de autoflagelação, realizados, nesse caso, pelo fato de se voltar do mato com rosto sangrando, cortado pela caatinga, e exibindo-o com alegria, como um troféu muito mais valioso que os troféus que acompanham a premiação em dinheiro (como é demonstrado pela FIGURA 4).

Passadas três ou quatro horas de intenso trabalho em busca do gado, na pega dos bois, os vaqueiros, alinhados em dupla, retornam a Bonfim, trazendo os chocalhos (os que conseguiram pegar os bois), e fazem um desfile – exaltando a imagem do santo padroeiro do distrito (São Severino do Ramo) de “Nossa Senhora Aparecida” e as bandeiras do Brasil e de São José Egito – ao som de búzios⁹⁰, que vai do cruzeiro, localizado ao sul do distrito, até o “oitão” da igreja, ao tempo que recebem (somente os montados) camisetas com emblemas

⁹⁰ Pequeno berrante feito com apenas um chifre de boi, utilizado originalmente por vaqueiros, em pegas de bois, para comunicar aos outros vaqueiros que uma rês desgarrada acabara de ser pega.

comemorativos e senhas para um sorteio de brindes que ocorre juntamente com a premiação, após a missa campal.



FIGURA 4 – Vaqueiros retornando do mato na pega de bois no distrito de Bonfim – detalhe para o rosto ferido, 18/12/2010

Para a realização da missa, ao pôr do sol, ao lado da igreja, os vaqueiros (ainda montados) se organizam de maneira a reservar, na parte da frente, mais próxima ao padre, os lugares que serão ocupados pelos vaqueiros homenageados, os mais idosos e os que estão “encourados” (vestidos com o terno de couro), enquanto a parte de trás fica reservada (não sabemos se por deliberação da organização, ou se por demonstração de respeito aos vaqueiros encourados) aos cavaleiros que estão montados, mas trajando roupas comuns. Ao todo, no ano de 2010, presenciaram a missa cerca de 200 vaqueiros montados, além das pessoas não montadas (aproximadamente 300) que se dispunham ao redor daqueles.

O altar, que é montado na calçada da lateral esquerda da igreja, é previamente ornamentado com plantas da caatinga (cactos principalmente) e com grande quantidade de objetos utilizados nas práticas agrícolas, mas principalmente, no trato com o gado: celas, estribos, rédeas, cabeçadas, cabrestos, arreadores, caretas, cangas, carros de bois, ferros com marcas das fazendas, arados e cultivadores⁹¹ de tração animal, ferrão, cordas de laçar, etc. O padre, para realização da missa, costuma trajar-se de vaqueiro: por cima da batina, utiliza gibão, peitoral, perneiras e chapéu de couro (que é retirado, como sinal de respeito, no início da celebração, gesto que é seguido em peso pela vaqueirama).

Todo o ritual eucarístico, músicas, hinários de oblação, salmos, homilia e comunhão são adaptados de maneira a aproximar a celebração ao cotidiano dos vaqueiros. O próprio padre introduz as canções (que são executadas com acompanhamento de violão, baixo, guitarra e sanfona) com aboios e estrofes de toadas que se referem, principalmente, à “luta com o gado”. Algumas dessas músicas executadas são de autoria do padre, outras foram popularizadas por Luiz Gonzaga na celebração da missa de Serrita, já referida anteriormente.

Após as leituras do novo e velho testamento da bíblia católica, o padre inicia o discurso de homilia que é adaptado de maneira a atrair a atenção da vaqueirama e influenciá-la para o cumprimento de certas condutas morais. O interessante nessa etapa são justamente os recursos linguísticos e discursivos que o celebrante utiliza para chamar a atenção dos vaqueiros. Nesse dia, para pregar uma conduta de harmonia e tolerância entre os diferentes, todo o discurso se deu no sentido de recuperar e ressaltar o papel histórico do “vaqueiro do gibão” como “herói do Sertão”, responsável pela colonização e destinação econômica da região, apesar de ter sofrido, em alguns casos, “injustiças por parte do patrão”. Nesse sentido, o padre da paróquia de São José do Egito, que é da região de Bonfim, na homilia da missa, apoiado num certo saudosismo, fala da importância do vaqueiro para a povoação do Sertão:

(...) Queridas irmãs, queridos irmãos vaqueiros, admiradores dos vaqueiros e homens e mulheres que ainda valorizam e veem o campo como um sinal de que nós podemos ainda viver, apesar dos tempos, as características da cultura rural. Na verdade a missa que tem os vaqueiros como noiteiros e como o vaqueiro está muito ligado à religiosidade, como o vaqueiro está muito ligado ao campo, à fé e como aqui, em Pernambuco, nós temos uma história muito bonita de um vaqueiro que morreu nas caatingas, no Sertão do Araripe e que padre João, juntamente com Luiz Gonzaga, instituíram no calendário artístico, cultural e religioso do Estado, uma missa com vaqueiros, o Brasil inteiro, até no Sul, celebra missa em homenagem aos vaqueiros que morreram e também aos vaqueiros que estão vivos, vaqueiros de

⁹¹ Essas duas ferramentas também estão entrando em desuso com o advento do trator, apesar de que, como já foi dito, as juntas de bois, que tracionam essas ferramentas, continuam sendo foco de muitos negócios. Entendemos que o uso das juntas de bois nos negócios é uma ressignificação de um costume ‘tradicional’ que tem sido utilizado com outros fins, como por exemplo, para agregar valor à pecuária de corte.



FIGURA 5 – Celebração da Missa com vaqueiros no distrito de Bonfim, São José do Egito (PE), 18/12/2011

verdade, vaqueiro que fizeram parte de nossa história e vaqueiros que foram responsáveis pela expansão da cultura, mas sobretudo foram os vaqueiros os primeiros habitantes dessa terra depois dos índios, porque quando os portugueses chegaram no Brasil, quando as capitânicas hereditárias começaram a dar lucro com açúcar, e quando ciclo do açúcar foi se acabando em Pernambuco, na Bahia e nos outros estados, se começou a trazer gado pra cá, gado para ser criado e foi através dos rios, do Rio São Francisco, através dos outros rios afluentes, que foi chegando a criação do gado aqui ou se tangendo da Zona da Mata e foram fundadas as cidades, por exemplo, Serra Talhada, Flores, Carnaíba de Flores, própria São José do Egito, foi quando vaqueiros ou boiadeiros passando, se arrancham e ali começa a povoação, sobretudo nas beiras dos riachos e rios de nossa região dos sertões. Então, nós podemos dizer que quem habitou, quem colonizou os nossos sertões, foram nossos vaqueiros. Mas os vaqueiros além das histórias bonitas, têm as histórias tristes, das tantas histórias de injustiça cometidas aos vaqueiros, sobretudo dos patrões que muitas vezes tinha o trabalho escravo do vaqueiro, mas não o valorizava como um trabalhador do campo. Têm aqueles outros vaqueiros atualmente, que a gente chama os vaqueiros de almofadinha, não é Delmiro, aqueles que gostam, Antônio Andrade também, aqueles vaqueiros que admiram demais, mas não têm coragem de derrubar boi, não é assim? Mas admiram o homem do campo, mas que na verdade, nós devemos valorizar os vaqueiros, o trabalhador do campo, pois com certeza esses cavalos são criados no campo e não na cidade (...) assim, o Profeta Isaías propõe viver em harmonia, lobo e cordeiro vão comer juntos (...). (Padre da Paróquia de São José do Egito, que realiza missa com vaqueiros em toda região do Pajeú).

Nesse mesmo discurso, o padre, ao exaltar a figura histórica e a função econômica do vaqueiro, defende o que ele chama de “cultura rural” ou “cultura do campo”, em oposição à cultura das cidades. O que ocorre é uma legitimação do rural em detrimento do urbano. Para isso, o celebrante faz uma associação direta entre a função do vaqueiro e, por tabela, da pecuária, e o mundo rural do Sertão. A pecuária, muito mais que a agricultura, é, portanto, o símbolo do rural sertanejo, e o rural é necessariamente o lugar da pecuária, o lugar em que o vaqueiro é bastião da cultura do Sertão.

Na fala, o padre faz menção a uma oposição entre o vaqueiro (visto como trabalhador semiescravo) e o patrão (fazendeiro explorador). No entanto, essa oposição histórica fica, pelo menos na missa, obscurecida pela presença, lado a lado, e nas mesmas condições, com os mesmos trajes, de proprietários (inclusive grandes) e trabalhadores sem propriedade (vaqueiros, tratadores de gado, diaristas) e pela referência aos vaqueiros homenageados (nesse dia, como vemos no cartaz de divulgação acima, os senhores Zé Felipe e Damião Leite, que não eram vaqueiros por profissão, eram na verdade “proprietários remediados⁹²” que, por sua vez, contratavam vaqueiros). Compreendemos que existe uma ambiguidade ideológica e discursiva nessa situação social e que serve, de certa maneira, para criar um ambiente, aparentemente pacífico, no processo de legitimação do projeto territorial que a pecuária, especialmente a bovina, representa. Nesse contexto, quando a missa, mesmo sem uma

⁹² Se não ricos, com boa quantidade de terras e gado.

intenção pré-estabelecida ou deliberada, igualha, através do ritual, o fazendeiro que se traja de vaqueiro, para também se sentir prestigiado, e o vaqueiro, que ao ver o fazendeiro reduzido à sua condição, se sente homenageado, promove a legitimação da pecuária, atividade que historicamente vinculou esses dois agrupamentos sociais e que hoje passa a vincular, também, outros atores sociais (agricultores familiares, “trabalhadores do campo”, tratadores de gado, assentados da reforma agrária) que, ao homenagear na missa a (e incorporar a personagem da) figura histórica do vaqueiro, atualiza esse projeto territorial que tem no criatório de animais o foco central.

5.1.2.2 Vaquejadas, bolões e cavalgadas: esporte e entretenimento na legitimação da pecuária

Nesse mesmo sentido que a missa, atuam as vaquejadas e os bolões de vaquejada, que, por um lado, compõem o cenário artístico, cultural e esportivo⁹³ daquela região, e, por outro, legitimam o projeto produtivo da pecuária e incentivam o investimento na criação de animais. Dessa maneira, Bonfim, com quatro pistas de vaquejada (uma delas em Santo Izidro) e Santa Rita com três, promovem pelo menos sete pequenas vaquejadas (também chamadas de bolões de vaquejada) e quatro “pegas de bois” (uma delas realizadas durante a missa do vaqueiro, em dezembro) ao longo do ano, em que estão presentes, seja para competir seja apenas para assistir, grande parte dos moradores de Santo Izidro e da Barriguda. É nessa lógica de justificar o avanço do criatório, também fazendo referência a esses eventos, que opera a fala de um agrônomo, proprietário e criador nos arredores de Bonfim:

(...) Eu acho que essas coisas, a missa, a “pega de bois” e a vaquejada contribuem sim com o avanço da pecuária. Veja bem, eu me criei por aqui e tenho participado de quase todas as missas, se você vê a quantidade de animais aqui na região de Bonfim e de pista de vaquejada de uns dez anos pra cá, a coisa aumentou muito viu. Aumentou o número de pessoas que vem pra missa e o número de cavalos, mas aumentou também o gado, porque esse povo que tem cavalo, esses meninos mais novos desse povo mais pobre mesmo, eu conheço um bocado, quase todos têm cavalo e compra uns bichinhos para correr atrás, pra treinar, pra ir num bolãozinho. O que eu vejo muito nessa turma mais nova é que quando pega num dinheirinho, já compra é, uma moto, um cavalo e uns garrote pra correr atrás. E assim eles vão começando a criar, no começo é só farra, gastando, mas eles gostam da farra, querem continuar com isso aí vão vendo que tem que trabalhar, tem que criar também pra ter os trocados, aí vão negociando, vão ganhando gosto (...) Sim, eu sei de muita gente também, inclusive alguns colegas meus que nasceram e se criaram na cidade, nunca moraram na zona rural, mas que são apaixonados pelas festas de

⁹³ As “pegas de bois” e as vaquejadas que, no passado, eram atividades produtivas obrigatórias e necessárias ao criatório – que, pela necessidade de se apartar as boiadas das várias fazendas, devido à falta de cercas e de um sistema de criação extensivo, se misturavam – atualmente assumem um novo caráter de entretenimento e de recreação. Essas atividades deixaram de ser obrigação, ou trabalho, para se tornarem esportes, destinadas ao divertimento. Devido ao alto grau de profissionalização que esses esportes (principalmente a vaquejada) têm alcançado são, para algumas equipes de vaquejada, altamente lucrativos.

vaquejada, começaram a gostar da vida do gado, compraram terra, compraram gado, cavalo e viraram criadores, conheço bancário, médico, funcionário público, que começaram a criar gado por causa da vaquejada, são apaixonados pela vida do gado, tem uns que correm mesmo, outros só formam as equipes para representar suas fazendas, etc (...). (Agrônomo, 28 anos, proprietário de 150 ha em Bonfim).

Assim, as vaquejadas e os bolões funcionam, de forma direta, como eventos esportivos, de competição (com premiação para os ganhadores) e de entretenimento (como local de interação e ponto de encontro para pessoas de várias localidades, seja para conversar e beber, seja para dançar forró). Indiretamente, legitima o projeto da pecuária, pois vincula o cotidiano dos competidores e dos espectadores a um estilo de vida que tem, no criatório de animais, o foco central. A vaquejada, que é um evento maior, com alta premiação, e que geralmente é realizada por proprietários mais abastados serve de referência para a realização dos bolões, que é realizado tanto por pequenos proprietários, quanto por não proprietários.

Nesse sentido, a FIGURA 6 mostra o cartaz de divulgação da vaquejada de inauguração de um novo parque de vaquejadas, no município de São José do Egito, que ocorreu recentemente. Esta vaquejada, assim como outras maiores e já consolidadas na região, serve de referência para a realização de pequenos bolões nos sítios (dentre eles Santo Izidro, no Parque Ana Maria, como demonstra a FIGURA 8). Além disso, desperta o interesse na realização desses eventos, inclusive em pessoas que não têm propriedade.

Já a FIGURA 7 expõe um cartaz de divulgação bem simples de um bolão realizado no mês de agosto de 2011, que foi organizado por três irmãos, filhos de um ex-morador da referida Fazenda São João, e que, atualmente, esperam ser contemplados pela política de reforma agrária. Como ainda não tem uma área para a construção do parque de vaquejada próprio, os irmãos recorreram ao parque da fazenda São João, próximo à Santa Rita, que foi devidamente emprestado, pelo proprietário, para a realização do bolão.

Outro evento que contribui com a legitimação da pecuária e vem se consolidando na região, é a Cavalgada da Integração (que está na quinta edição), que sai de Monteiro (PB) e vai até São José do Egito (PE), com pernoite para os cavaleiros no distrito de Bonfim (PE). Da mesma forma que as vaquejadas, esse é um evento que diretamente está relacionado com o entretenimento (pois mistura passeio a cavalo, forró, aboio, almoço e ‘bebedeiras’, como demonstra a FIGURA 9), mas que, indiretamente, se insere na arena discursiva em favor da pecuária. É dessa forma que opera a fala de um participante/patrocinador do evento, num vídeo de divulgação, que ao declarar o apoio de sua instituição (uma cooperativa de crédito que realiza operações de microcrédito rural e o PRONAF no Pajeú) à cavalgada, faz apologia à cultura rural vinculando a figura do cavaleiro à figura do vaqueiro:

PARQUE J.E.
FIL. NOSSA SRA DO PERPETUO SOCORRO

AGORA É REALIDADE

INAUGURAÇÃO

VAQUEJADA NO PARQUE J.E.

São José do Egito/PE

R\$ 40.000,00 EM PRÊMIOS

CLASSE ABERTA
1º Lugar **UMA MOTO 250cc 10km**
2º Lugar **UMA MOTO 250cc 10km**
3º Lugar **UMA MOTO 250cc 10km**
DO 4º AO 10º OU 15º LUGAR
R\$ 15.000,00

CLASSE AMADOR
R\$ 7.000,00 DIVIDIDO ENTRE
1º AO 5º OU 10º LUGAR

INSCRIÇÕES CLASSE ABERTA
1º, 2º, 3º R\$ 250,00 cada
4º Inscrição R\$ 150,00
Classe de Inscrição por 10 dias antes da vaquejada.
Quanto mais cedo, mais chances de participar.

INSCRIÇÕES CLASSE AMADOR
1º, 2º, 3º R\$ 100,00 cada

REGULAMENTO
O vencedor de cada classe terá o prêmio em 15 dias, após estar habilitado para receber o prêmio.
A organização tem direito de cancelamento.
O vencedor que não comparecer na vaquejada não terá direito ao prêmio.
O vencedor que não comparecer na vaquejada não terá direito ao prêmio.

DIA 29: FORRÓ PÉ DE SERRA
DIA 30
DIA 31: FORRÓ PÉ DE SERRA

FORRÓ BADAUÊ
XÊTO
DELMIRO BARROS
e **BOM DO 4º**

Informações:
parqueje_vaquejada@hotmail.com
(87) 9935-4264 / 9602-4436

AMADOR J.E.
ZORRAN VAQUEJADA
AMADOR J.E.

PR. Conf. 01/01/2011
(87) 9991-5842
(87) 9989-0598
(87) 9620-1333
(87) 3350-1197

FIGURA 6 – Cartaz de divulgação de vaquejada realizada em São José do Egito (PE)

3º Bolão de Vaquejada No
Parque Maria Feitosa Na fazenda
São João Tuparetama – PE.

Dia: **06 / 08 / 2011**

Premiação: 05 Vagas De R\$ 200,00
acompanhadas de **Troféu.**

1= Senha R\$ 30,00
2= Senha R\$ 50,00

Organização: Cidivaldo, Rodrigo e Cristiano.

FIGURA 7 – Cartaz de divulgação de bolão de vaquejada realizado na Fazenda São João, Santa Rita, Tuparetama (PE)

9º BOLÃO DE VAQUEJADA
PARQUE ANA MARIA

DIA 12 E 13 DE AGOSTO

3º Lugar
Puxador

Org: Valentim e Tarcizinho

FIGURA 8 – Fotografia de troféu de premiação em bolão de vaquejada realizado no Sítio Santo Izidro, Bonfim, São José do Egito (PE)

(...) eu gostaria de agradecer aos monteirenses pela oportunidade que deram ao Pajeú da gente se congratular de fazer essa cavalgada excelente. O SICOOB/CREDIPAJEÚ tá junto com a cultura, nós somos admiradores dessa parte e estamos prontos para que essa parte da cultura não morra, os vaqueiros tem que existir, nós temos que viver juntos com eles. (Diretor da SICOOB/CREDIPAJEÚ, 60 anos, São José do Egito (PE). Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=acftetHaVAA>).



FIGURA 9 – Cartaz de divulgação da 5ª Cavalgada da Integração, Monteiro (PB), São José do Egito (PE)

5.2 SÍTIO SANTO IZIDRO E AS RECONVERSÕES PRODUTIVAS: DO TEMPO DO ALGODÃO AO TEMPO DA PECUÁRIA

Na divisa dos municípios de Tuparetama e São José do Egito, na sua porção sudeste, encontra-se o Sítio Santo Izidro, ocupando uma área que fica em torno de 1200 hectares, dividida em cerca de vinte propriedades. Por estar localizado num terreno muito acidentado, com áreas de altos alternando com áreas de baixas e baixios, após a década de 1960, o sítio foi palco da construção de vários açudes de pequeno porte, o que, conseqüentemente, implicou na valorização de áreas de baixio, represas e vazantes (que foram apropriadas principalmente por integrantes da família Freitas/Valentim, que será vista mais à frente) em detrimento das áreas dos altos (ocupadas principalmente por várias outras famílias).

A formação do sítio, na sua formatação próxima à atual, remonta, segundo relatos de atuais moradores, a passagem do século XIX para o século XX. Dois processos simultâneos contribuíram para a formação do sítio: a repartição sucessiva de uma área ocupada por um

ancestral comum, chamado Pai Teté (ou Pai Valentim) – filho de um senhor chamado Caxexé, vindo provavelmente do Agreste de Pernambuco, o primeiro morador da casa mais antiga do sítio, construída na passagem do século XVIII para o século XIX – decorrente da morte do Pai Teté, o que ocasionou a partilha da propriedade (ou da posse, não se sabe ao certo) entre seus herdeiros, que viriam a constituir a família Valentim (ou Nascimento); o outro processo se refere à dissolução (repartição) de áreas de propriedade do Coronel Chico Cândido⁹⁴, que, na iminência de falir, com as primeiras crises do algodão nas primeiras décadas do século XX, começou a vender partes de suas fazendas para moradores, funcionários e vizinhos. Foi o que ocorreu particularmente no Sítio Santo Izidro, em que o Coronel Chico Cândido vendeu suas terras (inclusive o vapor de descaroçamento da pluma e o engenho de rapadura) nas redondezas do sítio para um de seus funcionários chamado Quinca Félix, que viria a vender essas terras a alguns produtores rurais (ex-moradores e pequenos proprietários das vizinhanças) da região de Bonfim e algumas pessoas de fora que chegaram à região por motivos diversos (migração do agreste, comércio, boas oportunidades de compra de propriedades).

Nesse contexto, chama atenção especial a figura do senhor Zé Augusto, um almocreve, advindo da região de Pesqueira (PE), que, numa das passagens pelo sítio, constituiu casamento com umas das filhas do Pai Teté. Zé Augusto terminou comprando, com o capital acumulado na atividade de tropeirismo, as melhores áreas, inicialmente adquiridas por Quinca Félix, do Coronel Chico Cândido, além de anexar partes da herança de sua esposa, que era da família Valentim (ou Nascimento)⁹⁵.

Em paralelo a esses dois processos de formação do sítio – partilha decorrente das terras de Pai Teté e dissolução das áreas regidas pela lógica do latifúndio do Coronel Chico Cândido –, ocorreu, desde o início do século XX, a ocupação das terras do entorno dessas duas áreas iniciais por moradores do Pai Teté, do Coronel Chico Cândido (e posteriormente de Zé Augusto) e trabalhadores despossuídos, o que viria a dar origem às propriedades menores nos arredores e nos entremeios dessas áreas originárias.

⁹⁴ Grande proprietário de Monteiro (PB) que possuía muitas fazendas naquelas alturas dos estados da Paraíba e Pernambuco (Cariri e Pajeú). O coronel, através de vários moradores e funcionários, além do criatório de gado, cultivava grandes áreas de algodão que era processado em suas próprias “bulandeiras” ou “vapores” e era vendido em alguns centros de comercialização como Campina Grande e Recife.

⁹⁵ Mais na frente chamaremos atenção para as dinâmicas sociais constituídas em torno dos descendentes do Sr. Zé Augusto (ou família Freitas). Dentro de uma concepção tipológica, os descendentes do Sr. Zé Augusto estão numa posição diferenciada em relação ao restante dos moradores do sítio, seja por disporem de mais terra, seja por terem participado de processos de acumulação de capital econômico e político que remontam às décadas de 1970 e 1980.

A história do sítio tem relação com a ascensão e crise de ciclos econômicos regionais que, de uma forma ou de outra, numa época mais, noutra menos, articulava a pecuária no processo produtivo. Inicialmente, desde o século XIX, na época em que a área era apropriada sob a lógica do latifúndio, o binômio pecuária-algodão cumpria o papel central na organização socioeconômica⁹⁶. As primeiras crises do algodão, na passagem do século XIX para o XX, foram determinantes para a reconfiguração da área antes regida pelo latifúndio que, impossibilitado de reproduzir-se, começou a se desintegrar em pequenas e médias propriedades. Após essas crises iniciais a cultura do algodão (que não desapareceu) se recuperou, estando presente na área (já com certo grau de desconcentração fundiária) e no cotidiano das pessoas até a crise definitiva que se inicia na década de 1970.

As famílias moradoras do sítio cultivaram algodão (predominantemente) e culturas alimentares de forma combinada com o criatório até a década de 1960. A partir dessa época, o cultivo de sisal entra no contexto produtivo para disputar espaço com o algodão e, a partir de 1980, ocupa papel central até o início de 1990. A pecuária esteve presente, nesse contexto, até 1980, como atividade secundária para as famílias do sítio, que tinham na produção de algodão – no caso, vendido a atravessadores para ser processado em cidades como São José do Egito/PE e Campina Grande/PB (o Sr. Zé Augusto era também um desses atravessadores) – e nas culturas alimentares o centro dos esforços produtivos.

Foi na década de 1980 que o gado começou a tomar o espaço dos cultivos, primeiro para as famílias mais bem estabelecidas – é o caso de alguns descendentes diretos do Pai Teté e de cinco dos quatorze filhos do Sr. Zé Augusto que – ,através do criatório e para o criatório passaram a adquirir partes de terras no próprio sítio (principalmente das irmãs que se casaram fora do sítio e dos irmãos que migraram para outras regiões do país) e em sítios vizinhos. Para o restante das famílias do sítio, a pecuária só vai se estabelecer enquanto atividade principal na década de 1990.

O relato de um dos filhos do Sr. Zé Augusto (este que era ao mesmo tempo proprietário, com vários moradores, produtor e atravessador de algodão e de agave) ilustra bem a inserção da área nos ciclos produtivos regionais, a participação da pecuária nos variados contextos e o lugar que ela passou a ocupar até os dias atuais. Falando sobre seu pai e das atividades econômicas que ele praticava, o agricultor relata:

⁹⁶ No campo da teoria social existe certo consenso, no que se refere à prevalência da pecuária (em relação ao algodão) na composição de receitas da grande propriedade na época do auge do sistema pecuária-algodão-latifúndio. No caso citado, apesar de não termos informações precisas sobre esse tema, sabemos que algumas áreas sob domínio do coronel Chico Cândido começaram a se dissolver justamente após essas crises iniciais da cotonicultura na transição de um século para outro.

(...) ele comprava algodão e vendia pra SANBRA de Campina Grande, (...) pai mexia com algodão, criava, tinha morador, plantava muito algodão, depois veio o agave, tinha plantio de agave, motor de agave (...) agave, naquela época só se falava mais em agave (...) o agave ficou até 80, quase 90, eu não mexia não, com agave não, acabei foi uma fortuna que dava pra melhorar o cabra pra acabar com 15 hectares que pai tinha, num ficou um pé, que morreu umas 22 vacas naquele infeliz, o povo e pai tirava as batatas e ficava as folha queimadinha, o gado comia, gordo, rapaz, mas logo dava o bola e morria tudo, eu me incabulei e saí acabando com ele. (...) Eu comecei a criar com uns quinze anos, quando eu tinha uns vinte anos eu negociava com gado, ganhava dinheiro rapaz, aí eu fiquei só criando gado e negociando. (agricultor, 62 anos, ex-vereador, família Freitas, área de 100 hectares).

É interessante reter que, dentro desse contexto de concorrência, da bovinocultura com a sisalicultura (que desenvolveu o desinteresse por parte dos filhos de Zé Augusto em continuar com a produção de sisal), o que prevaleceu foi o gado, como demonstrou o agricultor que terminou se especializando na criação e comércio de gado após a crise desse ciclo econômico, não só por ter tido prejuízo com a morte de animais provocada pelo sisal, mas por achar mais viável economicamente.

Esse mesmo agricultor, em outro momento, quando perguntado se a atividade da pecuária é vantajosa, não só declara que é boa, lucrativa, mas atribui um caráter sentimental para com o gado, o que demonstra certas disposições incorporadas em favor da pecuária, como também expõe mudanças na estrutura familiar e nas relações de trabalho (simbolizadas na expressão “tô sozinho”) que terminam por limitar a produção agrícola:

(...) considero que é vantajosa, só é a vantagem que tem aqui, é sustentável, se o cabra trabalhar, pra mim é uma coisa que nunca se acabava, olhe porque o gado é bonito, é cheiroso, é sagrado. (...) Eu já ganhei dinheiro com gado, rapaz, já fui mais bem de vida, agora não, que o cabra vai ficando velho, tô sozinho, só tenho duas filhas, não tenho mais morador, a gente chama os cabra aí pra trabalhar eles não vem, vem um dia e outro não, aí desequilibra, mas eu já ganhei dinheiro, quando eu tinha uns 20 anos, comprava, negociava muito, hoje eu fico liso, passo uns quinze dias liso, mas aí equilibra, assim vamos levando. (agricultor, 62 anos, ex-vereador, família Freitas, área de 100 hectares).

5.2.1 As dinâmicas da pecuária e a diferenciação social no Sítio Santo Izidro

Essa descrição inicial do histórico do sítio demonstrou como a área deixou de ser um espaço regido pela lógica do latifúndio, para ser formado por pequenas propriedades; como uma mesma área, pôde, ao longo do tempo, inserir-se em dinâmicas produtivas diferentes, respondendo a demandas de determinados grupos e provocando o deslocamento de posições de determinados atores, num contexto de correlação de forças. Agora, nesta seção nos

esforçaremos em refletir como a pecuária entra nesse processo de mudança e diferenciação social no sítio.

Como já indicado anteriormente, os habitantes do sítio podem ser tipológico e analiticamente agrupados de duas formas que se distinguem por uma série de fatores, dentre eles: a) origem; b) quantidade de terra disponível; c) renda; d) inserção nas instâncias decisórias municipais e, por fim (mas, o que de fato será dado atenção especial nesse trabalho), o relacionamento desses diversos atores com a atividade da pecuária. Esses grupos não devem ser encarados como estáveis, estanques, definitivos, mas sim como retratos temporários de uma realidade recortada e interpretada pelo viés da regularidade. Eles têm, portanto, a capacidade de serem mutáveis ao longo tempo e serem porosos um em relação ao outro, no sentido de que indivíduos, em certas situações, podem estar incluídos num agrupamento e, em outras ocasiões, pertencer ao grupo oposto. Chamamos a atenção para o fato de que, em algumas situações, principalmente no que se refere ao processo produtivo da pecuária, esses dois segmentos exercem funções complementares (como por exemplo, a compra de mão de obra, de outras famílias, pelos Freitas, a venda do material genético de seu rebanho para outras famílias e a atividade de atravessador que os Freitas exercem em relação à comercialização dos animais das outras famílias), ou seja, cumprem papéis diferenciados que dão a aparência de um funcionamento ordenado e sistêmico para a pecuária regional, mas que, na verdade, informam relações de dominação, dependência e subordinação de uns grupos em relação a outros. Os grupos foram, pois, por nós, apesar de fundamentadamente pensados, arbitrariamente intitulados: os descendentes imediatos de Pai Teté (os Valentim), os de Zé Augusto (os Freitas) e os outros, que não são descendentes de Zé Augusto (portanto não são Freitas), nem são descendentes imediatos de Pai Teté (alguns podem até ser Valentim, mas se são, são de segunda ordem)⁹⁷, pertencentes a outras famílias como Soares, Chagas, Rodrigues e Souza.

Os Freitas e os Valentim, entendidos sob uma ótica homogeneizante, diferenciam-se dos outros moradores do sítio por possuírem um pouco mais de terra, e portanto, um pouco mais de gado, mas, além dessas diferenças quantitativas, é importante destacar algumas diferenças qualitativas principalmente no que se refere ao seu relacionamento com a atividade

⁹⁷ É importante ressaltar que, quando falarmos dos Freitas e dos Valentim, estaremos tratando-os de forma ideal típica, pois nem todos os descendentes diretos do Pai Teté, nem do Sr. Zé Augusto, conseguiram (dentro da lógica intrínseca ao sítio) conquistar ou manter uma posição diferenciada (ou de destaque) em relação ao restante dos habitantes do sítio. Notamos que essa diferenciação (que envolve e está envolvida pela pecuária) está relacionada com um processo de diferenciação prévia, interna à família, que ocorreu, basicamente, em benefício dos filhos homens, dos que ficaram (ou que não migraram definitivamente para outras regiões) e dos que conseguiram, de alguma forma, acumular capital e reinvestir na compra de terras de vizinhos ou dos próprios irmãos.

da pecuária. Para alguns integrantes da família Freitas, a pecuária, além de ter ocupado o papel central no que se refere às atividades produtivas, é praticada sob um padrão técnico diferenciado e direcionada a atingir objetivos específicos e bem delimitados (como alcançar nichos de mercados específicos, como por exemplo, o mercado de juntas de bezerros e reprodutores, ½ Indubrasil e ½ Gir, principalmente na feira de Tabira).

As outras famílias do sítio estão apoiadas no seguinte sistema socioprodutivo: a) pequenas propriedades com área abaixo de 40 hectares; b) atenção considerável às culturas alimentares; c) certa dependência de rendas e assalariamento externos, como comércio e trabalho na diária; d) mão de obra basicamente familiar; e) relativa sujeição a atravessadores; f) pouca liquidez do rebanho – predomínio do “gado de cria”; g) baixo nível tecnológico; h) predomínio de pastagens naturais; i) melhoramento genético pouco criterioso; e j) processo de (re)pecuarização em andamento, com lento avanço das áreas de pasto sobre as áreas de lavoura.

Em contraposição, o sistema socioprodutivo de alguns integrantes da família Freitas é baseado nos seguintes aspectos: a) propriedades com área em torno de 100 hectares; b) atenção mínima às culturas alimentares; c) pecuária como atividade produtiva central na geração da renda familiar; d) produção familiar dependente de mão de obra externa; e) certa independência em relação a atravessadores – eles também trabalham como atravessadores; f) alta liquidez do rebanho – presença do “gado de cria e “gado de venda”; g) predomínio de pastagens plantadas e presença de pastagens irrigadas; g) médio nível tecnológico que combina semiconfinamento, plantio de forrageiras mais resistentes e mais nutritivas e melhoramento genético criterioso; e h) avançado processo de (re)pecuarização.

Esse posicionamento social diferenciado de alguns Freitas e Valentim está relacionado com o acesso a políticas públicas e recursos financeiros desde a década de 1980, destinados ao ordenamento produtivo via pecuária bovina, em substituição à cotonicultura e à sisalicultura, como o Projeto Sertanejo, e créditos bancários (BB e BANDEPE) destinados à agropecuária, o que não ocorreu de forma generalizada no sítio, só para alguns integrantes dessas famílias. A fala de um dos filhos de Zé Augusto demonstra como as políticas públicas acessadas por ele e por seus irmãos estavam direcionadas para a pecuária:

(...) Projeto Sertanejo, eu não participei não, mas meu irmão participaram (...) depois foi assim, eu tirei um dinheiro através de uma cooperativa que a gente criou, em 1997, foi um FNE junto com PRONAF D, era misto, agricultura e pecuária, a gente comprou um maquinário, um trator, mas veio pra bicho também (...) depois teve um custeio, mas foi individual, foi pra comprar ração, em 1998 pelo Banco do Nordeste, mas esse eu liquidei logo (...) década de 80 teve um empréstimo no tempo

do BANDEPE, em São José do Egito, aquilo era uma inflação, eu comprei quatro vaca e um touro, o gado fez assim, quando foi com um ano, que era a primeira prestação eu fui saber lá no BANDEPE quanto era, aí era X, aí eu vendi uma das vacas que tava parida aí paguei o débito todo (...). (Agricultor, 54 anos, família Freitas, área em torno de 100 hectares).

Mais recentemente, na década de 1990, essas famílias desfrutaram também da ampliação (talvez resultado dessa forma diferenciada de posicionamento) de influência política, o que se verificou pela eleição e reeleição de um dos filhos do Sr. Zé Augusto ao cargo de vereador. Atualmente, apesar de nenhum membro do sítio ter mandato, verifica-se que membros da família Freitas continuam detendo certo capital político (no que se refere à representação política) e influência junto, principalmente, à prefeitura municipal e com certo distanciamento das instâncias sindicais e classistas. O que interessa reter é que essa forma de diferenciação, via e para a pecuária, esteve, imbricadamente, relacionada com o acesso às instâncias governativas e com a conquista de capital político, que ora funcionou como meio do processo de (re)pecuarização, ora como o fim para o qual a pecuária funcionava como meio, como apoio econômico e simbólico para a captação de prestígio político.

De outra forma, existe certa influência dos Freitas no processo produtivo da localidade como um todo. Eles são tidos como referência para o restante das famílias quanto à condução do criatório, devido à qualidade genética de seu gado. Há relatos de que eles foram os primeiros indivíduos a introduzirem, no final da década de 1980, o sangue da raça Gir no gado Indubrasil, que até então era raça zebuína mais difundida no Nordeste e no Pajeú, desde 1960. Atualmente esse cruzamento desenvolvido pelos Freitas tem sido adotado não só por agricultores familiares da vizinhança, mas também por grandes proprietários da região que enxergam, nessa estratégia, uma forma de dar resistência e rusticidade aos animais.

As outras famílias do sítio só têm conseguido acessar políticas públicas e crédito no novo contexto que surge na década de 1990 e se estabelece na década de 2000. Mais precisamente, o que se verifica é que esse agrupamento tem se fortalecido produtivamente através do PRONAF e de outros programas como o P1MC, P1+2 e PAA. Verificamos que essa acessibilidade está relacionada com a expansão do associativismo na área e da aproximação/alinhamento com o movimento sindical (STR) na última década. No entanto, esse maior acesso às políticas públicas, principalmente pelas outras famílias, promoveu um quadro de discursividade conflituosa em relação à pecuária, que se expressa no conflito de gerações para dentro do próprio grupo (da família Rodrigues) e no conflito de projetos territoriais entre diferentes grupos (parte dos Rodrigues X os Freitas). A fala de uma agricultora do Sítio Santo Izidro (da família Rodrigues) demonstra bem, como emergem

disputas quando diferentes projetos para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar são postos na arena e incorporados por políticas públicas mais recentes que tentam deslegitimar políticas públicas do passado:

Aqui em casa, meu pai pensa que o negócio é criar gado, como esses filhos de Zé Augusto, que é mais lucrativo e tal, mas eu sou mais pela criação de caprinos, ovinos, apicultura e pela produção agroecológica, principalmente depois que eu entrei no sindicato, foi lá que conheci a agroecologia e vi que o gado destrói muito a natureza (...) Nessas oficinas do P1MC e do P1+2 a gente vê que o certo é conviver com o semiárido, por isso eu acho que é mais certo criar cabras e ovelhas porque elas são adaptadas e não destroem a natureza como ocorria antigamente, que as políticas só incentivavam a bovinocultura. (agricultora, comerciante, dirigente sindical do STR de São José do Egito, 23 anos, família Rodrigues, área de 16 hectares).

Esse movimento de aproximação ao sindicalismo e ao associativismo, portanto, não é seguido pelos Freitas, mas é recompensado com a aproximação a algumas forças políticas hegemônicas locais, o que não significa dizer que todos os irmãos são do mesmo “lado”. O que na verdade ocorre é uma divisão entre os irmãos no que se refere ao apoio a essas forças políticas que se opõem: alguns apoiam a situação, outros apoiam a oposição. Esse dado indica que, dentro de um mesmo campo aparentemente “homogêneo”, pode haver disputas, conflitos e cisões.

Mas o que também chama atenção nesse processo é a associação que se faz entre a real melhoria, ou a uma melhoria visada, nas condições de vida e econômicas que a pecuária proporcionou ou poderá proporcionar. Todos os chefes de família entrevistados, independentemente de participarem da família Freitas/Valentim ou de outras famílias, quando perguntados sobre a pecuária, se era vantajosa, se era boa, se causava algum malefício para o Sertão, responderam favoravelmente ao criatório, a fala de um dos filhos do Sr. Zé Augusto simboliza essa associação entre a melhoria nas condições de vida e o gado:

(...) Trouxe melhoria nas condições de vida, eu comecei com esses 09 hectares que eu herdei de pai e já passei pra essas outras áreas e tudo quanto eu arrumei de lá pra cá foi através do gado, na época que eu tive no Rio, eu trouxe um dinheirinho comprei um gado, pra tu vê, na época que eu cheguei de volta eu comprei 09 reses agora eu tô com 82 e desse gado eu já adquiri o terreno que eu já botei no nome de meu filho, pra quê mais no meu? porque eu só tenho um filho, fui comprando as partes das minhas irmãs e de uns vizinhos (...). (Agricultor, 54 anos, família Freitas, área em torno de 100 hectares)

De outra forma, a pecuária tem possibilitado, também para representantes das outras famílias, a mudança e a diferenciação social. Na fala seguinte, o agricultor demonstra com satisfação como, através da conversão de capitais que o criatório proporcionou, ele pôde

abandonar uma posição de subordinação, representada pelo trabalho alugado, e entrar no ramo do comércio, passando a subordinar outras famílias, ao mesmo tempo em que declara o potencial de diferenciação e distinção que ocorre entre quem cria e quem não cria, indicando assim que a pecuária tem a ver com questões de status:

(...) Se eu for te explicar o que eu fazia e o que eu faço depois do gado, você se vira e diz tá doido, hoje eu faço tudo no mundo, compro madeira, compro carvão, tenho o bar, antigamente eu trabalhava alugado eu me esforçava mais, hoje, Deus me livre de eu dar um dia alugado (...) se eu for contar os negócio que eu ganhei dinheiro em gado, não sei não, mas se eu for contar não tem salário que pague, no ano passado eu somava todo mês, eu ganhava R\$ 1700 contos (...) olha, eu dou de comer a uns quatro cabra, comprando carvão (...) E outra coisa, não dá pra comparar o cabra que cria com o cabra que não cria, o cabra que não cria é mais é cansativo, eu sei que é, eu não tenho nada, mas eu não vou me comparar com um cabra que não cria não, porque quem cria ta numa posição melhor (...). (agricultor, comerciante, 52 anos, família Soares, área de 13 hectares).

De toda maneira, o que pudemos notar no sítio é que o conjunto de políticas públicas e linhas de crédito existentes desde a década de 1980 (mais para os Freitas/ Valentim) e desde 1990/2000 (mais para as outras famílias), aliados a uma série de fatores de ordem estrutural hipoteticamente levantados e parcialmente verificados pela empiria (tendência à mudança na estrutura fundiária, com acesso à terra por grupos anteriormente despossuídos, mudança no padrão da familiar com diminuição do número de filhos, mudança no padrão das relações de trabalho com o fim da moradia, mudança nas tendências de mercado que passam a ser mais favoráveis à pecuária que à agricultura⁹⁸, diversificação das receitas e da renda no campo⁹⁹ que podem ser reinvestidas na pecuária, êxodo rural, além de disposições incorporadas em favor da pecuária), foram responsáveis pelo direcionamento da área a um sistemático processo de substituição das áreas de lavouras alimentares por áreas destinadas ao criatório de grandes (principalmente) e pequenos ruminantes. Esses fatores são sintetizados, e, de certa maneira, generalizados, de forma contraditória, nas falas dos agricultores, através de três argumentos principais que são: a falta de mão de obra (mais para os Freitas), maior lucratividade (mais para as outras famílias) e por ser uma atividade menos trabalhosa. É o que se constata na seguinte fala em que o agricultor critica a falta de mão de obra, condenando as aposentadorias, o Bolsa Família e as escolas na cidade, que, segundo ele, causam preguiça nos

⁹⁸ Além de estar relacionada com o fim dos ciclos do algodão e do sisal, avanço da pecuária no Sertão do Pajeú, se relaciona com outros processos da escala macroeconômica como a monopolização das culturas de grãos por parte das grandes propriedades do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que passam a determinar não só os custos de produção, mas também o preço final dos produtos, e, de certa maneira, inviabilizam a prática agrícola, principalmente no semiárido onde os riscos são muito mais elevados que em outras regiões do país (NUNES e CUNHA, 2010).

⁹⁹ Com a aposentadoria, políticas de transferências de renda e pluriatividade.

jovens que não querem trabalhar na agricultura, ao mesmo tempo em que reconhece que a pecuária é mais lucrativa e a agricultura uma perda de tempo por ser muito trabalhosa, além de admitir que investir o dinheiro da aposentadoria na criação de gado é um bom negócio:

(...) o gado dá mais renda que a agricultura, tem um preço certo, pra botar um roçado tem que pagar um trator, para gradear, depois pagar um trabalhador para limpar e um saco de milho não paga uma diária, não (...) a agricultura é muito dispendiosa, dá muito trabalho e o retorno é pouco, eu mesmo, o tempo que eu gasto cuidando de um roçado engordo 10 bois (...) e outra coisa, não tem quem trabalhe não, o povo não quer mais trabalhar na agricultura depois dessa bolsa-família e da aposentadoria dos velhos¹⁰⁰, e depois que botaram pra os menino estudar na rua, ficaram tudo preguiçoso, os menino só querem viver na cidade, não querem mais morar no sítio não, pra ajudar os pais (...) aqui tem muito velho que quando se aposenta não vai perder tempo com agricultura não, se todo mês tem o dele certinho, vai é comprar uns bezerro, uns garrote e soltar, com um ano ele tem o dobro de dinheiro (...). (agricultor, comerciante, 52 anos, família Soares, área de 13 hectares)

5.3 O ASSENTAMENTO DA BARRIGUDA E AS RECONVERSÕES PRODUTIVAS: DO TEMPO DO AGAVE AO TEMPO DA PECUÁRIA

O assentamento da Barriguda foi criado em 2002, através da compra da fazenda de mesmo nome, pela Associação Rural do Sítio Cacimbinha (ARSC) via política de Crédito Fundiário. Possui uma área de 315 hectares e foi adquirida por um valor de 50.000 reais, montante que está sendo pago num prazo de 20 anos pela ARSC.

A ARSC foi criada em 1999 por moradores do sítio Cacimbinha e de outros sítios da circunvizinhança, pertencentes aos municípios de Tuparetama e de São José do Egito; dentre eles, Santo Agostinho, Cajueiro, Ponta Direita, Riacho e Consulta. No total, fazem parte da associação 20 famílias que, em sua maioria, até 2002, não tinham acesso à terra, eram trabalhadores ou moradores de propriedades vizinhas e da própria área que veio a se tornar assentamento.

O histórico da área da fazenda demonstra que a dinâmica de desconcentração fundiária obedeceu a uma lógica diferenciada do que se costuma atribuir para áreas do semiárido nordestino¹⁰¹. Da segunda metade do século XIX, até meados de 1965, a área que atualmente compõe o assentamento da Barriguda encontrava-se relativamente desconcentrada, pertencendo a várias famílias que estabeleciam relações familiares que iam do simples

¹⁰⁰ Nesse caso entendemos que as políticas de transferências de renda e de prestação também servem ao processo de (re)pecuarização. Libera mão de obra da agricultura ao mesmo tempo que proporciona o investimento na pecuária.

¹⁰¹ Enquanto que para autores como Andrade (1998), apesar de reconhecerem que as áreas das antigas sesmarias vêm continuamente sendo divididas, a estrutura de dominação do latifúndio não tem propriamente se alterado; o histórico da área passou por um processo consecutivo de dissolução das sesmarias, em pequenas propriedades, depois, por um processo de reaglutinação das pequenas propriedades, formando médias e grandes fazendas e, mais recentemente, um novo processo de desconcentração através das políticas de reforma agrária.

compadrio ao parentesco consanguíneo, eram elas os Marques, os “Pá-virada”, os “Caboclos” e os “Timóteos”.

Por volta de 1965, a área sofreu um processo de concentração quando um senhor chamado Antônio Ferreira, proprietário na vizinhança, através de créditos conseguidos em bancos estatais, começou a comprar partes de terra a essas famílias para compor a Fazenda Barriguda e investir maciçamente no plantio de agave, que vigorou enquanto estratégia produtiva central até meados de 1980, apoiada num sistema que combinava a moradia e o cultivo de culturas alimentares com um assalariamento precário.

Com a crise do setor sisaleiro, fato que ocorreu em praticamente todo o Nordeste a partir da década de 1980 (SABOURIM, DUQUE e MALAGODI, 2003), o Sr. Antonio Ferreira se viu obrigado a encerrar suas atividades produtivas com o agave e vender a fazenda para saldar dívidas que adquiriu com os empreendimentos agrícolas.

A compra da Fazenda Barriguda se deu ainda na década de 1980 por um empresário do ramo de combustíveis na cidade de São José do Egito, que, desde então, desistiu da produção de sisal e passou a praticar exclusivamente pecuária bovina. No entanto, relatos de alguns assentados e de moradores de Santo Izidro dão conta que este novo proprietário possuía certa atitude desinteressada em relação à produção agropecuária, postura que se comprova pelo fato de que ele chegou a perder muitos animais devido à presença ainda do sisal em suas terras, como podemos ver pela fala de um vizinho antigo da fazenda:

(...) roçado ali na Barriguda tinha uns trezentos hectares de agave (...) quando Pedro comprou a Barriguda já tinha agave, o que matou foi gado e o tempo, num roçou-se mais, virou capoeira (...) e o gado dele morreu que só o diabo comendo o agave, mas ele não ligava não que ele não precisava, tinha muito dinheiro (...) aí ficou uns touros velhos ali com 10 anos 12, comendo agave, não tinha pasto, o pasto acabou-se dentro do agave, depois encapoeirou, o agave morreu (...). (agricultor, 62 anos, proprietário no sítio Santo Izidro).

Essa postura do proprietário, que num primeiro momento ocasionou certo prejuízo, mas que também não exigiu grandes investimentos, por um lado, possibilitou a manutenção da propriedade por quase duas décadas como reserva de valor e sem grandes ônus para com trabalhadores e, por outro, permitiu a substituição do agave e das culturas alimentares pelo gado¹⁰².

¹⁰² Esse é um exemplo de pecuarização que ocorre ainda na década de 1980, mas que não está relacionado, diretamente, com políticas públicas. Claro que, de uma visão mais ampla, esse processo de substituição ocorreu devido ao insucesso de práticas produtivas levadas a cabo por discursos de desenvolvimento, que certamente foram difundidos também pelo Estado. A análise do caso do assentamento insere-se, portanto, no processo de (re)pecuarização por se diferenciar profundamente desse quadro da década de 1980.

Aqui, a relação do gado com o sisal parece ser antitética, tanto o gado matou o sisal quanto o sisal matou o gado. Mas o fato é que a fibra do agave, se ingerida em grandes quantidades, pode ocasionar a morte a ruminantes, pois ela fica retida no rumem do animal, o que interrompe o fluxo e a digestão normal de outras forragens, ao passo que o gado pode, através do pisoteio e associado à multiplicação de ervas daninhas e do sombreamento por outras espécies, dizimar, ao longo do tempo, plantações não só de agave, mas de várias outras espécies que exigem tratos culturais. É importante entender que, dentro desse contexto de concorrência e de ausência de tratos culturais, claramente relacionada à crise que o setor sisaleiro enfrentou, o que prevaleceu foi o gado.

Quando, no início da década de 2000, o Sr. Pedro Salviano realizou, ainda em vida, a partilha de seus bens; um de seus filhos, a quem coube herdar a fazenda Barriguda, por desinteresse em investir naquela propriedade, resolveu vender a propriedade à ARSC, que conseguiu crédito via a política de Crédito Fundiário.

É interessante notar como o caso da Barriguda, primeiro como fazenda e depois como assentamento, se inscreveu no processo de (re)pecuarização em duas situações diferentes após a crise da sisalicultura. Atentamos para o fato de que, pelo menos na Barriguda, a inserção no processo de (re)pecuarização ocorreu apoiado na crise de um contexto socioproductivo (no caso o modelo representado pela fazenda relacionada com a pecuária) em favor de um novo contexto socioproductivo (representado pelo assentamento atrelado também à pecuária). O que entra em crise não é atividade do criatório em si, mas o conjunto de relações sociais que está a ela vinculado.

O que possibilitou a venda da fazenda não foi simplesmente o insucesso do projeto produtivo do Sr. Pedro Salviano, nem a percepção desse insucesso por parte de seu filho, mas, provável e principalmente, a alteração na posição social do grupo que eles representam em face de uma mudança mais profunda no quadro figuracional da região. Não que a família Salviano tenha empobrecido ao ponto de ter que vender todos seus bens, de fato isso não ocorreu, eles continuaram com muita influência no ramo de comercialização de combustíveis. O que ocorreu, foi uma alteração no quadro de relações sociais desse grupo com outros, de maneira que, nesse novo contexto de interdependência, não importava mais ser proprietário de terras, só por ser. E isso foi encarnado pelos filhos do Sr. Pedro Salviano, principalmente por esse que vendeu a fazenda, que já ocupara outra posição social por ter se convertido ao funcionalismo público. Por outro lado, é nesse mesmo momento, que, no Pajeú e especialmente nessa área, as forças sociais e políticas de representação da agricultura familiar

como STR's, FETAPE, CPT e ONG's se consolidam e passam a fazer uma pressão efetiva no sentido de alterar a estrutura agrária.

5.3.1 Pecuária e mudança social na Barriguda

Com a criação do assentamento, na década de 2000, a terra, essencialmente, deixou de ser uma área de reserva de valor e de criação extensiva de bovinos, com baixos níveis tecnológicos e de produtividade, para se tornar uma área em que os atores passaram a combinar a pecuária semi-intensiva (basicamente bovina, apesar de certo direcionamento, por meio da mediação, à ovinocultura, como veremos mais na frente) com a agricultura de sequeiro, além de outras atividades como apicultura e criação de frango caipira. O lugar, além de ter se incluído produtivamente em outras cadeias, está se tornando mais produtivo, inclusive, no ramo da bovinocultura, como afirmam alguns assentados que conheceram a área na época da fazenda.

No entanto, a transformação da fazenda em área de assentamento possibilitou mudanças que vão para além de alterações no quadro técnico e produtivo da pecuária. Muito mais importante do que entender como os assentados passaram a criar animais, é compreender como a atividade (seja como prática efetiva do presente, seja como expectativa para o futuro, como atividade a ser realizada), associada a uma série de fatores, foi capaz de alterar o quadro de relações que esse grupo social estabelecia com outros grupos. De toda maneira, o entendimento da mudança de padrão técnico não deixa de ser importante, pois pode informar muito sobre as articulações sociais que se constituíram em torno da pecuária (é o caso, por exemplo, da introdução da prática de ensilagem que está relacionado com a aproximação de agricultores com ONG's, e outras entidades de representação política).

A criação do assentamento permitiu a mudança na posição social da maior parte das famílias que o compõe. Essas pessoas, em sua maioria, passaram da categoria de morador ou trabalhador meeiro nas médias e grandes propriedades¹⁰³ vizinhas (situação que possibilitava a subordinação direta aos proprietários) para a categoria de assentados-proprietários¹⁰⁴, “donos de nossa terra”, na linguagem deles (posição que os possibilitou, no seu entendimento,

¹⁰³ Lembramos que, nessa região, a relação de moradia se estabelecia não só entre grandes e médios proprietários e os trabalhadores/moradores, algumas pequenas propriedades também tinham moradores.

¹⁰⁴ Chamamos atenção para o fato de que, nessa área, existe um conflito ideológico que se caracteriza pela ideia de propriedade e da posição de proprietário que é valorizada de forma generalizada. Os próprios assentados se sentem proprietários, mas não são vistos como tais pelas comunidades do entorno. Para muitos sitiantes com estabelecimento antigo, os assentados foram, e serão sempre, sem terras e não dignos de serem chamados de proprietários, pois, para essas pessoas, não compraram, nem herdaram a terra.

conseguir autonomia em relação aos desmandes dos ex-patrões). Outras famílias de assentados, apesar de não advir da condição de morador, vivenciavam outra situação de subordinação, a familiar, pelo fato de estes não terem propriedade e morarem nas terras dos pais, estavam submetidos ao poder patriarcal e, de certa maneira, impossibilitados de por em prática seu projeto reprodutivo. Para estes o assentamento significou independência em relação aos pais.

Nas duas situações, a subordinação em relação aos proprietários e aos pais proprietários se dava sob duas formas principais: a) pela necessidade de se ter onde morar, os atores estavam sujeitos às normas estabelecidas pelos proprietários e pelos pais que disciplinavam até a conduta pessoal do morador e dos filhos (faltava privacidade); b) pela dependência econômica e pela necessidade de se ter onde trabalhar, a sujeição se dava, no sentido de não poder escolher o que, quando e como produzir (para os moradores era comum ocorrer o sobretrabalho, para assegurar a meação e ao mesmo tempo ‘garantir’ a subsistência, nesses casos, também se proibia o criatório e se limitava o trabalho em outras áreas fora das propriedades). As duas falas seguintes demonstram que a possibilidade de acessar a terra representou certa libertação das antigas condições de subordinação de morador e da necessidade de se trabalhar na diária, ao mesmo tempo em que demonstra certo apego à noção de propriedade, quando se utilizam de expressões “no que é da pessoa” e “isso aqui é meu”:

(...) eu vim pra cá porque eu morava de favor, vim pro cabra terminar os dias da vida no que é da pessoa né? (...). (assentado, 61 anos, ex-morador, área de 15 hectares)

(...) depois que eu vim pra cá, não trabalhei mais no alugado, que a intenção seria essa, de ter uma coisa da gente pra num trabalhar no alugado (...) a gente quando morava na Cacimbinha, não tinha onde plantar direito, não tinha onde criar uma animal, que era naquela coisa espremida (...) era-nos dos outros que a gente morava quando a gente veio pra cá. É como se um outro mundo tivesse sido aberto a gente desenvolveu tanto plantar como criar, principalmente, e dizer isso aqui é meu, vou trabalhar, vou produzir (...) a área que eu tinha pra botar um roçado não era minha, era aquele negócio de meia, de terça que plantava, aqueles que tinha terra cediam pra gente, aí como eu falei, antes da gente terminar a colheita no tempo exato, o dono da terra já pedia pra botar os animais dentro, a gente colhia até milho “zarolho”. (assentado, 31 anos, ex-morador, área de 15 hectares).

Existe também o caso de assentados que já detinham alguma área nos sítios vizinhos, mas que era insuficiente para garantir o cumprimento de seus projetos produtivos. Nesses casos, o assentamento possibilitou a expansão e consolidação desses projetos. O relato de um assentado sintetiza esse processo. Quando indica o porquê da decisão de morar na Barriguda, demonstra seu interesse central em investir na pecuária, ao mesmo tempo em que relaciona sua ida para o assentamento pelo fato de se liberar da subordinação do pai:

(...) Nós decidiu assim, porque eu não tinha um terreno suficiente pra criar do jeito que a gente quer, tem o terreno de meu pai, mas é dele e são muitos irmãos né?, o cabra não faz o que quer, e só era seis hectares lá no terreno que a mulher herdou, aqui é quinze (...) a gente cria um pouco lá e um pouco aqui (...) eu nasci e me criei num carro de bois. (assentado, 44 anos, área de 15 hectares no assentamento e 06 numa propriedade vizinha).

Dessa maneira, a relação que os assentados estabeleceram com a pecuária para uns é tributária das vivências passadas, das situações em que, mesmo sob a subordinação ou dos pais ou dos proprietários das terras em que eram moradores, tinham contato com o criatório. No caso dos filhos, geralmente, não havia proibição de se criar, mas limitação de expandir o criatório, devido à falta de terras, como foi demonstrada acima. O contato com os animais, nesses casos, existia de toda maneira, desde a infância.

No caso dos moradores, apesar de sofrerem limitações, pois não tinham, de fato, onde criar, só dispunham da casa e, no máximo, do seu entorno (do terreiro), em alguns casos, o contato com a pecuária se dava, ainda quando estavam na condição de morador, a depender, claro, do acordo de moradia estabelecido e da “boa vontade” do dono da terra. Essa relação de proximidade antiga com os animais e o modo como eram criados, além da relação da pecuária com a necessidade de espaço, que de certa maneira, foi solucionada com o assentamento, é demonstrada na fala seguinte: “(...) e eu tinha animal, mas era amarrado no “munturo” de casa, criado amarrado no terreiro porque não tinha espaço para criar, depois que vim pra cá fiquei com mais espaço para criar (...). (assentado, 31 anos, ex-morador, área de 15 hectares)”; para outros casos, porém, a relação com a pecuária só se deu após a criação do assentamento, quando a área disponível para cada família foi ampliada, principalmente, quando tiveram acesso aos recursos do Subprojeto de Infraestrutura Comunitária (o SIC) do Plano Nacional de Crédito Fundiário, liberado no início do assentamento e utilizado para a construção das casas, das cercas, açudes e para a compra de bovinos e caprinos. Um assentado que passou a vida toda como morador, em sua fala, demonstra que só começou com a pecuária depois do assentamento, nessa mesma fala ele faz referência ao tempo pretérito quando plantava mais do que hoje (“o quanto podia”) e refere-se à atualidade como uma época em que ele divide melhor o tempo entre a agricultura e a pecuária, justificando-se, também, pelo fato de estar velho:

(...) antigamente eu não tinha nada, era só agricultura, plantava o quanto podia, hoje em dia o camarada se dedica às duas coisas, aí planta menos, pra dividir o tempo, tem as obrigações do gado né?, e a gente vai ficando velho vai ficando derrubado (...) comecei a criar só quando vim pra cá, depois de 2000 com o projeto, que a gente

comprou umas vacas e umas cabras com o dinheiro do projeto (...) quando morava na terra dos outros, só tratava os dos outros (...) eu criava só galinha no terreiro, por que a mulher jogava o milho, mas outra coisa não (...). (assentado, 61 anos, ex-morador, área de 15 hectares).

Nesse contexto de mudança social proporcionado pela criação do assentamento, e principalmente pelo investimento na pecuária, temos como exemplo três famílias, que da condição de moradores sem terra, que se ocupavam principalmente com a agricultura e pressionados pela necessidade de se ter uma produção considerável para, além de assegurar a meação exigida pelos proprietários, garantir sua subsistência, passaram a uma situação em que o criatório proporciona uma renda suficiente para sobrar tempo a ser gasto em outras atividades. Nesse sentido, pela não mais necessidade de dedicar tempo integral à agricultura, dado que o gado, agora, proporciona uma renda que vem substituir a que se conseguia com cultivo de culturas subsistência, essas famílias têm investido em outras atividades não agrícolas, como o comércio (através de bares e bodegas) e a arte. O relato de um assentado ao afirmar que quando veio para o assentamento passou a criar mais (e plantar menos), pôde se dedicar à música, atividade que atualmente tem lhe proporcionado maior renda mensal, é bastante ilustrativo:

(...) rapaz, antes eu plantava mais do que hoje, não sei é porque hoje eu estou me dedicando mais a outras atividades como a pecuária, a música, a apicultura, que eu andei muito ligado à apicultura, mas só que agora deu uma freadzinha, por causa dessas cantarola né, mas andei muito ligado à apicultura (...) eu acho que essa atividade musical é mais fácil de combinar com a pecuária, por a questão de tempo né, você na agricultura tem que tá diariamente ali, mexendo, limpando uma coisa e a pecuária não, é você preparar uma solta e solta os animais lá, vai cantar e tudo no mundo (...) olha o que vem me dando mais renda atualmente é a música, depois o Bolsa Família porque é certo, mas o dinheiro da pecuária, no ano, é mais do que o bolsa família, mas tem mês que eu não tenho um bicho pra vender, né (...). (assentado, 31 anos, ex-morador, cantor, compositor, área de 15 hectares).

De toda maneira, percebemos que em todas as falas dos atores entrevistados na área, ao se fazer referência à mudança da situação de morador para a de assentado, se recorria à atividade da pecuária (e no mesmo nível à noção de propriedade) para justificar a melhoria nas condições de vida após a criação do assentamento. Entendemos que muito mais do que um artifício linguístico, essa referência significa, se não uma preferência produtiva em relação à agricultura, uma compreensão de liberdade e de emancipação que se associa à pecuária e lhe dá um valor altamente distintivo em relação às outras atividades¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Para muitos atores, principalmente do campo ocupado por ONG's e movimentos sociais, a preferência pela pecuária no Sertão do Pajeú seria explicada pela incorporação costumeira e histórica, por parte dos agricultores, de valores espúrios, tais como o apego à propriedade e ao gado como ferramenta distintiva de exercer poder,

No entanto, apesar de o assentamento ter possibilitado aos assentados, além da inclusão produtiva com a expansão do leque de possibilidades econômicas (principalmente via pecuária) a conquista de certa autonomia profissional em relação às propriedades onde eram moradores, não foi capaz de promover a independência econômica para algumas famílias, de maneira que grande parte delas ainda continua vendendo sua força de trabalho (tendo o recebimento da diária como remuneração) para proprietários vizinhos ao assentamento, no intuito de complementar, nuns casos, e noutros para fundamentar decisivamente a renda familiar. Outra fonte de renda das famílias do assentamento são as políticas de transferência de renda do Governo Federal. Todas as famílias entrevistadas fizeram referência à Bolsa Família como renda certa.

Além disso, ainda é muito comum, na área, a produção e comercialização de carvão vegetal com madeira da caatinga, para a complementação da renda familiar. Nesse caso, para justificar essa atividade, é interessante a associação que os agricultores fazem entre a necessidade de se desmatar e aproveitar a madeira em forma de carvão e as práticas agrícolas, com destaque para a pecuária, representada na figura do pasto. É o que se demonstra na fala seguinte quando um assentado diz que, se ele e seus pares não fizerem carvão, passam fome:

(...) é proibido, mas não tem jeito, se não fizer o carvão como é que nós vamos viver aqui dentro? Nós vamos viver de quê? Pegamos esse terreno coberto de madeira, aí nós vamos viver de que? Se nós não fizer o carvão pra desmatar, pra fazer o capim, plantar uma coisa, como é que nós vamos criar? Aqui é quase a maioria faz carvão aqui dentro, quem não for aposentado (...) toda semana, todo mês, no mínimo aí sai 100 sacos aqui do assentamento e se não fizer passa fome (...) a renda do gado é mais que a do carvão, só que nós tem que trabalhar pra cortar a madeira, por causa que tem muita gente com terra coberta, tem de fazer o carvão pra plantar pra dar o sustento do gado, pra depois tirar a renda do gado, não adianta eu comprar uma vaca, ou duas, ou três e eu vou dá o que pra elas? Por isso a gente faz carvão (...). (assentado, 35 anos, veio morar no assentamento porque se casou e morava com os sogros, área de 15 hectares).

No entanto, essa percepção sobre o meio ambiente não é unanimidade entre as pessoas do assentamento. Alguns assentados, principalmente os que tiveram proximidade estreita com o conjunto de mediadores e instituições (tais como STR, Diaconia, PDHC) têm uma ‘consciência ecológica’ relativamente orientada pela sustentabilidade e agroecologia. Nesse caso, temos como exemplo a fala do agricultor que foi presidente da ARSC e membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Tuparetama (COMDRUST).

referências ou ao avanço do capitalismo no campo ou a reprodução de símbolos feudais. Essas perspectivas se distinguem da noção de Bourdieu (1979) de ‘disposições incorporadas’ que têm muito mais a ver com o pertencer a determinado grupo que partilha das mesmas práticas do que com o entendimento das práticas como simples imposição de determinados valores ou ideias.

Quando perguntado sobre a pecuária, respondeu que a achava vantajosa e “abençoada”, mas trazia danos por causa da necessidade de desmatamento, porém, logo após, declarou que é difícil criar sem desmatar, que o ideal seria desmatar deixando áreas de reserva e para prática da apicultura:

A pecuária é vantajosa e abençoada, é boa pra o Sertão, mas traz danos nessa questão do desmatamento, que você para criar os animais você tem que desmatar e acaba criando danos nessa parte aí (...) é possível de criar sem desmatar, mas não dá pra criar tão bem quanto desmatando, principalmente pra gente que é pequeno, criar, pra gente viver só na ração, a gente não aguenta não (...) já a apicultura não dá pra combinar com a pecuária, porque a apicultura não pode desmatar e pra o gado precisa desmatar (...) rapaz eu não sei como vou fazer não, porque eu não quero abrir mão de nenhuma das duas, acho que o negócio é dividir as áreas, fazer as soltas, as capineiras e criar as abelhas na área de reserva (...). (assentado, 31 anos, ex-morador, ex-presidente da ARSC, área de 15 hectares).

A resposta desse assentado (um dos poucos que praticam profissionalmente a apicultura no assentamento), que talvez esteja relacionada com o estreito contato que ele teve com entidades difusoras da agroecologia quando era representante da comunidade, é mais um exemplo de como dois projetos territoriais podem entrar em conflito num mesmo ambiente e em uma mesma pessoa.

Em relação às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, acessadas pelas famílias do assentamento, percebemos que a maior parte delas foi direcionada ao incentivo da pecuária. Como já dito anteriormente, o primeiro esforço político e administrativo em favor do criatório ocorreu desde o início do assentamento, quando de sua criação, através da liberação de recursos via SIC, que foi utilizado para a construção das casas, de cercas, açudes e aquisição de 20 vacas e 150 cabras. O que resultou desse crédito inicial (dado que ele é de caráter não-reembolsável) foi, por um lado, a venda das cabras e de algumas crias das vacas, logo no início, para o pagamento das primeiras parcelas da parte reembolsável do crédito (o Subprojeto de Aquisição da Terra – SAT), por outro, a primeira forma de inserção de algumas famílias na pecuária através dessas vacas.

Posteriormente, entre 2007 e 2008, foi implantado, com as 20 famílias, um Projeto FISP/PDHC (através de crédito também não-reembolsável), com colaboração da ONG Diaconia, que compreendia a construção de cercas, aquisição de três ovelhas por famílias, aquisição de uma ensiladeira comunitária, implantação de uma unidade demonstrativa que abrangia uma área plantada com palma forrageira, resistente à Cochonilha de Carmim, que serve de semente para a propagação de palmais individuais, além do treinamento e capacitação em forragicultura em que as famílias aprenderam a conservar, através da prática

da ensilagem, forragem a ser utilizada nos períodos de estiagem. Desse projeto resultou, mais uma vez para algumas famílias, o levantamento de recursos para o pagamento das parcelas do SAT, através da venda das ovelhas, para outras, a capitalização e o investimento na bovinocultura. De toda maneira, os projetos de forragicultura e da unidade demonstrativa de palma, que foram idealizadas para servir à ovinocultura, estão subsidiando, de um modo generalizado, a bovinocultura. Além desse projeto FISP, destinado à ovinocultura, o PDHC, em 2009, implantou, com seis famílias, três unidades demonstrativas de avicultura, em que cada grupo de duas famílias cuida de um pequeno aviário com galinhas caipiras que deveriam ser utilizadas na alimentação, para a venda e produção de ovos. No entanto, até o final de 2010, esse projeto não tinha sido propagado para as outras famílias, como previa o projeto.

No mesmo sentido de incentivo à pecuária, opera o PRONAF A. Das 20 famílias do assentamento, 14 aderiram ao programa e estão desenvolvendo, desde o final de 2010, atividades ligadas à bovinocultura, com direcionamento leiteiro. De um modo geral, os projetos estão sendo feitos no valor de 12 mil reais e contemplam a construção de 500 metros de cerca, a formação de 02 hectares de capineira de búffel, um hectare de capim sorgo, meio hectare de capim elefante para corte, aquisição de uma máquina forrageira, duas vacas leiteiras, e uma junta de garrotes que podem ser utilizada tanto para tração, quanto para engorda e posterior revenda.

No PAA de 2010, que em Tuparetama foi executado pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), estava prevista a participação de duas famílias do assentamento, mas no momento da execução foram substituídas por famílias de outras localidades. Atualmente, nenhuma das famílias participa do PAA, PAA-leite, nem do PNAE. No entanto, muitas famílias visam, para o futuro, participar desses programas com vistas a total implantação do PRONAF que está ocorrendo no ano de 2011:

(...) atualmente a produção de leite tá sendo para o consumo próprio, mas com o PRONAF, quando terminar de se instalar o PRONAF, a gente tá com o plano de vender o leite pra esses programas do governo, tem o PAA-leite, o Leite de Todos (...). (assentado, 31 anos, ex-morador, ex-presidente da ARSC, área de 15 hectares.

Além dessas políticas que diretamente incentivam a pecuária e justificam a escolha por ela, os próprios assentados indicam, quando perguntados se antigamente eles plantavam mais e por que deixaram de plantar, algumas possíveis causas da diminuição das áreas de lavouras temporárias. Desse modo, alguns assentados fazem referência a não mais necessidade de compor a meação, à maior renda que o gado proporciona, aos custos de produção que os

roçados implicam e à insegurança climática e mercadológica (no que se refere às variações de preços que os produtos da agricultura podem sofrer). A seguir, o assentado relaciona esses fatores a dois outros aspectos particulares: a não inclusão na política de garantia de safra e a percepção de ausência de braços familiares (que tem a ver com a mudança nos padrões da família camponesa tradicional no Sertão) para o trabalho na roça:

(...) Aqui o que dá mais renda é a pecuária, é criar, negociar com bicho, com moto, com troço velho (...) olhe se o cabra tiver uma família grande é barato demais botar um roçado, num gasta com nada, mas se é só o cabra e a mulher com os filho pequeno, fica caro, porque ele vai ter que pagar umas horas de trator para arar, vai ter que dá uns dias de serviço limpando, ou comprar um veneno pra pulverizar, gasta aí uns 300 contos, se lucrar bem dá uns 20 sacos de milho, que se tiver com o preço bom a 30 reais, livra uns 300 contos, mas se não lucrar, se o ano for variado, ou se o preço tiver baixo, por uns 20 reais, não sobra nada e é capaz de ter prejuízo (...) e agora sem o segura safra não dá não, o povo vai deixar de plantar, eu vou deixar de plantar, vou plantar só pra meus bicho, pra fazer pasto pra dá de comer a meus bicho, aí eu vendo e uns compro milho e feijão pra gente comer, mas feijão e milho eu não planto mais não, planto capim búffel, e se não der eu dou um dia de serviço aqui outro acolá, mas não planto mais não (...). (assentado, 35 anos, veio morar no assentamento porque se casou e morava com os sogros, área de 15 hectares).

Já outro assentado, quando perguntado se plantava mais antes de se assentar, respondeu que começou a plantar mais só depois do assentamento, no entanto, quando vai explicar, se refere à necessidade de plantar pasto para os animais. Esse é um exemplo claro de associação entre lavoura e pecuária em que a criação na verdade é o foco produtivo da família e a agricultura apenas um apêndice que subsidia a criação. É o que se demonstra na fala seguinte:

(...) rapaz, hoje eu planto mais, antigamente eu não tinha terra era na terra dos outros, era difícil (...) mas hoje eu planto mais pensando no pasto, capim búffel, a gente planta milho e feijão também, mas é mais pro consumo da casa, da gente, e dos bicho, planto mais pensando no pasto, porque se não lucrar tem a palha e o capim búffel fica (...) hoje o que dá renda é a pecuária, quem planta milho e feijão gasta muito, quando vai vender não vale nada, se a gente tem muito não vale nada aí fica só pro consumo mesmo, e a gente tendo um bichinho não, o dinheiro é lá em cima, estando chovendo o gado é lá em cima (...). (assentado, 40 anos, ex-morador, área de 15 hectares).

5.4 SANTO IZIDRO E BARRIGUDA: DUAS FACES DA (RE)PECUARIZAÇÃO

Ao analisarmos o caso do Sítio Santo Izidro e do Assentamento da Barriguda, percebemos que as duas áreas se inserem no processo de (re)pecuarização de duas formas diferentes, embora que frutos das mesmas mudanças figuracionais, repercutidas de forma relativamente geral no semiárido, que estão relacionadas, como vimos, com o encadeamento

dos seguintes aspectos: a) alterações nas relações de poder e mudança nos posicionamentos sociais de diversos grupos, em que uns se fortalecem em detrimento de outros, frente à crise do sistema latifúndio/cotonicultura/moradia; b) mudança na estrutura fundiária, com tendência à desconcentração de terras; c) alterações nas relações de trabalho, com decadência da moradia; d) mudança no padrão da família sertaneja, com tendência à diminuição do número de filhos, combinado com êxodo rural ; e) mudança da pauta e do enfoque das políticas públicas para mundo rural, que envolve a inclusão da agricultura familiar como alvo dessas políticas; f) atualização de costumes locais e disposições incorporadas favoráveis à pecuária; g) reabilitação dos símbolos históricos da pecuária correlacionada com processos de legitimação das atuais práticas do criatório, etc.

Enquanto que no sítio pudemos observar uma realidade em que as grandes propriedades começam, ainda no início do século XIX, a vivenciar processos sucessivos de fragmentação e constituir uma área caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades de agricultores familiares, sob influência da cotonicultura e da sisalicultura (entre 1960 e 1980). A área do assentamento, que no início do século XX, já estava desconcentrada, formada por pequenas propriedades, em meados da década de 1960, experimentou novo processo de concentração para passar um breve período (até 1980) compondo o quadro produtivo da sisalicultura e depois, com novo dono, permaneceu como média propriedade, direcionada para a pecuária extensiva, mas que na verdade funcionou mais como reserva de valor do que como meio produtivo até início da década de 2000, para só então voltar a se desconcentrar e ser fragmentada em lotes de assentados da reforma agrária.

Se por um lado, no sítio, tivemos um processo de avanço da bovinocultura sobre a agricultura que se inicia na década de 1980, já por agricultores familiares da atualidade o fato é que esse avanço não se deu de forma uniforme para todas as famílias do sítio. O que ocorreu é que os dois grupos distintos (os Freitas/Valentim e as outras famílias) entraram nesse novo contexto de relacionamento com a pecuária em momentos distintos. Os Freitas/Valentim abandonaram as lavouras de autoconsumo já na década de 1980 e foram influenciados e incentivados pelo discurso modernizador (de caráter mais conservador, produtivista, mais alinhado ao paradigma de combate à seca) da época, enquanto que as outras famílias têm priorizado a pecuária só mais recentemente, na década de 2000, sob a égide de um novo discurso modernizador (mais alinhado ao paradigma de convivência com o semiárido, que se pretende mais democrático e destinado à inclusão de estratos sociais menos favorecidos historicamente). Por outro, no assentamento, o avanço da pecuária se dá – nos moldes já

discutidos no primeiro capítulo, nos estudos sobre pecuarização¹⁰⁶ – sob comando inicial de um representante da elite comercial urbana que, ao comprar a área, abandona o cultivo do sisal e passa a investir exclusivamente na pecuária com uma base produtiva e relações de trabalho precárias (criação extensiva – no sentido de não haver preocupação com os tratos e a rotação de pastagens – com predomínio de utilização de pastagens naturais e combinação de moradia com contratação de diaristas). Depois, na década de 2000, a área já convertida em assentamento, entra numa nova fase do processo de (re)pecuarização¹⁰⁷ quando os assentados, antigos moradores e trabalhadores diaristas, são convertidos em agricultores familiares, proprietários, priorizando, como estratégia produtiva, o criatório de animais em detrimento do cultivo de lavouras temporárias.

Em relação aos dois lugares, percebemos que seus históricos de formação se inscrevem, portanto, no processo de reconversões produtivas (em seu sentido mais estrito, de mudança nas relações econômicas de uma região), no entanto, informa sobre dinâmicas sucessivas (que são mais sociologicamente relevantes) de conversão social em que determinados grupos sociais que conseguiram alterar a quantidade e a composição de capital (em suas diversas formas), devido às (e provocando as) mudanças nas relações de poder, alteram suas posições sociais no quadro figuracional.

No caso do Sítio Santo Izidro, como exemplo do processo de reconversão, temos o caso de alguns integrantes da família Freitas/Valentim que, devido a um encadeamento sucessivo de acontecimentos engendrados desde a época do Sr. Zé Augusto, conseguiram se colocar em posições sociais diferenciadas em relação ao restante das famílias do local. O Sr. Zé Augusto, por ter tido possibilidade de acessar variados tipos de capital (capital social e cultural, posteriormente convertidos em capital econômico) através de sua incipiente (mas muito distintiva) alfabetização, que possibilitava sua atividade comercial de almocreve, conseguiu ascender de uma situação de subordinação ao seu sogro, enquanto era um de seus moradores, para uma situação de proprietário, agora subordinando moradores, e de comerciante influente (importante intermediário entre as comunidades produtoras de algodão e sisal e o amplo mercado regional e global), o que viria a repercutir decisivamente no direcionamento produtivo de alguns de seus filhos enquanto pecuaristas proprietários (sem

¹⁰⁶ No sentido de ser conduzida pela grande propriedade e dentro do contexto discursivo, governamental e tecnológico de combate à seca.

¹⁰⁷ No sentido de ser conduzido pela pequena propriedade e fruto da nova arena institucional e tecnológica (após a década de 2000) que envolve a inclusão de novos atores e a mobilização de discursos como o do empreendedorismo, o da convivência com o semiárido e do associativismo.

moradores), que, diante de uma série de possibilidades (proporcionadas pela ‘herança’¹⁰⁸) e constrangimentos (como por exemplo, a crise dos ciclos do algodão e do sisal e pressão demográfica sobre a propriedade familiar), se organizaram produtivamente em torno do criatório de gado. Como resultado desse processo, portanto, temos a diferenciação que ocorre internamente ao sítio, entre os Freitas/Valentim e as outras famílias, que reflete a entrada, por parte desses grupos, no processo de (re)pecuarização, em dois momentos diferentes.

No caso do assentamento, a reconversão se deu no sentido do acúmulo de força política por parte das famílias que formaram a ARSC, que reunidos, conseguiram acessar a política pública de crédito fundiário e, conseqüentemente, capital econômico, o que possibilitou sua conversão da situação de trabalhadores rurais sem terra, “trabalhadores alugados”, ou moradores, para condição de assentados-proprietários; ao mesmo tempo em que o antigo proprietário não conseguiu continuar o projeto reprodutivo de seu pai, dada a alteração na composição de seu capital, que de mais econômico passa a ser mais cultural (representado pela entrada do filho no funcionalismo público via educação), associada ao descenso do agrupamento, representado por proprietários de terra, e ascensão de grupos representados e representantes da “agricultura familiar” no arranjo político local.

No que se refere à opção pela pecuária, além de todos os aspectos já destacados em escala mais regional que envolve mudanças figuracionais mais amplas e favorecem a escolha (e mesmo constroem o direcionamento dos agricultores) pela pecuária, ressaltamos outros que se referem à articulação dos moradores de Santo Izidro e da Barriguda a cadeias produtivas mais locais como, por exemplo: a) a venda de animais e de leite a marchantes e atravessadores das redondezas dos distritos de Bonfim e Santa Rita, das sedes municipais e de municípios vizinhos como Ouro Velho e Prata; b) a avicultura e o aproveitamento da cama de frango na alimentação animal; c) o fácil acesso ao principal centro de comercialização de animais da região, a feira de Tabira e; e d) a alta valorização local das juntas de bois e garrotes amansados, para tração animal, como forma de agregar valor à pecuária de corte. Já na esfera mais cultural, destacamos a atualização dos símbolos históricos da pecuária que, de certa maneira, contribuem com a legitimação dos projetos territoriais que têm como foco a

¹⁰⁸ A conceituação desenvolvida por Bourdieu (1998) sobre a herança pode aplicar-se ao caso em tela. Entendendo a herança como o procedimento de perpetuar e transmitir um conjunto de disposições do pai, mais precisamente, um projeto de reprodução, que possui uma contradição inerente (mas que subsiste pela função de reproduzir certo modo de vida): o filho herda o projeto do pai ao mesmo tempo em que o assassina, através da superação ou do desejo de superação. Foi o caso de alguns filhos do Sr. Zé Augusto, que de posse de uma herança (um pouco econômica e um pouco social) negaram certa organização produtiva (cotonicultura/sisalicultura + policultura alimentar + sistema de moradia), na medida que se adaptaram a certos constrangimentos e recriaram novas fórmulas produtivas (pecuária+ assalariamento precário) ao mesmo tempo em que possibilitaram dar continuidade ao ‘projeto’ reprodutivo do pai.

criação de animais, especialmente de bovinos. Nesse sentido, operam as missas de vaqueiros, as “pegas de bois”, as vaquejadas, as cavalgadas realizadas no entorno de Bonfim e Santa Rita.

De maneira geral, nos dois casos estudados, para justificar a opção preferencial pela pecuária em detrimento das lavouras, os agricultores argumentam que:

- a) É difícil encontrar mão de obra para o trabalho agrícola, devido aos efeitos das políticas de transferência de renda e de prestação continuada como elemento de desmobilização da força de trabalho.
- b) As atividades agrícolas são mais vulneráveis à incerteza climática e às variações de preços de mercado.
- c) O criatório de animais é mais lucrativo, é uma atividade menos penosa, sendo ainda menos susceptível às variações climáticas e de mercado.

As referências à falta de mão de obra são mais comuns entre as famílias do sítio Santo Izidro (e dentre essas, os Freitas/Valentim, que têm maior necessidade de mão de obra extrafamiliar, por terem empreendimentos maiores) que no assentamento, o que indica a existência de inserções diferenciadas em relação à prática da pecuária, que têm a ver diretamente com seu potencial de promover diferenciação social. De toda maneira, existe um sentimento de que não só esse fenômeno não é algo maléfico ao Sertão, como pode ser muito bom para a geração de renda e para a ocupação do espaço.

Para compreender a opção predominante pela pecuária entre agricultores familiares do Sítio Santo Izidro e do Assentamento da Barriguda, é preciso combinar a percepção dos próprios agricultores sobre os motivos que levaram à adesão esta atividade (que aparece num discurso às vezes contraditório, se avaliado em termos de uma lógica teórica, mas que podem ser apreendidos como parte de uma razão prática, nos termos de Bourdieu) com a análise das políticas públicas em favor do criatório e os esforços de legitimação da pecuária, com contribuições acadêmicas e políticas, em torno da convivência com o semiárido e de constituição de um projeto de desenvolvimento/modernização para a região, como também populares, em eventos culturais, religiosos e esportivos que dão novo significado aos símbolos que tradicionalmente são associados ao sertão nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho pudemos compreender alguns processos de mudança social que estão ocorrendo na microrregião do Pajeú, mas que podem ilustrar o leque de transformações sociais em curso no semiárido, especialmente em áreas em que agricultores familiares vêm, crescentemente, tendo acesso a terra. O processo que chamamos, ao longo do texto, de (re)pecuarização compõe, portanto, esse quadro de câmbio que se estabelece, especialmente no meio rural do semiárido, após a crise do sistema algodão/pecuária/latifúndio/moradia/culturas alimentares, momento em que, devido a complexas mudanças figuracionais, emerge um quadro que se apoia em novas relações de poder, e que se fundamenta, ao mesmo tempo, num processo de desconcentração fundiária, em mudanças nas relações de trabalho e no padrão de família do Sertão, como também a processos econômicos, sociais e políticos que conectam às esferas local, regional e nacional (como por exemplo a expansão das cadeias produtivas do “boi gordo” e da avicultura, e o surgimento de um quadro institucional favorável à participação da agricultura familiar na formulação e execução de políticas públicas estaduais e nacionais destinadas a esse setor¹⁰⁹).

O processo de (re)pecuarização se expressa numericamente pelo aumento dos rebanhos e pela expansão das áreas de pastagem sobre as áreas destinadas às lavouras temporárias. No entanto, envolve, também, a ressignificação da pecuária que opera ao mesmo tempo: a) pela opção preferencial de agricultores familiares pela atividade em detrimento da agricultura; b) pelo crescente processo de legitimação dos projetos territoriais do criatório, através da difusão de políticas públicas que destinam a maior parte dos recursos para atividades relacionadas com a criação de animais, e da propagação de variados discursos de desenvolvimento que – podendo entrar em contradição uns com os outros, como é caso do de “combate à seca” e do de “convivência com o semiárido” – fazem a defesa das atividades do criatório como as mais adequadas para o semiárido; c) pela atualização dos símbolos históricos e culturais da pecuária por meio de eventos religiosos, esportivos, culturais e de

¹⁰⁹ Além desses exemplos, aspectos econômicos que se passam na esfera nacional, como a expansão da produção mecanizada de grãos e o respectivo barateamento desses produtos, compõem o quadro que regionalmente reflete no abandono das lavouras temporárias, dada a não capacidade de concorrência de agricultores familiares com a grande produção mecanizada, no mercado nacional, principalmente no que se refere à produção de milho e feijão.

entretenimento; e d) pela crescente racionalização da atividade, por parte dos produtores que, a cada dia mais, vinculam suas atividades produtivas em torno do criatório a fins específicos.

Emergentes da ruína do sistema, que tem o algodão (e/ou sisal, no caso do Pajeú) como produto central, são as crises do latifúndio e do sistema de moradia (aspectos que se inter-relacionam). Se essa crise significou, para parte do latifúndio, um direcionamento à pecuária, com o fim da cotonicultura e com consequentes processos de expulsão de moradores e trabalhadores meeiros, para outra parte, significou o total aniquilamento e a liberação de áreas dessas grandes propriedades (seja através da venda e repartição, seja através das políticas de reforma agrária) para a agricultura familiar, que após 1980, pelo menos no Pajeú, passa a se dedicar, com uma preferência crescente, à criação de animais. Desses aspectos resulta, justamente, o processo de (re)pecuarização, que tem repercutido nas relações sociais de agricultores familiares da região.

Com os exemplos do Sítio Santo Izidro e do Assentamento da Barriguda, vimos que o processo de (re)pecuarização, que pode ocorrer sob diferentes formas, operou no sentido de alterar o posicionamento social dos grupos envolvidos (o grupo familiar do Sr. Zé Augusto, em relação ao grupo do Pai Teté, no sítio, e o grupo dos assentados, em relação ao grupo representado pelos antigos proprietário, no assentamento). Outro aspecto intrínseco ao processo e que tem a ver com as possibilidades econômicas que a pecuária proporciona é o potencial de diferenciação social. Este aspecto é mais facilmente visualizado no sítio pela oposição entre os Freitas/Valentin e as outras famílias, mas que, no assentamento, ensaiam-se tendências em que umas famílias tendem a utilizar os recursos obtidos através da pecuária para o investimento em outras áreas como o comércio e a arte, chegando a ocupar posições distintivas.

O direcionamento desses dois grupos em favor da pecuária, se não podemos dizer que os libertou das condições de dominação¹¹⁰ impostas desde o sistema pecuária-algodão-moradia-latifúndio, alterou o quadro de subordinação pré-existente, pois, de um modo geral, nos dois casos, os atores conseguiram ascender de posições subordinadas, de morador e trabalhador rural sem terra, para a condição de proprietário (por mais muitos ainda recorram ao trabalho como diarista para complementar a renda familiar).

¹¹⁰ Na verdade, com inspiração em Weber, compreendemos que o que ocorre é a mudança de um tipo de dominação em direção à outra. Nesse caso, se os atores conseguiram se libertar da dominação em relação aos proprietários que operavam na lógica do latifúndio, passaram a conviver com um tipo de dominação muito mais disfarçada, que é a que ocorre por meio da intervenção externa, seja pelo Estado, seja a que é promovida por organizações não-governamentais e movimentos sociais, em que a defesa da 'democracia' ocorre de maneira muito efetiva.

Nesse sentido, levantamos a hipótese que a preferência pela agricultura, por parte de moradores e trabalhadores rurais meeiros, que vigorava durante o sistema pecuária-algodão-latifúndio, era muito mais fruto dos constrangimentos das condições de moradia que o sistema impunha (a que devem ser somadas, também, as limitações ecológicas que as secas periódicas implicavam), que por um lado, limitavam o acesso a terra, impossibilitando o investimento na pecuária por parte desses atores, e, por outro, exigia uma inversão em trabalho para o cultivo de algodão, em consórcio com a policultura alimentar, para o cumprimento dos acordos de meação. Assim, a dedicação à agricultura era muito mais um ônus que a moradia, a meação e as secas impunham, do que uma escolha deliberada. No contexto atual, o investimento na pecuária representa, para as famílias, muito mais um ato de liberdade, um momento de libertação das agruras do passado, simbolizadas na moradia e na submissão aos proprietários-patrões.

Se não conseguimos avaliar os papéis do êxodo rural (que pode ser visto como causa e efeito), da mudança no padrão familiar dos agricultores e das políticas de transferência de renda e de prestação continuada no processo de (re)pecuarização, o certo é que esses aspectos, juntamente com as referências à falta de mão de obra, à possibilidade de maior lucratividade e menor penosidade que a pecuária proporciona, compunham o quadro discursivo dos agricultores para justificarem sua preferência pelo criatório de animais. Só uma análise que se empenhasse em realizar cálculos econômicos poderia responder com maior firmeza o papel desses aspectos no processo de (re)pecuarização e especular, quantitativamente, sobre os processos de reprodução social de grupos de agricultores familiares. Da mesma forma, não pudemos quantificar a importância efetiva da pecuária na composição da renda familiar de agricultores do Pajeú, apesar de a maioria das pessoas entrevistadas se referirem à pecuária como a atividade maior geradora de renda. Confessamos que ficamos tentados a realizar esse tipo de pesquisa, no entanto, em decorrência das limitações temporais que temos no âmbito de um mestrado, priorizamos analisar os processos de mudança social por parte desses grupos.

De toda maneira, com esse trabalho, nos esforçamos por observar, de forma crítica, os trabalhos que estudaram o processo de avanço da pecuária no Nordeste ao longo da década de 1980 e, a partir dessa observação inicial, formular e aplicar, embora que parcialmente, uma ferramenta teórico-metodológica, idealizada para dar conta de compreender processos de mudança social para além das influências estruturais da economia nacional e da história regional.

Ao darmos voz aos atores (sitiantes e assentados), entramos em contato com aspectos da escolha individual (projetos pessoais, sonhos, medos) que operam paralelamente às

imposições “externas” do “mercado”, do Estado e das organizações políticas. O que não nos impediu de perceber como se constituiu e como opera o campo discursivo (formado por diversos atores, instituições estatais e paraestatais e políticas públicas) que, de certa maneira, elegeu o projeto da pecuária (embora que de forma contraditória) como a melhor estratégia para o desenvolvimento econômico da região semiárida do Brasil, ou, num outro sentido, que considera a pecuária a atividade produtiva ‘natural’, ou ‘por excelência’, dessa área, se configurando como um campo discursivo que se fortalece com a atualização dos símbolos da pecuária através de eventos culturais (vaquejada, pegas de bois, cavalgadas, missa com vaqueiros) que também vinculam as disposições incorporadas na vivência dos atores e o atual quadro produtivo e econômico favorável ao criatório de animais (que se expressam pelas vantagens de mercado) às escolhas individuais.

Diferentemente de alguns discursos hodiernamente divulgados no semiárido por instituições governamentais e não governamentais, que vinculam a pecuária a um passado de opressão, destruição da natureza e concentração fundiária, e atribuem à escolha de agricultores familiares, em favor do criatório, a certa ideologia “do grande”, incorporada inconscientemente pelo “pequeno”, um ranço de conservadorismo e apego à propriedade, visualizamos a pecuária praticada principalmente por agricultores familiares do semiárido como algo racionalmente escolhido, calculado economicamente e, de certa maneira, ideologicamente (quando se referem à pecuária como libertação). De fato, não pudemos avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais que essa tendência de substituição da agricultura pela pecuária poderá causar. No entanto, pudemos ver que não se trata de imposição da lógica capitalista em agressão à lógica camponesa, como interpretações simplistas costumam atribuir a esse processo.

Além disso, o levantamento de dados secundários, principalmente no segundo e terceiro capítulos, possibilitou questionar alguns ‘mitos’ construídos no âmbito da academia e na esfera política em relação à prática da pecuária no semiárido. A partir dessa análise, demonstramos primeiro que o semiárido, atualmente, não deve ser considerado um lugar do latifúndio, dada a tendência de desconcentração fundiária que tem se demonstrado pela existência de várias microrregiões (como o Pajeú), com maior parte da área agrícola nas mãos da agricultura familiar; que a pecuária bovina não é ‘coisa de grande’ e que, no semiárido, está mais concentrada na agricultura familiar, nem a caprinovinocultura é coisa só do ‘pequeno’, como algumas organizações políticas de cunho agroecológico (que propagam o discurso de convivência com o semiárido) tentam fazer crer. O que vimos é que os rebanhos

de caprinos e ovinos tendem a crescer, principalmente em propriedades com mais de 100 hectares.

De toda maneira, o que podemos reter dessa pesquisa é que o processo de (re)pecuarização, em curso no Pajeú e em outras regiões do semiárido, apesar de não se constituir como algo homogêneo e uniforme, já que pode engendrar dinâmicas diferenciadas a depender do município, dos atores e das múltiplas articulações sociais e políticas que estão envolvidas nesse processo, é uma variável importante que, atualmente e por um bom tempo ainda (dado que é uma realidade em franco desenvolvimento e suas consequências não foram de todo evidenciadas), deve ser considerada para a compreensão, tanto das dinâmicas de reprodução, quanto dos processos de mudança social, dessa forma de campesinato ou de agricultura familiar peculiar da parte semiárida do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

ANDERSON, L. **The political ecology of the modern peasant: calculation and community**. Baltimore (MD): Johns Hopkins University Press, 1994.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem o Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: EDUFPE, 1998.

BARBOSA, A. D. A. **Pecuarização no Agreste da Paraíba**. Recife: FUNDAJ, 1998.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. "As contradições da herança". In: _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007a.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. **Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo**. Fortaleza: BNB, 1985.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da carne bovina**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha (coordenadores), Moacir Scarpelli, Andrea Lago da Silva e Hildo Meirelles de Souza Filho. Brasília: IICA/MAPA/SPA, 2007.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio082.pdf>. Acesso em jul. 2011.

BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. **Revista Raízes**, Campina Grande. v. 22, n.1, p. 73-79, jan./jun, 2003.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: EDUNB, 1982.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia**. 5. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1995.

_____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: EUNESP, 1998.

CARVALHO, O. **A economia política do nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CEPAL. Expansion del cultivo de la caña de azucar y de la ganaderia en el nordeste del Brasil: y Políticas públicas y sus derivaciones econômicas e sociales. In: _____. **Estudios e Informes 59**. Santiago: Cepal/Naciones Unidas, 1986.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998.

COELHO, M. C. N. e CUNHA, L. H. Reflexões sobre o futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N. e MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

COHEN, M. As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do cariri paraibano. In: CASTRO e PINTON (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: NAEA, 1997.

CONDEPE-FIDEM. Agência Estadual de planejamento e pesquisa de Pernambuco. **Região de desenvolvimento Pajeú**. Disponível em: <<http://200.238.107.167/web/condepeFidem/pajeu>>. Acesso em abr. 2011.

CUNHA, L. H. e MARQUES, L. H. G. A '(re)pecuarização' do semi-árido nordestino: projetos territoriais, mudanças discursivas e transformações das estratégias produtivas . VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun., 2008.

DIAS, G. L. S.; VIEIRA, C. A.; AMARAL, C. M. **Comportamento do mercado de terras no Brasil**. Santiago: CEPAL, 2001.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Sociologia, problemas e práticas*, nº 35, 2001. p. 139-163.

ELIAS, N. **Escritos e Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GLUCKMAN, M. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**, op. cit., p. 227-344. Falta a editora e o ano.

GNADLINGER, J.; SILVA, A. S.; BRITO, L. T. L. **P1+2: Programa uma terra e duas águas para um semi-árido sustentável**. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Programa_1_Terra_2_%C1guas.pdf>. Acesso em abr. 2011.

GONÇALVES, J. S. e RAMOS, S. F. Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.38, n.2, fev. 2008.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HEINICH, N. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

- IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- LIRA, G. M. F. **O homem ou o boi (o roçado ou o capim)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1983.
- MARTINS, R. C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Revista Ruris**, Campinas, v. 3, n. 1, jul. 2009.
- MEDEIROS, L. P., GIRÃO, R. N., GIRÃO, E. S., PIMENTAL, J. C. N. Caprinos: princípios básicos para sua exploração. Teresina, EMBRAPA/CPAMN, 1994.
- MENEZES, M. A. **“Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba”**: migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES B. M.; MARQUES M. I. M.; SUZUKI J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270.
- _____. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil (Legado dos cientistas sociais). In: NEVES, D. P. (Org.). **Formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo EDUNESP, 2009, v. 2, p. 303-326.
- _____. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- NUNES, A. M. B.; CUNHA, L. H. H. Rupturas e continuidades do campesinato no semi-árido nordestino: o caso da pecuária no Sertão do Pajeú. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010.
- NUNES, A. M. B. e CUNHA, L. H. Mudança ambiental, processos de territorialização e dinâmicas produtivas em assentamentos do semi-árido. V Congresso de iniciação científica da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PALACIOS, G. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: EDUNB, 2004.
- POMPONET, A. S. Do autoconsumo ao mercado: Os desafios atuais para a caprinocultura no Nordeste semiárido da Bahia. **Revista Desenhavia**, n. 10, mar. 2009.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros Rurais Paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas cidades, 1973.

ROCHA, M. F. Pecuarização e Produção do Espaço no Agreste Setentrional de Pernambuco. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1988.

SABOURIN, E. e CARON, P. Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semiárido. In: CARON, Patrick e SABOURIN, Eric (Eds.). **Camponeses do Sertão**: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 29-45.

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; MALAGODI, E. Novos atores do desenvolvimento rural no Nordeste semi-árido. Um olhar crítico sobre o período 1997-2002. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 58-72, 2003.

SCOTT, J. **The moral economy of the peasant**: rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University, 1976.

SDT/MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2005.

SILVA, M. M. e LIMA, D. M. Sertão Norte. Área, do sistema gado-algodão. Recife, SUDENE, Coordenadoria de Planejamento Regional. **Série Estudos Regionais**, n. 6, 1982.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TONI, F.; PIKETTY M. G.; PACHECO, P.; VEIGA J. B.; TOURRAND J. F. Uruará (Pará): agricultura familiar entre a pecuarização e a conservação de recursos naturais. In: TONNEAU, J. P. e SABOURIN, E. (Eds.). **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

WILKINSON, J. O setor de lácteos no Brasil no contexto de globalização. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G. e MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural**: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

ANEXOS

ANEXO 1

Evolução dos rebanhos (bovino+caprino+ovino) – Pesquisa Pecuária Municipal (1975 – 2008)

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2008	Δ % 1975 2008	Δ % 1995 2008
Brasil	127.460.978	145.678.094	157.101.734	179.011.406	190.836.023	194.007.295	233.051.459	228.270.982	+79%	+20%
Nordeste	30.424.263	35.708.717	38.576.002	44.565.158	40.184.362	39.070.607	45.621.864	46.745.173	+54%	+16%
Maranhão	2.216.135	3.367.516	3.969.255	4.636.261	4.838.627	4.580.431	7.070.444	7.428.498	+235%	+54%
Piauí	3.603.703	4.130.310	4.187.561	5.188.001	5.541.497	4.645.410	4.728.062	4.565.655	+27%	-18%
Ceará	3.843.207	4.455.579	4.708.592	5.207.472	4.751.292	4.602.762	5.140.049	5.490.292	+43%	+16%
Rio Grande do Norte	1.246.488	1.348.392	1.254.709	1.566.187	1.300.384	1.518.685	1.908.204	1.971.445	+58%	+52%
Paraíba	1.938.799	2.239.507	2.191.947	2.235.503	1.814.825	1.822.802	2.121.506	2.241.283	+16%	+23%
Pernambuco	3.070.916	3.583.331	3.509.689	4.073.527	3.140.126	3.674.409	4.578.093	5.321.850	+73%	+69%
Alagoas	850.897	1.070.908	1.025.504	1.104.816	1.021.131	926.794	1.256.605	1.420.412	+67%	+39%
Sergipe	917.664	1.179.187	974.428	1.263.243	972.339	987.887	1.175.522	1.251.380	+36%	+29%
Bahia	12.736.454	14.333.987	16.754.317	19.290.148	16.804.141	16.311.427	17.643.379	17.054.358	+34%	+1%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

ANEXO 2

Evolução dos rebanhos (bovinos + caprinos + ovinos) – Brasil, Nordeste e estados – Censo Agropecuário (1975 – 2006)

	1975	1980	1985	1995	2006	Varição Percentual (1975-2006)	Varição Percentual (1995-2006)
Brasil	125.869.740	143.944.918	152.398.060	173.603.476	192.888.449	+53%	+11%
Nordeste	29.567.703	35.057.595	36.266.516	35.736.165	39.587.787	+34%	+11%
Maranhão	2.224.161	3.509.642	3.965.724	4.363.466	6.068.293	+173%	+39%
Piauí	3.436.872	4.334.887	4.539.086	4.541.730	4.335.454	+26%	-5%
Ceará	3.681.468	4.785.600	5.097.141	4.784.257	4.419.214	+20%	-8%
Rio Grande do Norte	1.169.285	1.384.464	1.474.074	1.549.887	1.561.618	+34%	+1%
Paraíba	1.895.571	1.970.419	2.132.015	2.170.057	2.217.652	+17%	+2%
Pernambuco	3.010.069	3.494.506	3.714.855	3.562.416	3.841.136	+28%	+8%
Alagoas	834.217	983.453	898.224	1.080.531	1.054.411	+26%	-2%
Sergipe	916.320	1.121.695	987.476	1.024.139	1.047.933	+14%	+2%
Bahia	12.399.408	13.472.584	13.457.921	12.659.682	15.042.076	+21%	+19%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

ANEXO 3

**Evolução dos rebanhos por rebanho – Brasil, Nordeste, estados e mesorregiões de Pernambuco –
Censo Agropecuário (1995 – 2006)**

	Bovinos			Ovinos			Caprinos		
	1995	2006	Varição Percentual	1995	2006	Varição Percentual	1995	2006	Varição Percentual
Brasil	153.058.275	171.613.337	+12%	13.954.555	14.167.504	+2%	6.590.646	7.107.608	+8%
Nordeste	22.841.728	25.326.270	+11%	6.717.980	7.790.624	+16%	6.176.457	6.470.893	+5%
Maranhão	3.902.609	5.592.007	+43%	146.187	172.900	+18%	314.670	303.386	-4%
Piauí	1.704.389	1.560.552	-8%	1.295.805	1.317.508	+2%	1.541.536	1.457.394	-5%
Ceará	2.382.474	2.105.441	-12%	1.606.093	1.564.907	-3%	795.690	748.866	-6%
Rio Grande do Norte	954.347	878.037	-8%	385.560	410.019	+6%	209.980	273.562	+30%
Paraíba	1.327.826	1.313.662	-1%	438.430	442.589	+1%	403.801	461.401	+14%
Pernambuco	1.930.672	1.861.570	-4%	671.177	942.502	+40%	960.567	1.037.064	+8%
Alagoas	968.462	886.244	-8%	89.933	133.946	+49%	22.136	34.221	+55%
Sergipe	940.996	899.298	-4%	77.439	133.385	+72%	5.704	15.250	+167%
Bahia	8.729.953	10.229.459	+17%	2.007.356	2.672.868	+33%	1.922.373	2.139.749	+11%
Sertão Pernambucano – PE	543.283	556.444	+2%	325.489	379.389	+17%	421.917	432.237	+2%
São Francisco Pernambucano – PE	150.224	132.114	-12%	214.276	383.943	+79%	443.243	458.558	+3%
Agreste Pernambucano – PE	1.094.589	1.000.425	-9%	121.728	159.603	+31%	82.240	119.772	+46%
Mata Pernambucana – PE	125.771	154.003	+22%	8.431	15.750	+87%	12.440	21.484	+73%
Metropolitana de Recife – PE	16.805	18.584	+11%	1.253	3.817	+205%	727	5.013	+590%

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

ANEXO 4

Efetivo de ruminantes (bovinos, caprinos e ovinos) e proporção em relação ao estado de Pernambuco - mesorregiões e microrregiões – Pesquisa Pecuária Municipal 2008

Pernambuco		5.321.850	Proporção em relação ao total do estado de Pernambuco	
Mesorregiões	Sertão Pernambucano - PE	2.092.564	40%	
	São Francisco Pernambucano – PE	1.292.100	24%	
	Agreste Pernambucano - PE	1.599.088	30%	
	Mata Pernambucana - PE	276.447	5%	
	Metropolitana de Recife - PE	61.651	1%	
Microrregiões	Sertão Pernambucano	Araripina – PE	518.056	10%
		Salgueiro – PE	363.370	7%
		Pajeú – PE	459.738	9%
		Sertão do Moxotó - PE	751.400	14%
	São Francisco Pernambucano	Petrolina – PE	744.690	14%
		Itaparica – PE	547.410	10%
	Agreste Pernambucano	Vale do Ipanema - PE	407.776	8%
		Vale do Ipojuca - PE	456.937	9%
		Alto Capibaribe - PE	98.288	2%
		Médio Capibaribe - PE	102.657	2%
		Garanhuns - PE	378.704	6%
		Brejo Pernambucano - PE	154.726	3%
	Mata Pernambucana	Mata Setentrional Pernambucana – PE	105.994	2%
		Vitória de Santo Antão - PE	42.541	1%
		Mata Meridional Pernambucana – PE	127.912	2%
	Metropolitana do Recife	Itamaracá - PE	15.499	0,3%
		Recife – PE	24.652	0,4%
		Suape – PE	21.500	0,3%
		Fernando de Noronha - PE	-	

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE

ANEXO 5

Efetivo de ruminantes (bovinos, caprinos e ovinos) e proporção em relação ao estado de Pernambuco - mesorregiões e microrregiões - ano 2006

Pernambuco		3.841.136	Proporção em relação ao total do estado de Pernambuco	
Mesorregiões	Sertão Pernambucano - PE	1.368.070	36%	
	São Francisco Pernambucano - PE	974.615	25%	
	Agreste Pernambucano - PE	1.279.800	33%	
	Mata Pernambucana - PE	191.237	5%	
	Metropolitana de Recife - PE	27.414	1%	
Microrregiões	Sertão Pernambucano	Araripina – PE	367.344	10%
		Salgueiro – PE	293.516	8%
		Pajeú – PE	340.751	9%
		Sertão do Moxotó - PE	366.459	10%
	São Francisco Pernambucano	Petrolina – PE	629.649	16%
		Itaparica – PE	344.966	9%
	Agreste Pernambucano	Vale do Ipanema - PE	246.160	6%
		Vale do Ipojuca - PE	351.472	9%
		Alto Capibaribe - PE	96.446	3%
		Médio Capibaribe - PE	119.143	3%
		Garanhuns – PE	331.835	9%
		Brejo Pernambucano - PE	134.744	4%
	Mata Pernambucana	Mata Setentrional Pernambucana – PE	55.924	1%
		Vitória de Santo Antão - PE	45.247	1%
		Mata Meridional Pernambucana – PE	90.066	2%
	Metropolitana do Recife	Itamaracá - PE	3.305	0,08%
		Recife – PE	17.734	0,40%
		Suape – PE	5.973	0,10%
		Fernando de Noronha - PE	402	0,01%

Fonte: Censo Agropecuário –IBGE

ANEXO 6

Densidade populacional dos principais ruminantes – Brasil, Nordeste, estados nordestinos, microrregiões e mesorregiões de Pernambuco – Censo Agropecuário 2006

	Ruminantes			Bovinos		Ovinos		Caprinos	
	Área (KM ²)	Nº de cabeças	Cab/KM ²						
Brasil	8 514 876	192.888.449	22,65	171.613.337	20,15	14.167.504	1,66	7.107.608	0,83
Nordeste	1.558.196	39.587.787	25,41	25.326.270	16,25	7.790.624	5,00	6.470.893	4,15
Maranhão	331.983	6.068.293	18,28	5.592.007	16,84	172.900	0,52	303.386	0,91
Piauí	251.529	4.335.454	17,24	1.560.552	6,20	1.317.508	5,24	1.457.394	5,79
Ceará	148.825	4.419.214	29,69	2.105.441	14,15	1.564.907	10,52	748.866	5,03
Rio Grande do Norte	52.796	1.561.618	29,58	878.037	16,63	410.019	7,77	273.562	5,18
Paraíba	56.439	2.217.652	39,29	1.313.662	23,28	442.589	7,84	461.401	8,18
Pernambuco	98.311	3.841.136	39,07	1.861.570	18,94	942.502	9,59	1.037.064	10,55
Alagoas	27.767	1.054.411	37,97	886.244	31,92	133.946	4,82	34.221	1,23
Sergipe	21.910	1.047.933	47,83	899.298	41,05	133.385	6,09	15.250	0,70
Bahia	564.692	15.042.076	26,64	10.229.459	18,12	2.672.868	4,73	2.139.749	3,79
Sertão Pernambucano	32.450	1.368.070	42,16	556.444	17,15	379.389	11,69	432.237	13,32
São Francisco Pernambucano	24.531	974.615	39,73	132.114	5,39	383.943	15,65	458.558	18,69
Agreste Pernambucano	24.400	1.279.800	52,45	1.000.425	41,00	159.603	6,54	119.772	4,91
Mata Pernambucana	8.641	191.237	22,13	154.003	17,82	15.750	1,82	21.484	2,49
Metropolitana de Recife	2.783	27.414	9,85	18.584	6,68	3.817	1,37	5.013	1,80
Araripina	11.792	367.344	31,15	195.761	16,60	104.273	8,84	67.310	5,71
Salgueiro	8.834	293.516	33,22	95.622	10,82	85.216	9,65	112.678	12,76
Pajeú	8.778	340.751	38,81	164.546	18,75	95.791	10,91	80.414	9,16
Sertão do Moxotó	9.046	366.459	40,51	100.515	11,11	94.109	10,40	171.835	19,00
Petrolina	15.015	629.649	41,93	88.507	5,89	278.978	18,58	262.164	17,46
Itaparica	9.085	344.966	37,97	43.607	4,80	104.965	11,55	196.394	21,62
Vale do Ipanema	5.274	246.160	46,67	189.974	36,02	39.225	7,44	16.961	3,22
Vale do Ipojuca	7.877	351.472	44,62	255.656	32,46	51.857	6,58	43.959	5,58
Alto Capibaribe	1.783	96.446	54,09	59.355	33,29	15.670	8,79	21.421	12,01
Médio Capibaribe	1.753	119.143	67,96	82.967	47,33	13.409	7,65	22.767	12,99
Garanhuns	5.183	331.835	64,02	294.606	56,84	28.175	5,44	9.054	1,75
Brejo Pernambucano	2.462	134.744	54,72	117.867	47,87	11.267	4,58	5.610	2,28
Mata Setentrional Pernambucana	3.200	55.924	17,47	43.906	13,72	3.385	1,06	8.633	2,70
Vitória de Santo Antão	929	45.247	48,7	31.577	33,99	5.583	6,01	8.087	8,71
Mata Meridional Pernambucana	4.512	90.066	19,96	78.520	17,40	6.782	1,50	4.764	1,06
Itamaracá	541	3.305	6,1	1.754	3,24	884	1,63	667	1,23
Recife	1.250	17.734	14,18	12.513	10,01	1.536	1,23	3.685	2,95
Suape	975	5.973	6,12	4.183	4,29	1.153	1,18	637	0,65
Fernando de Noronha		402		134		244		X	

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

ANEXO 7

Evolução dos rebanhos por rebanho – Microrregiões de Pernambuco – Pesquisa Pecuária Municipal (1990 – 2008)

	Bovino						Caprino						Ovino					
	1990	1995	2000	2005	2008	Δ % (1990-2008)	1990	1995	2000	2005	2008	Δ % (1990-2008)	1990	1995	2000	2005	2008	Δ % (1990-2008)
Araripina - PE	157.946	85.939	164.058	189.321	222.808	+41%	108.521	70.548	116.939	94.522	133.923	+23%	54.593	41.236	81.965	93.049	161.325	+196%
Salgueiro - PE	97.100	60.675	66.950	86.342	108.020	+11%	151.450	98.673	118.690	142.601	157.700	+4%	73.610	54.355	70.670	89.312	97.650	+33%
Pajeú - PE	162.615	100.925	124.812	155.153	185.202	+14%	152.180	111.584	134.670	142.600	146.431	-4%	78.445	58.348	71.880	101.680	128.105	+63%
Sertão do Moxotó - PE	98.850	52.418	77.684	82.924	107.500	+9%	190.240	163.770	184.830	293.800	391.800	+106%	77.840	70.692	86.150	172.000	252.100	+224%
Petrolina - PE	103.100	84.150	95.350	105.375	111.590	+8%	345.000	297.100	253.800	288.725	313.100	-9%	118.500	121.100	198.400	267.277	320.000	+170%
Itaparica - PE	64.960	64.500	68.320	52.311	64.250	-1%	260.700	353.100	460.340	426.721	357.100	+37%	86.220	84.320	108.490	118.660	126.060	+46%
Vale do Ipanema - PE	174.530	101.110	132.680	172.356	266.296	+53%	26.825	15.939	16.533	34.470	46.100	+72%	32.960	24.780	33.345	70.035	95.380	+189%
Vale do Ipojuca - PE	294.988	198.356	191.209	323.331	340.123	+15%	62.295	37.057	37.051	55.840	58.934	-5%	46.762	28.498	28.796	49.164	57.880	+24%
Alto Capibaribe - PE	72.870	31.888	39.274	50.950	52.768	-28%	20.990	13.848	12.180	35.300	27.600	+31%	15.610	8.816	15.620	20.010	17.920	+15%
Médio Capibaribe - PE	108.870	65.079	57.400	65.021	64.247	-41%	31.242	20.496	16.410	21.960	23.730	-24%	6.701	4.741	8.200	12.920	14.680	+119%
Garanhuns - PE	319.636	210.579	179.201	246.449	334.037	+5%	41.340	13.230	10.019	12.108	12.068	-71%	59.896	23.017	20.594	27.962	32.599	-46%
Brejo Pernambucano - PE	117.913	116.420	118.923	126.686	125.057	+6%	13.822	13.875	17.569	18.434	13.054	-6%	11.322	7.263	10.779	18.252	16.615	+47%
Mata Setentrional Pernambucana - PE	64.717	62.230	68.400	77.710	85.169	+32%	9.915	8.810	7.050	10.700	11.360	+15%	2.365	1.980	3.260	7.870	9.465	+300%
Vitória de Santo Antão - PE	32.895	31.567	31.429	31.280	30.392	-8%	2.816	4.982	5.159	5.086	7.293	+159%	1.188	2.253	2.487	2.361	4.856	+309%
Mata Meridional Pernambucana - PE	60.428	62.060	68.294	108.941	108.259	+79%	7.488	7.218	5.629	7.798	7.952	+6%	6.703	5.788	9.267	11.344	11.701	+75%
Itamaracá - PE	2.380	5.180	5.600	7.100	9.280	+290%	1.000	900	700	3.400	3.414	+241%	470	330	180	2.800	2.805	+497%
Recife - PE	21.867	13.761	13.928	13.513	16.990	-22%	3.725	4.393	5.765	4.792	5.449	+46%	570	1.075	2.785	1.998	2.213	-288%
Suape - PE	10.136	14.807	12.200	14.705	17.800	+76%	1.840	1.618	2.145	2.665	3.120	+70%	262	376	350	409	580	-121%
Fernando de Noronha - PE	390	420	-	-	-	-	300	53	-	-	-	-	-	1.630	1.900	-	-	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

ANEXO 8

Evolução dos rebanhos por rebanho – Brasil, Nordeste, estados e mesorregiões de Pernambuco – Pesquisa Pecuária Municipal (1990 -2008)

	Bovino						Caprino						Ovino					
	1990	1995	2000	2005	2008	Δ %	1990	1995	2000	2005	2008	Δ %	1990	1995	2000	2005	2008	Δ %
Brasil	147.102.314	161.227.938	169.875.524	207.156.696	202.287.191	+38%	11.894.587	11.271.653	9.346.813	10.306.722	9.355.220	-21%	20.014.505	18.336.432	14.784.958	15.588.041	16.628.571	-17%
Nordeste	26.190.283	23.173.936	22.566.644	26.969.286	28.851.880	+10%	10.677.129	10.023.365	8.741.488	9.542.910	8.521.388	-20%	7.697.746	6.987.061	7.762.475	9.109.668	9.371.905	+22%
Maranhão	3.900.158	4.162.059	4.093.563	6.448.948	6.816.338	+75%	541.272	501.520	332.484	395.008	382.018	-29%	194.831	175.048	154.384	226.488	230.142	+18%
Piauí	1.974.099	2.135.286	1.779.456	1.826.833	1.750.910	11%	2.002.851	2.146.665	1.469.994	1.389.486	1.370.372	-32%	1.211.051	1.259.546	1.395.960	1.511.743	1.444.373	+19%
Ceará	2.621.144	2.266.278	2.205.954	2.299.233	2.460.523	-6%	1.115.993	1.116.173	789.894	931.634	998.787	-11%	1.470.335	1.368.841	1.606.914	1.909.182	2.030.982	+38%
Rio Grande do Norte	956.459	722.058	803.948	978.494	1.029.240	+8%	277.160	288.340	325.031	439.400	409.359	+48%	332.568	289.986	389.706	490.310	532.846	+60%
Paraíba	1.345.361	1.053.737	952.779	1.052.613	1.202.363	-11%	509.450	458.477	526.179	657.824	624.025	+22%	380.692	302.611	343.844	411.069	414.895	+9%
Pernambuco	1.966.191	1.362.064	1.515.712	1.909.468	2.249.788	+14%	1.431.689	1.237.194	1.405.479	1.601.522	1.720.128	+20%	675.647	540.868	753.218	1.067.103	1.351.934	+100%
Alagoas	890.998	834.347	778.750	985.422	1.162.005	+30%	71.749	64.270	48.718	67.766	64.721	-10%	142.069	122.514	99.326	203.417	193.686	+36%
Sergipe	1.030.453	796.870	879.730	1.005.177	1.080.833	+5%	31.189	20.612	11.735	18.292	18.349	-49%	201.601	154.857	96.422	152.053	152.198	-25%
Bahia	11.505.420	9.841.237	9.556.752	10.463.098	11.099.880	-4%	4.695.776	4.190.114	3.831.974	4.041.978	2.933.629	-38%	3.088.952	2.772.790	2.922.701	3.138.303	3.020.849	-2%
Sertão Pernambuco no - PE	516.511	299.957	433.504	513.740	623.530	+21%	602.391	444.575	555.129	673.523	829.854	+38%	284.488	224.631	310.665	456.041	639.180	+125%
São Francisco Pernambuco no - PE	168.060	148.650	163.670	157.686	175.840	+5%	605.700	650.200	714.140	715.446	670.200	+11%	204.720	205.420	306.890	385.937	446.060	+118%
Agreste Pernambuco no - PE	1.088.807	723.432	718.687	984.793	1.182.528	+9%	196.514	114.445	109.762	178.112	181.486	-8%	173.251	97.115	117.334	198.343	235.074	+36%
Mata Pernambuco na - PE	158.040	155.857	168.123	217.931	223.820	+42%	20.219	21.010	17.838	23.584	26.605	+32%	10.256	10.021	15.014	21.575	26.022	+154%
Metropolitana de Recife - PE	34.773	34.168	31.728	35.318	44.070	+27%	6.865	6.964	8.610	10.857	11.983	+75%	2.932	3.681	3.315	5.207	5.598	+91%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

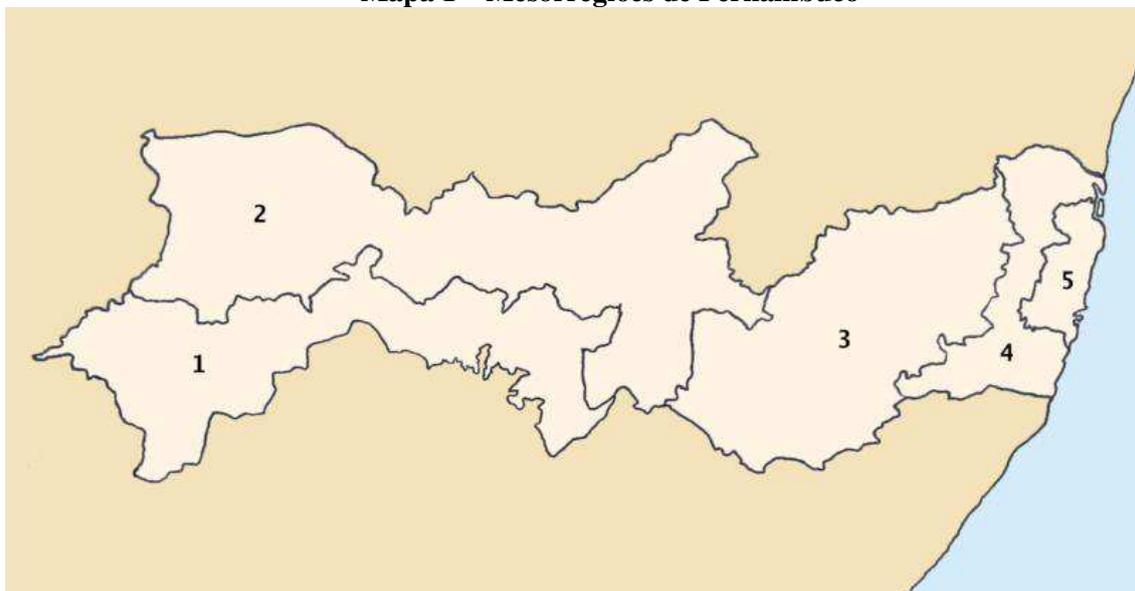
Δ % - Variação Percentual de 1990 a 2008.

ANEXO 9
Evolução dos rebanhos por rebanho – Brasil, Nordeste e estados – Censo Agropecuário (1975 a 2006)

	Bovinos						Caprinos						Ovinos					
	1975	1980	1985	1995	2006	Δ %	1975	1980	1985	1995	2006	Δ %	1975	1980	1985	1995	2006	Δ %
Brasil	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	171.613.337	+69%	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.107.608	+6%	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	14.167.504	-19%
Nordeste	18.041.417	21.506.108	22.391.193	22.841.728	25.326.270	+40%	6.172.419	7.279.058	7.552.078	6.176.457	6.470.893	+5%	5.353.867	6.272.429	6.323.245	6.717.980	7.790.624	+46%
Maranhão	1.784.284	2.804.070	3.247.206	3.902.609	5.592.007	+213%	318.744	528.803	540.874	314.670	303.386	-5%	121.133	176.769	177.644	146.187	172.900	+43%
Piauí	1.330.686	1.555.796	1.588.208	1.704.389	1.560.552	+17%	1.313.429	1.747.436	1.887.477	1.541.536	1.457.394	+11%	792.757	1.031.655	1.063.401	1.295.805	1.317.508	+66%
Ceará	1.949.230	2.353.890	2.475.423	2.382.474	2.105.441	+8%	656.258	983.880	986.910	795.690	748.866	+14%	1.075.980	1.447.830	1.634.808	1.606.093	1.564.907	+45%
Rio Grande do Norte	733.222	896.197	909.613	954.347	878.037	+20%	160.331	201.729	226.255	209.980	273.562	+71%	275.732	286.538	338.206	385.560	410.019	+49%
Paraíba	1.163.074	1.296.081	1.362.573	1.327.826	1.313.662	+13%	368.782	357.572	402.428	403.801	461.401	+25%	363.715	316.766	367.014	438.430	442.589	+22%
Pernambuco	1.508.162	1.832.189	1.872.494	1.930.672	1.861.570	+23%	1.018.266	1.117.405	1.297.058	960.567	1.037.064	+2%	483.641	544.912	545.303	671.177	942.502	+95%
Alagoas	639.596	829.232	755.992	968.462	886.244	+39%	66.708	41.437	36.045	22.136	34.221	-49%	127.913	112.784	106.187	89.933	133.946	+5%
Sergipe	793.509	995.662	864.610	940.996	899.298	+13%	15.082	10.293	11.194	5.704	15.250	+1%	107.729	115.740	111.672	77.439	133.385	+24%
Bahia	8.139.414	8.942.727	9.315.074	8.729.953	10.229.459	+26%	2.254.750	2.290.476	2.163.837	1.922.373	2.139.749	-5%	2.005.244	2.239.381	1.979.010	2.007.356	2.672.868	+33%

Fonte: Censo Agropecuário- IBGE

Δ % - Variação percentual de 1975 a 2006

ANEXO 10**Mapa 1 – Mesorregiões de Pernambuco**

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:PE-mesorregi%C3%B5es.png>, acesso em 04/11/2010

- 1- São Francisco Pernambucano
- 2- Sertão Pernambucano
- 3- Agreste Pernambucano
- 4- Mata Pernambucana
- 5- Metropolitana do Recife

Mapa 2 – Microrregião do Pajeú

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Micro_Paje%C3%BA.png, acesso em 04/11/2010